

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS DE SÃO PAULO

EDUARDO GOMOR DOS SANTOS

Formulação de políticas culturais:

Leis de incentivo e as inovações do Programa Cultura Viva.

SÃO PAULO

2008

EDUARDO GOMOR DOS SANTOS

Formulação de políticas culturais:

Leis de incentivo e as inovações do Programa Cultura Viva.

Dissertação apresentada à Escola de
Administração de Empresas de São Paulo da
Fundação Getulio Vargas, como requisito para
obtenção do título de Mestre em
Administração Pública e Governo.

Linha de Pesquisa: Governo e Sociedade em
Contexto Subnacional.

Orientador: Prof. Dr. Mario Aquino Alves.

SÃO PAULO

2008

Santos, Eduardo Gomor dos.

Formulação de políticas culturais: Leis de incentivo e as inovações do Programa Cultura Viva. / Eduardo Gomor dos Santos. – 2008. 250 f.

Orientador: Mario Aquino Alves.

Dissertação (mestrado) – Escola de Administração de Empresas de São Paulo.

1. Cultura e Estado – Brasil. 2. Políticas públicas – Brasil. 3. Cultura – Política. 4. Sociedade civil – Brasil. 5. Movimentos sociais – Brasil. I. Alves, Mário Aquino. II. Dissertação (mestrado) – Escola de Administração de Empresas de São Paulo. III. Título.

EDUARDO GOMOR DOS SANTOS

Formulação de políticas culturais:

Leis de incentivo e as inovações do Programa Cultura Viva.

Dissertação apresentada à Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getulio Vargas, como requisito para obtenção do título de Mestre em Administração Pública e Governo.

Linha de Pesquisa: Governo e Sociedade em Contexto Subnacional.

Orientador: Prof. Dr. Mario Aquino Alves.

Data de aprovação: 26/ 06 / 2008

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Mario Aquino Alves (Orientador)
FGV-EAESP

Profa. Dra. Isleide Arruda Fontenelle
FGV-EAESP

Prof. Dr. Wagner Tadeu Iglecias
USP-LESTE

AGRADECIMENTOS

A Deus, em primeiro lugar, sempre, para continuar me dando forças para que eu possa levantar todos os dias pela manhã e enfrentar de cabeça erguida todas as dificuldades que certamente ainda estão por vir.

Aos meus pais que me ensinaram as coisas boas da vida, e que com seu esforço fenomenal me permitiram cursar administração pública nesta instituição, processo que desemboca neste modesto trabalho. À minha irmã, pelo carinho e compreensão – e viva o Giovanni!!! primeiro herdeiro da família.

À minha princesa Larissa Serrat, porto seguro desde sempre para todas as horas dessa dissertação.

Ao Rodrigo Nobile, grande companheiro que me apresentou o Programa Cultura Viva.

Ao meu querido orientador Mario Aquino Alves, que teve uma paciência santa até os últimos minutos desse trabalho, que teve um longo caminho a ser percorrido.

A todos os amigos da rua, principalmente ao Richard Fujisaka, pela amizade de todas as horas.

Aos amigos e amigas do mestrado da GV, Edson Sadao, Fernando Burgos, Paulo Vaz, Marina Bitelman e Lara Simielli e todos os outros, pelos momentos de aprendizado que tivemos juntos.

Aos professores da Fundação Getulio Vargas, em especial a Francisco Fonseca, Isleide Fontenelle, Kurt von Mettenheim, Marta Farah, e Peter Spink.

RESUMO

O presente trabalho analisa a formulação das políticas culturais no Brasil a partir da análise de dois casos bastante distintos: as leis de incentivo, formuladas no início da década de 1990, na esteira do neoliberalismo, e o Programa Cultura Viva, formulado no ano de 2004, no primeiro mandato do Presidente Lula. A partir da análise detalhada do contexto de formulação de cada uma das políticas culturais, bem como dos públicos efetivamente atendidos e dos valores disponibilizados, mostramos tratar-se de duas formas de políticas culturais que apontam para diferentes horizontes em termos de cidadania cultural. Na questão das leis de incentivo, analisamos a passagem do modelo fordista de acumulação para a acumulação flexível, relacionando a importância das estratégias de *branding* para as novas formas da cultura do consumo. No caso do Programa Cultura Viva, analisamos quais os grupos privilegiados, delimitando os alcances e limites dessa política. Em nossa abordagem, apoiamos-nos no referencial gramsciano de hegemonia, relacionando-a fortemente com a cultura numa sociedade de classes. Dada à singularidade do conceito de sociedade civil na abordagem do pensador italiano, além da evidente relevância que essa esfera assume com o ideário neoliberal, faz-se necessário uma análise histórica de sua evolução, na busca de evidências que apontem para uma política emancipatória a partir das ações nessa esfera, e no seu relacionamento com o Estado e o mercado.

Palavras-Chave: Políticas Culturais, Formulação de Políticas Públicas, Hegemonia, Sociedade Civil.

ABSTRACT

This study examines the formulation of cultural policies in Brazil through the analysis of two quite distinct cases: the laws of incentives created in the early 1990s, in the wake of neoliberalism, and Living Culture Program (Programa Cultura Viva), formulated in 2004, in President Lula's first term of. From the detailed analysis of the formulation context of each of the cultural policies, and the public that has actually attended and the values that have been available, it shows two forms of cultural policies that point to different horizons in terms of cultural citizenship. On the question of the laws of incentives, we analyze the transition from the Fordist model of accumulation to the flexible accumulation, listing the importance of the strategies of branding for new forms of consumerism culture; in the case of Living Culture Program, we analyzed whose groups have been privileged, and how it limits the scope this policy. In our approach is supported by the Gramscian concept of hegemony, crucial to understand culture in a class society. Given the uniqueness of the concept of civil society in the Italian thinker addressing, beyond the obvious relevance that this sphere assumes within the liberal ideology, it is necessary to develop a historical analysis of its evolution, in search for evidence that would suggest an emancipatory policy, and its relationship with the state and the market.

Keywords: Cultural Politics, Formulation of Public Policy, Hegemony, Civil Society.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	10
1.1. O interesse pelo Programa Cultura Viva	10
1.2. O propósito da pesquisa.....	11
1.3. Estrutura do Trabalho	21
2. METODOLOGIA DE PESQUISA	24
2.1. A Concepção do Problema	24
2.2. Objetivo Geral	26
2.3. Objetivos Específicos	26
2.4. Objeto de Estudo	26
2.5. Unidade de análise.....	27
2.6. Metodologia de Pesquisa.....	27
3. O CONCEITO DE SOCIEDADE CIVIL	33
3.1. Sociedade civil e a tradição jusnaturalista.....	34
3.2. A inovação do pensamento hegeliano	36
3.3. O marxismo	37
3.4. Gramsci e o conceito de hegemonia.....	39
3.5. O esquema de análise de Boaventura de Souza Santos	43
3.6. A sociedade civil e o “terceiro setor” no Brasil	44
3.7. O terceiro setor sob uma perspectiva organizacional	46
3.8. O neoliberalismo e a reforma do Estado	49
3.9. Por uma noção progressista de Estado ampliado	51
3.10. A nova sociedade civil e a ultra-valorização do “terceiro setor”	57
4. A EVOLUÇÃO DO CONCEITO DE CULTURA	61
4.1. Cultura, natureza e civilização.	61
4.2. Cultura como manifestação artística.....	65
4.3. Cultura e sua oposição à natureza	68
4.4. Cultura como história	70
4.5. Cultura, trabalho e identidade.....	72
4.6. Cultura – a diferença entre comunidade e sociedade	78
4.7. Cultura e políticas de identidade	79
4.8. Cultura e Multiculturalismo	82
4.8.1. Pluralidade de culturas e multiculturalismo	83
4.8.2. Multiculturalismo e ideologia.....	85
4.8.3. Multiculturalismo emancipatório	90
4.9. Cultura e pós-modernismo	95
5. POLÍTICAS PÚBLICAS E POLÍTICAS CULTURAIS.....	102
5.1. Políticas Públicas.....	102
5.1.1. Estado e atores na perspectiva marxista	103
5.1.2. O neo-institucionalismo.....	106
5.1.3. Corporações e atores na perspectiva da Análise Setorial	107
5.1.4. Perspectiva do State-in-Society	108

5.1.5.	Abordagem de nosso trabalho	108
5.2.	Políticas Culturais.....	109
5.2.1.	Tipos de intervenção estatal	109
5.2.2.	Política cultural contra-hegemônica?	113
5.2.3.	Democracia cultural.....	116
5.2.4.	Política multicultural	120
5.2.5.	Produção, difusão e fruição – categorias analíticas ou criações mercantilistas?	124
5.2.6.	Constrangimentos para uma verdadeira democracia cultural.....	128
5.2.7.	Indústria Cultural.....	130
5.2.8.	Os meios de comunicação de massa.....	133
5.2.9.	Histórico dos meios de comunicação de massa.....	138
6.	Leis de incentivo fiscal como forma de políticas culturais.....	151
6.1.	Os modos de acumulação capitalista – do fordismo à acumulação flexível	152
6.2.	Cultura de consumo e <i>branding</i>	175
6.3.	Leis de incentivo como política cultural.....	185
6.3.1.	Funcionamento do mecanismo	188
6.3.2.	Dados relevantes sobre as leis de incentivo.....	193
6.3.3.	Perspectivas sobre leis de incentivo como forma de políticas culturais.....	200
7.	PROGRAMA CULTURA VIVA	211
7.1.	Contexto de elaboração do Programa Cultura Viva	211
7.2.	Descrição do Programa.....	221
7.3.	As bases para a formulação do programa.....	229
7.4.	A implementação do Programa Cultura Viva.....	235
7.5.	As inovações do Programa Cultura Viva	240
8.	CONCLUSÃO.....	243
	BIBLIOGRAFIA	251
	ANEXOS	257

1. INTRODUÇÃO

1.1. O interesse pelo Programa Cultura Viva

Meu primeiro contato com o Programa Cultura Viva se deu por intermédio de um grande amigo, Rodrigo Nobile. Foi dele a sugestão de analisar o programa para um seminário que deveria preparar para a matéria Políticas Sociais e Descentralização, no segundo semestre do curso de mestrado em APG na FGV. O programa foi aceito para esse propósito, sob a alegação de que de alguma forma haveria a descentralização, seja de recursos seja de competências, de um ente federal para uma série de organizações da sociedade civil. Nascia assim meu enorme interesse pelo programa, interesse que desembocou no trabalho a seguir.

No primeiro slide do trabalho, cujo título era Identidade e Território, como provocação para a classe, coloquei a indagação “O que nos identifica?” Com isso queria saber o que de fato nos faz sentir brasileiros. Como possibilidades, estilo *brainstorming*, eu mesmo havia levantado algumas, como língua portuguesa, bandeira, seleção de futebol, carnaval, desigualdade social, miscigenação racial. O trabalho foi bastante elogiado, e suscitou ainda mais meu interesse, que levou a outro trabalho sobre o Cultura Viva, dessa vez com a análise dos aspectos organizacionais do programa para a matéria Gestão Pública Comparada, o que me levou de alguma forma para a análise do potencial formativo de redes e subredes de Pontos de Cultura ao longo do tempo, de forma que pudessem se transformam em aglutinadores de demandas relativas às áreas da cultura, salientado ainda a possibilidade de criação de formas e espaços alternativos para a circulação dessas manifestações por intermédio dessas novas redes e tentáculos.

Estamos certamente assistindo a um novo movimento de democratização na América Latina. A chegada ao poder de muitos governos de esquerda – dos quais o paraguaio Fernando Lugo, seguidor da teologia da libertação é apenas o último bom exemplo – se não rompe totalmente com os preceitos neoliberais em certos aspectos da economia, tem promovido uma nova forma de articulação política, baseada nos movimentos sociais, que pode ser o início de uma nova forma de criar espaços para a democracia participativa. O

Programa Cultura Viva apresenta uma nova forma de abordagem das políticas culturais, reconhecendo a existência de atores mais diversos e de alguma forma promovendo a sustentabilidade desses grupos, sem que se tenha uma ingerência autoritária sobre a gestão dos pontos, fomentando pela ação estatal o surgimento de novas formas de articulação, vinculadas a espaços mais amplos e plurais que podem ser um avanço para a democracia participativa em nosso país.

1.2. O propósito da pesquisa

Para os propósitos dessa pesquisa, obviamente a pergunta daquela exposição em aula se tornou muito mais ampla. Na verdade, sabemos que vivemos num país continental, extremamente heterogêneo e profundamente desigual, tanto social quanto espacialmente. O que identifica uma pessoa moradora do centro de São Paulo é um sistema de símbolos e valores bastante distintos de um morador da região amazônica. Podemos considerar mesmo senso comum que não temos uma única língua ou mesmo uma única bandeira, no termo mais poético. Mas temos uma seleção de craques que reina absoluta e milionária nos gramados do mundo, e que faz parte do imaginário coletivo do burguês e do proletário. Temos o carnaval, festa profana que também reúne as classes em torno de alguns dias de folia, e que faz girar de alguma forma a economia, mas que nas maiores cidades do país tem cada vez mais reunido grandes interesses corporativos para as vantagens publicitárias promovidas pela exposição da festa.

Nessa perspectiva, como tratar a questão cultural atualmente? O que realmente se entende por cultura em nosso país? O Estado deve ser um interventor com a função de garantir o acesso aos bens culturais de toda ordem, e os indivíduos devem ser considerados também beneficiários, um termo liberal e carregado de significado, como se fosse um “benefício” ser tratado com equidade pelo poder público por nós mesmos instituído? A cultura tem sido entendida como processo, como algo que precisa ser cultivado, como nas origens mais remotas da palavra, ou tem sido tratada como um evento, espetacularizado, ligando muitas das manifestações culturais e suas identidades a valores materiais da esfera estrutural? Mesmo na cultura como processo, como relação dialética entre o que nos é natural e aquilo

que vivenciamos no cotidiano, quais são os principais atores e instituições que controlam e são responsáveis pelo “refino” dos indivíduos?

Sabemos que instituições fundamentais na reprodução de valores e tradições como família, Igreja e universidade foram dilaceradas pela racionalidade do mercado, o que alterou radicalmente seu papel na sociedade contemporânea. E o que resulta desse refino? O refino de um alimento, por exemplo, refere-se ao processo industrial que retira dos alimentos suas propriedades naturais, obedecendo às exigências do mercado e empobrecendo-o nutricionalmente. O refino da folha de coca, por sua vez, possibilitou a criminalização de uma tradição milenar das populações andinas, levando morte e destruição aos grandes centros urbanos. A cultura precisa ser considerada um processo, daí a importância vital da análise das estruturas que têm garantido a reprodução aparentemente consensual dos valores vigentes na sociedade, promovendo uma visão de mundo que se torna hegemônica, mas que nem sempre reflete a sociedade como ela realmente se apresenta no mundo da vida real.

O *status* atingido pelos valores culturais não permite que o Estado trate a indústria cultural como trata as demais atividades econômicas. Os bens culturais têm suas singularidades, combinando o valor simbólico e o material, carregando identidades e valores, e cujos resultados transcendem o espectro econômico. As próprias categorias analíticas de produção, difusão e fruição de manifestações culturais refletem a mercantilização de uma atividade que passou a ser teleologicamente orientada para a produção de lucro por uma diversidade de agentes. Pretendemos, assim, promover uma análise crítica sobre a necessidade do processo linear de criação-difusão-fruição.

Nesse mesmo contexto, pretendemos mostrar como se dá a imbricação entre cultura e economia, mostrando como se formatou durante o século XX uma cultura de consumo. Analisaremos o processo de *branding*, lastro das leis de incentivo como formas de políticas públicas de cultura, e que permite que as empresas utilizem recursos públicos para patrocinar manifestações culturais por elas selecionadas, associando sua marca a espetáculos que muitas vezes se tornam mero adereço para a “festa da marca”. Mesmo

nesse caso, ao tratar a cultura como atividade econômica, empreenderemos esforços para verificar se existe uma distribuição plural do “superávit cultural” gerado pela cultura como atividade econômica.

Destarte, o sistema hegemônico dos meios de comunicação, como *media* entre a produção e veiculação cultural, também não pode ficar de fora de nenhuma análise relevante sobre políticas públicas de cultura. A questão da propriedade dos grandes grupos de comunicação e do sistema de concessão de rádio e TV também é primordial para a análise das políticas públicas culturais. Elementos como a grande concentração dessas propriedades, a rigidez do sistema de afiliadas e uma certa hegemonia da instância ao vivo no período atual são suficientes para tematizar essa discussão. Além disso, os maiores anunciantes nesses veículos são as grandes corporações nacionais e internacionais, incluídas aí também e principalmente as empresas de capital misto, como a Petrobrás, que tem um orçamento para a cultura infinitamente superior ao da pasta da cultura no poder executivo.

Na sociedade atual, os valores materiais interpenetraram-se cada vez mais fortemente às superestruturas, à esfera das ideologias. Pela ação do mercado, os bens materiais estão cada vez mais e mais rapidamente sendo transformados “artificialmente” numa necessidade superior à própria consciência dos homens, que se reconhecem e são reconhecidos com base nessa “hiperestrutura” ideológica. Passamos a ser identificados e reconhecidos (ou não) pelo carro que dirigimos, pela roupa e pelo tênis que usamos. Somos reconhecidos diretamente por diversos atributos da esfera material, com a importância (ainda) sumária do trabalho, com todo seu estoque de capital técnico-político, pelas possibilidades da carreira e da socialização com seus pares e relativos e pela carga diária cada vez maior do trabalho em nosso dia-a-dia, afetando e conformando toda nossa práxis e visão crítica da sociedade.

Somos demasiadamente identificados e reconhecidos ou não pela função que exercemos, como foi magistralmente retratado na pesquisa de Fernando Braga da Costa, que trabalhou com garis no campus da USP em sua dissertação de mestrado e que mostrou a invisibilidade pública daqueles que trabalham em atividades consideradas subalternas. Mas como tratar da identificação e do reconhecimento pelo trabalho num momento em que a

maioria dos indivíduos que ainda estão na formalidade se encarregam de funções consideradas subalternas, como segurança, limpeza e atendimento em geral das demandas materiais de uma pequena burguesia?

A influência da esfera material nos processos de identidade e reconhecimento será uma das tônicas desse estudo comparativo de políticas públicas. Intervenções da esfera material nas questões culturais têm se apresentado como poderosas forças na manutenção de uma determinada ordem na sociedade. A utilização de recursos públicos para a produção e difusão de bens culturais deveria pautar-se sempre pela universalidade de acesso e fruição, o que não tem acontecido até então. Na realidade, a globalização atingiu níveis surpreendentes de penetração na sociedade, demandando cada vez mais a disseminação de valores de classe que, travestidos de consumo e de representação, são transformados em valores universais, naturalizados como o ar que se respira.

Como deve ser tratada então a temática da cultura para que uma política pública possa ser realmente redistributiva em um país tão desigual como o nosso? As leis de incentivo fiscal como políticas públicas de cultura, por seu turno, nasceram pela demanda das classes artísticas organizadas que viram secar suas fontes de recursos pelo governo Collor e pressionavam a promulgação de novas leis como forma de verem financiadas suas atividades vinculadas à cultura. Produtores, diretores, e a nova e singular figura do captador de recursos, aquele que de alguma forma sabe os caminhos ideais para a submissão do projeto dentro do Ministério da Cultura, passaram a capitanear o destino dos recursos públicos.

Nesse caso, alguns aspectos relacionados à fruição precisam ser ressaltados. Mesmo um indivíduo das classes médias e altas que ainda consiga freqüentar com certa regularidade salas de cinema, teatros e grandes espetáculos também acaba sendo penalizado pelas leis de incentivo baseadas na renúncia fiscal e termina por pagar duas vezes para assistir ao mesmo espetáculo. A primeira indiretamente na forma de renúncia fiscal, operada pelo Estado na medida em que este abre mão da “operacionalização” de uma manifestação cultural em prol de produtores contratados a peso de ouro pelas grandes corporações. O segundo pagamento

se dá diretamente na boca do caixa, quando o indivíduo tem que desembolsar os altos valores cobrados nesses espetáculos. Como exemplo, vale citar a turnê *Saltimbanco* do *Cirque du Soleil*, em que uma instituição financeira utilizou R\$ 9,4 milhões¹ das leis de incentivo. Como os ingressos da turnê custaram de 50 a 370 reais², vem à tona a questão da universalidade de acesso, uma vez que mesmo pagando duas vezes apenas uma ínfima parcela da população consegue beneficiar-se do sistema de incentivos.

Pretendemos mostrar que as leis de incentivo se enquadram nos marcos do neoliberalismo, em que todo indivíduo fica responsável pela busca do consumo de seus bens mais necessários, inclusos aí os bens culturais, de tal sorte que grande parte da população, alijada de seus direitos mais básicos, de nada podem fruir além de produções espetacularizadas cujas produções estão capitaneadas pelas grandes corporações. Em conjunto com os grandes grupos de telecomunicações e uma pequena casta de produtores, atuam como verdadeiros aparelhos privados de hegemonia. Acreditamos que esses atores da esfera material, ao receber vultosos recursos públicos voltados à temática da cultura, passam a contar com um poderoso instrumento para a propagação aparentemente consensual de uma determinada visão de mundo, um sistema de símbolos, valores e normas que, acreditamos, vem suportar e reproduzir uma determinada ideologia que leva somente à manutenção do atual sistema de classes.

No caso do Programa Cultura Viva, assistimos a uma nova fase no tratamento da cultura pelo Estado em nosso país, como pode ser observado no discurso do sincrético poeta-ministro Gilberto Gil: *“O Século 21 encontra um Ministério da Cultura em busca de programa, identidade e meios. Reduzido ao papel de gestor das leis de incentivo, que apresentam limites e distorções evidentes. Assim, é preciso encarar os reflexos de ziguezagues do passado: há mais servidores aposentados do que na ativa; o orçamento é o menor da Esplanada; instituições, instrumentos e vontades estão desarticulados; os*

¹ De acordo com matéria veiculada na seção Ilustrada, do jornal Folha de São Paulo de 26/04/2006, “A empresa CIE (Companhia Interamericana de Entretenimento, de origem mexicana), que promove a vinda do espetáculo “Saltimbanco” ao Brasil, foi autorizada pelo MinC (Ministério da Cultura) a ficar com R\$ 9,4 milhões que o governo receberia em Imposto de Renda neste ano”. A matéria pode ser acessada em <http://www1.folha.uol.com.br/folha/ilustrada/ult90u59903.shtml>

² Os valores dos ingressos da turnê constam da mesma matéria citada na nota 1.

balcões atendem os “escolhidos” (GIL, 2005). A expressão “balcões” certamente salta aos olhos de qualquer um que tenha alguma familiaridade com os jargões marxistas. Para Marx, o Estado não seria nada mais do que uma criação da burguesia, para atender seus próprios interesses, “um balcão para administrar os negócios comuns de toda a classe burguesa”. No caso da cultura, a questão se torna ainda mais grave, uma vez que através da cultura – não somente, mas principalmente por ela – formatamos nossa visão de mundo.

Uma das principais inovações do programa diz respeito à forma como o governo vem se relacionando com as organizações proponentes, principalmente na forma de acolhimento de projetos. Não existe um modelo definido para as organizações que pretendem receber recursos do governo, seja com relação às instalações físicas, seja com relação ao tipo de atividade cultural a ser financiada. O Programa parte do princípio de que a cultura já acontece em todos os lugares da sociedade, cabendo ao governo apenas apoiar essas organizações que já executam ações de caráter social e cultural, de forma que se relacionem organicamente com as outras instituições de sua região. Essa articulação do que já existe seria uma espécie de massagem, um *do-in* antropológico, expressão bastante peculiar e que se encaixa perfeitamente no caso do poeta-ministro e que pode mostrar uma interpretação diferenciada pelo Estado da diversidade de processos sociais que formam e se formam no cotidiano dos indivíduos.

A formulação do Programa Cultura Viva apresenta aspectos diametralmente opostos às formas de política cultural existentes até então, de forma mais “horizontal” com relação ao que já acontece e existe, ao invés de um produtor cultural que busca um espetáculo internacional para em conjunto com uma grande empresa “captar” recursos do governo. Na realidade, os próprios formuladores do Programa apresentam-no como sendo um projeto contra-hegemônico. Nesse sentido, usaremos o referencial analítico sobre hegemonia de Gramsci, fazendo mister entender sua visão sobre a sociedade civil. Ao propor uma substancial alteração no entendimento da cultura na teoria marxista clássica, sem no entanto se afastar de suas principais formulações, o autor se tornou uma das principais referências com relação à hegemonia, relacionando-a diretamente com a cultura numa sociedade de classes. Para o autor, a hegemonia seria uma poderosa arma para as classes dirigentes, e

ocorreria no relacionamento entre Estado e sociedade civil, baseada ora na coerção ora no consenso, de forma a apontar a direção político-cultural para toda a sociedade. Dessa forma, faz-se extremamente necessário analisarmos o conceito de sociedade civil ao longo do tempo, sinalizando as principais alterações para que o conceito possa ser usado numa perspectiva progressista ou anti-liberal nos dias de hoje.

Não pretendemos aprofundar nossa discussão sobre o impacto do programa nem de seus problemas – que ainda são muitos e que serão apenas levantados e comentados na última seção. Pretendemos abordar a questão da formulação das políticas culturais como um dos principais arranjos no sentido de se obter a hegemonia nos termos gramscianos por toda uma sociedade. Estabelecida na tensa relação entre sociedade civil e Estado, a temática cultural também foi atravessada pelo ideário neoliberal, que pendeu o já tenso balanço entre Estado e sociedade civil mais para o lado dos interesses privados. As leis de incentivo fiscal passaram a ser usadas como armas na disseminação de marcas – e o espraiamento de idéias e visões de mundo que podem acompanhar qualquer mercadoria que precise de um valor de troca.

Nesse caso, a relação entre Estado e sociedade civil, ao “liberar” para o mercado um processo que deveria ser pautado pela mais total e plena universalidade, cria a possibilidade de alcançar consumidores-cidadãos de formas transcendentais, de tal sorte que podem ser relacionadas a um projeto hegemônico, que se reproduz cada vez mais e mais rápido por todo o globo, por intermédio de um modo de acumulação flexível, não completamente teorizado e que caminha ao lado dos mais indesejáveis aspectos do fordismo em algumas regiões do globo.

O Programa Cultura Viva reconhece de forma inédita o sincretismo de nossa sociedade, e de forma inovadora se propõe a fornecer recursos financeiros, técnicos e institucionais a essas organizações. Não se trata do patrocínio de uma grande empresa que por intermédio de uma fundação atua com recursos públicos no apoio de um coral da periferia, que emociona os fornecedores da empresa benemérita em nome da mercantilização de uma demanda social. Em termos políticos, trata-se de uma abertura do Estado, uma nova fase no

relacionamento com as organizações da sociedade civil, reconhecendo diferenças que existem e reafirmando-as, criando uma possibilidade inédita de articulação política entre essas várias organizações, ligadas a todo momento por um instigante processo de mimetização, articulando demandas, provocando debates, colocando os indivíduos em coletivos que criam consensos dentro de campos políticos mais multiculturalmente democráticos. Posiciona-se frente ao multiculturalismo de forma inédita: privilegia a diferença, o marginal, o residual, e o dissidente, acreditando que os processos culturais são constitutivos das dinâmicas que, “implícita ou explicitamente”, procuram redefinir formas de poder social, em que o próprio processo contribui para a transformação das culturas políticas e das definições daquilo que, em um dado contexto, conta como “político” (SANTOS, 2003). Reconhece-se o processo, ao invés de elevar ou mascarar a condição de um produto.

O caminho para uma contra-hegemonia passa necessariamente pelo aspecto da cultura. A formulação de uma forma diferenciada de política pública, baseada no reconhecimento das diferenças e das contradições, especialmente na área cultural, certamente deve ser objeto de estudo, principalmente com relação aos impactos da formulação desse programa em outros da esfera federal ou local. Assim, poderíamos começar a abrir uma grande porta para um novo patamar de relacionamento entre política e cultura, caso pensemos nas idéias do professor venezuelano Daniel Mato:

Pienso que es mas fructífero assumir que “cultura” no es una cosa o conjunto de cosas, ni tampoco un conjunto de atributos que cabría suponer que caracterizarían a um certo conjunto de sujetos, sino que es una perspectiva, una manera de ver, mirar e interpretar los procesos sociales. (...) Si, aceptamos esta propuesta interpretativa, entonces nuestras miradas y análisis de los aspectos culturales de los procesos sociales contemporáneos no se limitarán a “las artes” , “la cultura popular”, “las industrias culturales” , etc, sino que comprenderán los aspectos de producción de sentido presentes en todas las prácticas sociales. De manera análoga la idea de políticas culturales (...) comprendería todos los ámbitos de la experiencia, al punto que más que pensar em términos de “políticas culturales”,

habria que hacerlo en terminos de “aspectos culturales de las políticas”, y según el caso “de las políticas públicas”, o de las políticas de tal o cual actor social. Esto nos permitirá ver que las políticas de vivienda, alimentación, educativas, económicas, de salud, de habitat e territorio, ambientales, etc, etc, todas ellas tienen aspectos culturales muy relevantes, tanto desde el punto de vista de las visiones de mundo desde las cuales se proponen, como de lo que contienen y/o se proponen (MATO, 2001; p. 25-26).

A principal contribuição de Antonio Gramsci para nosso trabalho reside na sua peculiar visão sobre política e cultura. Afastando-se do marxismo vulgar, do materialismo histórico como força que acorrenta o indivíduo nas suas necessidades mundanas, parte-se exatamente da dialética entre liberdade e necessidade para se conformar os novos sujeitos coletivos hegemônicos de cada período. Pela macro-ampliação do conceito de política, afastando-se de concepções liberais reducionistas, do momento tópico espetacularizado como forma de consubstanciação de um movimento, aproxima-se de um processo que ocorre diariamente para todos os indivíduos, como movimento em busca de uma finalidade, gerando relações de poder e assimetria de forças que podem ou não ser impeditivos para a maior participação dos indivíduos na busca de uma real universalidade, do engajamento na política mais ampla, aquela que pode ser emancipatória.

Esse é o vínculo fundamental com a cultura, com aquilo não apenas de que vivemos, mas essencialmente aquilo para o que vivemos, nosso posicionamento como ser social, nossas aspirações e nossas relações de inter-subjetividade. Aqui reside o núcleo constitutivo entre política e cultura, entre o desenvolvimento maior da força que nos liga como seres humanos e que pode servir como elo de manutenção para toda nossa espécie. A singularidade de Gramsci dentro do pensamento marxista está no seu afastamento de uma visão estanque sobre essa ligação entre a política e a cultura – apontando que existe um lugar que não de prioridade, mas sim de dialeticidade, de construção histórica entre os termos. O desenvolvimento de uma sociedade civil forte – se não totalmente pelo menos mais independente do Estado e do mercado – pode lançar mão da cultura com vistas à ação coletiva progressista, levando ao momento de catarse, em que uma classe supera seus

interesses econômicos econômico-corporativos imediatistas e cria-se um novíssimo sujeito universal consciente da história e da sua estória.

Coutinho lembra que se uma classe social não for capaz de realizar essa “catarse” não pode se tornar *classe nacional*, que possa representar os interesses de um bloco histórico majoritário, sem a possibilidade assim da conformação de uma nova hegemonia. Para ele, seria o equivalente gramsciano da passagem da “classe-em-si” (Marx), ou da elevação da consciência trade-unionista à consciência político-universal de classe (Lênin). Coutinho ressalta, entretanto – e esse é um dos aspectos fundamentais de nosso trabalho – que seria equivocado limitar o conceito gramsciano de “catarse” a esse exemplo da consciência de classe,

pois é ontologicamente correto dizer que toda forma de práxis, inclusive a que não se relaciona diretamente com a formação da consciência e da ação política das classes, implica a potencialidade do “momento catártico”, isto é, a potencialidade de uma passagem da esfera da manipulação imediata – da recepção passiva do mundo – para a esfera da totalidade (da modificação do real); ou, o que é um outro aspecto do mesmo processo, a passagem da consciência “egoística-passional” (particularista) para a consciência universal (para a consciência de nossa participação no gênero humano) (COUTINHO, 2007; p. 92)

O Programa Cultura Viva acertadamente aposta exatamente na potencialidade daquela esfera que, como forma aparentemente neutra, parece não atuar diretamente na criação de uma consciência política das classes. Ao articular de forma inovadora a cultura, sem dirigismos ou liberaisismos demasiados, como uma nova forma de manifestação das subjetividades, respeitando suas dimensões simbólicas, de cidadania e de valor econômico agregado, o programa passou a reconhecer efetivamente aquilo que já é produzido exatamente por públicos que atuam à margem da indústria cultural. Renegados pela mundialização, esses movimentos são interlocutores infinitamente mais legítimos na busca de uma solução progressista para os problemas sociais brasileiros do que uma fundação ou instituto empresarial ligado a um grande conglomerado financeiro, devendo assim ser

apoiados por uma política cultural que seja pública, além de serem passíveis de estudos seriamente comprometidos com impactos em nossa realidade social. Certamente os Pontos de Cultura também poderiam ser chamados de “Pontos de Catarse”, em busca da formação de novos “aparelhos públicos de hegemonia”, com o devido e crescente afastamento do mercado e na busca da formação de um verdadeiro Estado regulado pela própria sociedade humana, politizada, socializada, comunizada.

1.3. Estrutura do Trabalho

No capítulo I apresentamos a estrutura do trabalho.

No capítulo II, apresentaremos a metodologia da pesquisa.

No capítulo III abordaremos as diversas concepções históricas assumidas pelo termo sociedade civil e as diferentes formas de seu relacionamento com o Estado. Neste caso, vamos privilegiar as idéias de Antonio Gramsci, relacionando sociedade civil, cultura e hegemonia, além do esquema analítico de Boaventura de Souza Santos, que questiona a existência de apenas “uma sociedade civil”. Trataremos ainda da temática da reforma do Estado e de sua imbricação com os marcos do neoliberalismo na América Latina e no mundo, com os ideais do Estado mínimo e da participação da sociedade civil na formulação e implementação das políticas públicas. Nesse caso, admitimos desde já nossa recusa teórica em confundir qualquer versão de sociedade civil com *constructos* como terceiro setor e adjacências. Se não podemos nos opor ao desenvolvimento dessas forças, devemos pelo menos ser capazes de criticá-las com propriedade analítica e principalmente histórica. Dessa forma, apontando o reflorescimento da sociedade civil, pretendemos iniciar a contextualização do cenário em que são aprovadas as leis de incentivo para a área cultural na década de 90.

No capítulo IV analisaremos o conceito de cultura e sua evolução ao longo do tempo. Analisando principalmente as idéias de Marilena Chauí, Terry Eagleton, Boaventura Santos e Raymond Williams, promovendo uma análise etimológica do termo, o afastamento e a

aproximação com natureza, sua relação com civilização e com história, identidade e trabalho. Analisamos também cultura como modo de vida e artes, além da captura dos conteúdos particulares em nome de interesses supostamente universais, tanto por parte do Estado como principalmente pelo mercado. Nesse contexto, discutimos as políticas de identidade e multiculturalismo.

No capítulo V relacionamos uma possível tipologia de política cultural, apontando a importância do reconhecimento dos diversos atores constitutivos e constituintes da dinâmica social. Relacionamos ainda alguns entraves para o pleno desenvolvimento de uma real política contra-hegemônica que promova uma plena democracia cultural, analisando o histórico dos meios de comunicação de massa, notadamente a televisão, além da concentração no Brasil da propriedade desses meios de comunicação em algumas poucas famílias.

No capítulo VI analisaremos o contexto da formulação e implementação das leis de incentivo à cultura na década de 90, notadamente da Lei Rouanet, abordando o esquema das leis de incentivo como políticas públicas de cultura, apontando os atores relevantes para o funcionamento desse mecanismo e como esses interesses têm sido representados com recursos públicos. Primeiramente, mostraremos as principais mudanças do modo de acumulação fordista para o modo de acumulação flexível, baseados nas idéias de Harvey e Antunes, debatendo a financeirização internacional e as novas formas flexíveis de trabalho, onde pretendemos relacionar também com uma nova fase de cultura de consumo. Tentaremos mostrar que as leis de incentivo como forma de intervenção estatal no ambiente cultural não somente atendeu aos ideais do neoliberalismo de esvaziamento do papel do Estado, como foi uma necessidade de um capitalismo cada vez mais anônimo ávido por transformar suas marcas em “supermercadorias”.

No capítulo VII vamos proceder à análise do Programa Cultura Viva. Vamos apresentar os principais aspectos do Programa, mostrando sua formulação e a institucionalização de uma rede de Pontos de Cultura que hoje conta com cerca de 650 pontos, e com expectativa de chegar a 20.000 pontos em 5 anos. Mostraremos as inovações metodológicas do Programa,

sua transversalidade e abordagem da cultura como representação simbólica, como forma de cidadania e como atividade econômica, formando uma rede de pontos que pode se articular em torno de demandas coletivas, ampliando o espectro da democracia participativa.

No capítulo VIII apresentamos um quadro comparativo sobre as duas formas de intervenção estatal e nossas principais conclusões do trabalho sobre políticas culturais.

2. METODOLOGIA DE PESQUISA

2.1. A Concepção do Problema

A formulação de políticas públicas voltadas para a área cultural pode variar desde um modelo totalitário baseado na ingerência total do Estado até um modelo de parceria com a sociedade civil, em que o Estado disponibiliza recursos institucionais e financeiros para os atores da sociedade poder utilizar da melhor maneira possível. Seja qual for o modelo adotado, a forma como esses recursos são disponibilizados se torna fundamental para a manutenção do processo de hegemonia nos termos gramscianos. A política cultural cumpre um papel decisivo na construção de processos institucionais e discursivos, no qual membros de culturas marginalizadas, residuais, dissidentes sejam capazes de liberar suas demandas e necessidades, transformando-as democraticamente, valorizando os aspectos pedagógicos da luta pelos direitos dessas minorias.

O modelo das leis de incentivo à cultura articulados na década de 90 baseados na renúncia fiscal tem sido utilizado pelas grandes corporações – atores com maior capacidade de articulação e que conseguem em conjunto com renomados produtores culturais a submissão de projetos na estrutura do Ministério. Os interesses atendidos passaram a ser as grandes corporações, utilizando-se do mecanismo de isenção para defender um posicionamento de marca, num processo conhecido por *branding*, em que a marca da empresa se utiliza de manifestações culturais selecionados ao sabor dela mesma para se fixar nas mentes dos consumidores. Dentro da tônica neoliberal do Estado mínimo, a retirada de poderes do Estado apenas foi deslocada para o mercado – que tenta historicamente se incutir através da ideologia do consumo como o único espaço aparentemente universal para as pretensões de toda a humanidade.

O Programa Cultura Viva, por outro lado, parece conformar uma nova fase nas políticas culturais. Ao reconhecer a diversidade da sincrética sociedade brasileira, o Estado se torna mais aberto, mais “poroso” aos anseios de uma sociedade organizada em torno de manifestações culturais – em suas várias formas e propósitos, seja um ritual religioso que

ainda nos liga a alguma forma de universalidade seja uma roda de capoeira em que o mestre angolano ainda ensina os preceitos de uma arte trazida pelos escravos africanos. O Programa inova ao privilegiar também outros atores legítimos nos processos de produção cultural, ao invés de apenas as chamadas “organizações da sociedade civil” – e que é quase uma redundância, como nos lembra Mário Aquino Alves – e tem se conformado habilmente como recurso discursivo para reduzir o termo ao *constructo* terceiro setor. O Programa se afasta de alguma forma dos interesses desses atores envolvidos com as grandes corporações, seja pelos profissionais de marketing seja pelos tentáculos das suas fundações e institutos, o que pode ser interessante para fomentar uma maior democracia multicultural. O programa marca um novo paradigma na concepção do relacionamento Estado/sociedade civil, diferenciada por uma relação de gestão compartilhada, privilegiando atores bastante distintos daqueles que se constituíram em torno dos interesses das leis de incentivo, notadamente os grandes grupos empresariais e suas instituições “sem fins lucrativos” – em que o lucro de uma “boa polida” na imagem da marca nunca pode ser desconsiderado, com todas as implicações institucionais que essa dimensão pode suscitar.

Ao entender as perspectivas simbólicas, políticas e econômicas, existentes e constituintes dos processos culturais, e ao reconhecer atores diferenciados desses processos, o Estado permite a articulação de uma grande rede de Pontos de Cultura, promovendo o intercâmbio entre organizações com demandas e necessidades reprimidas, que dentro de um espaço de debate mais amplo pode formar alianças e promover lutas coletivas em torno de interesses construídos democraticamente. Além do resultado político, o programa pode fomentar também a criação de uma nova esfera de circulação de manifestações culturais alternativas, que podem ser consideradas contra-hegemônicas, na medida em que muitas delas são feitas por aqueles considerados excluídos pelos próprios detentores dos meios de produção e circulação cultural da grande mídia.

Não pretendemos nos aprofundar na questão da implementação do Programa, pois exigiria muito tempo e recursos que não puderam ser disponibilizados para nosso trabalho. Obviamente que alguns problemas serão levantados, muitos dos quais entraves políticos para a disseminação da rede, e que pode mesmo minar a legitimidade do Ministério no

médio e longo prazo. Concentraremos-nos na formulação da política, na diversidade dos atores privilegiados, na questão da contra-hegemonia e na possibilidade do fomento de novas formas de atuação coletiva promovidos pelo Programa. Boaventura de Souza Santos lembra que em alguns casos *a linguagem da cultura e do multiculturalismo pode ser utilizada como um recurso estratégico fundamental, como modo de tornar mutuamente inteligível e partilhável a reivindicação da diferença.*

2.2. Objetivo Geral

Analisar os interesses atendidos e o contexto de formulação das políticas culturais como leis de incentivo fiscal, no caso da Lei Rouanet e como financiamento direto do Estado, no caso do Programa Cultura Viva.

2.3. Objetivos Específicos

- Promover uma análise histórica do conceito de sociedade civil.
- Analisar o conceito de cultura, relacionando-o com hegemonia numa sociedade de classes.
- Relacionar o processo de acumulação flexível do capitalismo e a cultura de consumo, analisando os interesses em torno de uma política cultural como forma de incentivo fiscal.
- Relacionar o Programa Cultura Viva como uma inovação na formulação de política cultural, destacando aspectos como diversidade-identidade dos atores atendidos, além das possibilidades de lutas coletivas em torno da rede de Pontos de Cultura.
- Identificar os alcances e limites da contra-hegemonia do Programa Cultura Viva como política pública de cultura

2.4. Objeto de Estudo

Duas formas distintas de política cultural: as leis de incentivo fiscal formuladas na década de 90, notadamente a Lei Rouanet; e o Programa Cultura Viva, formulado em 2004, atualmente com uma rede de 650 Pontos de Cultura.

2.5. Unidade de análise

A **unidade de análise** a ser considerada em nosso estudo serão exatamente as políticas culturais selecionadas, na dimensão dos grupos e atores envolvidos na formulação e na implantação das políticas, bem como e principalmente as contradições ocorridas durante o processo de consolidação da política cultural e que podem elucidar as relações de poder realmente exercidas nesse processo. Acreditamos com isso ser possível *capturar e entender a dinâmica da vida organizacional, tanto no que diz respeito às atividades e ações formalmente estabelecidas quanto àquelas que são informais, secretas ou mesmo ilícitas* (GODOY, 2006)

2.6. Metodologia de Pesquisa

Nosso trabalho será desenvolvido a partir de um estudo de caso qualitativo, analisando-se com profundidade as duas formas de intervenção estatal na área cultural e que parecem caminhar em direções opostas quanto à sua formulação, principalmente no tocante aos públicos atendidos e às formas de relacionamento do Estado com a sociedade civil. Assim, emprestando uma das possíveis definições de Godoy, pretendemos trabalhar num *estudo de caso intensivo por meio do qual se visa aprofundar uma unidade de análise claramente especificada* – em nosso caso, a política cultural.

Godoy explica também que apesar de ser constituinte da caracterização do estudo de caso a forma da pesquisa a ser executada, ou seja, o tipo de instrumento a partir do qual se pretende analisar um fenômeno, a particularidade do estudo de caso reside no tipo de questão ao qual se pretende responder, e cujo foco de interesse estaria no individual, no específico (GODOY, 2006). Nesse sentido situa-se nosso interesse pelo estudo de dois casos de intervenção estatal, em momentos históricos distintos, a partir de lógicas e

fórmulas distintas de relacionamento com a sociedade civil. Apoiada por Stake, Godoy ressalta que *a principal diferença do estudo de caso e outras possibilidades de pesquisa é o foco de atenção do pesquisador que busca a “a compreensão de um particular caso, em sua idiossincrasia, em sua complexidade* (STAKE, apud GODOY, 2006).

Apoiada por Merriam, Godoy lembra que o estudo de caso qualitativo refere-se a *uma descrição (holística e intensiva) de um fenômeno bem delimitado (um programa, uma instituição, uma pessoa, um grupo de pessoas um processo ou uma unidade social)*, ressaltando também o interesse focado mais na *compreensão dos processos sociais que ocorrem num determinado contexto do que às relações estabelecidas entre variáveis* (MERRIAM, apud GODOY, 2006).

Nosso trabalho se pretende então a cumprir o menos o papel de verificador de hipóteses e mais o trabalho de descoberta, com a relação dialética da descrição e da interpretação, empreendendo esforços para estudar ao máximo um determinado caso, com suas especificidades, na busca de uma estrutura comparativa que possa ser usado para outros casos. Os estudos de caso buscam *responder a questões sobre processos (“por que” e “como” as coisas acontecem), assim como a questões de compreensão que procuram descrever e interpretar “o que” aconteceu numa determinada situação* (GODOY, 2006). Numa metáfora, nosso trabalho pretende colocar uma lente de aumento em dois momentos das políticas culturais com o intuito de descobrir não somente as principais variáveis do processo, mas principalmente a sistemática das suas relações para a conformação de cada política cultural.

A partir dessa abordagem, podemos entender, por exemplo, as relações de cada um dos casos de política cultural com o sistema hegemônico dos meios de comunicação, sem fazer com isso que tenhamos que nos preocupar com a análise detalhada desse sistema, mas sim com as principais relações que se estabelecem com cada forma das políticas culturais analisadas. Obviamente que existem algumas variáveis que deverão ser analisadas e são definidas *a priori*, como os grupos atendidos, os valores repassados e os mecanismos de relacionamento Estado/sociedade civil, mas o próprio levantamento das variáveis

significativas para nosso estudo emerge também do processo da busca de informações existentes sobre as políticas culturais.

Godoy destaca ainda que o fenômeno a ser estudado não deva ser isolado de seu contexto (GODOY, 2006). Devido à alta complexidade dos significados assumidos pelo tema das políticas culturais, o destaque da autora merece atenção redobrada. No caso da cultura, temos uma infinidade de significados que evoluíram ao longo do tempo e das regiões, o que vai demandar um intenso trabalho como forma de dar conta dessas mutações, mostrando suas principais causas e conseqüências, inerentemente ligadas ao seu contexto. No caso da política, a situação pode ficar menos desconfortável exatamente quando relacionarmos o que se deveria esperar de uma política cultural que seja realmente pública, o que de alguma forma pode revelar o vínculo orgânico entre os termos política e cultura, fomentando uma visão mais ampliada sobre as políticas culturais.

Uma das dimensões a serem analisadas em nosso trabalho é exatamente esse núcleo constitutivo comum da política e da cultura, em seus diversos contextos e fases históricas. Entretanto, pelo próprio caráter heurístico do estudo de caso apontado pela autora, outros *insights* certamente surgirão para auxiliar a compreensão e descoberta de novos significados para o tema das políticas culturais. Corroborando com nossa escolha pelo método, Godoy lembra ainda, apoiada por Hartley, que o estudo de caso *tem permitido rastrear processos de mudança, identificando e analisando as forças históricas, pressões conceituais e a dinâmica dos vários grupos de stakeholders na aceitação ou oposição a tais processos, em uma ou mais organizações, ou em grupos específicos no seu interior* (HARTLEY, apud GODOY, 2006).

A autora nos lembra outra característica do estudo de caso, o particularismo, e o estudo de caso *deve estar centrado em uma situação ou evento particular cuja importância vem do que ele revela sobre o fenômeno objeto da investigação* (GODOY, 2006), o que nos leva à apresentação da **justificativa pela escolha** dos dois casos em questão. A principal razão para a escolha desses dois casos está exatamente nas especificidades de formulação de cada um deles, que parece apontar alternativas bastante distintas. A partir da comparação em

profundidade das especificidades de cada um deles, das formas de relacionamento entre suas variáveis, pretendemos compreender o fenômeno das políticas culturais na contemporaneidade brasileira.

No caso da lei de incentivo fiscal, formulada a partir da década de 90, vivíamos um período de intensa expansão do neoliberalismo, principalmente nos países latino-americanos, tendência que se tornava mundial no período, pregando como solução para a crise do *welfare state* o Estado mínimo, a privatização, a focalização na temática social e a maior participação da sociedade civil nos processos culturais. O Programa Cultura Viva, por seu turno, formulado em 2004 quando do primeiro mandato do presidente Lula, parece marcar um novo paradigma nas políticas culturais, incorporando subjetividades e demandas dos grupos marginalizados. Assim, parece compreender os processos culturais para além de seus aspectos econômicas, priorizando as questões simbólicas e de representação, privilegiando atores organicamente ligados aos seus territórios, apresentando e representando as necessidades dos indivíduos desses grupos mais como cidadãos e menos como consumidores ou contribuintes.

A autora lembra ainda o fato de que *os estudos de caso adotam um enfoque indutivo no processo de coleta e análise de dados*, de sorte que os pesquisadores buscam informações a partir das percepções daqueles que estão envolvidos com os processos, ou sobre a percepção dos outros estudos que já existem sobre o fenômeno, colocando em “suspensão” suas percepções sobre o tema que está sendo estudado. Pelo fato de estudarmos as relações do Estado com os atores da sociedade civil no tocante à distribuição de recursos, relacionamento que para o bem ou para o mal já se enquadra num quadro normativo bastante complexo, algumas colocações podem parecer mais normativas do que de costume, como reflexo mesmo das utopias de qualquer pesquisador das ciências sociais sobre a construção de um Estado mais democrático. Assim, mesmo na questão das políticas culturais, objeto de nosso estudo e que nos afeta direta e diariamente, tentaremos manter o necessário distanciamento de nossas crenças e valores, sabendo mesmo *que as exigências que um estudo de caso faz em relação ao intelecto, ao ego e às emoções de uma pessoa são*

muito maiores do que aqueles de qualquer outra estratégia de pesquisa (YIN apud GODOY, 2006).

Com relação a uma possível tipologia dos estudos de caso, Godoy nos lembra que podem ser de três tipos: descritivo, *ao apresentar um relato detalhado de um fenômeno social que envolva, por exemplo, sua configuração, estrutura, atividades, mudanças no tempo e relacionamento com outros fenômenos*; interpretativo, *que além de conter uma rica descrição do fenômeno estudado, busca encontrar padrões nos dados e desenvolver categorias conceituais que possibilitem ilustrar, confirmar ou opor-se a suposições teóricas*; por fim, o caso avaliativo, quando a preocupação é gerar dados e informações obtidos de forma cuidadosa, empírica e sistemática, com o objetivo de apreciar o mérito e julgar os resultados e a efetividade de um programa. A tipologia não pode ser encarada de maneira estanque, e autora que enquanto alguns estudos de casos são meramente descritivos, muitos se constituem numa combinação de descrição e interpretação ou descrição e avaliação. (GODOY, 2006).

Nosso trabalho pretende ser um **estudo de caso descritivo e avaliativo**, dentro de uma subcategoria na área de estudos organizacionais, que Godoy apoiada em Stablein identifica como “geradores de teoria”, tendo como objetivo a descoberta de proposições teóricas generalizáveis encontradas a partir da imersão do pesquisador no campo (STABLEIN, apud GODOY, 2006). Partindo de uma formulação inicial sobre o fenômeno das políticas culturais até a interpretação dos resultados passaremos por uma interação permanente e flexível entre os dados e a teoria, entre o empirismo e a cientificidade. Em nome do rigor científico, tentaremos garantir uma interação mútua entre o que é conhecido e aquilo que se deseja conhecer, fazendo um monitoramento contínuo do “encaixe” dos dados no sistema conceitual interpretativo que está sendo gerado (GODOY, 2006).

A autora salienta um outro aspecto importante sobre a metodologia e que será característica de nosso trabalho. Para ela, no estudo de caso *os procedimentos descritivos estão presentes tanto na forma de obtenção dos dados (transcrições de entrevistas, anotações de campo, vários tipos de documentos) quanto no relatório de disseminação dos resultados* (GODOY,

2006), a partir das relações encontradas na análise dos dados. Em nosso caso, as fontes para as análises de dados serão prioritariamente as seguintes:

- Artigos, livros e periódicos sobre a bibliografia pertinente
- Entrevistas com especialistas em políticas culturais
- Informações oficiais do site do Ministério da Cultura
- Pesquisa quantitativa e qualitativa realizada pelo Laboratório de Políticas Públicas da Universidade Estadual do Rio de Janeiro sobre o Programa Cultura Viva
- Participação do pesquisador na segunda TEIA, encontro dos Pontos de Cultura realizado em Belo Horizonte em novembro de 2007.

Por fim, com relação à análise dos dados apresentaremos alguns princípios discutidos por Godoy com base no trabalho de Tesch (1990) e que balizarão nossa pesquisa. Em primeiro lugar, a análise *não acontecerá somente como a última fase do projeto*, consubstanciando-se em concomitância com a coleta de dados; segundo, *o processo de análise será sistemático e abrangente, mas não rígido*, com a possibilidade de caminhos diversos a serem seguidos a partir da coleta dos dados, requerendo assim *disciplina, organização e perseverança*. Da mesma forma, a análise *inclui uma forte atividade reflexiva* que resulta num conjunto de notas que podem auxiliar a tomada de decisões sobre os caminhos a seguir, ajudando nosso trabalho a mover-se dos dados para o nível conceitual. Por fim, e como parte final do conjunto da obra, visamos como resultado *um tipo de síntese de nível mais elevado*. *E apesar de muito da análise consistir em “quebrar em pedaços” os dados*, pretendemos como tarefa final a emergência de um quadro mais amplo e consolidado (GODOY, 2006).

3. O conceito de sociedade civil

“Ninguém liberta ninguém,
ninguém se liberta sozinho:
os homens se libertam em comunhão.”
Paulo Freire

Nesse tópico pretendemos analisar as diversas concepções históricas assumidas pelo termo sociedade civil e as diferentes formas de relacionamento com o Estado. Nossa análise vai partir da tradição jusnaturalista, passando por Hegel e Marx, e privilegiará as idéias do pensador italiano Antonio Gramsci, que considera uma forma de “Estado ampliado” em que a sociedade política e a sociedade civil seriam um contínuo, transformando-se num espaço de busca da hegemonia baseada ora na coerção ora no consenso. Analisaremos também as principais características do surgimento e consolidação do *constructo* “terceiro setor” nos marcos do neoliberalismo, e que muitas vezes tem sido incorretamente usado como sinônimo de sociedade civil.

A análise da sociedade civil tem um propósito específico em nosso estudo sobre políticas públicas de cultura. Conforme trataremos no item sobre cultura e políticas públicas, o processo de construção da hegemonia se dá exatamente na relação entre o Estado e a sociedade civil. A hegemonia não se comporta meramente como uma forma de controle sociopolítico nem de manipulação ou doutrinação, mas uma direção geral (política e cultural) da sociedade (CHAUI, 2006). Alternando-se entre sistemas de repressão e comportamentos aparentemente consensuais, a hegemonia refere-se a um conjunto articulado de práticas, idéias, significações e valores que se confirmam uns aos outros e constituindo o sentido global da realidade para os membros da sociedade, sentido experimentado como absoluto, único e irrefutável porque interiorizado e invisível como o ar que se respira (CHAUI, 2006).

Nessa perspectiva, a hegemonia relaciona-se com cultura em sentido amplo, mas sobretudo em uma sociedade de classes. Uma vez que essa hegemonia que se transveste de cultura se

dá no relacionamento entre Estado e sociedade civil, fica evidente a necessidade de conceituar o termo sociedade civil, mostrando como esse espaço pode facilmente transitar de uma poderosa arma na libertação das classes subalternizadas quanto na manutenção consensual da ordem vigente. Como lembra Chauí, a cultura é o que permite à esquerda revelar a presença escondida da luta de classes e se contrapor à história celebrativa dos dominantes. Entretanto, não se trata de instrumentalizar a cultura para a luta política e sim de fazer da própria luta pela hegemonia o processo histórico de instituição de uma cultura política (CHAUI, 2006).

3.1. Sociedade civil e a tradição jusnaturalista

O termo sociedade civil vem sendo utilizado com diversas concepções desde a Antiguidade. O termo tem um equivalente direto em Latim – *societas civilis*, e um termo equivalente no grego antigo – *politike koinona* (KEANE, 2003). Entretanto, o que os pensadores da civilização romana e grega entendiam por sociedade civil se aproximava, grosso modo, de uma sociedade política, ou seja, cidadãos livres e ativos na construção de instituições e da política em geral. Dessa forma, existiriam, também, aqueles excluídos dessa sociedade, como mulheres, escravos e bárbaros em geral.

O termo continuou a ser utilizado por toda a Idade Média européia, e passou a ganhar maior destaque a partir dos séculos XVII e XVIII, com as fundações dos modernos estados-nações. As primeiras análises mais elaboradas sobre a sociedade civil aconteceram por via dos chamados contratualistas, filósofos que acreditavam na origem do Estado e/ou da sociedade através de um contrato (RIBEIRO, 2006). Para eles, os homens viveriam naturalmente, sem formas de poder e organização, que somente surgiriam como resultado do pacto firmado entre eles, que estabeleceria as regras tanto de convívio social como de organização e subordinação política. Para os propósitos analíticos de nosso trabalho, cabe sublinhar que a maioria dos autores da tradição jusnaturalista entendia a sociedade civil (ou sociedade política, distinção que não acontece entre esses autores) como aquela oposta ao estado de natureza. Nesse sentido, merecem destaque os pontos de vista de dois autores contratualistas: Thomas Hobbes e John Locke.

Na visão de Hobbes, a sociedade civil seria a antítese do estado de natureza, em que predominava a guerra de todos contra todos. A sociedade civil seria, portanto, a única forma de manter a integridade física dos indivíduos. O estado de natureza seria uma condição de guerra, porque cada um se imagina (com ou sem razão), poderoso, perseguido, traído (RIBEIRO, 2006). Deriva daí a importância do exame de consciência proposto pelo pensador: “conhece-te a ti mesmo”. Hobbes se contrapõe à visão Aristotélica de que o homem é sociável por natureza, o que de acordo com o pensador nos impede de identificar onde está o conflito e dessa forma poder realizar tentativas efetivas de resolvê-lo.

Dessa forma, no estado de natureza, a guerra permanente entre os homens não deveria ser considerada uma anormalidade. Na verdade, fazer a guerra contra os outros é a atitude mais racional que se pode adotar, seja para vencer o outro ou mesmo evitar um possível ataque. Para resolver esse conflito, Hobbes propõe o desenvolvimento de um Estado soberano, absoluto, que é condição para existir a própria sociedade. A sociedade nasce com o Estado (RIBEIRO, 2006). No caso do contrato social de Hobbes, os homens firmam entre si um pacto de submissão, transferindo a um terceiro, seja um homem ou assembléia, o poder de coerção da comunidade envolvida, trocando voluntariamente sua liberdade pela segurança do Estado-Leviatã (MELLO, 2006).

Já no caso de John Locke existe também uma oposição à doutrina aristotélica, que afirma que a sociedade precede ao indivíduo. Para ele, a existência do indivíduo é anterior ao surgimento da sociedade e do Estado. O autor acredita que o estado de natureza seria um momento real e historicamente determinado, pelo qual passara a maior parte da humanidade, ainda que em épocas diversas. Diferentemente de Hobbes, Locke afirma que no estado de natureza ainda existiria relativa paz e harmonia entre os indivíduos. Nesse momento pré-social e pré-político, indivíduos dotados de razão já desfrutavam da propriedade, que Locke, numa primeira acepção, designava como a vida, a liberdade e os bens, e que deviam ser considerados como direitos naturais do indivíduo (MELLO, 2006).

Para Locke, o grande defensor das liberdades individuais, apesar da relativa harmonia do estado de natureza, haveria ainda maior propensão à guerra do que no estado político ou civil, devido à ausência de leis que impedissem o abuso do poder arbitrário e a conseqüente violação da vida, liberdade e bens – numa segunda acepção do autor relativa à posse de

bens móveis e imóveis. Dessa forma, o direito à propriedade seria anterior ao desenvolvimento do Estado, como um direito natural do indivíduo que não poderia ser violado pelo Estado.

O contrato social proposto por Locke é aquele em que ocorre um consentimento (diferentemente do de Hobbes, calcado na submissão) por parte dos homens livres para a formação de uma sociedade civil que servirá para preservar e consolidar os direitos que já possuíam originalmente no estado de natureza (MELLO, 2006). A importância das idéias de Locke reside justamente no fato de ser o grande precursor da propriedade privada como forma de garantia das liberdades individuais. Apesar de não fazer distinção entre sociedade política ou civil, para o pensador inglês, qualquer que seja a forma de governo, sua finalidade não deve ser outra senão a da conservação da propriedade, direito natural e anterior a qualquer forma de sociedade.

3.2. A inovação do pensamento hegeliano

Hegel é considerado um dos teóricos mais representativos da sociedade civil. Ademais de sua síntese, Hegel foi o primeiro a desdobrar o conceito em consonância com a complexa ordem social que nascia a partir do desenvolvimento do capitalismo. Em sua crítica à tradição jusnaturalista, que considera os dois termos da antítese como sendo estado de natureza/estado civil, Hegel acredita na antítese sociedade política/sociedade civil. Na mesma época, começa a tomar força, inclusive em alguns autores jusnaturalistas, que o estado pré-estatal não seria associal, ou seja, de guerra perpétua, mas uma primeira forma de estado social, com as características relações familiares e econômicas (BOBBIO, 2002). Assim, o oposto do estado de natureza não seria o estado social, já existente nas leis da natureza, mas sim o estado civil – *Bürgerliche*.

Para o autor alemão, a sociedade civil seria aquela em que os indivíduos buscam a satisfação das suas necessidades, através da divisão do trabalho e das relações de troca. Além disso, asseguram a proteção de suas liberdades, propriedades e interesses através da justiça e das corporações (BRANDÃO, 2006). Note-se que, nesse caso, Hegel refere-se às corporações de ofício que foram o embrião da moderna divisão social do trabalho. O que merece destaque sobre a concepção hegeliana de sociedade civil – *Bürgerliche*

gessellschaft – é que trata-se da esfera dos interesses privados, econômico-corporativos e antagônicos entre si.

Em contraposição à sociedade civil estaria o Estado político, onde se localizam os interesses públicos e universais, e onde as contradições da sociedade civil estão mediatizadas e superadas. Diferentemente da crítica feita mais tarde por Marx, de que o Estado o reflexo das contradições das relações de produção existentes na sociedade civil, Hegel acredita que o Estado seria essa divisão superada, recomposta. Para Hegel, o Estado precedia à sociedade civil, que seria organicamente absorvida pela esfera estatal. Os indivíduos não poderiam sequer escolher se querem ou não fazer parte do Estado, que é constituído como tal por ele (BRANDÃO, 2006). Dessa forma, Hegel abandona as análises predominantemente jurídicas dos contratualistas, baseadas num contrato, para buscar na economia as razões de ser do Estado, para buscar suas origens na questão da vontade universal.

A principal inovação do pensamento hegeliano consiste em considerar a sociedade civil não aquela que precisa ser libertada das leis naturais, mas sim o momento de embate ético-moral entre o particular e o universal. Nessa ótica, sua principal contribuição nesse sentido foi entender o espaço público não estatal como a arena por excelência dos embates entre a vida ética e a liberdade pública, entre a o ser e o dever ser. Em sua concepção, a sociedade civil, como um ponto de chegada do mundo moderno, envolvia a criação de um novo tipo de economia de mercado que integrava os desejos arbitrários de sujeitos econômicos auto-interessados na busca de um objetivo e por um processo “externo” que atinge resultados universais não pretendidos nem antecipados pelos participantes dessa nova economia (COHEN, ARATO, 1999). Desse movimento, Hegel definiu o que chamou de “sistema de necessidades”. Com o desenvolvimento desse novo tipo de economia, as necessidades dos indivíduos passaram a ser cada vez mais abstratas e mensuráveis na forma monetária, permitindo assim sua rápida e ilimitada expansão.

3.3. O marxismo

Para Marx, a sociedade civil seria o lugar das relações econômicas, das relações que constituem a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica ou política. Marx considera a sociedade civil como aquela em que o homem é independente, unido ao outro

apenas pelo interesse individual e da necessidade natural inconsciente. Dessa forma, a definição de Marx se aproxima do estado de natureza hobbesiano, de guerra de todos contra todos (BOBBIO, 2003). Promove-se assim uma profunda alteração na tradição jusnaturalista, que considerava a sociedade civil justamente como aquela que hoje conhecemos por Estado, a entidade antitética, oposta ao estado de natureza.

Para entendermos essa alteração, devemos remeter à superação do Estado hegeliano, que ao invés de ser entendido como a esfera dos interesses públicos e universais, passa a ser entendido na tese marxista como um grande balcão de negócios da classe burguesa (WEFFORT, 2006). Ao contrário de Hegel, que na crítica da concepção liberal de Estado considera que é o Estado que triunfa sobre a sociedade civil e absorve esta, Marx acredita que os ideais das revoluções de liberdade e igualdade serviam apenas para uma parcela da sociedade, justamente aquela correspondente à classe economicamente dominante e que levou a cabo as grandes revoluções liberais do século XVIII: a burguesia.

Assim, fica mais fácil entender a crítica de Marx a Hegel e o fato da existência do Estado ser posterior à sociedade dominante, por ela fundado e refletindo exatamente as relações do modo de produção que se instalava nessa sociedade. Para esclarecer a questão da sociedade natural como similar à questão da sociedade com o Estado que surge, Marx afirma que a luta de todos contra todos passou a ser a luta de um contra todos – o Estado, seu caráter, a natureza de suas leis, sua coerção e domínio, contra todos aqueles que ousassem desafiá-lo. Entretanto, a estrutura poderia explicar a formação econômico-social, mas não a absorveria totalmente em si. Caso a estrutura, como a determinação de uma realidade objetiva existente, permanecesse isolada e pretendesse conter tudo em si, estaríamos diante de um procedimento tipicamente idealista, hegeliano, segundo o qual uma abstração, nesse caso da estrutura, se tornasse uma substância independente, uma hipóstase (GRUPPI, 1987).

Devemos salientar ainda que mesmo no pessimismo de Marx com relação à questão da política, podemos perceber o peso que o mesmo confere às chamadas revoluções burguesas. Em *A questão judaica*, Marx salienta que a emancipação política representa um grande progresso, caracterizando-se como a derradeira etapa da emancipação humana dentro do contexto do mundo atual (GRUPPI, 1987). Ou seja, o autor acredita na importância da conquista dos direitos políticos. Entretanto, ressalta que os limites para essa emancipação

política estariam dados exatamente pela concepção abstrata dos direitos. Em outras palavras, Marx preocupa-se com o fato de que a plena emancipação do indivíduo somente se dará com a antítese do momento econômico vigente, com a revolução do proletariado, classe que crescia exponencialmente no século XIX.

Para exemplificar a relatividade da igualdade jurídica após as revoluções burguesas, Luciano Gruppi, em seu interessantíssimo *Tudo começou com Maquiavel*, cita um exemplo à época moderna: Caso Gianni Agnelli (um dos principais executivos do grupo FIAT) quisesse se eleger senador, ele precisaria do mesmo número de votos que qualquer cidadão comum. Entretanto, afirma Gruppi, ele se elegeria de qualquer forma, por dispor de grande capital político e social derivados de sua posição econômica. Dessa forma, a figura jurídica do cidadão seria uma abstração, que acaba provocando uma cisão na unidade do homem, a unidade entre o homem no trabalho e o mesmo homem diante da lei (GRUPPI, 1987). Destarte, para Marx a única forma de uma absoluta igualdade, a um verdadeiro poder público, estaria no desaparecimento das diferenças de classes, através da apropriação coletiva dos meios de produção. Nesse momento, instalando-se o comunismo, a sociedade sem classes, desapareceria a razão de ser do Estado, que se extingiria por completo.

Apesar das críticas ao materialismo vulgar marxiano, que parecia entender que o indivíduo sucumbiria de qualquer maneira ao poder econômico, as idéias do pensador alemão continuaram e continuam a povoar o imaginário de uma sociedade mais justa e igualitária ainda hoje, mais de 100 anos após a sua morte. Ao pensador, deve-se o mérito de ser o primeiro a denunciar conscientemente o conteúdo de classes do Estado como reflexo das lutas de classes da sociedade civil, e a afastar-se de visões naturalistas e contratualistas, baseadas estritamente em uma igualdade jurídica que nunca se mostrou absoluta dentre as diversas classes e muito menos entre os diferentes países, leitura que, infelizmente, ainda se mostra bastante aderente ao atual momento de globalização (SANTOS, 2001).

3.4. Gramsci e o conceito de hegemonia

Gramsci promove uma alteração acentuada nas idéias de Marx, mas sem se afastar do método marxista da análise da totalidade e da historicidade nas relações sociais. Para o

autor italiano, a sociedade civil seria diferente do momento estrutural, e assim o autor propõe uma mudança substancial nas idéias marxistas ao propor seu posicionamento numa relação dialética de “identidade-distinção” com a sociedade política. A sociedade civil, composta de organismos privados e voluntários, legitimados pelo consenso, indicando a “direção” e a sociedade política, estruturada sobre a burocracia estatal, caracterizada mais pelo exercício do domínio. Em conjunto, conseguem levar a cabo um novo projeto hegemônico para toda a sociedade.

O pensamento gramsciano em nenhum momento deixa de acreditar nas forças econômicas e no seu projeto de hegemonia responsável pelo aprisionamento do Estado. Na verdade, reconhece esse poder, mas acredita que o seu controle se dará apenas quando o conteúdo da sociedade civil, sua multiplicidade de organismos coletivos criados por consenso, seus interesses, culturas e valores contaminarem o Estado e transformarem-se num projeto ético-político. Em sua visão, de fato não existe “um todo antes das partes” como na filosofia aristotélica reativada por Hegel. Nesse sentido, a concepção de liberdade para Gramsci tem uma conotação positiva: a liberdade individual não termina onde começa a dos outros, mas se desenvolve ainda mais quando se encontra com a dos outros (SEMERARO, 1999).

Gramsci acredita que todo homem é parte integrante de um modo de produção que acaba condicionando as relações sociais como um todo. Entretanto, acredita que desse movimento também pode nascer o germe que vai contaminar e fazer surgir a ação política das classes subalternas – à época prioritariamente as classes operárias que aumentavam exponencialmente nos grandes centros urbanos europeus – fazendo com que os trabalhadores se configurem como sujeitos coletivos e possam buscar uma nova hegemonia no mundo capitalista. No entendimento de Gruppi,

Esse é o esforço de Gramsci e de todo o Ordine nuovo³: extrair, de um movimento que já se realiza, e de uma realidade efetiva, um novo instrumento de unidade da classe operária, capaz de guiar o movimento de massa, de levar o movimento operário a um novo nível de consciência. Partindo da fábrica, da experiência

³ Periódico socialista do qual Gramsci foi redator na seção de Turim.

concreta, configura-se o modelo de Estado pelo qual se deve lutar (GRUPPI, 1987, p.53).

Um outro aspecto importante diz respeito à atuação do Estado na promoção do bem estar coletivo. Na medida em que se coloca o Estado como uma continuidade da sociedade civil, prioriza-se a atuação em conjunto para promover um novo projeto ético-político. Na visão de Gramsci, o Estado Moderno não deve ser aquele que distribua benefícios e proteção, mas sim aquele que eleve intelectual e moralmente camadas cada vez mais amplas da população, ou seja, permitir a formação da personalidade ao “amorfo elemento da massa” (SEMERARO, 1999). Dessa forma, refuta todo o sistema dominante de proteção baseado na distribuição de “bolsas” e auxílios, condição insuficiente e que faz com que o espaço público para os indivíduos não seja nada mais que um espaço para jogar suas aflições privadas, sem transformá-las e sem adquirir novas facetas coletivas (ALVES, GOMES, 2004).

Desde sua época Gramsci já se mostrava consciente do papel da cultura na formação da esfera pública e na conformação de uma nova classe dirigente. Entretanto, ao desenvolver os argumentos de Marx para a questão da ideologia, o autor italiano mostra que a mesma pode atuar como um argumento positivo nessa conformação. A atenção do autor dirige-se para a questão da cultura como forma de obtenção da hegemonia, porém não de modo aristocrático de quem vê apenas a cultura hegemônica e não se volta para as formas de apresentação das classes subalternas. Em sua visão, os intelectuais atuariam como enfermeiros que fazem o ponto de sutura entre estrutura socioeconômica e superestrutura político-ideológica. Para isso, impunha-se como condição necessária a conformação de uma camada de intelectuais como elementos organizativos nascidos e vinculados intimamente à classe operária, de tal sorte que essa camada seria responsável pela formação de um bloco histórico alternativo, acabando assim com a influência conservadora do clero e daqueles intelectuais típicos das sociedades tradicionais e não das sociedades industriais sobre a massa camponesa e industrial (MONDAINI, 1999)

Gramsci, como líder do partido comunista, era um homem formado pela síntese da ação e do conhecimento. Para ele, a política da ação deveria acontecer no dia-a-dia dos indivíduos organizados nos partidos políticos, nos sindicatos, nas escolas noturnas, nos conselhos de

fábrica. Buscava, dessa forma, a integração da ação com a teoria, do conhecimento com a prática pedagógica que leva à emancipação. Para ele,

o modo de ser do novo intelectual não pode mais consistir na eloqüência, motor exterior e momentâneo dos afetos e das paixões, mas num imiscuir-se ativamente na vida prática, como construtor, organizador, “persuasor permanente”, já que não apenas orador puro – e superior, todavia, ao espírito matemático abstrato; da técnica trabalho eleva-se à técnica-ciência e à concepção humanista histórica, sem a qual se permanece “especialista” e não se chega a “dirigente” (especialista mais político) (GRAMSCI, 1981, p.8).

A grandiosidade do pensamento de Gramsci encontra-se no afastamento de visões estanques, sejam baseadas no economicismo ou no estatismo. Para ele, a sociedade civil não poderia ser reduzida ao espectro das relações econômicas da burguesia, como a maioria das interpretações marxistas. Por outro lado, não acredita somente na força coercitiva-burocrática do Estado Moderno. Para Gramsci, a sociedade civil e a sociedade política seriam um contínuo, sendo a primeira o conjunto de instrumentos para a busca do domínio, e a segunda composta de entidades privadas e voluntárias, responsáveis pela busca da hegemonia através do consenso, entendida como a supremacia do pensamento das idéias de um grupo em toda a sociedade, derivando daí a extrema importância da cultura e da ideologia como momentos positivos. A visão de Gramsci coloca a sociedade civil como o complexo universo público não-estatal, onde nascem e se fortalecem as iniciativas dos sujeitos modernos, que com seus valores ético-políticos e sua cultura associativa, solidária e horizontal poderiam fortalecer as subjetividades e assim lutar por um novo projeto hegemônico.

Gramsci não entendia a política como simples reflexo da economia, mas como esfera mediadora entre a produção material e a reprodução da vida humana. Na sua concepção, não é o predomínio das questões políticas econômicas e culturais que explicaria a realidade social, mas sim o princípio da totalidade, que leva em conta os encadeamentos e as determinações dialéticas entre cada momento parcial e suas antíteses e contradições. Para o autor italiano, o *homo oeconomicus* é a abstração da atividade econômica de uma forma de sociedade, isto é, uma atividade econômica própria. Entre a estrutura econômica e o Estado

(com sua legislação e coerção) estaria o poder da sociedade civil, que deveria ser radical e concretamente transformada (GRAMSCI, 1981). Uma luta que se daria não mais por uma forma sublimada de Estado, mas pela busca da negação e o fim do próprio Estado. Gramsci recupera, inconscientemente, o significado jusnaturalista lockeana de sociedade civil baseada no consenso. Entretanto, diferentemente dessa tradição, em que a legitimidade baseia-se no contrato social e a consensualidade somente substancia-se no Estado, no caso de Gramsci a sociedade do consenso é apenas aquela a surgir da própria dissolução do Estado (BOBBIO, 1999).

3.5. O esquema de análise de Boaventura de Souza Santos

O sociólogo português Boaventura de Souza Santos propõe um esquema analítico bastante interessante para interpretarmos o conceito de sociedade civil atualmente. Para ele, o conceito é central na teoria política liberal, mas para ser usado em uma teoria marxista ou progressista antiliberal deveria ser radicalmente transformado. Ocorreu que a teoria liberal pretendeu evacuar da sociedade civil os mecanismos de poder que aí se instalam e aí vão buscar a consecução de sua hegemonia. Assim, passou a ser cada vez mais um campo de interesses diferenciados, fragmentados, muitas vezes antagônicos entre si, e exatamente por isso não pode se articular como um campo de estruturação do poder unificado, transformando-se num “terceiro setor” que assume um discurso universal mas que se contamina cada vez mais pela racionalidade do mercado e da burocracia procedimental-gerencialista dos Estados. Dessa forma, o conceito não pode dar conta das relações de dominação e opressão que existem nessa sociedade civil à margem da esfera estatal.

Como forma de superar as limitações desse conceito, o autor propõe duas vias. A primeira consiste em substituí-lo por cinco espaços-tempo, que na visão do autor mostrariam uma concepção mais plural das estruturas de poder, que criam os mecanismos de opressão e de dominação, acarretando formas estruturais de relações desiguais de poder. Esses espaços-tempo seriam: o espaço-tempo doméstico (relações sociais de sexo ou patriarcado), o espaço-tempo da produção (exploração de classe), o espaço-tempo do mercado (fetichismo da mercadoria), o espaço-tempo da comunidade (diferenciação desigual) ou espaço-tempo da cidadania (dominação) e espaço-tempo mundial (troca desigual) (SANTOS, 2006).

A segunda consiste em adjetivar a sociedade civil tentando mostrar as dificuldades que a generalização do termo pode ocultar. Para o autor, existe uma sociedade civil ínfima, que vive à sobra do Estado e que são as camadas mais altas da sociedade, que utilizam e privatizam o Estado e que não precisam sequer do Estado para ter acesso aos seus direitos. Depois existiria uma sociedade civil estranha, apresentando situações de presença de direitos e de cidadania de baixa intensidade que só muito parcialmente garante os direitos cívicos e ainda mais parcialmente os sociais e econômicos. Por último, o autor identifica uma “sociedade civil incivil”, que vive praticamente à margem de qualquer forma de atuação do Estado, constituída de populações descartáveis e totalmente excluídas de qualquer contrato social (SANTOS, 2006). São populações que vivem um constante colapso de expectativas, encabeçadas pelas mais básicas, de alimentação, de segurança, de habitação. Para o autor, vivemos em sociedades que são politicamente democráticas mas socialmente fascistas.

Na questão das ideologias, ocorre uma exportação da cultura de massas produzida no centro para as periferias, com a transmissão da “estrutura de preferências” pelos objetos de consumo ocidental (SANTOS, 1995). A relevância da cultura, nesse caso da cultura de consumo, reside no fato de que essa propagação ideológica se faz com relativa independência em relação às práticas concretas de consumo por todas as camadas sociais. Ou seja, vitimiza-se grande parte das “sociedades civis” pela privação do consumo efetivo e pelo aprisionamento no desejo de tê-lo. Pior que reduzir o desejo ao consumo é reduzir o consumo ao desejo do consumo (SANTOS, 1995). O autor pontua, ainda, a progressiva criminalização do protesto social, acarretando uma depreciação das lutas populares por uma sociedade mais igualitária.

3.6. A sociedade civil e o “terceiro setor” no Brasil

A sociedade civil no Brasil confunde-se atualmente com o termo “terceiro setor”. O surgimento desse termo no Brasil é geralmente ligado aos trabalhos *Para Além do Mercado e do Estado*, de Leilah Landim em 1993 e *Privado porém Público: o terceiro setor na América Latina*, de Rubem César Fernandes em 1994. Ligados à temática das ONGs e aos

movimentos sociais, os autores foram responsáveis também pela difusão do trabalho de pesquisa da *Johns Hopkins Comparative Nonprofit Sector Project* no Brasil.

O trabalho de Landim não destacava o temo terceiro setor dos demais, mas houve a prevalência da categorização jurídica adotada no país, com o setor estatal e o setor empresarial ao lado de um setor que busca o interesse público sem a finalidade da busca de lucro, em consonância com a pesquisa mencionada. As principais dificuldades da autora remetem à tradição de centralismo do Estado brasileiro e, como consequência, na dificuldade de situar uma cultura política e associativa fora do ambiente estatal.

Com relação ao trabalho de Fernandes, um dos mais citados nos meios acadêmico até hoje, houve um empréstimo da definição operacional de Lester Salamon (ALVES, 2001). Para esse autor, o terceiro setor tem como principais características: alguma formalização estrutural; não se encontram no interior do Estado; não distribuem lucros; são autogovernadas; e com nível significativo de trabalho voluntário. Vale ressaltar que o campo do terceiro setor, como qualquer campo de estudo em sua fase inicial, tem suscitado enorme disputa em torno de sua valoração por diversas disciplinas. A falta de uma definição clara para esse setor tem levado à predominância dos seus estudos nas disciplinas da administração, com a consequente ligação do termo à hegemonia que tem predominado nos estudos dessa área no país.

Em termos práticos, os movimentos associativos no Brasil remetem à década de 60, com a predominância dos movimentos religiosos, como as comunidades eclesiais de base, dos movimentos sociais que começavam a lutar pelos seus direitos a partir do movimento de urbanização nas grandes cidades, e dos movimentos das minorias, como mulheres e negros, refletindo um movimento que se espalhava a partir dos países desenvolvidos. Com o período da ditadura militar, muitos desses movimentos foram considerados ilegais e suas ações passaram a se desenvolver na clandestinidade.

Nesse momento percebe-se uma convergência com o termo ONGs – organizações não-governamentais, na medida em que esses movimentos tinham como característica comum a luta contra o regime ditatorial promovido pelos militares. Com o fim desse regime, muitas organizações passaram a desenvolver suas atividades legalmente e a disputar com seus

pares os recursos financeiros para sua sustentabilidade. Na medida em que essa competição aumenta, cria-se uma sistemática de disputa, reiterada pela pluralidade de interesses atomizados representados na sociedade civil, provocando uma luta “intra-classes” ao invés de uma luta entre classes.

3.7. O terceiro setor sob uma perspectiva organizacional

Em termos de racionalidade, podemos falar em três mundos diferentes na provisão social: doméstico, associativo e burocrático (BILLIS apud ALVES, 1993). No mundo doméstico, os problemas sociais são resolvidos por parentes, amigos e vizinhos, de maneira particular, sem nenhuma relação contratual entre as partes. Os laços que unem as duas partes envolvidas na relação social são baseados em qualidades individuais, como afeto, lealdade e amor. O mundo associativo configura-se como aquele formado por grupos de pessoas que procuram uma identidade diferenciada do resto da sociedade, buscando em conjunto a solução de algum problema. As pessoas se associam voluntariamente e partilham um mesmo propósito ou objetivo, suas ações são motivadas por valores – racionalidade substantiva. A burocracia, por sua vez, pode ser definida como um sistema que reúne funcionários remunerados, que se organizam e funcionam sob regras e papéis hierarquicamente definidos. A organização depende de certas normas operacionais, subordinação, autoridade e conta com uma racionalidade instrumental, baseada nos fins buscados pelo sistema.

A maior parte das atividades do chamado terceiro setor é desenvolvida nas interseções dos três mundos, em “zonas de ambigüidade”, que podem nos ajudar a decifrar a complexa e plural natureza das organizações do terceiro setor. Em termos de relações organizacionais, existem duas questões indissociáveis e que devem ser problematizadas com relação ao relacionamento das organizações do terceiro setor com o setor estatal e com o mercado, principalmente pelas conseqüências dessas relações no campo da política.

Uma primeira questão diz respeito à prevalência da forte burocratização demandada pela área estatal e pelos financiadores internacionais no acolhimento de projetos das organizações da sociedade civil. Na medida em que as entidades mais diretamente ligadas aos movimentos populares não possuem essa capacidade organizativa, tal demanda se

configura como uma barreira de entrada quase intransponível para esses projetos. Vale ressaltar que essa é uma das inovações propostas pelo Programa Cultura Viva, ao promover uma forma de seleção de manifestações culturais que não restringem a participação de atores relevantes no campo cultural, mas que não dispõem de competência administrativa para a submissão de projetos na burocracia estatal e privada.

Nesse sentido, são válidos os argumentos do sociólogo norte-americano James Petras para a crítica ao terceiro setor na América Latina. Para esse autor, a disponibilidade de diversos fundos para os países em desenvolvimento acarretou a criação de organizações especificamente para esse fim. Assim, essas ONGs passaram a se colocar entre as organizações populares e as agências do Estado e doadores internacionais, tornando-se intermediárias no recebimento e alocação de recursos para projetos de desenvolvimento definidos pelos países do norte, com critérios exógenos (e muitas vezes desconhecidos), fazendo com que os movimentos populares passassem a competir entre si pelos fundos, ao invés de construir alianças de classe para a luta pelo poder (ARELLANO-LOPEZ; PETRAS, 1994).

Evelina Dagnino aponta que o predomínio maciço das ONGs expressa por um lado a difusão de um paradigma global que guarda estreitos vínculos com o modelo neoliberal, na medida em que responde à exigências dos ajustes estruturais por ele determinados (DAGNINO, 2005). Atuando como um paliativo, as ações dessas ONGs atacam os sintomas de um capitalismo baseado no modo de acumulação flexível e que permite que um contingente cada vez maior de indivíduos sejam renegados pelas forças do mercado em diversas regiões ao redor do globo. A autora salienta que

com o crescente abandono de vínculos orgânicos com os movimentos sociais que as caracterizava em períodos anteriores, a autonomização política das ONGs cria uma situação peculiar na qual essas organizações são responsáveis perante as agências internacionais que as financiam e o Estado que as contrata como prestadoras de serviços, mas não perante a sociedade civil, da qual se intitulam representantes, nem tampouco perante os setores sociais de cujos interesses são portadores, ou perante qualquer outra instância de caráter propriamente público (DAGNINO, 2003; p. 53).

Esse aspecto nos leva à segunda questão organizacional fundamental para o entendimento dessa nova sociedade civil, e diz respeito às implicações dessa reconfiguração da sociedade civil para a dimensão da participação e à constituição de espaços públicos, exatamente a questão da sua representação/representatividade (DAGNINO, 2003). No caso das ONGs, a representatividade parece se deslocar para o rol das competências dessas organizações, fazendo com que o Estado as encare como

interlocutoras representativas na medida em que detém um conhecimento específico que provém do seu vínculo (passado ou presente) com determinados setores sociais: jovens, negros, mulheres, portadores de HIV, movimentos ambientais, etc. Portadoras dessa capacidade específica, muitas ONGs passam também a se ver como “representantes da sociedade civil”, num entendimento particular da noção de representatividade. Consideram ainda que sua representatividade vem do fato de que expressam interesses difusos na sociedade, aos quais “dariam voz” (DAGNINO, 2003; p. 54)

Faz-se necessário assim o questionamento da legitimidade das ações das fundações e institutos ligados às grandes corporações do mercado, que tentam insistentemente abarcar atividades sociais em suas organização, embrenhando-se na formulação e implementação de projetos de desenvolvimento para as comunidades. Nesse caso, a representação dessas organizações advém de argumentos mercadológicos, de tal sorte que a busca de causas a ser apoiadas se faz em sinergia com as competências das organizações. Assim, uma campanha de educação bucal numa comunidade por parecer antes uma atividade social do que uma nova forma de inculcar a marca da empresa na cabeça dos moradores das comunidades. Muitas vezes, as ações sociais dessas organizações são constrangidas pela lógica de suas mantenedoras, embaralhando os reais interesses dessas ações voltadas para a questão social. Não se sabe ao certo se essas organizações estariam realmente em busca do bem comum, ou se essa seria apenas mais uma forma indireta de marketing para suas marcas.

A temática da cultura, que direciona vultosos recursos financeiros da área pública para a sociedade civil através de renúncia fiscal, serve para exemplificar mais claramente essa contradição. A principal questão que devemos responder é se os projetos apoiados por essa forma de financiamento estatal estão traduzindo o interesse público ao invés de privilegiar

interesses particulares associados às marcas desses financiadores. A questão da cultura é ainda mais sensível a essa contradição, pois tende a reproduzir cada vez mais valores e representações das classes mais abastadas. Na maioria das vezes, os projetos apoiados não são representativos das referências culturais das camadas populares, principalmente por não corresponderem aos interesses dos grandes grupos de comunicação, responsáveis diretos pela propagação e difusão das iniciativas culturais no país. Dessa forma, difundem-se ideologias marcadamente individualistas, ajudando a cristalização da figura do *self made man*, em que se privilegiam o consumo e o mérito como forma de apresentação e representação, numa relação dialética de (des)encantamento utópico para a maioria dos indivíduos da sociedade.

3.8. O neoliberalismo e a reforma do Estado

O referencial teórico que propagou a adoção das práticas neoliberais no Brasil e na maioria dos países latino-americanos e que norteou a reforma do Estado é aquele institucionalizado pelo Consenso de Washington. Os ideais neoliberais pregavam que a modernização da América Latina se daria prioritariamente por um processo de reformas econômicas. O pleno funcionamento das instituições democráticas parecia até mesmo ser visto como um “excesso de democracia”, capaz de se converter em um empecilho às reformas liberalizantes da economia (BATISTA, 1994). Vale lembrar ainda que mesmo os casos considerados como bem-sucedidos pelos defensores desse receituário – México e Peru – se deram mediante regimes autoritários, corroborando para a tese de que o político estaria prioritariamente subordinado ao econômico.

Os programas de ajuste estrutural propalados pelas agências financeiras internacionais que seriam a solução para os desequilíbrios macroeconômicos, financeiros e produtivos ocorridos em escala internacional desde os anos 70 principalmente nos países periféricos diziam respeito prioritariamente à forma de atuação dos diversos Estados nacionais. Apesar das diferenças na trajetória social, econômica e política em cada país, o receituário neoliberal considerava como problema comum a todos eles um Estado inchado, inepto, ineficaz e ineficiente (SIMIONATTO, 2000). Com esse discurso, fortaleceu-se a dicotomia

entre público e privado, o primeiro como tudo que é ineficiente e corrupto, e o segundo como a esfera da eficiência e da qualidade.

Na maioria da América Latina, com o fim dos regimes ditatoriais, os ideais pregados pelas agências internacionais como o Banco Mundial foram muito bem recebidos. No Brasil em particular, com o período da redemocratização e apesar da força da sociedade civil que (re)nascia, o discurso da reforma e da diminuição do Estado acabou encontrando terreno fértil para sua disseminação. O aumento estratosférico dos gastos públicos, de acordo com essa visão, estava diretamente relacionado ao baixo nível de crescimento econômico, que por sua vez acabava refletido no aumento da desigualdade de renda da população. Ficou famosa em nosso país a máxima de “primeiro fazer o bolo crescer para depois distribuí-lo”

Nos anos 90, a queda dos regimes socialistas enterrava quaisquer perspectivas políticas alternativas ao modelo vigente e praticamente consolidava o pensamento único. No plano econômico, a estagnação e a crescente escalada da inflação – ao invés de ser relacionadas com o período de alta concentração de poder nas mãos dos militares – abriam caminhos cada vez mais propícios para a propagação das idéias neoliberais. O déficit público deveria ser combatido com afinco em nome da estabilidade econômica, mesmo que para isso os Estados nacionais tivessem de abrir mão de gastos na área social. Na realidade, o Estado deveria ser responsável apenas pelas chamadas funções essenciais, como justiça, segurança interna e relações exteriores, repassando para a iniciativa privada as políticas públicas de saúde, educação, previdência e assistência social (SIMIONATTO, 2000).

Na visão do Banco Mundial, um dos principais disseminadores desse receituário, os governos deveriam cada vez mais se preocupar com o atendimento das populações mais vulneráveis da sociedade. Assim, acabava-se com o caráter universal de uma política que se chama pública, adotando-se uma perspectiva meramente focalista. Como resultado prático, as políticas públicas na área social se tornaram cada vez mais compensatórias e menos emancipatórias. As palavras-chave do receituário eram:

- i) focalização, baseado nas populações mais vulneráveis;
- ii) privatizações, com a transferência de bens públicos para os setores do mercado e

iii) descentralização, com a maior participação do local nas políticas públicas sociais, inclusive e principalmente com a intensa participação das organizações da sociedade civil.

Os novos espaços abertos para a participação da sociedade civil na discussão sobre políticas públicas buscava-se mais a assunção de funções e responsabilidades restritas à implementação e execução das políticas e menos o compartilhamento do poder de decisão quanto à formulação da política, reservada ao “núcleo estratégico”, reduzindo e redefinindo radicalmente o significado político crucial da participação à mera ênfase na gestão (DAGNINO, 2005). E ainda restava uma questão fundamental: a qual sociedade civil este receituário estava se referindo? Haveria um significado único, e mais do que isso, um mesmo estágio evolutivo para a “sociedade civil” nos diversos países periféricos?

3.9. Por uma noção progressista de Estado ampliado

Nosso trabalho parte da premissa de um laço constitutivo entre cultura e política, mostrando que existe um vínculo em constante tensão que se estabelece entre os dois conceitos, apontando caminhos alternativos para a construção de uma sociedade, em que se possa incorporar a noção progressista de “projetos políticos”. Adotaremos em nosso trabalho a noção de “projetos políticos” sugerida por Evelina Dagnino, próximo ao da visão gramsciana, designando os conjuntos de crenças, interesses, concepções de mundo, representações do que deve ser a vida em sociedade, que orientam a ação política dos diferentes sujeitos (DAGNINO, 2005), de forma que se possa identificar as novas formas, espaços e interesses coletivos para a prática política numa visão anti-liberal.

Para a autora, a “crise latino-americana” estaria profundamente imbricada com as políticas culturais formuladas sob a hegemonia neoliberal, que se constituiriam como instrumento fundamental para o que a autora chama de “confluência perversa”, a apropriação e re-significação de referências caras ao projeto democrático que passariam a abrigar significados fundamentais para a hegemonia do projeto neoliberal (DAGNINO, 2005). A autora aponta a proeminência de uma crise discursiva gerada por essa confluência perversa entre, de um lado, o projeto neoliberal que se instala em diversos países latino-americanos e, de outro, um projeto democratizante, participativo, que emerge a partir das crises dos

regimes autoritários e dos diferentes esforços nacionais de aprofundamento da democracia (DAGNINO, 2005). Para a autora, a especificidade dessa crise no Brasil se dá pela disputa político-cultural entre os dois projetos e o conseqüente deslocamento de sentidos que se opera em três noções fundamentais e que são referências para o entendimento dessa confluência: Sociedade Civil, Participação e Cidadania.

Com o estabelecimento da democracia formal na década de 90, com a promulgação da Constituição Federal de 88, algumas vezes chamada de Constituição Cidadã, aumentam-se os mecanismos formais de participação democrática, como as eleições livres e a reorganização partidária. Aumentam as formas de intervenção da sociedade civil no ambiente estatal, acelerando o processo de trânsito da primeira para a segunda. Conseqüentemente, a autora salienta que passa a se acreditar na possibilidade da ação conjunta nessa relação na busca do aprofundamento democrático, em detrimento de um processo de confronto e o antagonismo que havia marcado o período anterior.

Em consonância com a noção de sociedade civil que abordamos até aqui, a autora acredita que a perversidade estaria colocada pelo fato de, apesar de apontar em direções opostas e até antagonicas, ambos os projetos suscitarem uma sociedade civil ativa e propositiva (DAGNINO, 2005). A identidade de propósitos, nesse caso, estaria evidente, mas essa aparência teria sido cuidadosamente forjada pela utilização dessas referências comuns, levando ao que a autora chama de crise discursiva:

a linguagem corrente, na homogeneidade de seu vocabulário, obscurece diferenças, dilui nuances e reduz antagonismos. Nesse obscurecimento se constroem subrepticiamente os canais pelos quais avançam as concepções neoliberais, que passam a ocupar terrenos insuspeitados (DAGNINO, 2005; p.48).

Devido ao projeto de resistência conformado pela sociedade civil fortalecida pelas lutas do período militar, *o projeto neoliberal encontra no Brasil um contendor relativamente consolidado – ainda que evidentemente não hegemônico – que obriga a adoção de uma postura que se não se afasta das direções adotadas me nível global, gera a necessidade do estabelecimento de novas relações de sentido e um terreno de interlocução com o campo adversário (DAGNINO, 2005).* Então, por mais que se doure a pílula, ou em termos

gramscianos, se acredite que o modelo hegemônico se apresente como uma consensualidade, *a adoção do modelo neoliberal reflete uma enorme fatia dos interesses, crenças e aspirações presentes nos países latino-americanos: nas suas sociedades civis e nos seus Estados* (DAGNINO, 2005). Assim, propala-se falaciosamente um projeto democratizante encabeçado pelo Estado nacional – aparelhado desde muito pelas elites – e por uma sociedade civil que apresente as competências para atuar como um parceiro confiável, evitando assim a politização da sociedade civil do período anterior.

Para Dagnino, a noção de participação do ideário neoliberal passa pelo mesmo deslocamento de sentidos do conceito de sociedade civil. Analisando o papel das “organizações sociais”, denominação utilizada na Reforma Administrativa do Estado, implementada pelo então Ministro Luiz Carlos Bresser Pereira, a autora acredita que se pregava menos o compartilhamento real de poder entre Estado e sociedade civil e mais um reducionismo do significado político crucial de participação, desta vez considerada apenas pelo seu viés de gestão e empreendedorismo (DAGNINO, 2005), características notadamente fundamentais para o funcionamento da esfera do mercado. A autora ressalta a adoção de um modelo privatista e individualista, capaz de substituir e redefinir o significado coletivo da participação social. Lembra ainda que a grande “bandeira” dessa participação redefinida, a idéia de “solidariedade”, é despida de seu significado político e coletivo, encontrando sua fertilidade no terreno privado da moral (DAGNINO, 2005). A pobreza e a desigualdade social passam a ser definidas em termos individualistas, gerando soluções que apelam para a caridade e os “princípios cristãos”, afastando-as da ação coletiva e de um diagnóstico efetivo sobre as novas formas de acumulação flexível proporcionadas pelo capitalismo pós-industrial – que serão mais bem analisadas quando mostrarmos o contexto de formulação das políticas culturais como leis de incentivo fiscal.

Por fim, a autora considera o deslocamento de sentido do conceito de cidadania, fundamental para nosso entendimento de Estado ampliado. Em detrimento de uma nova cidadania, formulada pelos movimentos sociais nos anos 70 e 80, que *se organizavam em torno de demandas de acesso aos equipamentos urbanos como moradia, água, luz, transporte, educação, saúde, etc, e de questões de gênero, raça, etnia, etc*, as redefinições neoliberais de cidadania repousam sobre um conjunto de

procedimentos (DAGNINO, 2005). Alguns desses procedimentos consagrariam direitos baseados nas concepções liberais, como o sufrágio universal, localizando novamente o político com o individual e com o tópico, com ufanismos ao voto como momento pleno de cidadania, numa versão reducionista de um projeto que para ser político tem como condição imanente o coletivo. A exaltação acontece até com a importância do sistema de votação eletrônico, modelo a ser exportado para todo o mundo – como se alguns problemas como a assimetria de informações e uma certa opacidade com a política tradicional pudessem ser tratados apenas com urna eletrônica.

Os outros elementos procedimentais que suportam a versão de cidadania numa versão neoliberal *estabelecem uma sedutora conexão entre cidadania e mercado*, de sorte que *tornar-se cidadão passa a significar a integração individual ao mercado* (DAGNINO, 2005). De certo que como consumidores tivemos alguns ganhos residuais na relação com os grandes grupos empresariais, mas nada justifica o fato do cidadão médio saber profundamente seus direitos como consumidor e sequer lembrar-se em quem votou para vereador na eleição passada. Para a autora, a integração individual ao mercado, como consumidor e como produtor, seria o princípio subjacente aos programas para formar pequenos empreendedores, aprender a iniciar uma empresa ou tornar-se mais qualificado para os poucos empregos ainda restantes.

Uma faceta importante dessa universalização do mercado está na presença cada vez maior das “supermarcas” nas vidas das pessoas, formatando suas identidades e suas relações intersubjetivas, dando sentido às suas vidas como cidadãos globais. Na época do capitalismo baseado na acumulação flexível, cada vez mais o consumo assume os aspectos da subjetividade, da universalidade e do sentido da vida das pessoas, configurando-se consensualmente como o espaço da satisfação narcisística, esvaziando os aspectos coletivos e dissensuais, base de qualquer projeto político. Aumenta-se cada vez mais a preocupação com o Meu, em detrimento do Nosso e numa distância mais longínqua, com o do Outro. Esse esvaziamento da questão política é uma das conseqüências mais preocupantes do deslocamento de sentido da concepção de cidadania operado pela lógica neoliberal.

Ao contrário do ideal de cidadania construído debaixo da extrema brutalidade repressiva estatal pelos movimentos sociais na década de 70 e 80, o projeto hegemônico levado a cabo pelas forças do mercado tenta colonizar cada vez mais as mentes dos indivíduos. Assim, assistimos à “ampliação do Estado” pela faceta do mercado, na verdade uma falsa ampliação lastreada pela suposta universalidade do consumo, e que demanda cada vez mais um Estado mínimo nos moldes neoliberais para que possa continuar seu projeto hegemônico. Ao lado do encolhimento do Estado, encolhe-se também o espaço da política e da democracia, limitados ao mínimo possível. Para Dagnino, esse *encolhimento seletivo e suas conseqüências* seriam o *aprofundamento da exclusão daqueles sujeitos, temas e processos que possam ameaçar o avanço do projeto neoliberal* (DAGNINO, 2005)

Como conseqüência, ocorre o descolamento e a ruptura de qualquer vínculo orgânico das estruturas de poder estatal e os principais atores dos movimentos sociais de base. Com a forte ruptura desses vínculos também pelos partidos políticos, grande parte da população acaba ficando sem nenhuma forma institucionalizada de contato com o Estado e seu poder burocratizado. Nesse sentido, Célio Turino, um dos formuladores do Programa Cultura Viva, apresenta uma visão bastante esclarecedora:

O caminho comumente trilhado pelos poderes públicos na elaboração e execução de suas políticas tem sido o de reforçar uma estrutura fortemente institucionalizada e hierarquizada, pesada na forma de gestão e controle. O alto grau de generalidade, compartimentalização e dirigismo destes procedimentos reduz, ou enquadra, as especificidades dos diferentes sujeitos a um modelo único. Direitos são transformados em dádivas a perpetuarem a relação de poder estabelecida nos diálogos entre Estado e sociedade (TURINO, 2006; p.1).

Os mais céticos poderiam referir-se, por exemplo, aos propósitos desse afastamento seletivo por parte do Estado, uma vez que certamente os impostos e as taxas que cada cidadão deve pagar chegam pelo carnês dos órgãos responsáveis diretamente na casa do contribuinte. Ou seja, pode-se assuntar os propósitos desse distanciamento, seja pela tecnicidade adquirida nos assuntos do governo, seja para evitar exatamente que as

demandas das populações marginalizadas possam ser efetivamente endereçadas e analisadas pelos órgãos competentes. Daí que qualquer forma de relacionamento Estado/sociedade de maneira diversa dessas convencionais apontadas pelo autor acabe sendo uma forma de *subversão estatal* – não por acaso uma expressão utilizada pelo próprio Ministro Gilberto Gil em entrevista à Carta Capital sobre o poder estatal, afirmando que *a partir da vontade do governo, é preciso passar do paradigma da autonomia para a subversão estatal.*

Dagnino ressalta ainda o efeito nocivo do deslocamento de sentidos da cidadania para a gestão da nossa questão mais premente: a pobreza. Para a autora, nesse deslocamento *a cidadania passa a ser identificada com e reduzida à solidariedade para com os pobres, entendida na maioria das vezes como caridade*, em que uma “sociedade civil bastante organizada” é chamada a se engajar no *trabalho voluntário e filantrópico, que se torna cada vez mais o hobby favorito da classe média brasileira, quando não mais uma alternativa terapêutica para aflições individuais* (DAGNINO, 2005). Houve mesmo um tempo em que era politicamente correto enfiar em nossos currículos a prática ainda que eventual desse *hobby* para aumentar nossa empregabilidade, o que nos proporcionava além de uma limpeza de consciência a possibilidade de um emprego moderninho, matando dois coelhos teleológicos com uma só cajadada.

Dessa maneira, quando *tratadas estritamente sob o ângulo da gestão técnica ou filantrópica, a pobreza e a desigualdade estão sendo retiradas da arena pública (política) e do seu domínio próprio, o da justiça, igualdade e cidadania.* Nesse caso, o cuidado aos “pobres e carentes” pode estar sendo sutilmente executado pelas mãos dos seus próprios algozes, numa tentativa de re-inserção no sistema de consumo, ao invés da busca de uma nova alternativa que seja a síntese do projeto hegemônico. Destarte, *a escassez de recursos públicos aliadas à gravidade e urgência da situação a ser enfrentada* faz com que os setores da sociedade civil que participam dessa “construção da cidadania” frequentemente subordinem *sua visão universalista de direitos e se rendam à possibilidade concreta de atender um punhado de desvalidos* (DAGNINO, 2005).

3.10. A nova sociedade civil e a ultra-valorização do “terceiro setor”

A nova acepção de sociedade civil busca tanto projetar um Estado efetivamente democrático quanto atacar todo e qualquer Estado (NOGUEIRA, 2003). Busca-se a recomposição de virtudes cívicas de tradição comunitarista, ataca-se a globalização desenfreada, mas reitera-se a entrada do mercado nas políticas sociais, que assim se mostram cada vez mais focalizadas, refletindo a fragmentação dessa sociedade civil, ao invés de políticas universais que deveriam nortear as ações nessa temática. Muitas vezes ignorada pelo Estado enquanto esfera de interlocução e cada vez mais atravessada pela racionalidade do mercado, que valoriza a profissionalização, a iniciativa e o empreendedorismo, essa nova sociedade civil, que nasceu vazia institucionalmente, passa a representar, em última instância, os interesses privados que controlam o Estado e negam a existência de projetos de classe diferenciados. (SIMIONATTO, 2000).

A nova sociedade civil, ao contrário do sentido proposto por Gramsci, em que seria a esfera de conflito, de construção de hegemonias, passa agora a ser pautada pela cooperação, pela parceria e pelo diálogo. Não se leva em consideração quem são os atores sociais que têm voz nessa nova configuração, e, conseqüentemente, que tipos de interesses são direta ou indiretamente defendidos. Tomada em sentido transclassista (SIMIONATTO, 2000), se afasta cada vez mais dos ideais da democracia política, conformando-se como esfera de pacificação de interesses voltados para a “inclusão dos excluídos” no sistema dominante. Impede-se a chegada do momento que Gramsci chamou de “catarse”, a passagem do momento meramente econômico (ou egoístico passional) ao momento ético-político, ou seja, à elaboração superior da estrutura em superestrutura na consciência dos homens. Dessa forma, a nova sociedade civil converte-se cada vez mais em correia de transmissão da hegemonia dominante (NOGUEIRA, 2004).

Dessa forma, capitaneada pelas organizações não-governamentais internacionais e pelas fundações e institutos empresariais, e, portanto amarrada financeira e institucionalmente a essas forças, cada vez mais a nova sociedade civil, principalmente nos países periféricos, se mostra incapaz de atacar os problemas estruturais do capitalismo. Longe de intenções reducionistas sobre a multifacetada sociedade civil, podemos nos indagar porque uma fundação ligada a um grande banco internacional apoiaria efetivamente um grande e sério

projeto de fomento ao micro-crédito, que tem uma lógica completamente distinta e que vai de encontro àquela que norteia o *core business* de seus mantenedores? O mesmo questionamento pode ser feito para diferentes campos estruturais, seja na cultura, com movimentos do rap libertador da periferia seja na tecnologia, com a adoção do software livre, e as respostas infelizmente serão as mesmas. Quais são os grandes projetos privados relacionados com públicos como moradores de rua, população carcerária e egressos, prostituição, drogas e alcoolismo, em que se atendem os segmentos mais vulnerabilizados da sociedade, quase não havendo possibilidade de “retorno institucional”? Lembremos que mesmo no discurso do investimento social privado esse valor é reconhecido, mas “apenas” como um subproduto da ação filantrópica.

Nossa análise até aqui mostra que existem barreiras quase intransponíveis para que se pratiquem os plenos ideais de uma democracia política. Entretanto, não podemos com isso engendrar uma visão pessimista sobre as diversas formas que se apresentam as relações entre os governos e sociedades em nosso tempo. Ao invés disso, cabe a nós pesquisadores buscar as reais causas para que esse negativismo venha sendo propagado por todas as esferas de nossas vidas. O quadro atual de despolitização e de individualismo exacerbado não nasce de um defeito da humanidade oculta dos homens (NOGUEIRA, 2004), mas de erros políticos (deliberados ou não) dos grupos hegemônicos, que subestimam a democracia política, mercantilizam a vida e difundem ideologias de não-pertencimento a grupos maiores, reificando a auto-suficiência e a solidão. Em suma, a figura do *self made man* prevalece sobre o “homem solidário”, que deveria se ligar aos outros de maneira “sólida”, mas também de maneira “horizontal” (SPINK, 2001).

Infelizmente essa mercantilização de todas as esferas da vida, que acarreta a busca de bens materiais a todo custo, tem se tornado uma *doxa*, uma verdade absoluta propalada pelos atores hegemônicos, tomada como dada por grande parte da sociedade e nunca discutida pela maioria dos indivíduos. Muito provavelmente o autor italiano dos Cadernos do Cárcere não contava com a medida desenfreada da penetração da esfera estrutural e do papel da mídia no cotidiano dos indivíduos e na luta cada vez mais desigual pela sobrevivência. Apesar disso, já se preocupava com a questão da cultura, colocando um peso decisivo no papel de certo tipo de intelectualidade como líderes na conformação de uma nova

hegemonia para as classes subalternizadas, e o lugar para a conformação dessa hegemonia localiza-se na ligação orgânica entre sociedade política e sociedade civil, na busca de uma forma progressista de Estado ampliado.

A nova sociedade civil tem se mostrado extremamente multifacetada e, conseqüentemente, acaba sendo preenchida mais efetivamente por aqueles atores que dispõem de maior capital político e social, legitimando-se como os detentores únicos do propósito e dos instrumentos para libertar as classes marginalizadas das amarras da tirania do Estado e do mercado. Entretanto, mesmo dentro da sociedade civil aparece a formação de antíteses e contradições. Tanto a União Democrática Ruralista (UDR) como o Movimento dos Sem-Terra (MST) são integrantes da chamada sociedade civil na pós-modernidade.

Dessa forma, percebemos que as contradições da esfera estrutural tendem, de alguma maneira, a se mover para esse novo espaço de criação de hegemonias. A visão gramsciana ainda nos parece bastante adequada e pode conferir uma grande dose de otimismo aos mais céticos com relação ao poder do mercado, hoje consubstanciado no grande capital financeiro, composto por organizações que apostam cada vez mais na financeirização como forma de auferir maior rentabilidade para seus investimentos e que tem apostado num “terceiro setor” que se comporta como uma síntese das ações do momento estrutural.

As modernas teorias sobre a sociedade civil devem, portanto, preocupar-se cada vez mais com as pretensões daqueles que se colocam como “salvadores” das classes mais vulneráveis. A própria idéia de reconhecer-se como portador de legitimidade para realizar esse “salvamento” já nos coloca diante de questões filosóficas bastante complexas. Dessa forma, acreditamos que a visão de Antonio Gramsci deve encontrar bastante aderência ainda em nossos tempos, ao acreditar no poder legítimo das classes trabalhadoras, na síntese de suas culturas, na subjetivação de seus ideais e principalmente por propor soluções para problemas estruturais do capitalismo advindas de suas próprias contradições de ordem político-econômica, que atinge camadas cada vez maiores da sociedade. Esse contingente recebe topicamente alguns direitos políticos e quase nenhum direito social ou econômico e somente um movimento dessa monta, vindo de baixo e liderado pelos de

baixo, pode levar a uma revolução que faça surgir uma nova classe dirigente em nossa sociedade.

Entretanto, faz-se mister revitalizarmos algumas das formas de atores coletivos como o partido político tradicional e os sindicatos, e fazer uma análise mais aprofundada sobre a teoria do Estado ampliado. Na contemporaneidade, novos atores coletivos se formaram a partir de recortes diferenciados, e a cultura talvez seja o mais importante desses recortes. No próximo capítulo, faremos uma análise detalhada da evolução do conceito de cultura através dos tempos, para entender como se formaram esses novos atores.

4. A evolução do conceito de cultura

A cultura é nossa!
A estrutura reforça!
O rap é compromisso
e como um míssil destroça!
A Cultura – *Sabotage Ft. Rappin Hood*

4.1. Cultura, natureza e civilização.

Conforme vem sendo ressaltado por estudiosos contemporâneos (EAGLETON, 2005; WILLIAMS, 2007), cultura é uma das duas ou três palavras mais complicadas da língua inglesa, cabendo ao termo “natureza” – que é por vezes considerado seu oposto – a honra de ser o mais complexo de todos. Isso ocorreu em parte devido ao seu intrincado desenvolvimento histórico em diversas línguas européias, mas principalmente por ter sido usada como importante referencial em diferentes disciplinas e sistemas de pensamento distintos e incompatíveis (WILLIAMS, 2007).

Na raiz latina da palavra “cultura” temos *colere*, relativo a uma extensa gama de significados: habitar, cultivar, proteger, honrar com veneração. O significado de “habitar” evoluiu do latim *colonus* para o contemporâneo “colonialismo”, mas também desemboca via o latim *cultus* no termo religioso “culto”, determinando na Idade Moderna um sentido devanescente de divindade e transcendência (EAGLETON, 2005). Entretanto, o termo também guardava desagradáveis afinidades com ocupação e invasão, transitando entre dois pólos, positivo e negativo, que ainda hoje marca o conceito de cultura.

O sentido primordial de cultura referia-se ao cuidado com o crescimento natural, como algo que um sujeito fazia a uma parte da natureza, tornando-a mais confortável para a sua existência, seja uma plantação ou uma criação de animais. Fica marcada já nesse momento a relação entre algo natural, que tende a se desenvolver por si só, mas que através dos cuidados humanos passa a se desenvolver de forma mais efetiva. De qualquer forma, vale ressaltar que em todos os seus primeiros usos, cultura era um substantivo que remetia a um processo, seja com as colheitas seja com animais. De acordo com Williams, a partir do

princípio do século XVI o cuidado com o crescimento natural se ampliou para incluir também o processo de desenvolvimento humano. Nesse momento, cultura era uma ação que conduzia à plena realização das potencialidades de alguma coisa ou alguém, desenvolvendo, fazendo brotar, frutificando, florescendo e cobrindo de benefícios (CHAUI, 2006).

De acordo com Chauí, a distinção entre natureza e Cultura é recente, pois, tal como a conhecemos, data do século XVIII, apesar de haver uma distinção tematizada de várias maneiras pela filosofia entre natureza a ação humana, entendida como ética, política, história, técnica (CHAUI, 2006). Mas o conceito de natureza também se desdobra em vários sentidos: tomada individualmente, é a substância dos seres, matéria e forma constitutiva desses seres. Trata-se de uma força espontânea, capaz de gerar e cuidar de todos os seres por ela criados e animados. Como núcleo definidor de um ente, é a essência ou aquilo que constitui necessária e universalmente alguma coisa. Por fim, tomada como realidade físico-química e biológica, ou como a natureza, é a organização universal e necessária dos seres segundo uma ordem regida por leis inalteráveis pela ação humana. Em outros termos, a natureza é a ordem e a conexão universal e necessária entre as coisas, expressas em leis naturais. O comum a esses significados é que o natural é tudo aquilo que existe no universo sem a intervenção da vontade e da ação humanas (CHAUI, 2006).

Até o século XVIII o sentido principal da palavra “cultura” referia-se a civilidade, sendo o padrão ou critério que determinava o grau de civilização de uma sociedade. Chauí afirma que

A cultura era o aprimoramento da natureza humana por meio da educação entendida em sentido amplo, como formação das crianças pela sua iniciação à vida da coletividade por meio do aprendizado de música, dança, ginástica, arte da guerra gramática, poesia, oratória, lógica, história, filosofia, etc. (CHAUI, 2006; p.42).

Nesse caso, cultas eram as pessoas de virtudes morais, politicamente participantes e intelectualmente desenvolvidas pelo conhecimento das ciências, das artes e da filosofia. De acordo com esse significado, existe a passagem de um sentido abstrato para um processo geral de tornar-se civilizado ou cultivado. A cultura seria então aquilo que nos faz evoluir, não importa de que forma, a uma vida mais completa, seja no sentido material, seja no sentido espiritual. A divisão social das classes era então sobreterminada pela distinção entre cultos (os senhores) e incultos (escravos, servos e homens livres pobres), e a distinção entre os povos se fazia pela designação do outro como bárbaro (CHAUI, 2006). Já nesse momento iniciam-se as primeiras reações adversas a esse significado de cultura, que apresentava uma visão eurocêntrica de evolução, e justificava qualquer tipo de colonização em nome dos mais elevados valores da cultura européia do século XVIII.

Neste primeiro sentido, cultura e natureza não são apresentadas como opostas. Os humanos são considerados naturais, mas sua natureza não pode ser deixada por conta própria, pois tenderá a ser agressiva e destrutiva, precisando ser cultivada de acordo com os ideais de sua sociedade (CHAUI, 2006). Assim, na questão da civilidade, cultura também refere-se ao seguimento de regras, o que envolve um constante interação entre o regulado e o não-regulado. Mesmo nesse caso, o seguimento de regras relaciona-se diretamente com liberdade. Alguém que estivesse inteiramente à margem de convenções culturais não seria mais livre do que alguém que fosse escravo delas (EAGLETON, 2005). Nesse caso, a regra seria não seguir regra alguma, mas ainda assim se trata de uma regra. Para Eagleton,

a idéia de cultura, então, significa uma dupla recusa, tanto do determinismo orgânico, quanto da autonomia do espírito. É uma rejeição tanto do naturalismo como do idealismo, insistindo, contra o primeiro, que existe algo na natureza que a excede e anula, e, contra o idealismo, que mesmo o mais nobre agir humano tem suas raízes humildes em nossa biologia e no ambiente natural (EAGLETON, 2005; p. 14).

Existe na cultura uma tensão permanente entre fazer e ser feito, entre o racional e o espontâneo, entre aquilo que é adquirido e o que é de nossa natureza, combinando de

maneira estranha liberdade e necessidade, um projeto consciente associado também a um excedente não planejável (EAGLETON, 2005). Dessa dicotomia podemos sondar o fato do conceito aparecer como central tanto no pensamento liberal como nas teorias mais progressistas. Mesmo dentro dos indivíduos essa divisão ainda persiste, entre aquela parte que se cultiva e se refina, e aquilo dentro de nós, seja lá o que for, que constitui a matéria-prima para esse refinamento (EAGLETON, 2005). Passamos por um processo de auto-moldagem que, dessa vez dentro dos indivíduos, une mais uma vez ação e passividade, aquilo que mais ardorosamente desejamos e o que nos é puramente dado. Assim, da mesma forma como nos fizemos na origem parte da natureza, dela nos afastamos pelo simples fato de que introduzimos no mundo um grau de auto-reflexividade a que o resto da natureza não pode aspirar (EAGLETON, 2005).

De acordo com Williams, a partir do século XVIII o termo cultura passa a opor-se a civilidade, passando a caminhar em duas direções. Por um lado, principalmente devido ao movimento romântico, surgem alternativas ao uso ortodoxo de civilização, mostrando que, além das distintas formas de cultura entre as nações, haveria culturas específicas e variáveis dos grupos econômicos e sociais mesmo no interior de uma nação (WILLIAMS, 2007). Nesse caso, devido ao artificialismo advindo do processo de industrialização, apontando o caráter mecânico da civilização que afluía, o termo cultura passa a ser usado para distinguir desenvolvimento “humano” do “material”, numa visão alternativa à visão dominante de que o primeiro seria uma consequência direta do último.

Dessa forma, cultura passa a designar a interioridade humana (a consciência, o espírito, a subjetividade) contra a exterioridade das convenções e instituições civis-civilizadas (CHAUI, 2006). Afastando-se de um significado completamente material, foi metaforicamente transferido para questões do espírito, refletindo em seu desdobramento semântico a mudança histórica da existência rural para a urbana, da criação de porcos a Picasso, reunindo tanto a estrutura como a superestrutura (EAGLETON, 2005). Nesse mesmo contexto, o autor ressalta ainda o quão paradoxal se mostrava a mudança semântica, na medida em que os habitantes urbanos seriam os “cultos”, e aqueles que realmente viviam lavrando o solo não o seriam.

Fica claro nesse momento a oposição do eurocentrismo de uma cultura como civilização universal aos clamores dos povos primitivos, aqueles de todos os cantos do mundo que não viveram e pereceram em prol da honra duvidosa de ter sua posterioridade tornada feliz por uma cultura europeia ilusoriamente superior (EAGLETON, 2005). Nesse ponto, podemos localizar a idéia de cultura como um modo de vida característico como estreitamente ligada a um pendor romântico anti-colonialista por sociedades “exóticas” subjugadas (EAGLETON, 2005), e que reaparecerá mais tarde nos aspectos primitivistas do modernismo. Apesar dos termos civilização e cultura ainda serem utilizados de forma intercambiável, cultura era quase o oposto de civilidade, mais tribal do que cosmopolita, uma realidade vivida em um nível instintivo muito mais profundo do que a mente e, assim, fechada para qualquer forma de crítica racional. Em mais uma curiosa inversão, agora os selvagens seriam os cultos, mas os civilizados não (EAGLETON, 2005)

4.2. Cultura como manifestação artística

Se a cultura como civilidade acabou desembocando na crítica anti-capitalista, concomitantemente designou formas de vida que de alguma forma se consideravam superiores, possibilitando a exteriorização da visão de uma classe dominante em oposição às classes dominadas. Entretanto, o florescimento dessa dominação não pode ser completamente explicado se não introduzirmos um segundo significado para a noção de cultura, com sua gradual especialização às artes. A evolução do conceito de arte, primeiramente ligada à habilidade e engenhosidade para lidar com os materiais naturais, técnica, trabalho, passa a significar um conjunto particular de atividades e habilidades dependentes da imaginação criadora e da inspiração, transformando-se na idéia burguesa do culto à contemplação e à beleza (CHAUI, 2006). Nesse momento, passa a distinguir o artista do artesão, este trabalhando para seu sustento a aquele com o tempo livre para a prática do ócio criativo, materializando uma visão de mundo em formas simbólicas como a escultura, a pintura e a literatura. O movimento artístico passa a ser objeto de estudo de uma disciplina filosófica específica, a estética, fazendo com que formas peculiares de matéria sejam magicamente maleáveis ao significado, promovendo uma unidade do

sensível e do espiritual que falhamos em atingir em nossas dualísticas vidas diárias (EAGLETON, 2005).

Eagleton assinala ainda que mesmo relacionado com a produção artística o significado de cultura pode ser mais ou menos expansivo, já que nesse sentido pode incluir atividades intelectuais em geral, como Ciências, Filosofia, Erudição, ou ainda ser mais limitada a atividades supostamente mais “imaginativas”, como a Música, a Pintura e a Literatura, sendo que pessoas “cultas” são pessoas que têm cultura nesse sentido (EAGLETON, 2005). Dessa forma, a cultura como arte tem duas conseqüências: em primeiro lugar, que as ciências em geral já não poderiam ser vistas como criativas ou imaginativas; em segundo, que valores “civilizados” somente poderiam ser encontrados então na fantasia, enquanto Ciência, tecnologia e política seriam atividades monotonamente prosaicas. Eagleton sugere para essa noção de cultura a famosa indagação de Marx: Para que alienação deplorável é essa transcendência uma pobre compensação?

Para os românticos mais radicais, a arte, a imaginação, a cultura folclórica ou comunidades “primitivas” seriam sinais de um potencial criativo que deveria ser estendido para a sociedade política. (EAGLETON, 2005). O movimento romântico espera que a afirmação da alma popular, do sentimento popular, da imaginação, simplicidade e pureza populares quebre o racionalismo e o utilitarismo da Ilustração, considerada por eles causa da decadência e do caos social. Do lado contrário, não por acaso Hegel também considera a poesia “inferior” à prosa – à imediatez confusa da sensibilidade, contrapõe a articulação mediatizada e a racionalidade da prosa (CHAUI, 2006). Ao ligar-se com formas de arte realmente existentes, a cultura como crítica torna-se uma forma de crítica imanente, julgando deficiente o presente ao medi-lo com relação a normas que ele próprio gerou, potencializando a descoberta de uma ponte entre o presente e o futuro justamente naquelas forças no presente que são potencialmente capazes de transformá-lo. Um futuro desejável, um “como seria bom se” dá lugar a um futuro exequível (EAGLETON, 2005).

A cultura como sinônimo de arte surge quando a sociedade civilizada começa a tornar-se desconfortavelmente contraditória, impondo a alguns de seus teóricos o pensamento

dialético; a partir do momento que a civilização, no próprio ato de realizar alguns potenciais humanos, também suprime danosamente outros (EAGLETON, 2005). Como arte, a cultura possibilita o surgimento de um movimento de resistência ao presente ao mesmo tempo em que está solidamente baseado dentro dele. As formas de manifestações artísticas não seriam uma questão da arte usurpando a vida social, mas da arte indicando um refinamento de vida ao qual a sociedade deva ela mesma aspirar. Destilando os valores aos quais todos deveriam aspirar, a arte materializava inerentemente e de forma convenientemente portátil esses valores, suspendendo nossos eus empíricos, com todas as suas contingências sociais, sexuais e étnicas, fazendo-nos dessa forma nós mesmo sujeitos universais (EAGLETON, 2005).

Assim, reduzida a um punhado de obras artísticas, cultura passou a significar um corpo de trabalhos artísticos e intelectuais de valor reconhecido, juntamente com as instituições que o produzem, difundem e regulam (EAGLETON, 2005). Aqui reside um dos pontos fundamentais na contraditória evolução do conceito de cultura. No momento em que a cultura como forma de manifestação artística ainda guarda uma forte relação com a cultura como forma de vida, ela também herda o viés normativo da cultura como civilização. As artes podem refletir a vida refinada, mas são também a medida dela. Ao incorporar, também avaliavam, unindo o real e o desejável à maneira de uma política radical (EAGLETON, 2005). A partir do momento em que cultura não era mais uma descrição do que se era, mas do que poderia ou costumava ser, o viés valorativo da cultura passa a pender para o lado dos detentores dos meios de produção, difusão e regulação dos conteúdos artísticos, de sorte que aquilo que se diz do “culto” é cada vez mais uma descrição do próprio “culto” acerca de suas próprias características.

Eagleton ressalta então que, pelo fato das artes serem um fenômeno raro, limitado a uma minoria privilegiada, com o passar do tempo ficou difícil saber se, na qualidade de crítico, alguém era absolutamente fundamental ou completamente supérfluo. Com isso, ainda que a cultura passasse a significar o campo materialmente determinado das formas simbólicas e dos modos de vida de uma sociedade, a divisão social das classes como distinção entre

“culto” e “inculto” tornou-se predominante. E com essa divisão, Chauí ressalta as seguintes conseqüências para a cultura e as artes:

- 1) *Distinguiram-se entre dois tipos principais: a erudita, própria dos intelectuais e artistas da classe dominante, e a popular, própria dos trabalhadores urbanos e rurais;*
- 2) *Quando pensadas como produções ou criações do passado nacional, formando a tradição nacional, receberam o nome de folclore, constituído por mitos, lendas e ritos populares, danças e músicas regionais, artesanato, etc.; e*
- 3) *A arte erudita ou de elite passou a ser constituída pelas produções e criações das belas-artes, consumidas por um público de letrados, isto é, pessoas com bom grau de escolaridade, bom gosto e consumidoras de arte (CHAUI, 2006); p. 13).*

Chauí ressalta ainda que apesar da distinção entre cultura/arte popular e erudita ser *realmente* expressão e conseqüência da divisão social das classes, *aparece* como diferença qualitativa, observada: a) na complexidade da elaboração – a arte popular sendo mais simples e menos complexa que a erudita; b) na relação com o novo e o tempo – a popular tendendo a ser tradicionalista e repetitiva, ao passo que a erudita tende a ser de vanguarda e voltada para o futuro; c) na forma de relação com o público – na popular, artistas e público tendem a não se distinguir, enquanto que na erudita é clara a distinção entre o artista e o público e d) no modo de compreensão – na arte popular, o artista exprime diretamente o que se passa em seu ambiente, sendo imediatamente compreendido por todos e na erudita, por sua vez, criam-se novos meios de expressão, de sorte que sua obra não é imediatamente compreensível a não ser para um pequeno grupo de entendidos, que dessa forma a interpretam para o restante do público (CHAUI, 2006).

4.3. Cultura e sua oposição à natureza

Num outro caminho tomado pela evolução do conceito, “cultura” também passa a ser a *medida* de uma civilização, expressando a relação que os humanos, socialmente organizados, estabelecem com o tempo e o espaço, com os outros humanos e com a

natureza, relações que se transformam e variam em condições temporais e sociais determinandas. Cultura torna-se então sinônimo de civilização, como expressão dos costumes e das instituições enquanto efeitos da formação e da educação dos indivíduos, do trabalho e da sociabilidade (CHAUI, 2006). Neste caso, cultura não é o “natural” qualquer, mas o que é específico da natureza humana, o desenvolvimento autônomo da razão no conhecimento dos homens, da natureza e da sociedade, a fim de criar uma *ordem superior (civilizada) contra a ignorância e a superstição, tornando-se sinônimo de progresso racional e de história* (CHAUI, 2006). Os pensadores consideram, sobretudo a partir de Kant, a diferença essencial entre natureza e os homens, aquela operando mecanicamente e de acordo com leis necessárias de causa e efeito e estes dotados de liberdade e razão, agindo deliberadamente, de acordo com valores e finalidades. A oposição deixa de ser entre o “natural” e o “artificial” e torna-se aquela entre liberdade (cultura e história) e necessidade (natureza) (CHAUI, 2006), base do instigante debate do Idealismo alemão.

Para a visão idealista, numa sociedade civil os indivíduos vivem num estado de antagonismo crônico, impelidos por interesses opostos, sendo que o Estado seria exatamente aquele âmbito transcendente no em que essas divisões podem ser harmoniosamente reconciliadas. Entretanto, para que isso aconteça, o Estado já tem que ter marcado presença nas atividades da sociedade civil, aplacando seus rancores e refinando suas sensibilidades – exatamente o processo que apontamos como cultura – o desenvolvimento autônomo da razão. O Estado encarna a cultura, a qual, por sua vez, corporifica nossa humanidade comum (EAGLETON, 2005). Para Eagleton, nessa linha de pensamento o que a cultura faz então é

destilar nossa humanidade comum a partir de nossos eus políticos sectários, resgatando dos sentidos o espírito, arrebatando do temporal o imutável, e arrancando da diversidade a unidade. Ela designa uma espécie de autodivisão assim como uma autocura pela qual nossos eus rebeldes e terrestres não são abolidos, mas refinados valendo-se de dentro por uma espécie mais ideal de humanidade. A brecha entre o Estado e sociedade civil – entre como o cidadão burguês gostaria de representar a si mesmo e como ele realmente é representado –

é preservada, mas também erodida. A cultura é uma forma de sujeito universal agindo dentro de cada um de nós, exatamente como o Estado é a presença do universal dentro do âmbito particularista da sociedade civil (EAGLETON, 2005; p. 18).

4.4. Cultura como história

Foram Hegel e depois dele Marx que enfatizaram a cultura como história. Para Hegel, o tempo seria o modo como o Espírito Absoluto ou a razão se manifesta e se desenvolve através das obras e instituições. Em cada período de sua temporalidade, o Espírito ou a razão engendraria uma cultura determinada, que exprimiria o estágio de desenvolvimento espiritual ou racional da humanidade em uma seqüência de civilizações que se iniciam no Ocidente e terminam no Oriente, cada qual se exprimindo com uma cultura própria e que seria necessariamente ultrapassada pelas seguintes, em um progresso contínuo (CHAUI, 2006).

A relação entre necessidade e liberdade, entre o particular e o universal, é a base do pensamento hegeliano, traduzido pelo Estado como o mediador entre os antagônicos interesses dos indivíduos dispersos na sociedade civil, afirmando a racionalidade e a universalidade do Estado nacional como a culminância do processo de desenvolvimento histórico e político de um povo. Assim, Hegel tanto se afasta do patriotismo romântico ao negar que o Estado seja uma comunidade quanto do contratualismo liberal, ao negar que este seja fruto do contrato entre os indivíduos (CHAUI, 2006).

Para Hegel, a sociedade civil seria aquela em que os indivíduos buscam a satisfação das suas necessidades, através da divisão do trabalho e das relações de troca. Diferenciando comunidade e sociedade, o autor considera a sociedade civil o resultado de um processo histórico de destruição e superação da família como comunidade orgânica ou natural, destruição que dá surgimento à da figura do indivíduo isolado como núcleo da sociedade civil (CHAUI, 2006). O que merece destaque sobre a concepção hegeliana de sociedade

civil – *Bürgerliche gessellschaft* – é que se trata da esfera dos interesses privados, econômico-corporativos e antagônicos entre si.

Hegel foi o primeiro a teorizar o moderno paradoxo de individualização por meio de identidades secundárias, em consonância com o processo de industrialização que surgia nos principais centros europeus. No início, o indivíduo estava imerso numa forma de vida particular relativa ao seu nascimento, mantendo laços orgânicos com sua família e com a comunidade local, e nessa mesma comunidade o indivíduo podia atender à grande parte de suas necessidades fisiológicas e emocionais. Alguns produtos manufaturados eram produzidos, mas ainda por artesãos independentes que controlavam desde o processo de produção até a venda ou troca do produto final. Nas sociedades pré-capitalistas, a produção industrial era organizada de acordo com uma estrita hierarquia mestre-companheiro-aprendiz, mas apesar disso ainda diferia da produção capitalista em três pontos principais: o mestre-artesão trabalhava *com* o seu aprendiz, em vez de simplesmente lhe dizer o que ele devia fazer; a hierarquia era linear e não piramidal: o aprendiz será um dia companheiro e, verossimilmente, mestre; por fim, o artesão membro de uma corporação não estava separado do mercado por um intermediário (MARGLIN, 1978).

A industrialização, por seu turno, forçou esses artesãos a entregarem-se ao capitalista para combinar o seu trabalho com o trabalho de outros operários, de modo a fazer do todo um produto mercantil. Nesse sentido, a divisão capitalista do trabalho, baseada na concentração de empregados rigidamente hierarquizados dentro de uma fábrica, foi adotada não por causa da sua superioridade tecnológica, mas porque garantia ao empresário um papel essencial no processo de produção: o de coordenador (MARGLIN, 1978). Ao despojar o operário de qualquer controle e dar ao capitalista o poder de prescrever a natureza do trabalho, o controle hierárquico possibilita sua real função social: a acumulação de capital nas mãos do empresário através de um processo de extração da mais-valia dos trabalhadores.

Com a divisão social do trabalho, o que se segue é a transição de uma fase em que o operário tem uma margem de controle suficiente para compreender o que está a fazer para

aquela com o operário reduzido a executar uma tarefa monótona, cortada do contexto e desprovida de sentido. Marglin relembra mesmo uma passagem arrasadora de Adam Smith em *A riqueza das nações* para salientar os resultados da divisão social do trabalho:

...Ora, a inteligência da maior parte dos homens forma-se necessariamente pelas suas ocupações ordinárias. Um homem que passa toda a vida a executar um pequeno número de operações simples, cujos efeitos, possivelmente, são sempre os mesmos, ou muito aproximadamente os mesmos, não tem a oportunidade de desenvolver a sua inteligência nem de exercer a sua imaginação na procura de expedientes para evitar dificuldades que nunca surgem (SMITH apud MARGLIN, 1978; p.10).

Com o avanço da industrialização, cada vez mais os indivíduos se viram afastados de suas comunidades locais, com seus laços de parentesco, ritos religiosos e refeições em conjunto, e passaram a ser absorvidos pelo poder industrial, colocados lado a lado com outros indivíduos e submetidos a um rígido sistema de controle e disciplina operado por supervisores trabalhando para o empresário em nome do aumento da lucratividade e da acumulação de capital. A partir de então, os laços entre os indivíduos são profundamente alterados, e o que ainda restava de solidariedade entre eles derivava não de uma origem e de uma humanidade comum, mas da luta pela sobrevivência e por melhores condições de trabalho.

O advento da industrialização somente inicia o processo de desestabilização das comunidades, culminando nas modernas formas de trabalho, em que os indivíduos que ainda conseguem uma ocupação passam grande parte de seu dia em organizações ao lado de pessoas com as quais muitas vezes não se tem nenhuma afinidade a não ser a necessidade do trabalho para a sobrevivência, persistindo “momentos tópicos de solidariedade”, como a ginástica laboral, o almoço corrido no *fast-food* e o amigo secreto no final do ano.

4.5. Cultura, trabalho e identidade

Na passagem da identidade primária para a secundária, as identidades primárias passam por uma forma de transubstanciação: no início funcionam como forma da aparência da identidade secundária universal – precisamente por ser um bom membro da minha família eu contribuo para o correto funcionamento de meu Estado-Nação. Por outro lado, na Modernidade, a forma social predominante da ‘universalidade concreta’ é o Estado-Nação como mediador de nossas identidades sociais particulares: a determinada forma de minha vida social – agora relacionada com minha atividade profissional, seja um professor, político, advogado, fazendeiro – é a forma específica de minha participação na vida universal do Estado-Nação (ZIZEK, 1997). Nesse sentido, o sujeito passa a reconhecer-se numa outra comunidade secundária, ‘universal’ mas simultaneamente ‘artificial’, mediada, sustentada pela atividade de sujeitos livres e independentes – nação versus comunidade local, profissão em uma grande companhia anônima versus a relação personalizada entre aprendiz e mestre-artesão, o conhecimento acadêmico versus o saber tradicional passado de geração a geração (ZIZEK, 1997).

A sociedade civil, como um ponto de chegada do mundo moderno, envolvia a criação de um novo tipo de economia de mercado que integrava os desejos arbitrários de sujeitos econômicos auto-interessados na busca de um objetivo e por um processo “externo” que atinge resultados universais não pretendidos nem antecipados pelos participantes dessa nova economia (COHEN, ARATO, 1999). Desse movimento, Hegel definiu o que chamou de “sistema de necessidades”.

Com o desenvolvimento de um novo tipo de economia, as necessidades dos indivíduos passaram a ser cada vez mais abstratas e mensuráveis na forma monetária, permitindo assim sua rápida e ilimitada expansão, atingindo momentos em que uma parte da sociedade “necessitaria” cada vez mais de luxo e extravagância em detrimento de outra parcela que não teria condições de saciar suas mais básicas necessidades. Deriva daí que o trabalho no mundo moderno seria o mediador entre o universal e o particular através do processo de criação de valor – nesse caso o tipo individual de trabalho que cria produtos com valor mensurável e que permite o intercâmbio desses produtos com outros trabalhadores, submetidos também à divisão social do trabalho.

Chauí ressalta que obviamente para Marx o espiritualismo ou idealismo hegeliano é inaceitável. A história como cultura não pode ser o desenvolvimento da vida do Espírito Absoluto,

mas o modo como, em condições determinadas e não escolhidas por eles, os homens produzem materialmente (pela organização do trabalho e pela organização econômica) sua existência e dão sentido a essa produção material. A história-cultura não narra o movimento temporal do Espírito, mas as lutas reais de seres humanos reais que produzem e reproduzem suas condições materiais de existência, isto é, produzem e reproduzem as relações sociais, pelas quais se distinguem da natureza e diferenciam-se uns dos outros em classes sociais antagônicas (CHAUI, 2006; p. 108).

Para Marx, a identidade da sociedade capitalista funda-se em uma divisão interna – a contradição das classes sociais. Dessa forma, a representação ou a figuração da identidade como *unidade e não-contradição* passam a exigir um conjunto de imagens unificadoras sobre as quais precisa assentar-se (CHAUI, 2006). Tais imagens seriam o Povo, a Nação, a Ciência, a Organização, a pátria, o Estado, que ao produzirem artificialmente um imaginário social de identificação ocultam a real divisão social existente como luta de classes. Como o marxismo é um materialismo – sendo a matéria as relações sociais de produção em condições históricas determinadas – pode desvendar que as unificações abstratas ou imaginárias não são meras fantasias, mas que são diretamente ligadas à base material concreta. Assim, as relações sociais põem as divisões, que são recusadas enquanto tais, aparecendo sim como mera diversidade que não compromete a unificação ou a unidade social (CHAUI, 2006).

Para Marx, a cultura tem apenas uma origem, que é o trabalhar a natureza. O trabalho é uma forma de intercurso com a natureza que produz uma cultura, mas exatamente por causa das condições sob as quais esse trabalho acontece – a exploração capitalista – essa cultura é internamente fragmentada em violência e contradição (EAGLETON, 2005). A grande novidade promovida pela produção capitalista repousa no fato da clara separação entre a relação social de exploração e de opressão e a relação impessoal de dominação, a separação

entre a sociedade civil – ou as relações sociais definidas pelos interesses privados da burguesia (CHAUI, 2006). Assim, que o trabalho para o marxismo signifique exploração é um dos significados da perspicaz afirmação de Walter Benjamin de que todo documento da civilização é também um registro da barbárie (EAGLETON, 2005).

Chauí ressalta que a sociedade histórica, no sentido forte do termo, é aquela que não está *na* história, mas aquela para a qual *ter* uma história e *ser* história é um problema (CHAUI, 2006). Ao buscar dentro de si mesma os princípios de seu surgimento, se depara com uma dificuldade quase intransponível: a ausência de identidade consigo mesma, pois sua existência é comandada por divisões internas cuja origem também necessita ser explicada. A história entendida como continuidade e progresso, como na versão iluminista, além de excluir a ruptura, exclui a diferença temporal, substituindo-a pela diferença empírica dos tempos, ou pela sucessão. Ao inserir o passado na linha contínua da tradição memorizada, o futuro é posto como previsível e provável, eliminando a dimensão do possível, ordenando o espaço social, organizando a memória e administrando o porvir (CHAUI, 2006).

Com relação ao trabalho como identidade, vale gastar algumas linhas com o excelente trabalho de Fernando Braga da Costa citado na introdução de nosso trabalho, que fez de sua dissertação de mestrado um estudo sobre a invisibilidade pública daqueles que trabalham em atividades subalternas. Para isso, durante cinco anos, uma vez por semana ao menos, o autor vivenciou o dia-a-dia de homens que são garis na Cidade Universitária de São Paulo. De acordo com o autor, a pesquisa mostrou que

O ofício de gari parece acentuadamente atravessado por um fenômeno de gênese e expressão intersubjetivas: a invisibilidade pública – espécie de desaparecimento psicossocial de um homem no meio de outros homens. Bater o ponto, vestir o uniforme, executar trabalhos essencialmente simples, transportar-se diariamente em cima da caçamba de caminhonetes ou caminhões em meio às ferramentas ou lixo, são as tarefas delineadoras do trabalho daqueles homens. (...) São atividades cronicamente reservadas a uma classe de homens sub-proletarizados; homens que

se tornam historicamente condenados ao rebaixamento social e político (COSTA, 2002; p. 14-15).

Ademais da pertinência do trabalho acadêmico, que analisa na prática um problema psicossocial que reflete as formas de dominação na sociedade, a pesquisa mostra como se conformam no dia-a-dia as relações de poder advindas da posição profissional de cada indivíduo, o que nos permite ainda mais rechaçar as teorias que apregoam o fim do trabalho ou a diminuição de sua centralidade na pós-modernidade. Vale citar ainda o episódio do uniforme, outro ícone que como qualquer vestuário acaba por identificar aqueles que o utilizam, fazendo-os reconhecidos – ou não. O autor relata o dia em que precisou passar por dentro do prédio da faculdade de Psicologia utilizando o uniforme de gari – calça, camisa e boné vermelhos – acreditando que o fato fosse chamar a atenção de colegas de classe, professores e curiosos:

Entramos pela porta principal, eu e Antônio (um dos garis). Percorremos o piso térreo, as escadas e o primeiro andar. Não fui reconhecido. E as pessoas pelas quais passávamos não reagiam à nossa presença. Talvez apenas uma ou outra tenha se desviado de nós como desviamos de obstáculos, objetos. Nenhuma saudação corriqueira, um olhar, sequer um aceno de cabeça. Foi surpreendente. Eu era um uniforme que perambulava: estava invisível, Antônio estava invisível. Saindo do prédio, estava inquieto; era perturbadora a anestesia dos outros, a percepção social neutralizada (COSTA, 2002; p. 16).

Costa mostra que a invisibilidade pública, como *desaparecimento intersubjetivo de um homem no meio de outros homens, é expressão pontiaguda de dois fenômenos psicossociais que assumem caráter crônico nas sociedades capitalistas: humilhação social e reificação*. No caso da humilhação social, sugere *a abordagem social, como um fenômeno histórico, construído e reconstruído ao longo de muitos séculos e determinante do cotidiano dos indivíduos das classes pobres; e a abordagem política, que indica exclusão intersubjetiva de uma classe inteira de homens do âmbito público da iniciativa da palavra, do âmbito da*

ação fundadora *e do diálogo, do governo da cidade e do governo do trabalho* (COSTA, 2002).

Para além das questões de identidade e trabalho, entre apropriação da mais valia e classes dominantes, existe aqui uma questão da invisibilidade pública, que poderia muito bem ser situada como a outra face da moeda da visibilidade pela marca, pelo símbolo, pelo *status* do significante, que se reifica sistemática e gradualmente em todos os contatos entre as classes, de forma que a questão de fundo é na verdade o fim do reconhecimento do outro como ser humano. As classes e suas contradições se enfrentam a todo momento, no seu deslizar pela cidade, no seu conviver no território – cada vez mais excludente, de sorte que, como aponta Iglecias no estudo sobre o vetor sudoeste de São Paulo, muitos já nem se reconhecem como parte dos grandes centros, sabendo que “aquilo tudo” já não mais os quer por lá.

Como entender a situação pela ótica da exclusão, se realmente existe uma exclusão em nível social, psicológico, quase hegemônico? E veja-se que no caso do estudo de Costa sobre os garis estamos falando da maior universidade pública do Brasil, entre os mais bem conceituados centros de pesquisa do mundo. O que dizer se nos voltarmos para a questão do trânsito, outro dos novos territórios numa grande cidade, com a individualização levada ao extremo, milhares de carros com apenas um passageiro, blindados, com películas escuras, não pretendendo se misturar de forma alguma com o outro, indicando a proximidade do fim da possibilidade das relações intersubjetivas, dada pela materialização de todos os níveis de nossas relações sociais.

Quando tratarmos de políticas culturais, voltaremos à análise da cultura como trabalho de criação, como resultado da reflexão, da experiência e do debate, como *instituição social* determinada pelas condições materiais de sua realização. Nessa discussão, em que o trabalho é entendido para além de posições de subalternidades, em que se diminua progressivamente o abismo entre valor de troca e valor de uso, além de condições para que todos se coloquem em posições realmente iguais e comuns, e que isso se transforme num projeto político dentro de toda a sociedade, pode estar uma contribuição efetiva em termos de cultura política. Por ora, lembremo-nos da afirmação de Marx de que *as idéias*

dominantes de uma época sempre foram as idéias da classe dominante, e ressaltemos que pouco mudará na consciência dos homens antes que mudemos a história como continuidade para história como ruptura, apresentando também a versão daqueles soçobrados pelas classes dominantes.

4.6. Cultura – a diferença entre comunidade e sociedade

No final do século XIX o conceito de cultura reaparece de forma profundamente política e ideológica a partir do surgimento da antropologia, a ciência responsável pelo estudo do homem. Esses estudiosos mantêm o vínculo entre cultura e evolução, mas necessitavam de um padrão para medir o nível de progresso de uma determinada cultura, e obviamente a Europa capitalista seria a medida para tal. Nesse sentido, uma cultura seria mais elevada de acordo com a presença ou ausência de elementos cruciais na Europa capitalista, o Estado, o mercado e a escrita. Qualquer cultura que não tivesse esses elementos ou os tivesse ainda em desenvolvimento seria considerada “primitiva”, justificando qualquer forma de colonialismo em nome dos elevados padrões de progresso da Europa capitalista (CHAUI, 2006) para levar o desenvolvimento a essas culturas primitivas. Apenas a partir da segunda metade do século XX a antropologia passa a abandonar essa perspectiva de cultura e progresso, admitindo que cada cultura deva ser encarada como uma singularidade, uma individualidade própria. Chauí destaca que o termo passa a significar então

o campo das formas simbólicas, como criação coletiva da linguagem, da religião, dos instrumentos de trabalho, das formas de habitação, vestuário e culinária, das manifestações do lazer, da música, da dança, da pintura e da escultura, dos valores e regras de conduta, dos sistemas de relações sociais, particularmente os sistemas de parentesco e as relações de poder (CHAUI, 2006; p. 131)

A cultura passa a representar então o campo em que os membros das comunidades instituem relações entre si e com a natureza. A filósofa ressalta ainda a abrangência dessa definição de cultura como formas simbólicas produzidas em condições históricas determinadas e o empecilho para sua adoção em qualquer forma de agrupamento humano,

notadamente as diferenças fundamentais entre comunidade e sociedade. A comunidade seria uma forma de convivência em que os seus membros teriam sempre relações face a face, sem a mediação de instituições, com sentido de unidade ou destino comum, percebida como natural, com origem natural ou divina.

A sociedade, por sua vez, significaria isolamento e fragmentação, com os indivíduos se relacionando como sócios, exigindo a explicação da origem do próprio social, desembocando na idéia de pacto ou contrato social. Se a comunidade seria regida pelo princípio da indivisão, a sociedade seria inerentemente guiada pela divisão interna, não como acidente ou pela maldade dos indivíduos, mas pela luta de classes, conforme afirmação de Marx no Manifesto do Partido Comunista de 1848: “até aqui todas as sociedades repousaram no antagonismo entre classes opressoras e oprimidas” (CHAUI, 2006).

De acordo com a filósofa, seria impossível então a utilização da ampla definição de cultura como expressão da comunidade indivisa proposta pela antropologia, pois a mesma sociedade de classes instituiu a divisão cultural, que passou a receber nomes diversos: cultura dominada e dominante, cultura opressora e oprimida, cultura de elite e popular. Qualquer que seja o termo empregado, a evidência seria sempre de um corte no interior da cultura entre aquele tipo de cultura formal, aquela dos letrados e cultura popular, que acontece espontaneamente nos veios da sociedade (CHAUI, 2006).

4.7. Cultura e políticas de identidade

Eagleton levanta uma importante questão acerca das políticas de identidade, necessidade última do pós-modernismo. A partir da década de 60 a palavra “cultura” teria girado sobre seu próprio eixo, passando de uma universalidade transcendente que caracteriza toda a humanidade para a afirmação de uma identidade específica – nacional, étnica, regional. O conflito é então colocado por Eagleton como o choque entre Cultura e cultura, esta valorizando uma particularidade coletiva acidental ao invés de uma forma de universalismo daquela. Por sua vez, essas identidades particulares, ao verem a si mesmas indistintamente

como oprimidas, ocasionaram a transformação de um reino de consenso em terreno de conflito, fragmentando ainda mais a sociedade e diminuindo as possibilidades da luta coletiva. Essas diferenças, marcadamente baseadas na cultura como sinal, imagem, valor, identidade, solidariedade e auto-expressão, foram a tônica das formas de combate político radical nas últimas décadas – nacionalismo revolucionário, feminismo e luta étnica – mas nem por isso podemos relacionar positivamente as políticas de identidade. *Na Bósnia ou em Belfast, cultura não é apenas o que se coloca no toca-fitas; é aquilo por que se mata* (EAGLETON, 2005).

Ao elevar particularidades coletivas puramente aleatórias ao status de tônica da luta política, as políticas de identidade da pós-modernidade vão contra a individualidade como o meio do universal, pois é na unicidade de alguma coisa que o espírito do mundo pode ser mais intimamente sentido (EAGLETON, 2005). Dessa forma, um modo de vida contingente, um acidente de lugar e tempo que sempre poderia ter sido de outra maneira acaba por suplantar a essência da espécie humana, desestabilizando o circuito direto entre o individual e o universal e configurando-se como uma forma de diferenciação arbitrária entre os indivíduos. Enquanto isso, o sistema político dominante se torna cada vez mais hegemônico, baseado no fato de não ter apenas um oponente, mas uma coleção heterogênea de adversários desunidos. Se essas subculturas protestam contra as alienações da modernidade, também as reproduzem na sua própria fragmentação. Para o autor, as formas mais inspiradoras de políticas de identidade são aquelas em que se reivindica uma igualdade com os outros no que diz respeito a ser livre para determinar aquilo que você deseja se tornar, ao contrário daquela que reclama que uma identidade já completamente formada está sendo reprimida por outras (EAGLETON, 2005). As identidades coletivas associadas a essa reivindicação são os resultados emergentes das próprias lutas (SANTOS, 2003).

Eagleton ressalta um importante aspecto acerca das políticas de identidade e cultura. Para o autor, *não existe uma “política cultural”, no sentido de certas formas de política que são especificamente culturais. Ao contrário, a cultura não é em absoluto inerentemente política. Não há nada de inerentemente político em cantar uma canção de amor bretônica,*

organizar uma mostra de arte afro-americana ou declarar-se lésbica. O autor continua, insistindo que essas coisas se tornam política apenas sob específicas condições históricas, geralmente de um tipo desagradável, quando são apanhadas num processo de dominação e resistência – quando essas questões, de outra forma inócuas, são transformadas por uma razão ou outra em terrenos de disputa. Para ele, o propósito último de uma política de cultura seria então devolver a essas coisas sua inocuidade, permitindo que se possa cantar, pintar ou fazer amor sem a incômoda perturbação da disputa política (EAGLETON, 2005; p. 173).

O autor sumariza o paradoxo da política da identidade afirmando que se precisa de uma identidade a fim de se sentir livre para desfazer-se dela e finaliza afirmando ironicamente que há proponentes de uma política de identidade que no momento em que pudessem finalmente apresentar suas particularidades com sossego, não teriam mais nenhuma noção do que fazer consigo mesmos (EAGLETON, 2005). Ainda não temos como responder essa questão, haja vista que as políticas radicais de identidade ainda estão a toda força, mas podemos assuntar que o próprio capitalismo tem se preparado para acomodar essas “inovações democráticas”.

Na medida em que novas especificidades são reconhecidas e mais “aceitas” pela sociedade, não faltarão empresas prontas a formatar toda uma nova linha de produtos para atender ao novo “nicho de mercado”. Aliás, esse movimento está bastante adiantado, e já temos linhas de produtos exclusivas para negros, shoppings em que há maior tolerância sexual e serviços específicos para idosos, agora chamados singelamente de “melhor idade”. O novo paradigma do capitalismo, em que as marcas são “significado” e não características de produtos, vai ao encontro dessa política de identidade que valoriza sobremaneira particularidades coletivas.

Não faltarão, portanto, empresas prontas a fornecer aos consumidores oportunidades não apenas de compra, mas de experimentar plenamente o significado de sua marca (KLEIN, 2004). Dessa forma, vislumbra-se uma assustadora sinergia entre política de identidade e nicho de mercado, e as empresas não mais precisarão criar experiências mirabolantes para

estreitar o relacionamento com seus clientes, necessitando apenas adequar-se às essas novas identidades da sociedade, identidades essas que na mente de seus defensores com certeza transcendem a universalidade da espécie humana. Nada mais cômodo para o capitalismo do que ver seus antigos inimigos cada vez mais divididos. A questão do *branding* e da transcendência será mais bem tratada em capítulo específico, mas devemos ressaltar aqui a sinergia que alguns autores consideram existir entre o capitalismo e o multiculturalismo.

4.8. Cultura e Multiculturalismo

O conceito de multiculturalismo diz respeito, inicialmente, a uma lógica de ação política baseada no reconhecimento institucionalizado da diversidade cultural própria às sociedades multirraciais ou às sociedades compostas por comunidades lingüísticas distintas. Para muitos críticos do multiculturalismo, ao elevar a questão do reconhecimento de identidades culturais ao problema político fundamental, abrem-se as portas para uma certa secundarização de questões marxistas tradicionais que estão vinculadas à centralidade dos processos de redistribuição e de conflitos de classe na determinação da ação política (SAFATLE, 2007).

Historicamente, o termo foi utilizado pela primeira vez em 1957, para descrever a realidade multilingüística da Federação Suíça; entretanto, foi no Canadá que o multiculturalismo chegou a ser implementado pela primeira vez, como política de Estado. Num movimento marcado tanto o conflito entre as comunidades anglófonas e francófonas quanto por elevada taxa de imigração, o Canadá adotou em 1971 o *Announcement of Implementation of Policy of Multiculturalism within Bilingual Framework*. Pelas primeira vez um Estado se definia como multicultural e reconhecia até mesmo a necessidade de políticas específicas financiadas pelo Estado para a preservação de tal multiplicidade. (SAFATLE, 2007)

De acordo com Safatle, a tendência multicultural foi uma peça hegemônica na orientação política de esquerda a partir dos anos 1980, devido ao seu potencial de defesa de minorias étnico-culturais e da possibilidade de ser acoplada a práticas de institucionalização da

diversidade de orientações sexuais (SAFATLE, 2007). O autor reforça que é inegável o vínculo do multiculturalismo com as lutas pelos direitos das minorias que encontram suas raízes nos anos 1960, e que esse vínculo foi mediado por uma crítica “pós-moderna” a discursos com pretensões universalizantes e fundacionistas no interior da vida social (SAFATLE, 2007).

4.8.1. Pluralidade de culturas e multiculturalismo

Para o sociólogo português Boaventura de Souza Santos, a expressão multiculturalismo designa, originalmente, a coexistência de formas culturais ou de grupos caracterizados por culturas diferentes no seio de sociedades “modernas”. O autor pontua que, rapidamente, o termo se tornou um modo de descrever as diferenças culturais em um contexto transnacional e global, apresentando e representando as mesmas dificuldades e os mesmos potenciais do conceito de cultura (SANTOS, 2003). Para o autor,

a idéia de cultura estaria associada, em um de seus usos mais comuns, a um dos campos do saber institucionalizados do Ocidente, as humanidades, sendo referida como repositório do que de melhor foi pensado e produzido pela humanidade, baseada em critérios de valor estéticos, morais ou cognitivos que, definindo-se a si mesmos como universais, elidem a diferença cultural ou a especificidade histórica dos objetos que classificam. (...). Uma outra concepção, que coexiste com a anterior, reconhece a pluralidade de culturas, definindo-as como totalidades complexas que se confundem com as sociedades, permitindo caracterizar modos de vida baseados em condições materiais e simbólicas. Esta definição leva a estabelecer distinções entre culturas que podem ser consideradas seja como diferentes e incomensuráveis, e avaliadas segundo padrões relativistas, seja como exemplares de estágios em uma escala evolutiva que conduz do “elementar” ou “simples” ao “complexo” e do “primitivo” ao “civilizado”. A antropologia, como disciplina, adotou até meados do século XX diferentes variantes desta concepção. (SANTOS, 2003; p. 38)

O autor ressalta que os dois modos de definir a cultura permitiam uma distinção entre as sociedades modernas, subordinadas a um Estado, com uma estrutura social diferenciada, que “têm” cultura e as “outras” sociedades “pré-modernas” ou “orientais” que “são” culturas, diferenciação que foi consagrada e reproduzida por instituições típicas da modernidade ocidental como as universidades, o ensino obrigatório, os museus e outras organizações (SANTOS, 2003).

Exportava-se para os territórios coloniais ou em processo de descolonização além de uma ideologia de mercado, típica das sociedades capitalistas, concepções eurocêntricas de universalidade e de diversidade. Em face da globalização, essa diferenciação ficou cada vez mais difícil de manter, e a partir de 1980,

a abordagem das ciências sociais e humanas convergiu para o campo transdisciplinar dos estudos culturais para pensar a cultura como um fenômeno associado a um repertório de sentido ou de significado partilhados pelos membros de uma sociedade, mas também associado à diferenciação e hierarquização, no quadro de sociedades nacionais, de contextos locais ou de espaços transnacionais (SANTOS, 2003; p. 28).

A cultura tornou-se assim, um conceito estratégico central tanto para a esquerda como para a direita para definir identidades e alteridades no mundo contemporâneo. Como novo campo de lutas e contradições, a cultura tornou-se poderoso recurso para a afirmação da diferença e, dentro de preceitos democráticos, a exigência do seu reconhecimento tanto pelo Estado como pelos outros diversos atores da sociedade, muitos vezes com interesses também reivindicatórios de dívidas sociais mas por intermédio da mobilização de recursos institucionais para a defesa de causas específicas, sejam ambientalistas, de gênero e de raça. Pela singularidade de interesses, os interesses de classe transvestiam-se de alguma forma para outros campos, mas que não deixavam de apresentar um corte de classes, de tal sorte que mesmo o movimento feminista reconhecia a diferença entre uma mulher das classes altas, uma doméstica urbana e uma prostituta.

Assim, da mesma forma que os diferentes grupos lingüísticos dos países reconhecidos como bilíngüe, muitos outros grupos com particularidades coletivas passaram também a reivindicar direitos baseados na questão do gênero ou na orientação sexual. Transgressores da ordem vigente, o movimento feminista e o movimento homossexual partilhavam – pelo menos em suas origens, e variando de região para região – uma visão de mundo que também relacionava a questão da luta de classes e do consumismo como ordem vigente. Da mesma forma, outros movimentos, como o movimento ambientalista, passavam a questionar de forma contundente a ordem vigente e partilhavam interesses progressistas com a esquerda mais envolvida diretamente com partidos políticos e sindicatos. Surgia assim uma série de movimentos sociais que se baseavam não apenas na luta nas arenas políticas tradicionais, reconhecendo que as formas de opressão e dominação sempre existiram em nosso país, indo além da questão da exploração do trabalho, que há muito deixou de ser uma questão de identidade e se tornou cada vez mais uma forma de sobrevivência.

O multiculturalismo pode se considerar tanto como descrição como um projeto. O problema, de acordo com Boaventura Santos, é o grau em que o multiculturalismo como descrição das diferenças culturais e dos modos da sua inter-relação se sobrepõe ao multiculturalismo como projeto político de celebração ou reconhecimento dessas diferenças que tem suscitado críticas e controvérsias (SANTOS, 2003).

4.8.2. Multiculturalismo e ideologia

Numa perspectiva crítica do multiculturalismo, autores como Slavoj Žižek e Alan Badiou tratam de insistir na maneira como a universalidade do capital se acomoda muito bem à multiplicidade cultural, de forma que reivindicações identitárias tendem a transformar o mercado no único meio neutro no qual tal multiplicidade pode se articular, promovendo uma rede mercantil de *targets*, favorecendo a visão de que a economia política das reivindicações identitárias dependesse do seu oposto ou seja, da universalização global como espaço “neutro cultural neutro” (SAFATLE, 2007).

A forma de acumulação flexível do capitalismo atual necessita de ideologias que o sustentem. A ligação entre o universal e um conteúdo particular que funciona como seu substituto seria contingente exatamente porque se trata do resultado de uma luta política pela hegemonia ideológica. Numa versão mais complexa que a tradicional marxista – de interesses particulares assumindo diretamente formas de universalidade – para que a ideologia dominante possa funcionar deve incorporar uma série de atributos em que a maioria explorada seja capaz de reconhecer como suas autênticas demandas. Zizek pontua que na verdade cada universalidade hegemônica precisa incorporar *pelo menos duas* características peculiares, tanto um conteúdo particular reconhecido como autêntico quanto sua distorção pelas relações de dominação e exploração (ZIZEK, 1997).

O autor utiliza alguns casos para exemplificar como uma particularidade específica pode assumir um caráter universal e atuar como uma ideologia dominante. No caso do fascismo, seu caráter ideológico se fez não por uma “fantasia totalitária”, base da crítica liberal, mas exatamente pelo poder de articulação do regime, ao reapropriar-se de uma noção bastante específica do que seria a exploração capitalista – a influência dos judeus, o predomínio do capital financeiro sobre o produtivo – e utilizá-la então como justificativa para a eliminação de milhares de judeus. Numa visão bastante próxima da função do consenso na hegemonia gramsciana, Zizek mostra que a luta pela hegemonia político-ideológica seria sempre uma luta pela apropriação de termos que são “espontaneamente” vivenciados como apolíticos, transcendendo as fronteiras do político e recolocá-los também de forma “quase espontânea” nos termos desejados. A ideologia seria, de alguma forma, nada mais que a forma das aparências, a distorção/rearticulação formal da não-ideologia (ZIZEK, 1997).

O mesmo raciocínio é utilizado pelo autor para explicar as demandas neoliberais por cortes nos gastos sociais, como o cuidado à saúde, o suporte à cultura, o incentivo à pesquisa, em suma, o desmantelamento do Estado de bem-estar. O permanente estado de crise financeira – ao invés de ser tratado como efeito da mudança no equilíbrio na luta de classes em favor do capital, serve de argumento legítimo para operar toda essa série de cortes que em verdade mudam alguma coisa para não mudar nada, revolução como suplente da reforma.

De maneira análoga, podemos verificar como se dá o tratamento do aumento da criminalidade em nosso país, que longe de ser apresentado como um resultado direto de nossa extrema desigualdade social tem sido cada vez mais isolado no espectro da segurança pública, trazendo como receituário o aumento do aparato repressivo, desde policiais nas ruas até o aumento do número de presídios para depositar a população que habita o mundo das *classes perigosas*. Pincelada com mais um pseudo-espço de participação, dessa vez o patético plebiscito sobre o desarmamento, a história da acumulação primitiva é colocada no limbo para ser esquecida, favorecendo com isso a troca do papel do meliante (PINASSI, 2006). O limite dessa situação se coloca na instituição das prisões privadas, transferindo o monopólio do Estado da violência física e da coerção para um contrato com particulares – que obviamente entram no jogo para tão somente auferir lucros.

Assim, no momento em que a questão da criminalidade é apresentada como um problema em si e não como um sintoma, não se pode vislumbrar uma solução efetiva para o problema, haja vista que nenhum investidor em sã consciência vai construir prisões para que elas sejam desativadas quando a “boa índole” tomar conta de toda a sociedade. Numa ode à diminuição da capacidade ociosa do investimento, vamos continuar “enxugando gelo”, o sistema vai continuar funcionando e gerando o proletariado que antes considerado exército industrial de reserva agora será definitivamente trancafiado e esquecido, numa ação que assim se executa diretamente pelas mãos dos seus algozes privados.

O papel da mídia na construção, consolidação e disseminação desses modelos interpretativos é fundamental, uma vez que também a mídia se tornou refém de seus proprietários, ligados organicamente às forças do Capital e que prefere a criminalização da pobreza e a diminuição da maioria penal a qualquer debate mais edificante sobre concentração da propriedade privada e internacionalização do capital financeiro. Sob o aspecto bastante peculiar e universalmente reconhecível da segurança pública, a violência urbana é então reinterpretada como um problema em si, isolado da questão social e como resultado da ação daqueles indivíduos de má índole, alheios aos ensinamentos dos céus e rebeldes às leis dos homens, e que precisam por isso ser trancafiados e tratados como desviantes do comportamento humano.

A solução para o problema é então reformulada nos termos daqueles que (erroneamente) não se sentem parte do problema, e que felizmente ainda conseguem viver isolados em seus feudos, carros blindados e condomínios fechados, cercados por muros, grades e um completo aparato de segurança privada. Com o apoio incondicional dos meios de comunicação, detentores primeiros do espraiamento da ideologia dominante em nossa sociedade, o receituário se difunde “consensualmente” por todas as classes sociais, inclusive e principalmente naquelas que serão mais passíveis da indicada repressão estatal e privada.

O autor ressalta ainda a falsidade do liberalismo multicultural elitista utilizando o exemplo da livre maçonaria, importante força dogmática que sabemos presente no Brasil pelo menos desde o século XVIII, refletindo os ideais do Iluminismo e da Razão. Para ele, a falácia sobre a livre maçonaria repousa no fato da tensão entre forma e conteúdo que já caracterizava o primeiro grande projeto ideológico baseado numa forma de tolerância universal. A doutrina da livre maçonaria – uma irmandade universal de todos os homens baseados na luz da Razão – claramente vai de encontro com a sua forma de expressão e organização, baseada numa sociedade secreta com rituais de iniciação, fazendo com que sua forma de expressão e articulação contrarie sua doutrina positiva (ZIZEK, 1997). A doutrina maçônica tem participado dos principais acontecimentos históricos em nosso país e ainda hoje tem um profundo enraizamento no Estado brasileiro. Com seus rituais secretos (apesar de muitos de seus praticantes afirmarem que houve uma transição para “rituais discretos”), códigos de comportamento e círculos restritos de participantes, com indicações e “padrinhos”, essa doutrina tem favorecido a concentração de poder nas mãos de alguns poucos privilegiados, atuando diretamente no Estado e contribuindo negativamente para a consecução de um projeto realmente universal para a vida sócio-política nacional.

Zizek ressalta a inesperada reversão do processo de passagem das identidades primárias para as secundárias analisada por Hegel. No pós-modernismo cada vez mais a instituição abstrata de identidades secundárias é vivenciada como externa, fazendo com que se busque

suporte em formas de identidade primordiais, geralmente menores, como religião e etnias. Com relação a essa busca de identidade, Žizek ressalta que,

Mesmo quando essas formas de identidade são mais ‘artificiais’ do que no caso das identidades nacionais, como no caso da comunidade gay, são também mais ‘imediatas’, apoderando-se do indivíduo direta e opressivamente na sua forma específica de vida, e, portanto restringindo a liberdade abstrata advinda de sua capacidade de cidadão do Estado-Nação: em contraste com a ‘nacionalização do étnico’ – a de-etnização, a sublimação do étnico no nacional – estamos agora enfrentando a ‘etnização do nacional’, com uma renovada busca das (ou reconstituição das) origens étnicas (ŽIZEK, 1997; p. 42).

O autor pontua ainda que essa ‘regressão’ de formas secundárias para formas primordiais de identidade com comunidades ‘orgânicas’ é também ‘mediada’ e ocorre como uma reação à dimensão universal do mercado mundial. Na realidade, não seria uma regressão, mas a forma aparente de sua exata oposição: numa forma de negação da negação, *essa específica reafirmação de identidades primordiais assinala que a perda da unidade substancial-orgânica está totalmente consumada (ŽIZEK, 1997)*. A lição fundamental da política pós-moderna é que o Estado-Nação, longe de ser uma unidade ‘natural’ da vida social, assume uma universalidade que se apresenta como um equilíbrio temporário e precário entre uma relação de particularidades étnicas e a (potencial) função universal do mercado (ŽIZEK, 1997). O momento final do processo de colonização global é aquele em que não há mais colonizadores, somente colônias – o poder colonizador não é mais um Estado-Nação mas diretamente a companhia global. No longo prazo, estaremos não somente usando camisetas *Banana Republic* mas também vivendo em repúblicas das bananas (ŽIZEK, 1997).

Žizek sustenta que a forma ideal da ideologia desse capitalismo global é o multiculturalismo, provendo uma atitude que, de um tipo de posição global vazia, trata cada cultura local da forma como o colonizador trata os povos colonizados, como nativos cujos modos de vida precisam ser cuidadosamente estudados e ‘respeitados’. Assim, quando o

capitalismo ainda se agarra a alguma herança cultural particular, identificada então como a origem secreta do seu sucesso – executivos japoneses participando de cerimônias de chá ou obedecendo ao código budista – a referência a fórmulas culturais particulares é na realidade a tela para o anonimato universal do Capital (ZIZEK, 1997). Apesar de a grande mídia tratar entes abstratos como o mercado e o Capital de forma exaustivamente humanizada – “mercado nervoso”, “fuga de capitais”, o pano de fundo para essa pseudo-personalização é o verdadeiro anonimato do capitalismo global.

Uma das conclusões sobre o multiculturalismo para Zizek é que estamos tratando aqui da estrutura de um sintoma:

Ao lidar com um princípio estrutural universal, tendemos a assumir automaticamente que – em princípio, precisamente – é possível aplicar esse princípio para todos seus potenciais elementos, e que a não-realização empírica do princípio é meramente um problema de circunstâncias contingenciais. Um sintoma, entretanto, é um elemento que – apesar da não-realização do princípio universal – precisa permanecer como uma exceção, que é o ponto de suspensão do princípio universal: se o princípio universal também fosse aplicado nesse ponto, o próprio sistema universal se desintegraria. Como é bem conhecido, nos conhecidos parágrafos sobre sociedade civil na sua Filosofia do Direito, Hegel demonstrou como a classe do “populacho” não era um resultado acidental do mau gerenciamento, medidas inadequadas dos governos ou má sorte econômica: as inerentes dinâmicas estruturais da sociedade civil, que guarda interesses particulares antagônicos, fez surgir toda uma classe excluída dos benefícios dessa sociedade civil, uma classe privada dos direitos humanos elementares mas ainda com os deveres da vida em sociedade, um elemento dentro da sociedade civil que negava seu princípio universal, um tipo de ‘não-Razão’ inerente à própria Razão – em suma, seu sintoma (ZIZEK, 1997; p. 46).

4.8.3. Multiculturalismo emancipatório

A condição do reconhecimento de particularidades coletivas acidentais não se mostra condição suficiente para a alteração do *status quo* da sociedade, e Zizek mostra mesmo que esse reconhecimento, a partir de uma posição vazia, somente pode ocorrer pela posição privilegiada daqueles que assumem essa posição do “politicamente correto”. O autor questiona se não haveria alguma *justiça poética nessa virada auto-referencial, salientando aquilo que abala até o mais patrioticamente orientado populista de direita, de Le Pen a Buchanan: o fato de que as novas multinacionais terem frente à população local americana ou francesa a mesma atitude que diante das populações do México, Brasil ou Taiwan* (ZIZEK, 1997).

Se por um lado aumenta-se a possibilidade de uma forma específica de luta política, ainda que em busca de um direito particularizado pela cor da pele ou pela orientação sexual, esse mesmo processo pode solapar qualquer visão de mundo que venha a propor um debate político mais amplo envolvendo classes sociais e propriedade privada. Muitas vezes se coloca como “politicamente correto” certa tolerância aos homossexuais, mas devemos lembrar que um indivíduo pobre sente mais drasticamente a problemática do preconceito pela “diversidade de orientação do comportamento sexual” do que um ator da grande mídia.

Certamente, não existem dúvidas sobre o fato da maioria pobre ser negra refletir apenas os devaneios capitalistas da globalização de outrora, em que a escravidão e o tráfico de seres humanos para exploração em alguma colônia eram regra e não exceção. Entretanto, se crermos que o fim da escravidão foi mais uma triste transição em nossa dinâmica societal eurocêntrica, infelizmente necessitamos, por mais estranho que possa parecer – estranhamente tratar iguais como desiguais. Em nome de uma dívida social contraída e não paga por nossos antepassados brancos e europeus, precisamos – como condição não-suficiente mas urgentemente necessária – de políticas afirmativas para a diversidade de segmentos vulnerabilizados da população.

Destarte, a situação se mostra mais complexa no contexto de um país colonizado e que apresenta traços de escravidão e servidão ao longo de mais de quinhentos anos, muito menos a relevância de movimentos de minorias para a queda da ditadura e a

redemocratização de nosso país. Marilena Chauí relembra que movimentos de minorias sexuais, dos negros e das mulheres uniram-se a outros três grandes movimentos que foram capazes de congregiar todas as classes sociais e tendências políticas de oposição: a luta pelos direitos humanos (cujas principais lideranças foram a Ordem dos Advogados do Brasil e a Comissão de Paz e Justiça, da Igreja), a luta contra a Lei de Segurança Nacional e a Lei dos Estrangeiros, e a reivindicação de uma Assembléia Nacional Constituinte livre e soberana.

Em países com o histórico de colonialismo como o nosso, em que o autoritarismo social baseia-se numa máquina ideológica que atua com mecanismos de *inversão do real* (CHAUI, 2006), a luta política das minorias pode não ser suficiente para alterar o quadro social, mas realmente assume outro formato daquele formulado por Eagleton. Com a produção de máscaras que dissimulam comportamentos, idéias e valores violentos como se fossem não-violentos, permite-se que temas como o machismo, por exemplo, seja colocado como proteção à natural fragilidade feminina.

Chauí ressalta como um dos traços do arraigamento de nosso autoritarismo social o fascínio pelos signos de prestígio e de poder, como o uso de títulos honoríficos sem qualquer relação com a possível pertinência de sua atribuição – o uso de *doutor* quando, na relação social, o outro se sente ou é visto como superior; nesse mesmo sentido, temos também o “rei da música”, o “rei do futebol” e é claro, a “rainha dos baixinhos”; a manutenção da criadagem doméstica, cujo número indica o aumento de prestígio, de tal sorte que o “luxo” de se ter uma empregada doméstica – marcadamente mulher, quando não uma adolescente – nunca foi privilégio exclusivo das classes mais abastadas, sendo na verdade um desejo e uma realidade de grande parte de nossa classe média.

De acordo com Boaventura Santos, versões emancipatórias do multiculturalismo baseiam-se no reconhecimento da diferença e do direito à diferença e da coexistência ou construção de uma vida em comum além de diferenças de vários tipos. Santos cita Edward Said, para quem essas concepções estariam ligadas a “espaços sobrepostos” e “histórias entrelaçadas”, resultados de dinâmicas imperialistas, coloniais e pós-coloniais, colocando em contato

diferentes formas culturais, que geram em cada localidade formas de oposição e resistência a esses poderes (SAID apud SANTOS, 2003). Nessa perspectiva, a cultura funciona como um “cimento”, horizontalizando as relações das comunidades e servindo de catalisador para forças políticas mais amplas, como produto resultante mesmo do choque com essas forças verticalizadas no bojo da globalização.

Para a definição de emancipação, seguimos a teorização do mesmo autor, que considera que os movimentos sociais de nosso tempo partilham, em geral, uma concepção ampla de dominação e de opressão, e sabem que são múltiplos os mecanismos de opressão e de dominação, e que é preciso lutar contra eles de forma articulada (SANTOS, 2003). Ao reconhecer que os modos de produção e de opressão e dominação são fortemente atuantes, mas não infinitos, fugimos de trivialismos e das armadilhas ideológicas dos totalitarismo. Dessa forma, o autor considera que não abandonamos a perspectiva estruturalista, mas criamos uma concepção mais plural das estruturas de poder que fomentam – às vezes implícita, às vezes explicitamente – os principais mecanismos de opressão e de dominação de nossas sociedades.

A partir da identificação dessas “igualdades nas desigualdades”, a forma de ação pela articulação de suas demandas coletivas pode levar a um novo patamar para a democracia participativa, que teria nesse momento outras formas de promover a institucionalização de uma luta coletiva, agora com seus diversos feixes apontando exatamente para a articulação desses coletivos maiores formados em torno da diversidade cultural desses atores.

Para Santos, uma proposta teórica e analítica desse tipo nos permite identificar as principais contradições sociais e visualizar de forma mais clara os possíveis caminhos para a construção da emancipação social, na transformação pela ação coletiva das relações desiguais de poder em relações de autoridades compartilhadas em cada uma das cinco formas estruturais de relações desiguais de poder na sociedade, a lembrar: o espaço-tempo doméstico (relações sociais de sexo ou patriarcado), o espaço-tempo da produção (exploração de classe), o espaço-tempo do mercado (fetichismo da mercadoria), o espaço-

tempo da comunidade (diferenciação desigual) ou espaço-tempo da cidadania (dominação) e espaço-tempo mundial (troca desigual) (SANTOS, 1995).

O autor considera uma forma de democracia radical, ao propor uma alternativa às formas de concepção liberal, que limitam a democracia ao espaço-tempo da cidadania, e estende a luta democrática a todos os problemas estruturais que se engendram na e pela sociedade atual. Uma vez que essas formas de opressão se interconectam de formas bastante complexas, a tendência para o foco em apenas uma delas pode inclusive embaçar nossa visão sobre a totalidade de formas segmentadas de poder na sociedade.

Santos lembra que tanto o liberalismo quanto o marxismo ocidental e outros discursos emancipatórios da modernidade compartilham da concepção do historicismo, com a lógica da concepção histórica como a narrativa dos sujeitos e culturas da modernidade, o que faz com que o político seja pré-definido em função de uma supra-ordenação que envia para o passado ou para a marginalidade outras formas de sociabilidade, contradição, oposição, resistência ou luta. Pela lógica da ação política moderna, esses grupos de resistência e suas reivindicações de justiça, de reconhecimento da diferença ou de cidadania serão inteligíveis apenas na linguagem do Estado moderno. Cabe ao Estado, dessa forma, promover políticas culturais que conformem as demandas desses grupos, notadamente teorizados “marginais, de oposições, minoritários, residuais, emergentes, alternativos, dissidentes” etc. (SANTOS, 2003).

Nesta perspectiva, e através das possibilidades do multiculturalismo como força de emancipação, abrem-se as portas para a ação coletiva, o debate político que tem como produto o próprio processo democrático, com a formação de dissensos e consensos no seio desses processos. Dessa forma são concebíveis formas de “política multicultural”, engendrando o conjunto de iniciativas e formas de mobilização para outras formas de dominação que não somente aquelas do trabalho, ocupando o espaço entre a resistência e a mobilização.

Na medida em que as formas de dominação não se restringem mais somente ao âmbito do trabalho, mas agora está difundida por todo o interstício social, uma ação estatal cultural contra-hegemônica deveria pautar-se pelo reconhecimento desses grupos, possibilitando sua articulação política, construindo os canais de comunicação com o Estado que permitam a ampliação dos espaços democráticos, promovendo por intermédio de um maior entrelaçamento do Estado com esses grupos a formação de um novo bloco histórico, ancorado na ampliação dos espaços político-culturais e formado exatamente por aqueles que são o sintoma mais vergonhoso da ação do capitalismo flexível.

Obviamente que o Estado, como criação e fiel depositário dos interesses de toda uma classe, não pode caminhar nesse sentido sem enfrentar os constrangimentos institucionais inerentes à sua burocratização. Trataremos desse assunto com mais profundidade no capítulo sobre políticas culturais, por ora lembremo-nos dessa possível instigante relação entre democracia multicultural e contra-hegemonia como forma de ampliação dos espaços tradicionais e tópicos da democracia liberal.

4.9. Cultura e pós-modernismo

Se no início a cultura foi uma noção por demais rarefeita, no pós-modernismo ela tem a flacidez de um termo que deixa de fora muito pouco. Entretanto, Eagleton ressalta que ao mesmo tempo ela se tornou superespecializada, refletindo obedientemente a fragmentação da vida moderna em vez de, como no caso de um conceito mais clássico de cultura, procurar consertá-la (EAGLETON, 2005). Na realidade, assim como no início da modernidade a divisão social do trabalho foi o estopim para a hegemonia dos capitalistas, o conceito de multiculturalismo serve da mesma forma atualmente para as forças dominantes porque aplica o princípio em que desde sempre as potências imperiais basearam a sua dominação: dividir para reinar (MARGLIN, 1978)

A cultura que tem sido pregada na pós-modernidade relaciona-se diretamente com o capitalismo e tem como um dos credos o consumismo a todo custo. Nesse sentido, Eagleton considera uma cultura sem classes, o que quer dizer que ela vai além das divisões de classe

ao mesmo tempo que impulsiona um sistema de produção que considera essas divisões indispensáveis (EAGLETON, 2005). Nesse sentido, pode ser considerada transclassista, pois o consumo faz parte da vivência de todos, como realidade para aqueles que podem consumir e como (des)encantamento utópico daqueles que vivem à margem do sistema de consumo, satisfazendo a muito custo apenas suas necessidades mais básicas. De qualquer modo, o consumo de uma cultura sem classes é hoje em dia cada vez mais a marca da classe média (EAGLETON, 2005).

As guerras culturais encabeçadas pelo Ocidente para “levar aos povos primitivos os ideais da democracia ocidental” não se fazem no vazio, mas em nome desse consumismo desenfreado que pretende buscar a todo custo novos mercados consumidores e fornecedores de mão-de-obra barata nos países em desenvolvimento. Esse processo liderado pelas grandes forças do Ocidente, que Milton Santos acertadamente chamou de globalitarização, não pode se vangloriar de ser portador dos mais altos valores ético-morais, e a cultura como civilidade somente se tornou e se mantém hegemônica por ter uma enorme força armada por detrás dela. Para Eagleton

nem a alta cultura, rarefeita demais para ser uma força política efetiva, nem a cultura pós-moderna, por demais frágil, desenraizada e despolitizada, podem ser igualadas ao Islã, por exemplo, para o qual a cultura é historicamente enraizada e inevitavelmente política. Apesar de ser uma forma de vida pela qual um número considerável de pessoas está preparado para morrer, o que pode não ser uma política sábia, é mais do que pode ser dito de Mozart ou Madonna (EAGLETON, 2005; p. 119).

As artes, o conjunto daquilo que poderia promover uma forma de auto-consciência para toda a humanidade, seja uma boa peça de teatro ou uma grande obra literária como forma de contestar a ordem vigente, cada vez mais são capturadas pelo processo de mercantilização, utilizando-se de obras efêmeras para alcançar a alma dos consumidores, com seus conteúdos cada vez mais voltados para os aspectos narcisistas de nossas vidas, misturando de forma deliberada elementos da esfera pública e da vida privada. No mundo pós-

moderno, a cultura e a vida social estão mais uma vez estreitamente aliadas, mas agora na forma da estética da mercadoria, da espetacularização da política, do consumismo do estilo de vida, da centralidade da imagem, e da integração final da cultura dentro da produção de mercadorias em geral (EAGLETON, 2005). Na medida em que as artes ameaçaram desvincular-se completamente da política, manifestações culturais foram tomadas com muito gosto pelas forças do capitalismo, permitindo que questões antes tidas como políticas, econômicas ou de trabalho agora encenassem seu reaparecimento como imagem e informação (EAGLETON, 2005).

Eagleton assinala que a Cultura como estética é lastimavelmente inadequada para cimentar os vínculos da unidade política. A Cultura não se mostra apenas uma noção unitária demais para um capitalismo inevitavelmente fragmentado, mas também uma noção com princípios por demais elevados, desnudando a grotesca brecha entre a sua própria retórica espiritual séria e a desagradável prosa da vida cotidiana. Nenhum liberal fica imune à crítica de que o capitalismo se apropria da mais-valia da massa de trabalhadores cada vez mais dispersos e que em nome do desenvolvimento da nação acaba por deixar uma grande parcela dessa população na informalidade, dependente cada vez mais de bolsas e auxílios que são insuficientes para alterar esse quadro. A máxima do “fazer o bolo crescer para depois dividir” há muito já se mostrou somente retórica e aqueles famintos que há décadas estão com os pratos na mão esperando sua fatia cada vez mais se mostram menos propensos a amargurar esta espera de forma pacífica. As necessidades naturais – aquelas que temos em virtude do tipo de corpo que somos, não importando a miríade de formas culturais que elas podem assumir – são critérios de bem-estar político, no sentido de que as sociedades que as frustram deveriam ser politicamente rechaçadas (EAGLETON, 2005)

Ainda com relação à cultura como arte, o autor pontua que sempre houve algo um tanto risível a respeito da idéia de que a humanidade pudesse ser salva estudando Shakespeare. A assertiva é verdadeira, mas preferimos que *difícilmente a humanidade possa ser salva somente estudando Shakespeare*. Por certo houve artistas extremamente sagazes como Machado de Assis e Bob Marley, que fizeram parte de movimentos mais fundamentados de crítica imanente, cada qual na sua forma e no seu tempo. Mas *Big Brother*, Michael Jackson

e até o inocente desenho animado do Pica-Pau realmente nos podem fazer apenas sorrir com escárnio.

Ainda assim, existem movimentos culturais contra-hegemônicos como aquele do *hip-hop*, que tem no chamado *gangsta rap* uma forma de manifestação artística que, se não consegue salvar a humanidade, tenta com suas letras contundentes contar histórias da periferia com os olhos da periferia e pela voz contundente de ex-presidiários que preferiram o *rhythm and poetry* como forma de denunciar a realidade de suas comunidades de forma distanciada dos grupos dominantes.

Analisaremos com mais profundidade as culturas contra-hegemônicas quando tratarmos da democracia cultural, mas cabe marcar aqui a recusa explícita de muitos desses grupos em participar dos grandes programas de auditório, considerados território do jabá, do narcisismo e da fantasia e patrocinado pela grande mídia, um dos principais alvos destroçados pela batida forte do *rap*. Nesse sentido, como bem nos lembra mesmo o liberal Albert Hirschman, *o direito à liberdade de expressão pode ser coisa vazia se a pessoa que deseja exercê-lo depende para sua própria subsistência das autoridades que pode desejar criticar*.

Com relação ao potencial político das artes, como desmerecer o peso de formas artísticas de sublimação das energias da sociedade que – para o bem ou para o mal – retardam em muito qualquer forma de revolta política simplesmente pelo fato de sua existência e suas possibilidades de sublimação, como o futebol e o carnaval na vida social brasileira? O simbolismo coletivo e a identidade para com os times de futebol e escolas de samba são *sui generis* – ainda mais num país com as desigualdades sociais como o nosso. Se o povo quer pão e circo, o bom senso preza que o circo deveria existir em consonância com o pão, mas o que assistimos atualmente é ao excesso de circo para todos os gostos e à crônica falta do pão para uma grande parte da população.

Para Eagleton o que o Ocidente idealmente exige é alguma versão de cultura que alcance uma devoção tal que o povo esteja disposto a morrer por ela, e essa força está precisamente

na religião, com o seu enraizamento político tradicional. É verdade que cada vez mais ouvimos notícias sobre violência e morte nos estádios de futebol, mas certamente não é nesse sentido que Eagleton se refere a enraizamento político. Para o autor, ao promover a ligação da Cultura e cultura, entre valores transcendentais e práticas populares, a espiritualidade da elite à devoção das massas, a religião poderia exercer os potenciais “freios morais” a que tem sido convocada há milênios. Se no pós-modernismo consolidaram-se forças que se mostram onipotentes e onipresentes há séculos, somente a religião acomoda também uma forma de onisciência que pode funcionar como um guia para indivíduos dispersos cada vez mais espremidos entre necessidades mundanas reais e ideais utópicos de liberdade.

O autor ressalta, entretanto, que a religião tem sido constantemente sabotada pela secularização capitalista, afirmando que o que leva a religião ao descrédito não seria a esquerda atéia mas sim as próprias atividades do capitalismo, em que uma infra-estrutura secularizada solapa a própria superestrutura espiritual que ela exige para a sua própria estabilidade (EAGLETON, 2005). Não podemos deixar de registrar a peculiar condição brasileira, em que uma Igreja Católica secular e retrograda enfrenta cada vez mais as Igrejas Pentecostais como uma potência social, política e econômica. Com a propriedade de canais de televisão, bancada no Congresso Nacional e arrebatando fiéis cada vez mais ferrenhos, tem substituído uma possível consciência de classe de esquerda por uma consciência religiosa capenga e que tem no dízimo – cada vez mais “eletrônico” – uma das principais formas de salvação das almas dos “pobres cristãos”.

Cultura se faz a todo momento, em todo lugar, por todos os indivíduos, independentemente da vontade do governo ou de “qualquer sociedade civil”. Tem como pilar o processo comunicacional, baseado numa linguagem articulada – e portanto dotada de um fim, tendo sempre um propósito, uma intenção, ainda que muitas vezes de formas não facilmente identificáveis. A linguagem articulada, nesse caso, comunica e expressa conhecimentos e relações obtidas mediante a reflexão e a auto-reflexão operadas pelo pensamento e constitutivas da consciência. Como realidade concreta, é uma atividade teleologicamente orientada e reflete diretamente as relações de poder entre os emissores e receptores.

A “brecha” aberta pela cultura e que deve ser preenchida pela cultura, a fissura entre aquilo que somos e podemos ser se tornou tão difusa, complexa e abstrata que justifica quaisquer meios na busca da felicidade plena, objetivo final nunca concretizado, mas sempre idealizado em torno daquilo que o Outro possui, afastando-se da possibilidade de qualquer engajamento coletivo em busca do bem comum. A questão da identificação pelo trabalho, ainda que não o trabalho mais ‘abstrato’, que muitas vezes ocupou o papel para preencher nossas alteridades, mas mesmo aquele formal, típico da era fordista, já não existe mais como realidade para a maioria da população de muitos países periféricos. A extrema iniquidade econômica e social dessas nações certamente aumenta essa fissura, transformando-o num abismo que, nos moldes da democracia liberal, todos parecem ter as mesmas condições de ultrapassar, Baseando-se no modelo do *self made man*, esconde-se a luta de classes e esteriliza-se o necessário conflito para a construção coletiva de uma sociedade em que a distribuição da riqueza social seja mais justa e igualitária.

A cultura como processo compreende, portanto, toda uma incontável gama de comportamentos, que se auto-realizam no dia-a-dia dos indivíduos, no contato com seus pares e ainda de forma relevante no âmbito do trabalho realizado pelos sujeitos. A formação de uma visão de mundo emerge e se reifica a todo momento de acordo com a posição dos sujeitos nessa intrincada gama de relacionamentos. Pretendemos considerar a cultura como um processo que, ao trabalhar os valores simbólicos da tradição e da invenção, organiza o imaginário, confere identidade, sentido e perspectiva aos saberes e fazeres de determinada comunidade local ou nacional (TIERRA, 2005), sendo assim um fator constitutivo e constituinte de um projeto que promove a hegemonia de determinados grupos.

A pluralização do conceito de cultura, como vimos, não favorece o florescimento automático de suas virtudes; em contrário, torna-se quase incompatível a manutenção de seu caráter positivo. Forçar a cultura a uma forma específica de vida, como a cultura dos madeireiros da Amazônia, não nos faz aprovar essa determinada cultura simplesmente por ser uma rica diversidade das formas de atuação dos madeireiros. O capitalismo, como a cultura humana mais heterogênea do planeta, necessita e vai mesmo louvar a máxima

pluralidade de formas de vida. Da mesma forma, a cultura como civilidade, capitaneada pelo Ocidente e validada pelo poderio bélico desses países tem sido o catalisador de grande parte da violência a que assistimos atualmente pelas lentes dos grandes conglomerados de mídia por todo o globo. Mesmo como arte e erudição, a cultura somente veio ratificar a existência das classes ao diferenciar a cultura dominante de uma suposta cultura popular.

Além disso, nos dias de hoje as formas de arte foram quase que inteiramente capturadas pelas grandes corporações. Como mecenas pós-modernos, balizados pelo interesse de ligar suas marcas diretamente às almas dos consumidores, os departamentos de marketing dessas corporações tiveram seu papel facilitado pela conveniente portabilidade proporcionada pela cultura como forma de arte, levada ao extremo pela difusão da televisão e mais ainda pelas tecnologias da informação na pós-modernidade. Assim, o ponto em comum da cultura como crítica utópica, como modo de vida e como criação artística é exatamente seu lado mais negativo: de maneiras diferentes, são reações ao fracasso da cultura como civilização real – como a grande narrativa do autodesenvolvimento humano (EAGLETON, 2005).

A cultura não se resume unicamente àquilo de que vivemos. É também, em grande medida, aquilo para o que vivemos e dessa forma se relaciona diretamente com o desenvolvimento universal da espécie humana. Estamos muito mais próximos do afeto, relacionamento, memória, parentesco, lugar, comunidade, satisfação emocional, prazer intelectual, um sentido de significado último, do que de cartas de direitos humanos ou tratados de comércio. Todavia, a cultura também pode ficar desconfortavelmente próxima, e essa intimidade pode se tornar mórbida e obsessiva, e deve ser colocada em um contexto político esclarecido, que possa temperar essas imediações com afiliações mais abstratas (EAGLETON, 2005), para que essa proximidade não se transforme numa ameaça constante aos preceitos da verdadeira democracia. Dessa forma, torna-se papel cada vez mais fundamental aos governos democraticamente eleitos equilibrar formas de políticas culturais que permitam a dialética entre afastamento e aproximação, entre fazer e deixar ser feito, para que possamos chegar a uma verdadeira democracia cultural em nossa sociedade.

5. Políticas públicas e políticas culturais

When you dream there are no rules
 people can fly
 anything can happen.

Sometimes there is a moment as you are awakening
 when you become aware of the real world around you
 but you are still dreaming.
 You may think you can fly but you do better not try.

People can fly – Astral Projection

5.1. Políticas Públicas

Neste item, situar os principais modelos interpretativos sobre políticas públicas, momento fundamental e privilegiado da relação entre Estado e sociedade civil, em que as principais demandas dos indivíduos, por intermédio da ação de seus representantes no poder legislativo, em conjunto com o poder executivo, dentro de um arcabouço jurídico e de um quadro normativo específico, conformam o processo de políticas públicas. A partir da identificação e análise dos problemas, formulam-se soluções e buscam-se formas factíveis de implementação. O processo por que passa uma política pública desde o levantamento do problema até a efetiva implantação da solução é um processo conflituoso e reflete as relações de poder existentes no Estado, na sociedade civil e principalmente na relação entre eles.

Nesta perspectiva, algumas questões a serem rediscutidas estão o Estado e seu papel na condução das políticas, seja pelos impasses e limites colocados aos Estados nacionais pelo processo de globalização da economia, seja pelo ataque neoliberal às estruturas de *welfare state* e à valorização de posturas teóricas pró-mercado (MARQUES, 1996). Cabe ressaltar que a desagregação do socialismo real abriu grandes mercados para o capital e, derrotando seu inimigo histórico, o capitalismo pôde também suprimir as concessões que o *welfare state* havia feito à classe operária, abrindo caminho frutífero para sua marcha cada vez mais acelerada.

A receita neoliberal para diminuir o déficit operacional das nações tinha como credo a privatização dos serviços essenciais (saúde, educação, previdência), bem como o avanço em setores estratégicos e lucrativos (telecomunicações, minérios, energia, etc.), deram novo alento à expansão do capital (FREDERICO, 2007). Haja vista que esse receituário, no momento em que estava sendo adotado pelos países desenvolvidos, principalmente na Inglaterra e nos Estados Unidos, passou também a ser propalado pelas agências internacionais, principalmente o Banco Mundial, como a única forma de diminuir o déficit operacional dos países em desenvolvimento, certamente ainda se podem ouvir seus ecos na formulação das políticas públicas dos diversos setores nos países em desenvolvimento.

5.1.1. Estado e atores na perspectiva marxista

Da perspectiva marxista clássica o Estado deve ser entendido como um órgão diretamente de classe. O Estado Moderno não seria nada mais do que uma criação da classe burguesa para tratar os negócios coletivos de toda a burguesia, estruturando-se de forma a filtrar qualquer política danosa aos interesses do capital. Para Marx, o segredo da economia se resumiria a uma única questão: a economia de tempo.

Marques lembra que o primeiro autor a colocar o Estado no centro do marxismo foi Nicos Poulantzas, para quem numa primeira formulação o Estado *cumpriria a dupla função de organizar os interesses dos capitalistas como classe, atomizados no mercado, e desorganizar os trabalhadores como classe, apresentados na esfera da política como cidadãos e não como vendedores de força de trabalho* (POULANTZAS apud MARQUES, 1996). Num segundo momento, o mesmo autor considera o Estado como um *campo de poder, uma arena onde se condensariam materialmente as lutas e conflitos entre os diversos atores: classes e frações de classe*. De qualquer forma, o Estado capitalista *teria irreversível caráter de classe, sendo impossível às classes dominadas assumir seu controle, ou de agências centrais, na condução das políticas estatais* (MARQUES, 1996).

Eduardo Marques chama a atenção para o fato de que alguns autores marxistas revisitaram a teoria das elites de Charles Wright Mills. Para esses autores, a presença de uma elite

estatal explicaria o caráter de classe das ações do Estado (MARQUES, 1996). A partir do referencial de Domnhoff, o domínio dessas elites poderia ser alcançado através de quatro processos: *a influência para a satisfação dos interesses particulares pontuais, a formação das políticas públicas, a escolha de candidatos a cargos eletivos, e a ideologia, que disseminaria valores e crenças permitindo a manutenção do status quo* (DOMNHOFF apud MARQUES, 1996).

Vale ressaltar um outro aspecto bastante relevante, com relação às formas de acesso ao serviço público. Assistimos atualmente à formação de toda uma indústria em torno dos concursos públicos, e assim como existem vestibulandos que há anos tentam os cursos mais concorridos, existem agora os “concursandos”, que se preparam também durante anos – muitas vezes para concursos que nem foram divulgados ainda – em busca de uma oportunidade do serviço público. Obviamente que existem exceções, mas grosso modo a maioria não está em busca de um emprego para praticar sua ética, mas sim em busca de um salário melhor e principalmente da estabilidade proporcionada pelo serviço público. Assim, se não é possível identificar essa “massa concursanda” diretamente às elites econômicas, certamente esses universitários dos grandes centros não são aqueles provenientes das classes marginalizadas, o que pode trazer projetos de continuidade na manutenção da hegemonia vigente.

O mais importante desses processos seria o da *produção das políticas públicas, principalmente nas grandes questões, como as políticas externa, fiscal, ambiental e do bem-estar, destacando-se uma série de organizações empresariais e paraempresariais, articulando interesses dispersos em torno de consensos para a implementação de suas demandas específicas* (MARQUES, 1996). Numa linha similar Marques situa Miliband, para quem o mais importante seria que o controle e a gestão do Estado estariam a cargo da elite estatal, que tem a mesma composição que a elite econômica, entregue a pessoas imersas no mesmo conjunto de valores, visões de mundo e representações dos capitalistas (MILIBAND apud MARQUES, 1996). Em outras palavras, representariam os interesses da mesma classe.

Por fim, Marques ressalta a seletividade estrutural do Estado capitalista, através dos procedimentos formais que geram as ações estatais. Baseado nas idéias de Offe, afirma que as estruturas estatais seriam dotadas de seletividade, atuando como *filtro para as questões apresentadas ao Estado, levando à implementação das ações associadas diretamente à criação e recriação das condições de acumulação e ao processo de legitimação da dominação de classes* (OFFE apud MARQUES, 1996). Numa perspectiva diversa, utiliza a argumentação de Jessop, para quem *o modelo de crescimento vigente relaciona-se com a conquista hegemônica econômica no sentido gramsciano, bastante diverso da dominação econômica*. Para ele, a forma do Estado é *a materialização dos projetos, estratégias e lutas ocorridas no passado*, e nessa visão sobre a hegemonia, *o caminho estaria aberto inclusive para sua conquista inclusive por frações do capital que estivessem contra o projeto dos capitalistas* (JESSOP apud MARQUES, 1996), desde que se consiga articular as alianças para a conquista da hegemonia nos termos gramscianos.

As ações tomadas pelo Estado considerado na perspectiva marxista privilegiarão o aspecto econômico, e serão ações eminentemente transclassistas, de tal sorte que se propõem a beneficiar a todos sem distinção. A ideologia dominante da “crise fiscal do Estado” está diretamente relacionada à disputa entre os fundos destinados à reprodução do capital e os destinados ao financiamento dos serviços públicos (SIMIONATTO, 2003). Na esteira do receituário neoliberal, a atuação do Estado na temática social passa a se basear unicamente na focalização – o atendimento às populações mais pobres, na privatização do aparato público em favor do mercado e na descentralização das funções executoras. Com o aumento da participação de um sociedade civil bastante específica na temática social, abre-se o caminho que o próprio capital tratou de trilhar a fim de estender seus tentáculos para a questão social, de sorte que um sem número de fundações e institutos empresariais e algumas organizações sociais de toda ordem já se consideram os legítimos salvadores de nossa humanidade, lutando duramente entre si para conseguir recursos públicos e privados em suas empreitadas.

Em suma, a atuação do Estado tem representado nada mais do que o interesse daqueles que sempre estiveram em posição de destaque em nosso país, seja no contexto econômico,

político ou social: os detentores do grande capital. Acreditamos que desse modo cristalizam-se as relações de dominação que existem há séculos em nosso país e as políticas públicas, que deveriam primar pela emancipação acata passivamente ao controle do econômico, atuando como mera compensação para os “pobres excluídos” do sistema vigente.

5.1.2. O neo-institucionalismo

Os autores na perspectiva do neo-insitucionalismo ressaltam a importância das instituições, para quem longe de representarem um rebatimento de outros fenômenos ou esferas, as insituições devem ser entendidas de forma central nas análises dos processos políticos e sociais. Para esses autores, a resposta para as diversas crises da história estaria na *diversidade de arcabouços institucionais, e na forma como as estratégias de reestruturação se articulam com eles*. De forma abstrata, Marques aponta que para os neo-institucionalistas, *enquanto os atores sociais poderiam ser comparados aos jogadores em uma partida esportiva, as instituições seriam a delimitação do campo e as regras do jogo* (MARQUES, 1996).

Dentro da perspectiva neo-institucional, Marques pretende identificar duas correntes de pensamento. A primeira delas diz respeito ao neo-institucionalismo da escolha racional. Nessa abordagem, consideram-se fundamentais as instituições para *a definição das estratégias dos atores, representando constrangimentos às escolhas e alterando o comportamento auto-interessado* (MARQUES, 1996). Nessa abordagem, tem-se como premissa de que em toda transação o conhecimento dos agentes sobre as condições que cercam o negócio não é perfeito e completo. Dessa forma, todos os preços teriam imbutidos os custos relativos às incertezas e a redução do risco e seriam o reflexo não somente dos custos de transformação, mas também desses custos relativos às incertezas. *As instituições serviriam então como uma forma de reduzir os custos de transação, diminuindo a fricção e possibilitando a disseminação das trocas a custos mais baixos* (MARQUES, 1996)

Já na abordagem do neo-institucionalismo histórico, os autores discordam de que os atores sejam *maximizadores bem informados e egoístas de preferências como considera a escolha racional*, acreditando que os agentes *na maior parte do tempo tentariam seguir as regras e normas sociais sem pensar sobre seu próprio interesse* (MARQUES, 1996). Nessa perspectiva, a ênfase recai sobre a mediação realizada pelas instituições, e a estabilidade institucional estaria associada às normas, à coerção e à coação. Para os primeiros, estaríamos tratando de processos que aumentam os custos da desobediência (o primeiro pelo lado de sanções sociais e o segundo pela força). Já na coação, o mecanismo atua aumentando os prêmios de adesão e obediência a elas através da distribuição de benefícios (MARQUES, 1996).

5.1.3. Corporações e atores na perspectiva da Análise Setorial

Nessa perspectiva, os autores discordam do princípio geral da literatura marxista, de que o Estado seria capturado direta ou indiretamente por classes ou grupos sociais. Para os autores da abordagem da análise setorial o foco recai sobre a natureza do Estado, centrando suas preocupações nas suas políticas e ações, tanto nos aspectos de normatização e controle sobre processos, quanto da intervenção direta (MARQUES, 1996). Nessa abordagem, a ação estatal é responsável pela manutenção da coesão social, pela existência de um mínimo de ordem e da aceitação das de convivência. Quando a coesão é colocada em risco, o Estado deve executar ações de regulação e legitimação.

A análise setorial preconiza que toda política pública é concebida a partir da representação do setor à qual diz respeito, bem como a um conjunto de normas, organizações, técnicas e recursos de poder para a sua implementação (MARQUES, 1996). A composição dessas políticas se dá por três elementos fundamentais para essa análise: a relação global-setorial, em que os autores buscam um recorte do setor da realidade global, definindo assim os atores e as questões pertinentes para sua inserção na arena estatal; o referencial do setor, que expressa os valores do grupo profissional no seu interior – o mediador social; e por fim, os mediadores setoriais, que executam a função e intelectuais no sentido gramsciano dentro de cada setor específico (MARQUES, 1996).

5.1.4. Perspectiva do State-in-Society

Essa abordagem parte da concepção de que os Estados são parte das sociedades e são influenciados por ela tão ou mais do que a influenciam, enfatizando a questão da autonomia e permeabilidade do Estado (MARQUES, 1996). Dentro dessa lógica, busca alcançar análises em quatro dimensões: primeiro, a efetividade dos Estados varia principalmente por suas diferenciadas formas de articulação com as sociedades, e não somente pelo insulamento de suas burguesias; segundo, os Estados devem ser desagregados, analisando-se também as organizações envolvidas com políticas menos centrais e níveis de governo e localização periféricas; terceiro, enaltece a contingência e da importância da força dos agentes sociais, acreditando que o lugar dos sujeitos na estrutura social ou nas relações de produção não define de antemão sua influência (MARQUES, 1996).

5.1.5. Abordagem de nosso trabalho

A perspectiva do marxismo sem dúvida é aquela que mais nos parece adequada e vai nortear nosso trabalho de análise sobre as políticas culturais. Assim como Frederico, concordamos que o capital, *liberto do “gesso” que impedia seus movimentos, beneficiando-se da informática, avança sobre o planeta e impõe a todos, em tempo real, a sua lógica impessoal e abstrata* (FREDERICO, 2007). A crítica à idéia de Marx sobre a polarização da sociedade em duas classes mostra-se como uma realidade visível no processo avassalador de proletarização que pôs fim às teorias sobre a predominância das classes médias nas sociedades pós-industriais (FREDERICO, 2007).

Por fim, e como principal argumento em prol de uma visão marxista sobre a totalidade da nova ordem econômica mundial, acreditamos que a lógica do capital não é mais fenômeno restrito à economia, mas conforma-se como um “modo de vida” que se dissemina por todos os poros da sociedade globalizada, imprimindo a marca da dominação do capital ao conjunto da vida social, evidenciando que economia e cultura não são esferas separadas (FREDERICO, 2007). Se existe uma cultura do consumo para bens de produção, hoje certamente a cultura do consumo se estendeu para todas as esferas de nossa vida – e tudo

passa a ser milimetricamente calculado em termos de custo-benefício, teleologicamente orientado para o lucro.

Nossa abordagem vai privilegiar a abordagem marxista, apoiada no referencial gramsciano sobre hegemonia, acreditando-se que a hegemonia se faz não somente pela coerção do Estado, mas de forma aparentemente consensual pela ação dos aparelhos privados de hegemonia, em constante relacionamento com a sociedade política. Nesse contexto, dentro de uma abordagem progressista, vamos analisar qual sociedade civil tem sido privilegiada nesse relacionamento, levantando as relações históricas que resultaram na formulação de cada tipo de política cultural.

5.2. Políticas Culturais

5.2.1. Tipos de intervenção estatal

Com relação às formas de intervenção do Estado especificamente na temática da cultura, podemos identificar tipologias que variam de acordo com a maior ou menor ingerência estatal no relacionamento com a produção cultural do país. Conforme o alcance do controle estatal, podemos caracterizar quatro papéis para o Estado como apoiador: facilitador, mecenas, arquiteto e engenheiro (OLIVIERI apud RANALLI, 2004; p. 30).

No papel de facilitador, o governo permitiria a criação de política fiscal e de outros fundos que traria incentivos para a produção artística. Nesse caso, aumenta a possibilidade de envolvimento da sociedade na viabilização da produção cultural. Exigem-se, entretanto, determinadas competências organizativas, conhecimentos e articulações que existem apenas no *mainstream* da cultura. Ao sabor do mercado, o sucesso de uma manifestação cultural vai refletir diretamente o “estoque” de capital político, social e econômico dos receptores do apoio estatal.

No mecenato, o Estado disponibilizaria apoio de forma indireta para as artes através de subsídios e compra de obras, garantindo a produção não vinculada às regras do mercado,

com um investimento de maior risco e chegando a alcançar um público menos articulado e com uma produção menos específica.

Já como arquiteto, assumiria um papel mais diretamente envolvido com o apoio às artes, controlando as instituições culturais, a produção artística e disponibilizando burocratas para a área, como acontece na França. O Estado disponibiliza os meios e espaços para a realização das produções, oferecendo além do suporte financeiro um modelo de gestão do fazer cultural.

Por fim, como engenheiro, a visão de maior envolvimento efetivo, o Estado detém todos os meios de produção, com uma política cultural articulada e regras rígidas sobre a arte que deverá ser exposta, modelo adotado nos regimes totalitários.

De acordo com a autora, essa tipologia coloca as funções de forma excessivamente estanque, e propõe uma sistemática de intervenção que congregue os três primeiros papéis: facilitador, mecenas e arquiteto. Concordamos com as colocações da autora, e propomos também uma ampliação do conceito do Estado como apoiador para a análise de todas as formas de relacionamento do Estado com a sociedade na temática da cultura.

Em 1992, Marilena Chauí, ao explicitar a visão do projeto de política cultural para a Secretaria Municipal de Cultura que acabava de assumir, reconhece três concepções de política cultural que se consolidaram nos órgãos públicos de cultura em nosso país: a cultura oficial, produzida pelo Estado, a populista e a neoliberal. No primeiro caso, o poder público se coloca na qualidade de sujeito cultural e, portanto, de produtor de cultura e de censor da produção cultural da sociedade civil, determinando para a sociedade formas e conteúdos culturais definidos pelo grupo dirigente, com a finalidade muitas vezes implícita de reforçar sua própria ideologia, legitimando-a através da cultura (CHAUI, 2006). Mais comum no Estado Novo e na ditadura dos anos 60/70, utilizava os oligopólios de comunicação como braço auxiliar dos órgãos oficiais, difundindo o “verde-amarelismo” e o nacionalismo, operando uma cultura oficial exposta nacional e internacionalmente por meio de estereótipos (como o carnaval e o futebol) de feliz sensualidade e democracia tropicais.

Contra essa visão, as ações da secretaria procuravam recusar o controle estatal sobre a cultura e a monumentalidade oficial da tradição autoritária, garantindo contra ela que o Estado não é produtor de cultura (CHAUI, 2006).

No caso da tradição populista, que se fortalece no final dos anos 50 e começo dos anos 60, percebe-se no órgão público de cultura o papel pedagógico sobre as massas populares, apropriando-se da cultura popular para, depois de transformá-la, devolvê-la em sua “verdade verdadeira” ao “povo”. Muito ligada à vanguarda do Partido Comunista, acreditava que a cultura deveria ser instrumentalizada *para* a luta política, ao invés de fazer da própria luta pela hegemonia o processo histórico de instituição de uma *cultura política*.

De acordo com a filósofa, no centro dessa operação estaria a divisão entre cultura de elite e cultura popular, a primeira satanizada, ligada à classe dominante, e a segunda considerada a expressão autêntica da classe dominada e oprimida, de aura quase messiânica e salvífica, elevando a cultura ao ensinamento da verdade, do convencimento das massas e da produção do sentimento identificador – a consciência de classe autêntica e correta. Contra essa visão, as ações da secretaria recusavam a divisão entre cultura de elite e cultura popular, levando a distinção para outro eixo, entre a produção cultural conservadora, repetitiva e conformista, e aquela relativa ao trabalho cultural inovador, experimental, crítico e transformador – visões da cultura que podem estar presentes tanto nas criações de elite como nas populares (CHAUI, 2006).

Por fim, e em parte como uma consequência da supervalorização da cultura, a posição neoliberal pretendia minimizar o papel do Estado no plano cultural, enfatizando o encargo estatal com o patrimônio histórico enquanto monumentalidade oficial celebrativa do próprio Estado, localizando os órgãos públicos de cultura a serviço de conteúdos e padrões definidos pela indústria cultural e seu mercado (CHAUI, 2006). A tradução administrativa dessa ideologia seria a compra de serviços oferecidos por empresas que administram a cultura a partir de critérios de mercado, refletindo assim privilégios e exclusões, e deixando a cargo de cada indivíduo a busca das opções mais viáveis dentro do mercado cultural. Baseado no efêmero e ligado ao mercado de consumo da moda, valoriza eventos

espetacularizados, com a proliferação de imagens para a consagração do consagrado, reificando situações de dominação, voltando-se para os aspectos mais intimistas da vida privada, que em oposição à vida pública volta-se cada vez mais para o narcisismo e para os aspectos estéticos de nossas vidas. Contra essa visão, buscava-se a independência do órgão público e da cultura em face das exigências do mercado e da privatização do que é público, enfatizando a idéia de cidadania cultural, posicionando a questão cultural como direito dos cidadãos, sem confundi-los com as figuras do consumidor e do contribuinte (CHAUI, 2006).

Um outro ponto importante a ser ressaltado é forma como aqueles que recebem apoio do Estado são tratados. Se não devemos confundi-los com as figuras do consumidor e do contribuinte, acreditamos também que a figura de beneficiário é incompatível com a definição de cultura que pretendemos em nossa pesquisa. Um indivíduo não pode simplesmente receber um benefício em nome da cultura, sob pena de perecer na sua condição *ad eternum*. Qualquer política cultural deve buscar o fomento às manifestações culturais que já acontecem na sociedade, buscando uma forma de solidariedade entre aqueles que compartilham os valores difundidos por aquela cultura, e diminuindo a tensão permanente entre aqueles que por ventura tenham interesses antagônicos àqueles. O adensamento de sujeitos que compartilhem os mesmos valores deve ser um dos propósitos da política cultural, na busca de formas de luta coletiva pelos seus direitos culturais, luta essa que ao se coletivizar aumenta as chances dos indivíduos participarem de agrupamentos políticos mais amplos, fomentando uma nova forma de pedagogia política.

Podemos supor que a questão da cultura se coloca nas formas de relacionamento entre sociedade civil e sociedade política, seja em todos os pontos de entrelaçamento entre o Estado e as “diversas sociedades civis”. Dessa forma, fica mais fácil identificar quais grupos realmente são privilegiados no apoio estatal, seja na forma do recebimento de recursos públicos em espécie seja na forma da concessão de canais de TV e emissoras de rádio. A ação estatal realmente engajada na busca de uma política pública cultural redistributiva e configurar-se como contra-hegemônica deve ser analisada a partir de sua posição na totalidade das relações de forças entre os governos e as “diversas sociedades

civis”, em todas as fases da cadeia de produção, difusão e fruição da pluralidade de manifestações culturais disponíveis, além do superávit cultural gerado pela cultura como atividade econômica, bem como – e principalmente – as formas de apropriação desse excedente pelos diversos atores envolvidos.

5.2.2. Política cultural contra-hegemônica?

As políticas culturais passaram a exercer um papel fundamental na conformação do processo de hegemonia das forças transnacionais, quer seja pelo volume de recursos recebidos quer seja pela concentração desses recursos num conjunto bastante amplo das grandes empresas transnacionais que atuam no Brasil. Na verdade, pretendemos mostrar que as políticas culturais como têm sido elaboradas, nos marcos do liberalismo, a partir da renúncia fiscal e da livre seleção pelo setor privado, tem atuado como a forma exata de relacionamento entre Estado e sociedade civil que promove a hegemonia nos termos gramscianos.

Nesse caso, o Estado, como formulador da política cultural, “se vê livre” das amarras da universalidade em nome dos interesses privados das grandes corporações e de suas tentativas cada vez mais bem sucedidas parecer aos consumidores mais do que marcas, assumindo significados baseados em experiências muitas vezes completamente exteriores aos seus produtos mas “interiorizadas” no coração e nas mentes dos consumidores. Na medida em que a política cultural se utiliza de recursos públicos para transformar cidadãos em consumidores, tanto mais nos afastamos da conformação de um projeto contra-hegemônico, cujas bases não mais se fazem pelos sindicatos ou partidos políticos, mas sim pelas guerras culturais ancoradas nas lógicas mercadológicas das políticas culturais hegemônicas.

Acreditamos então que toda forma de intervenção estatal na área da cultura deve buscar a mais plena forma de democracia cultural. Dessa forma, qualquer política pública de cultura, ponto máximo mas nem sempre suficiente para mudanças estruturais na sociedade, deve levar em conta as relações de poder que acabam consensualmente legitimando as ações de

uma determinada classe dominante na sociedade. Na realidade, essa mesma classe dominante tem perpetuado seu poder justamente por estarem ancorados na lógica de uma sociedade civil – nesse caso uma ínfima parte da sociedade que tem garantidos seus direitos políticos econômicos e sociais – que se relaciona de forma orgânica com a sociedade política, levando a cabo um projeto de hegemonia nos termos gramscianos.

Entretanto, Gramsci não acredita apenas na cultura como arma ideológica das classes dominantes. Na visão da Professora Ivete Simionatto, com relação ao entendimento da historicidade do social, o pensador italiano

também compreende que a luta pela emancipação política do proletariado não se esgota no terreno econômico, pois, dadas as condições de subalternidade intelectual às quais sempre estiveram submetidas as classes trabalhadoras, torna-se necessário o encaminhamento de um novo projeto cultural que propicie o desenvolvimento de uma vivência democrática independente do domínio ideológico da classe burguesa (SIMIONATTO, 2003; p.12).

Para a autora, somente elevando-se ao plano ético-político as classes sociais conseguirão imprimir à própria ação caracteres socialmente universais e qualitativamente integrais. Isso significa, também, a elevação da vida cultural-política daqueles estratos sociais que, antes de obtê-la, viviam passivamente e, portanto, não haviam superado o limiar da consciência histórica (SIMIONATTO, 2003). Vislumbra-se dessa maneira o conceito mais amplo de política proposto por Gramsci, o momento da “catarse”, em que se dá a passagem do momento meramente econômico (ou egoístico-passional) para o momento ético-político, a elaboração superior da estrutura em superestrutura na cabeça dos homens. Nesse momento, cessa-se a passividade das massas, que não mais podem aceitar a subordinação dos seus interesses imposta pela ordem capitalista. A consciência crítica passa a mover as ações de todos os indivíduos, o questionamento da ordem e a busca da intransigência acima de tudo. Intransigente porque sempre na busca da austeridade do caráter, sem condescendência. Não se pode transigir, chegar a um acordo a partir de concessões recíprocas, porque se desnuda a luta de classes na sociedade, luta que não acontecerá sem pressões e tensões entre aqueles

que já detêm o poder, mas não vão abrir mão facilmente da ordem estabelecida na sociedade.

Destarte, o processo de construção de hegemonia não acontece somente no plano econômico-objetivo, mas principalmente no ideológico-subjetivo. A esfera da cultura, enquanto espaço de desenvolvimento da consciência crítica do ser social, que o torna capaz de intervir na realidade, é recuperada por Gramsci como reação aos dogmas da sociedade burguesa e ao avanço do poder do Estado, que, sob o manto da democracia, coloca de forma abstrata a questão dos direitos políticos, civis e sociais do cidadão (SIMIONATTO, 2003). Para o pensador italiano, seria nesse patamar que ocorre a sedimentação da ideologia dos grupos dominantes, conseguindo abranger, num projeto totalizador e aparentemente consensual, suas vontades como a mesma dos grupos subalternizados. Daí a importância de como são apresentados e interpretados os símbolos, valores e crenças na sociedade moderna. Para Gramsci, cultura e política seriam questões indissociáveis, sendo a cultura um dos instrumentos da práxis política. Fica evidente aqui o caráter pedagógico atribuído à cultura, que muitas vezes foi confundido com instrumentalização. E dependendo da forma como se apresenta a questão cultural, emergem duas possibilidades antagônicas: a manutenção da ordem vigente ou a fundação de uma nova forma de Estado, livre do aprisionamento pelas forças produtivas da sociedade.

A complexa relação entre cultura, hegemonia e contra-hegemonia é uma das bases do pensamento gramsciano. Apesar de ser um conceito bastante abrangente, Chauí ressalta que essa articulação implica tomar a proposta de uma cultura nacional-popular não como resposta única possível à hegemonia burguesa, mas sim como a resposta determinada pela forma histórica particular que essa hegemonia assume em um momento determinado – no caso, como resposta revolucionária à contra-revolução fascista (CHAUI, 2006). Decorreria então dessa forma específica de entender o mundo a possibilidade de uma cultura contra-hegemônica. A cultura nacional-popular não seria uma receita pronta para qualquer época da história, mas aquela nascida das próprias contradições e antagonismos típicos das sociedades de classes.

Mas qual o real significado da cultura nacional-popular em Gramsci? De acordo com a filósofa, nos textos gramscianos, o nacional, visto como e enquanto popular, significa a possibilidade de resgatar o passado histórico-cultural italiano como patrimônio das classes populares (CHAUI, 2006). No caso do nacional, no campo político a análise do popular privilegia as determinações econômicas e sociais da divisão social das classes, enfatizando a opacidade dessas classes no capitalismo italiano, notadamente com relação à diferença entre Norte industrializado e Sul agrário. Do ponto de vista da cultura, o popular teria alguns sentidos novos e surpreendentes (CHAUI, 2006), ajudando no entendimento da contra-hegemonia da cultura nacional-popular.

A autora pontua que para Gramsci existiria uma religião e moral do povo, que instituiria crenças e imperativos de conduta muito mais fortes, tenazes e eficientes do que os da religião e moral oficiais (CHAUI, 2006). Nesse contexto, Gramsci distinguiria três estratos: os fossilizados, que refletem diretamente condições de vida do passado e apresentam assim um comportamento extremamente reacionário e conservador; os inovadores e progressistas, que seriam determinados espontaneamente pelas condições atuais de vida, no caso aqueles estratos do proletariado mais afetado pela ascensão da classe burguesa; por fim, Gramsci identifica aqueles que estão em constante contradição com a religião e a moral vigentes. Seriam esses indivíduos aqueles que estariam a serviço de uma cultura contra-hegemônica, ressaltada não como fato artístico ou origem histórica, mas pela concepção de mundo em contraste com a sociedade oficial.

5.2.3. Democracia cultural

Como campo específico da criação, da imaginação, sensibilidade e inteligência que se exprime em obras de arte e de pensamento que buscam ultrapassar as barreiras do senso-comum e do estabelecido, a cultura não pode ser definida apenas pelo prisma do mercado, que além de trabalhar com o consumo, a moda e a auto-referência da consagração do consagrado, reduz a cultura nessa forma à condição de entretenimento e passatempo, mostrando-se indiferente e muitas vezes avesso ao significado criador e crítico das obras culturais (CHAUI, 2007). A autora ressalta que não podemos nos furtar sobre os aspectos

lúdicos e de lazer da cultura, mas sem a sua pretensão de reduzi-la a um luxo num país onde os direitos mais básicos não são atendidos. Dentro dessa perspectiva, uma política cultural deve ser definida pela cidadania cultural,

em que a cultura não se reduz ao supérfluo, ao entretenimento, aos padrões de mercado, à oficialidade doutrinária (que é ideologia) mas se realiza como direito de todos os cidadãos, direito a partir do qual a divisão social das classes ou a luta de classes possa manifestar-se e ser trabalhada porque, no exercício do direito à cultura, os cidadãos, como sujeitos sociais e políticos, se diferenciam, entram em conflito, comunicam e trocam experiências, recusam formas de cultura, criam outras e movem todo o processo cultural (CHAUI, 2006; p. 138).

Dada à tendência do capitalismo transnacional mercantilizar todas as esferas de nossa vida, e o conseqüente colapso do cultural no econômico, Santos nos lembra que é precisamente onde o trabalho, diferenciado e não “abstrato” está sendo transformado em mercadoria que o cultural pode se tornar novamente político (SANTOS, 2003). A visão da cultura como trabalho, como processo social teleologicamente orientado pela linguagem articulada, realizado em conjunto com pares e que produz algo novo, o trabalho livre ultrapassa e modifica o existente, operando mudanças em nossas experiências imediatas, abrindo o tempo com o novo, fazendo emergir o que ainda não foi feito, pensado e dito (CHAUI, 2006).

O produto da obra se expõe para os outros sujeitos, outros atores coletivos que se identificam aquela obra, identificando-se com um ou outro aspecto da rerepresentação do mundo feita pelo artista. A obra existe pelos olhos do artista, mas principalmente pelas possibilidades de retrabalho pelos diversos sujeitos para que é exposta, e assim se abrir às possibilidades da inteligência, da sensibilidade e da reflexão do outro. Como trabalho de abstração, Marilena Chauí considera a questão da pintura:

Que é a pintura? A expressão do enigma da visão e do visível: enigma de um corpo vidente e visível, que realiza uma reflexão corporal porque se vê vendo; enigma das

coisas visíveis, que estão simultaneamente lá fora, no mundo, e aqui dentro, em nossos olhos; enigma da profundidade, que não é uma terceira dimensão ao lado da altura e da largura, mas aquilo que não vemos e, no entanto, nos permite ver; enigma da cor, pois uma cor é apenas diferença entre cores, enigma da linha, pois ao oferecer os limites de uma coisa não a fecha sobre si, mas a coloca em relação com todas as outras. O pintor interroga esses enigmas e seu trabalho é dar a ver o visível que não vemos quando olhamos o mundo (CHAUI, 2006; p. 137).

O pintor mostra uma forma da realidade a partir de seu ponto de vista, para que de alguma forma outros possam interpretá-la. Numa perspectiva de cultura apenas como trabalho, podemos ser levados a privilegiar o campo das belas-artes, e a ação estatal poderia ficar reduzida à promoção de ateliês e grupos de pintura, e teríamos como resultado um hobby, um passatempo e, no melhor dos casos, uma ludoterapia (CHAUI, 2006), uma solução que não contempla o direito de produzir obras culturais em sua plenitude. Partindo dos pressupostos de que o Estado não é produtor de cultura, nem instrumento para seu consumo, uma forma de intervenção democrática deve pautar-se em assegurar o direito de acesso às obras culturais produzidas, particularmente o direito de fruí-las, o direito de criar as obras, isto é, produzi-las, e o direito de participar das decisões sobre políticas culturais.

A autora lembra que existe uma diversidade de sujeitos na sociedade, e que nem todos são pintores, mas praticamente todos amam as obras da pintura. Assim, da mesma forma que permite a produção de uma série de sujeitos, o Estado também deve prezar para que todos possam ser levados para as obras dos artistas, garantindo o acesso às informações e fornecendo recursos estruturais, como instalações e espaços para a fruição. Por fim, e como um dos prismas mais importantes da política cultural, a autora lembra que mesmo as pessoas não são pintoras, nem escultoras nem dançarinas, também são produtoras de cultura, no sentido antropológico da palavra: são, por exemplo, sujeitos, agentes, autores de sua própria memória (CHAUI, 2006). Assim, a ação deve caminhar no sentido de oferecer condições para que os próprios sujeitos possam criar seus registros, garantindo a preservação da sua memória social.

Alargando o conceito para além da concepção das belas-artes, garante-se o acesso à produção e fruição a partir de perspectivas distintas daquelas voltadas para o espetáculo, e o valor da obra passa a remeter menos para seu valor de uso como mercadoria e mais como o registro da história de um povo, a partir de suas contradições, de suas lutas internas e externas, a partir de suas próprias concepções e visões de mundo. A partir dessa concepção, parece-nos elementar para uma ação política democrática a exigência de acomodação dos mais diversos interesses e propósitos culturais, particularmente a produção cultural daqueles grupos considerados marginais, dissidentes, residuais, e que na verdade são o produto direto das contradições internas cada vez mais agudas do capitalismo flexível.

Na era do fim dos empregos exatamente porque a classe trabalhadora não pode mais ser considerada o único sujeito coletivo produzido pela ação predatória do capitalismo é que começa a tomar vulto a tese de um multiculturalismo emancipatório, que acomode de forma transdisciplinar as demandas dos diversos movimentos sociais, promovendo hibridismos e debates democráticos num campo mais amplo de participação democrática, coletivizando demandas e promovendo o processo de formação de consensos e dissensos como o mais importante produto da ação coletiva.

Uma política cultural dessa monta pode marcar o início de uma nova era em termos de ação coletiva para os movimentos sociais, articulando demandas sociais comuns em torno da temática da cultura, de forma a promover um feixe maior para o necessário entrelaçamento entre o espaço político estatal e o espaço político não-estatal – diferentemente dos movimentos articulados somente por atores relevantes da nova sociedade civil.

Conforme lembra Boaventura Santos, a teoria liberal pretendeu evacuar todos os mecanismos de poder presentes na sociedade civil, que como espaço antagônico não se mostra como um foco aglutinador de poder e interesses para grupos marginais, e o poder se efetua exatamente nas relações entre a sociedade civil e o Estado. O reconhecimento de diversos atores marginalizados por séculos de dominação e opressão pelo Estado pode marcar a estruturação de uma nova forma de poder, inicialmente para as políticas culturais,

e pode ser a semente para uma ampliação sem precedentes dos espaços políticos da democracia participativa.

5.2.4. Política multicultural

Com a globalização, a política cultural passou a se inscrever num conjunto mais amplo de demandas e formas de luta e pertença simbólica, veiculando pretensões de reconhecimento étnico, cultural, sexual, afetivo e de potencialidades criativas inscritas em redes locais específicas de organização e diferenciação social e individual (VENTURA, 2005). Por intermédio de movimentos baseados na solidariedade, muitos de modo ainda informal, passaram a canalizar aspirações das manifestações culturais locais fossem elas sociais, morais, afetivas, de ressentimento, enfim, fontes de motivação de interpelação e resistência política. Atuando como espaço ampliado dos ambientes políticos tradicionais, fomenta a ação de

agentes locais que articulam e tematizam repertórios culturais, lógicas e códigos de conduta que não coincidem com os do Estado e do mercado. Apoiado em novas formas de cooperação, esses agentes resistem à assimilação às estruturas partidárias e institucionais do Estado (VENTURA, 2005; p. 85)

Nossa discussão chega num ponto fundamental sobre políticas culturais: a importância do reconhecimento pelo Estado desses grupos que têm muitas vezes em comum apenas a opressão e a dominação, acarretando a ausência de grande parte dos direitos individuais e coletivos. Esses direitos coletivos, então, passam a ser mais formalmente debatidos em torno de causas difusas, como o meio ambiente e os direitos das crianças, mas que na verdade guardam relação direta com a estrutura de nossa sociedade de classes. Apesar do distanciamento da esquerda mais radical de ações baseadas nessa focalização – pensando na emancipação somente pela classe – o novo paradigma das políticas culturais democráticas deve contemplar principalmente essas minorias, e essa necessidade é inerente ao autoritarismo social promovido pelo processo histórico de nossa colonização, baseado no latifúndio e na escravidão. Quanto mais sincrética e desigual uma sociedade maior, tanto

maior a necessidade de ingerência de um Estado forte o suficiente para promover uma maior pluralidade na alocação de recursos para a área cultural.

Ventura ressalta esse movimento social de reconhecimento reflete também as transformações da esfera da cultura no contexto de um capitalismo pós-industrial, em que a classe social não atua como base de referência da identidade e das lutas sociais, e que o Estado e as agências públicas não são poderes reguladores exclusivos dos dispositivos institucionais de representação e distinção da cultura em suas variáveis nacional, popular e erudita (VENTURA, 2005). Com a complexificação dos mecanismos de dominação na fase do capitalismo flexível, principalmente nas periferias dos grandes centros ganham relevância práticas vinculadas às comunidades étnicas, indígenas e urbanas de rua, ao trazer dispositivos de representação de grupos subalternos e autodidatas, ausentes não só nas esferas legítimas da cultura nacional, popular e erudita, como também nas agendas de reivindicação política e social.

Ao tratar não apenas dos direitos de produção simbólica dos bens, mas de um processo generativo, que não pode ser assegurado por leis, mas sim nas práticas operativas que operam fora do Estado e das intervenções discursivas que lutam pelo seu controle, uma política cultural não pode ignorar as bases normativas que sustentam a vida democrática na era pós-industrial (VENTURA, 2005), e como forma de ser redistributiva deve consolidar um argumento político em prol das classes marginalizadas, de tal sorte que as políticas culturais são determinantes no sentido de conduzir a hegemonia desses grupos e suas tradições silenciadas pela modernidade eurocêntrica (VENTURA, 2005).

A autora afirma, utilizando os argumentos de Honneth, que para esses grupos *a cultura representa potencialmente a justificação moral de suas correspondentes demandas de inclusão e respeito social*. A partir de seus laços orgânicos com o território, *essas comunidades partilham histórias, memórias, práticas por meio das quais reivindicam – como membros de seus específicos grupos – o acesso à igualdade*. Nesse sentido, a autora ressalta que o grande desafio que se encontra *é combinar processos culturais particulares com direitos de cidadania universais*, ampliando a noção de sentido da cidadania para além

dos deslocamentos neoliberais, com a falácia da democracia representativa e do mercado como entidade universal.

Ainda respaldada por Honneth, aponta que *o processo de diferenciação é, ao mesmo tempo, um processo de auto-identificação coletiva e individual de formas de vida e práticas sociais que não encontram legitimidade frente aos padrões culturais e institucionais existentes; e assim demandas por reconhecimento e igualdade se instrumentalizam a partir da culturalização dos conflitos sociais, ou seja, a partir de um processo de autodefinição das minorias sociais, capacitando-as a mobilizar criativa e moralmente argumentos políticos a favor de sua inclusão* (HONNETH, 1995 apud VENTURA, 2005). Mais do que o reconhecimento pelo Estado das comunidades em questão, uma política cultural pode buscar a rearticulação do sentido da política em nossa sociedade, passando para o processo de construção do caminho que se quer trilhar como democrático pelos próprios atores coletivos. Daí a importância de se disponibilizar recursos para um assentamento na área rural, um terreiro de candomblé ou uma oficina de *hip-hop*.

Na opinião de Boaventura Santos, a viabilidade de formas de política multicultural ou de subpolítica global pressupõe respostas adequadas a dois tipos de problemas para as lutas emancipatórias no âmbito do novo capitalismo: primeiro, pela mencionada multidimensionalidade das formas de dominação e opressão, surgem formas de resistência e de luta que mobilizam atores coletivos, vocabulários e recursos diferentes e nem sempre mutuamente inteligíveis; segundo, como o maior parte dessas lutas tem origem local, a sua legitimação e eficácia dependem da capacidade de atores coletivos e movimentos sociais de forjar alianças translocais e globais, que também elas pressupõem a inteligibilidade mútua (SANTOS, 2003).

Como resposta para esses empecilhos, o autor fornece a teoria da tradução, capaz de permitir a articulação de lutas a partir de experiências distintas e com recursos diferentes, buscando a união na diversidade, a procura de campos comuns entre uma luta indígena, feminista ou ecológica (SANTOS, 2003). A teoria da tradução também é fundamental a fim de permitir a articulação entre recursos intelectuais cognitivos diversos e de origem

distintas que se articulam nos vários modos de produzir conhecimento sobre iniciativas e experiências contra-hegemônicas (SANTOS, 2003).

Para promover a produção do conhecimento sobre iniciativas e movimentos emancipatórios em torno da redistribuição e do reconhecimento, o autor relata duas formas de estratégia: um primeiro tipo propõe a construção de historiografias e de discursos emancipatórios “alternativos” ou “subalternos”, a partir da identificação de formas e de narrativas “nativas” de resistência ou de oposição à dominação colonial ou do capitalismo global (SANTOS, 2003). Por um processo de apropriação e reinterpretação de correntes emancipatórias eurocêntricas na origem, representam de acordo com o autor o “círculo mais amplo de reciprocidade” como algumas versões do marxismo, especialmente em versões de inspiração gramsciana (de onde vem, aliás, a expressão “subalterno” pra designar os que ocupam posições dominadas num quadro de relações de poder) (SANTOS, 2003).

Como segundo tipo de estratégia, o autor aponta uma forma de multiculturalismo “policêntrico” na relativização mútua e recíproca, com a busca dos espaços de continuidade entre os grupos, buscando uma igualdade de status, inteligência e direitos, tendo como cerne a busca de preocupações e concepções isomórficas entre culturas (SANTOS, 2003). As versões mais radicais problematizam o próprio conceito de cultura ou multiculturalismo, procurando identificar as formas de visão e divisão do mundo e as “ecologias de práticas” (SANTOS, 2003) que diferenciam os coletivos humanos, notadamente aqueles coletivos que não apresentam aquela divisão clássica das sociedades do Ocidente.

Nesse contexto, o Estado busca a defesa e promoção de quadros normativos alternativos, locais ou tradicionais, de formas locais e comunais de resolução de conflitos ou de exigências de integração plena, como cidadãos, no espaço do Estado-nação e do acesso, sem discriminações, à justiça oficial, estatal (SANTOS, 2003). O autor nos remete então ao conceito de “cidadania multicultural”, caminho para a proliferação de esferas públicas locais simultaneamente capazes de articulação translocal, as vezes com as vezes contra os Estados nacionais, como pontos nodais de formas de globalização contra-hegemônica, de

subpolíticas globais de sentido emancipatório de cidadanias genuinamente cosmopolitas (SANTOS, 2003).

A condição de excluído que surge no discurso do rapper, das lutas indígenas, a crônica do cotidiano circula no espaço onde o poder público e a mídia estão ausentes. Como resposta ao processo de globalização, ocorrem transformações a partir das formas locais e redes globais de intercâmbio, de expressão e de solidariedade (VENTURA, 2005). As práticas e experiências antes realizadas de forma desagregada e privada, passam agora a se inscrever num espaço de lutas coletivas ampliados, assumindo condições históricas e sociais associadas a semânticas subculturais comuns. A valorização da diversidade cultural e a identificação com heranças coloniais mobilizam redes sociais transnacionais e fornecem espaços discursivos para a tematização de assuntos de relevância comum a todas as comunidades periféricas do mundo pós-colonial (VENTURA, 2005).

5.2.5. Produção, difusão e fruição – categorias analíticas ou criações mercantilistas?

Ao longo de nossa análise sobre políticas culturais trabalhamos com as três categorias analíticas citadas: a produção, a difusão (ou distribuição ou ainda circulação) e fruição dos bens culturais (poderíamos ainda usar a questão do acesso, muitas vezes negligenciada, que seria uma variável importante com relação aos aspectos igualitários da fruição). Apesar disso, devemos ressaltar que mesmo essas três categorias analíticas formaram-se no bojo da mercantilização da cultura. Nessa visão, teleologicamente orientada para a geração de lucro, parte-se do princípio de que a produção de qualquer manifestação cultural deve passar necessariamente por um processo de distribuição para que essa manifestação possa ser fruída pelos indivíduos. Na verdade, essa tem sido a grande problemática na questão cultural: toda manifestação cultural expressa uma visão de mundo, é portadora de valores e identidades específicas de uma população e exatamente por isso não pode ser reduzida a um bem material como qualquer outro.

Consideramos essa visão extremamente mecanicista e que não consegue dar conta do conceito de cultura como apresentamos até então. Como esperar que se possa “enlatar” todo o modo de vida de um povo e fazer com que essa visão possa ser “difundida” para além das fronteiras desse povo? Assim, apesar de não concordar totalmente com essas categorias, trabalharemos com essa visão, acreditando que somente utilizando tais categorias conseguiremos apresentar os problemas das políticas públicas de cultura. Além disso, não se pode negar o valor exponencialmente crescente nas cadeias de valor dos bens culturais em nossa sociedade. Nesse caso, o objeto de nossa pesquisa se torna ainda mais interessante, uma vez que as políticas culturais precisam necessariamente apresentar um viés redistributivo para que se possa atingir uma democracia cultural plena.

Cabe prioritariamente ao Estado promover intervenções que garantam uma maior equidade na distribuição dos lucros advindos da cadeia da produção, difusão e fruição dos bens culturais. Entretanto, acreditamos que as intervenções estatais na forma de leis de incentivo fiscal não conseguem atingir qualquer tipo de redistribuição, pois na forma da renúncia fiscal pretende esvaziar qualquer função de regulação do Estado, deixando a cargo da iniciativa privada a decisão sobre as modalidades e manifestações culturais que receberão os vultosos recursos públicos.

Com relação à fruição, de acordo com o dicionário Larousse Cultural, o termo fruir vem do latim *frui*, gozar de, apresentando dois significados a saber: 1. Desfrutar, gozar, tirar proveito de. 2. Estar na posse de. Assim, ao mesmo tempo em que tira proveito de alguma coisa, a palavra também significa a posse dessa mesma coisa. Nesse caso, poderíamos ter infindáveis discussões acerca da propriedade privada, o que não se configura como objetivo dessa pesquisa. Entretanto, devemos ressaltar que a posse de um bem cultural, além de suas implicações mais filosóficas, referindo-se à nossa capacidade de sonhar e de conceber uma visão de mundo, também se exaure no tratamento de qualquer manifestação cultural como um bem como outro qualquer. Nos primórdios da industrialização os artesãos foram alijados da propriedade dos meios de produção de suas mercadorias, e *mutatis mutandis* a nova era do capitalismo também tem gradativamente retirado dos sujeitos suas formas de

identidades e sua capacidade de participar da criação e da completa fruição da sincrética diversidade cultural de nossa sociedade.

Dessa forma, quando a propaganda do Bradesco afirma que “o Bradesco é como o *Cirque de Soleil* (pausa): Está trazendo *Alegria* para o Brasil”, a atividade milenar do circo foge ao controle do próprio criador e se liga diretamente ao nome da instituição financeira (como se os lucros líquidos estratosféricos dos bancos em geral, que dobram a cada ano, nos trouxesse qualquer sentimento além de indignação). Assim, com relação à fruição, apenas uma pequena parte da população pode pagar pelos altos ingressos do espetáculo, e ainda assim para participar passivamente de algo muitas vezes totalmente afastado de suas realidades. O processo de *branding* será mais profundamente analisado no capítulo sobre as leis de incentivo, mas merece destaque aqui a mensagem contraditória enviada pelos produtores desses bens irônicos: queremos que nossas marcas sejam o ar que você respira – mas nem pense em expirar (KLEIN, 2004).

Como pode um indivíduo estar na posse de uma manifestação cultural ou uma simples estória que é contada por aqueles que não são parte da sua realidade? Na verdade não existe posse, e, da mesma forma que o indivíduo se aliena nas mercadorias por ele produzidas mas não consumidas, se aliena também na fruição de manifestações e bens culturais alheios à sua realidade. Eagleton acredita que nas ordens avançadas do capitalismo existem mecanismos de proteção para a alienação e anomia, com alguns tipos de rituais e simbolismo coletivo, complementado com solidariedade de grupos, competição viril, um panteão de heróis legendários e uma libertação carnavalesca de energias reprimidas.

Nesse sentido, o autor assinala a questão do esporte, que combinaria o aspecto estético da Cultura com a dimensão corporativa da cultura, sendo para os seus adeptos tanto uma experiência artística como um modo de vida (EAGLETON, 2005). Obviamente que o esporte tem essas particularidades, e qualquer grupo de crianças pode praticar futebol na rua com uma bola feita de meias velhas, mas a solidariedade de grupos apontada pelo autor gira em torno de equipes cada vez mais profissionalizadas e na maioria dos esportes coletivos as práticas esportivas foram totalmente capturadas pelos interesses corporativos.

Ao cumprir o papel assinalado pelo autor, o esporte foi mercantilizado, e também tem sido movido por acordos milionários de patrocínio, cujo custo final é pago pelo consumidor dos artigos esportivos das grandes corporações.

Hamilton Faria acredita que o público das políticas culturais democráticas deve sensibilizar-se para a criação cultural, participando verdadeiramente como ator nos processos culturais. O autor ressalta ainda a dinâmica própria dos processos culturais, uma temporalidade diferenciada, que não se esgota na mera confecção de um produto, tendo um ciclo vital e uma poética que se sedimentam mais em longo prazo (FARIA, 2003). Para ele, o trinômio consumidor-produto-espectador deve ser ampliado para a criação/fruição-processo-participação.

Uma política pública democrática deve buscar envolver o máximo de pessoas como criadores de cultura a partir de seus processos singulares, privilegiando o fomento e a articulação daquilo que já vem sendo criado no dia-a-dia dos indivíduos, afastando-se da artificial neutralidade da posição vazia do mercado, que Zizek relaciona como racismo camuflado pela tolerância universal do “politicamente correto”. Não se trata de opormos as questões em níveis de dirigismo ou liberalismo, mas de encontrar formas de intervenção que garantam recursos institucionais e financeiros para aquelas diversas manifestações culturais que compõem a sincrética sociedade brasileira, notadamente aquelas que necessitam de tratamento diferenciado, por tratarem-se daquelas produções de sentido e significado dos segmentos mais vulnerabilizados, não correspondendo na maioria das vezes às expectativas econômicas da racionalidade do mercado, baseadas nas possibilidades de retorno institucional e financeiro. Tomada como ponto de chegada do processo, no momento em que as obras são expostas como espetáculo, o valor da obra é mensurável pela capacidade de agradar, pelo número de espectadores e de vendas, deixando na sombra sua singularidade, ou seja, o processo de criação da obra (CHAUI, 2007).

Como tentaremos mostrar no capítulo sobre leis de incentivo fiscal, quando deixado ao sabor do mercado o financiamento cultural passará a atuar dentro de uma lógica comercial, que não necessariamente passa pelo viés democrático, prejudicando assim o acesso,

produção, difusão e fruição de toda a gama de manifestações culturais de uma sociedade atravessada por relações de poder. Se o Estado-Nação e suas limitações geográficas artificiais foram uma criação histórica cujo resultado reflete a luta de classes na sociedade, que exclui e subalterniza uma grande parte dos indivíduos, então uma política cultural democrática deve primeiramente reconhecer a existência desses grupos que não possuem uma arena institucional para apresentação de suas demandas, destinando recursos públicos que sustentem sua atuação, facilitando sua organização política em nome de ideais universais para toda essa gama de iniciativas que compõem o cenário público nacional.

Essa visão democrática de política cultural revela uma grande preocupação com o aspecto político-pedagógico dos processos culturais. Participação, reconhecimento e identidade são variáveis que devem ser prioritariamente consideradas na análise dos processos culturais. Daí a vital importância de da temporalidade considerada em cada uma das formas de intervenção analisadas em nosso trabalho. Acreditamos que as leis de incentivo baseadas na renúncia fiscal privilegiam o financiamento de conteúdos culturais que, selecionados dentro de uma lógica mercadológica, trabalham na temporalidade de um evento, um produto que deve se ligar organicamente à marca das empresas, fazendo com que muitas vezes a manifestação cultural seja colocada ao fundo e a grande estrela do evento seja a marca da empresa patrocinadora, atropelando mesmo a lógica liberal do incentivo fiscal como renúncia em prol da maior participação da sociedade civil na execução de uma política pública.

5.2.6. Constrangimentos para uma verdadeira democracia cultural

Mesmo nesse caso, estamos considerando apenas os prejuízos do incentivo fiscal para aqueles 20% em média que conseguem patrocínio após a aprovação pelo Ministério da Cultura. Que dizer dos outros 80% que não conseguem patrocínio da área empresarial? Ou ainda aqueles que nem conseguem submeter seus projetos ao Ministério, por não dispor das habilidades organizativas requeridas para a submissão? Nesse caso, cabe ao Estado o papel complementar de estimular os setores não financiados pelo mercado, fazendo-o com maior

ou menor ingerência conforme a atividade artística ou o grupo envolvido (OLIVIERI, 2004).

Nesse momento, nossa análise deve considerar também as forças de mercado relativas à produção e difusão dos conteúdos culturais atualmente. Dentro de uma perspectiva marxista, pretendemos apontar as principais forças responsáveis pela circulação dos conteúdos culturais, basicamente os grandes oligopólios de comunicação presentes em nosso país, que são na verdade aqueles que ditam, através de regras meramente mercadológicas, quais conteúdos serão ou não veiculados em cada mídia e em cada horário. Tal apropriação atropela o processo criativo, desvalorizando o processo e a experimentação, submetendo a produção artística à reprodução infinita e à maximização de ganho econômico.

Existe uma contradição inerente ao capitalismo que torna muito difícil sua conciliação com os aspectos contemporâneos da cultura, e pela ação das grandes corporações os aspectos mais relevantes com relação às subjetividades acabam sendo dilacerados pela racionalidade do mercado, na busca da sua auto-reprodução a passos cada vez mais largos. A maioria dos organismos internacionais já atenta para essa questão, como no caso da “Declaração Universal da UNESCO sobre a diversidade cultural”, que no seu artigo 11, coloca a necessidade de “Estabelecer relações de associação entre o setor público, o setor privado e a sociedade civil”. A redação do artigo prescreve, *in verbis*: “A força do mercado por si só não pode garantir a preservação e a promoção da diversidade cultural, condição de um desenvolvimento humano sustentável”. Afora a problemática do conceito extremamente abrangente de sociedade civil atualmente, que não consegue abarcar a diversidade de instituições e interesses representados, as forças do mercado não têm interesse e nem preocupação com a garantia e a promoção da diversidade cultural, uma vez que muitas manifestações culturais das minorias não interessam como produto a ser rapidamente consumido pelo grande público.

A gênese do capitalismo parte da lógica da superacumulação de capitais; em mercados cada vez mais competitivos, isso requer que a geração de caixa seja cada vez mais exponencial.

Para isso, grandes grupos de comunicação dificilmente se interessarão pela difusão de programas educativos, uma vez que isso encarece demasiadamente o custo de produção dos conteúdos a ser veiculados. Por isso o termo “enlatado” cabe como uma luva para a maioria dos programas veiculados nos meios de comunicação de massa. Além de ter que atender um público cuja diversidade e gosto estético e de conteúdos se alimenta dialeticamente daquilo que é veiculado, a grande indústria cultural tem como gênese a auto-reprodução do capital, não tendo interesse assim na veiculação de programações mais estruturadas e documentários de cunho científico, em parte pela citada dialética da diversidade estética, mas principalmente porque tais produções custam valores muito mais elevados do que um programa de auditório sobre amenidades do dia-a-dia da população, ou ainda novelas que reproduzem o cotidiano da sociedade pelos olhos das classes dominantes.

5.2.7. Indústria Cultural

Analisemos assim os principais aspectos da indústria cultural. Márcia Dias lembra que *o conceito de indústria cultural foi proposto por Adorno e Horkheimer em 1947, quando da primeira edição de Dialética do Esclarecimento, e foi usado para se referirem à produção cultural própria do capitalismo* (DIAS, 2007). Questionavam o conceito de cultura de massa, que concebia a sociedade como estratificada entre elite e massa, evocando a cultura que emergiria espontaneamente das massas, ofuscando assim a sua condição de dominação de classe. Para os autores a indústria cultural seria *parte constitutiva da longa e contraditória marcha do esclarecimento* (DIAS, 2007). No mundo moderno, a absorção das atividades artísticas pela lógica industrial seria apenas uma etapa de articulação do capital com as possibilidades do simbolismo inerentes aos processos culturais, promovendo a sinergia de interesses entre o econômico e o devaneio artístico. A absorção da atividade de criação mostra somente a movimentação dos preceitos racionais da indústria, que num certo momento necessitou promover a circulação de manifestações culturais – que nesse momento já podem ser identificados como bens culturais – dentro da lógica da lucratividade e do aumento do giro do capital.

Nesse novo paradigma, inicia-se uma fase de necessidade da apresentação de conteúdos e formatos que possam ser palatáveis ao gosto da maior gama possível do mercado-alvo das corporações. Dessa forma, eleva-se a posição do efêmero e do frugal, dentro de uma cultura de consumo, que deve satisfazer uma necessidade ao mesmo tempo em que deve produzir uma outra, instantaneamente, como um valor interiorizado que muitas vezes não se possa ao menos ter consciência de sua eficiência. A disseminação do uso da televisão, eletrodoméstico que como um “liquidificador” promovia uma “dose diária de vitamina cultural”, do folhetim à música clássica, da pintura ao futebol, do documentário ao show de rock, certamente contribuiu para o desenvolvimento desse modo de consumo, o que foi compreendido desde cedo pelas corporações, que viram na televisão o elemento faltante para emitir para milhares de receptores mensagens sobre as maravilhosas possibilidades de seus produtos.

Com relação à indústria fonográfica, por sua vez, não se pode podermos desconsiderar a importância do jabá (*jabaculé*, sinônimo de propina) como um dos fundamentos da indústria cultural, se tornou uma prática comum principalmente no mercado fonográfico e tem adquirido ares de venda legal de serviços de divulgação de produtos musicais. Entretanto, os altos valores envolvidos são da ordem da circulação dos bens culturais, penalizando aqueles produtores com menos recursos financeiros e privilegiando os atores das grandes corporações, que podem de alguma forma pagar para ter os seus produtos veiculados nas mídias com maior penetração de mercado. Os altos valores envolvidos elevam significativamente o preço final dos produtos e alimentam o circuito endógeno e auto-referente da indústria cultural (DIAS, 2006).

Os prejuízos para a diversificação da oferta são conhecidos, haja vista a longa permanência na mídia dos mesmos artistas ligados às *majors* e a dificuldade para o surgimento e a manutenção de produções independentes das chamadas *indies*. Dessa forma, a velha máxima de “passa porque é bom ou é bom porque passa?” deveria ser na verdade preenchida pelo poder auto-referente promovido pela esfera estrutural, e o que se passa nas mídias mais concorridas tem como base nada mais do que o poder do capital e sua necessidade de geração de lucro cada vez mais rapidamente. A situação tende a se tornar

estável, quase naturalizada, uma vez que o que passa precisa ter a simplicidade necessária para o público ouvinte, que infelizmente tem pouca ou nenhuma educação musical para distinguir produções mais aprimoradas daquelas voltadas para a rápida comercialização.

Ainda com relação à indústria fonográfica, e passando também pelo conteúdo de revistas, vídeos e livros, mesmo os artistas mais consagrados precisam também, de alguma forma, passar pelo crivo do mercado. Com relação à distribuição, além do poder das grandes gravadoras e editoras, existe ainda o poder de seleção de repertório dos grandes varejistas, que se recusam a vender em suas prateleiras CDs, revistas e vídeos cujo conteúdo não esteja em conformidade com os “valores de tradição e da família”, maculando a imagem de “entretenimento para a família”. Naomi Klein considera a atuação desses agentes como eliminação e supressão ativa de material, uma eficiente forma de censura corporativa. Para enfrentar esse tipo de censura, muitos produtores chegam a apresentar os conteúdos aos varejistas antecipadamente. Outros, a fim de não perder o grande filão do concentrado mercado de distribuição promovido pelos *categorial killers*, acabam lançando duas versões do mesmo trabalho, como no caso da Warner e do Nirvana, que após a objeção do Wal-Mart em vender o segundo disco da banda, *In Utero*, mudaram a contracapa e alteraram a título da canção “*Rape Me*” (“estupre-me”) para “*Waif Me*” (“Abandone-me”) (KLEIN, 2004).

Acontece, assim, uma seleção de repertório a partir da lógica privada de atuação dos grandes conglomerados varejistas, não somente do que será vendido, mas antes de quase tudo o que será produzido. Apesar de a autora levantar esses aspectos na perspectiva do mercado dos países desenvolvidos, muito dessas práticas já acontecem no Brasil. Não podemos esquecer de casos como o da banda *Planet Hemp*, que no início da carreira chegou a ser acusada de apologia às drogas por parte dos meios de comunicação. Depois de alguma acomodação, a banda conseguiu mudar a imagem de apologia para uma atitude moderninha com relação às drogas, entrando para o circuito dos grandes artistas nacionais e hoje vai muito bem, fazendo grande sucesso em todas as rádios e em canais de *clips* musicais como a MTV.

A autora chama atenção para o fato da maioria das pessoas serem propensas a acreditar em decisões corporativas dessa monta como sendo não-ideológicas, mesmo que apresentem um forte viés político. Tanto no caso do jabá como no da restrição de conteúdos por parte dos varejistas o que está em jogo na verdade são valores eminentemente políticos. Nesse caso, passamos por um processo de “aculturação” em que os valores determinantes para toda a sociedade são aqueles que passam pelo crivo do mercado e conseqüentemente pelas idéias da classe dominante, engendrando assim uma “cultura comum” a partir de valores e ideais de uma pequena minoria. Não queremos nem podemos reduzir toda a questão da indústria cultural apenas à visão de uma classe, mas fica evidente que qualquer forma de manifestação artística que não contemple a visão de mundo das classes dominantes está fadada ao fracasso mercadológico.

Como pode ser encarada, nessa perspectiva, a omissão das grandes redes de comunicação para o rap da periferia de grupos como o Racionais, que apresenta uma visão de mundo diametralmente oposta àquela das classes dominantes? Sabemos que existe uma recusa explícita do líder do grupo em participar de programas nas grandes redes, e podemos especular que essa recusa é corolário do poder de veto dessas emissoras, que certamente vai exigir desses grupos uma versão higienizada de seus trabalhos (KLEIN, 2004), uma vez que tais conteúdos vão de encontro à visão de mundo das classes dominantes. Quanto mais a cultura é comercializada, maior a imposição da disciplina do mercado em forçar os produtores aos valores conservadores da prudência, antiinovação e um nervosismo quanto a ser causa de conflitos (EAGLETON, 2005).

5.2.8. Os meios de comunicação de massa

A concentração da propriedade dos meios de comunicação de massa no país é estereotípica e situação ímpar no mercado internacional. Nesse caso, por propriedade entende-se um modelo que tem poucos similares nos países que se alicerçam nas formas tradicionais do estado democrático de direito. Assim, toda a estrutura comercial da empresa responsável pela difusão pelo seu sistema de afiliadas tem também a mesma propriedade daquele que cria todo o conteúdo a ser difundido. Como nenhum ato comunicativo deixa de ter um

sentido teleológico, um fim a ser alcançado, obviamente esses conteúdos expressam alguma visão de mundo. Se como Chauí relacionarmos hegemonia como sinônimo de cultura em sentido amplo e sobretudo de cultura em sociedade de classes, a hegemonia

não é forma de controle sóciopolítico nem de manipulação ou doutrinação, mas uma direção geral (política e cultural) da sociedade, um conjunto articulado de práticas idéias, significações e valores que se confirmam uns aos outros e constituem o sentido global da realidade para todos os membros de uma sociedade, sentido experimentado como absoluto, único e refutável, porque interiorizado e invisível como o ar que se respira (CHAUI, 2006; p. 25)

Com seus conteúdos carregados de ideologias da classe dominante, criam-se cada vez mais programas que prendam menos a atenção momentânea, mas cada vez mais promovam uma interação com o público consumidor, dessa vez a atenção e a votação para os eliminados dos *reality shows*. Apesar de mostrar um mundo de novas realidades e formas de fruição, esse mundo ainda é aquele dos sonhos para a maioria dessas pessoas. Na medida em que a TV atinge hoje quase a totalidade dos domicílios nacionais, com o agravante de em muitos casos ainda ser uma das únicas formas de fruição cultural, aumenta-se exponencialmente o poder de penetração de crenças, ideologias e toda uma forma de encarar a vida, uma visão de mundo, que se cria e recria pelas lentes de produtores e atores do *jet-set*, muitas vezes sem vínculos orgânicos com o grande público.

A maioria das análises sobre os meios de comunicação de massa assume uma abordagem a partir da forma de relacionamento do Estado com os concessionários das TVs e rádios. Em se tratando de bens públicos, essa relação deveria ser pautada pela maior transparência, seja na identificação de conteúdos universais seja na propriedade dos meios de comunicação. Não pretendemos empreender esforços acerca dos conteúdos privilegiados pelos canais atualmente, de sorte que tentamos mostrar até aqui que a produção de um conteúdo de qualidade necessita, em primeiro lugar, de um investimento substancial em material humano qualificado, o que significam custos mais elevados e conseqüentemente menores taxas de lucratividade, o que contraria a racionalidade econômica que pauta os interesses

dessas organizações; e em segundo lugar, da formação de contingentes maiores que demandem uma programação de qualidade, o que acaba sendo mais difícil com a propagação dos programas de menor custo de produção, como aqueles que podem ser genericamente chamados de programas de auditório. No próximo item, trataremos com mais afinco da questão da propriedade dos meios de comunicação a partir de seu histórico em nosso país, mas antes apontemos a visão bastante interessante de Bucci, que para além das variáveis tradicionais de propriedade e conteúdo pretende analisar também a hegemonia da comunicação audiovisual instantânea, a TV, sobre as demais formas de mídia.

Para Bucci, nos dias atuais a disputa pela definição do espaço público se daria por dois níveis de enfrentamento relacionados ao processo de significação. No primeiro nível, estariam as *instituições sociais tradicionais, como a família, a igreja ou as escolas, em disputa pela hierarquia entre as idéias, tem-se uma disputa pelo significado*. Estaria em jogo nesse caso a *hierarquia de valores e de conceitos que ganhará vigência comum no espaço público, dando à instituição que o formula um papel de referência face às instituições restantes* (BUCCI, 2005). Para o autor, no chamado “mundo ocidental” (expressão que admite usar na falta de uma melhor) essa primeira disputa estaria resolvida, de sorte que *entre a religião e a ciência, entre a escola e a família, entre o Estado e a Igreja, prevaleceu o bloco das instituições midiáticas, competindo sistematicamente com as outras instituições no intuito de hierarquizar valores e conceitos dentro do espaço público, forçando a reacomodação das outras instituições, que passaram a ter que, de um modo ou de outro, prestar contas ao espetáculo* (BUCCI, 2005).

Já no segundo nível estaria uma *batalha permanente entre os modos de narrar e os modos de representar dos diferentes meios de comunicação, no qual repertórios distintos para representação do mundo buscam adquirir domínio sobre seus rivais, gerando uma disputa entre sistemas de significantes* (BUCCI, 2005). Para o autor, esse embate não pode ser confundido com a concorrência comercial entre veículos, pois seria uma disputa entre *paradigmas de representação, expressão e narração, assumindo diversas formas: oralidade versus escrita, alfabeto fonético versus alfabeto ideográfico, imagem versus palavras, televisão versus texto impresso, e muitas outras* (BUCCI, 2005).

A preponderância das instituições midiáticas sobre todas as outras no “Ocidente” nos leva diretamente ao segundo nível de embate, entre as formas de representação da realidade, exatamente no tipo de mídia *que apresenta* os símbolos e, portanto, acaba diretamente promovendo **hegemonicamente a circulação dos significantes** na sociedade. Para o autor, se cabe assim aos meios, às instituições midiáticas, a vitória sobre o significado, sobre a consolidação de valores, resta agora saber *qual deles emprestará “sua” voz para a consolidação desses significados*. Para o autor, seria esse o ponto em que *a imagem – e não qualquer imagem, não apenas a imagem da fotografia ou do cinema, mas a imagem eletrônica, instantânea – assume a hegemonia* (BUCCI, 2005).

Bucci também utiliza-se do referencial gramsciano para esclarecer a possibilidade de hegemonia dos meios de comunicação e em especial, do meio televisivo. Para ele, ainda que o autor italiano não tenha buscado um modelo teórico para aplicar ao cinema e aos folhetins (e sim para instrumentalizar a luta do partido político), acabou por elaborar um *método de compreensão da luta política que em muito se aproxima do modo pelo qual as instituições e as “linguagens” dos meios disputam hegemonia no espaço público* (BUCCI, 2005).

Assim, da mesma forma que Gramsci não limitava a hegemonia à direção política, mas a concebia também como uma forma de direção moral, cultural e ideológica, menos conflituosas e aparentemente mais consensuais, a hegemonia gerada no espaço público pelos meios de comunicação de massa *é produto da capacidade de um determinado sistema de significantes de englobar os outros, fornecendo-lhe as chaves para as interconexões entre si e deles com a rede que caracteriza o espaço público*. Para o autor, o sistema de significantes hegemônico não seria mais o da mídia em geral, mas especificamente o da televisão (BUCCI, 2005).

Bucci acredita que para além das clássicas questões de classe representadas pela propriedade e gestão de meios de comunicação e de suas análises exauridas quando o assunto são os meios de comunicação, o autor pretende ampliar o foco teórico para analisar

a hegemonia do padrão televisivo sobre todos os outros. Para ele, as análises tradicionais são *úteis, embasadas e mesmo inteligentes*, mas *não inovam do ponto de vista teórico*, enquadradas nos *marcos iluministas da revolução burguesa*, cobrando da *imprensa e das instituições mediáticas que promovam o justo esclarecimento da opinião pública*. Em complemento a essa crítica, o autor pretende situar uma nova disputa pela hegemonia em amplo espectro, em que impera

o padrão da imagem na tela, o padrão do espetáculo visual, o padrão da cobertura ao vivo, com cenas ao vivo. É o padrão do mundo todo convertido no grande espaço público em tempo real. (...) é esse padrão quem fornece os parâmetros em que as classes sociais se enfrentam com seus projetos políticos. É algo que deslizou, por fora do controle da humanidade. Como se fosse um lapso, um ato falho, um sintoma. Ou a própria loucura (BUCCI, 2005; p. 95)

Bucci, pretende ir *além da vontade dos proprietários* – e do feixe de forças que incide sobre uma empresa de mídia, e mesmo para além da *falta de domínio racional desses proprietários sobre a condução de seus negócios*, argumentando que *o feixe de forças que determina o desgoverno da televisão é tensionado, no fim, não pela inconsciência dos que fazem a TV, mas por aquilo que é da ordem do desejo inconsciente (no público, no sujeito no mercado* (BUCCI, 2005). Se pensarmos em termos de criação de realidades fictícias, qual mídia consegue transmitir mais perfeitamente uma situação, com todos os seus aspectos subjetivos, em que se possa ligar por exemplo o consumo de cerveja às possibilidades de conquistas sexuais para todo o gênero masculino? O autor considera a televisão por uma outra dimensão, tratando-a como *uma força muito mais vasta*, aproximando-se da própria loucura – a criação de realidades cada vez mais abstratas às capacidades de entendimento e discernimento dos indivíduos (BUCCI, 2005).

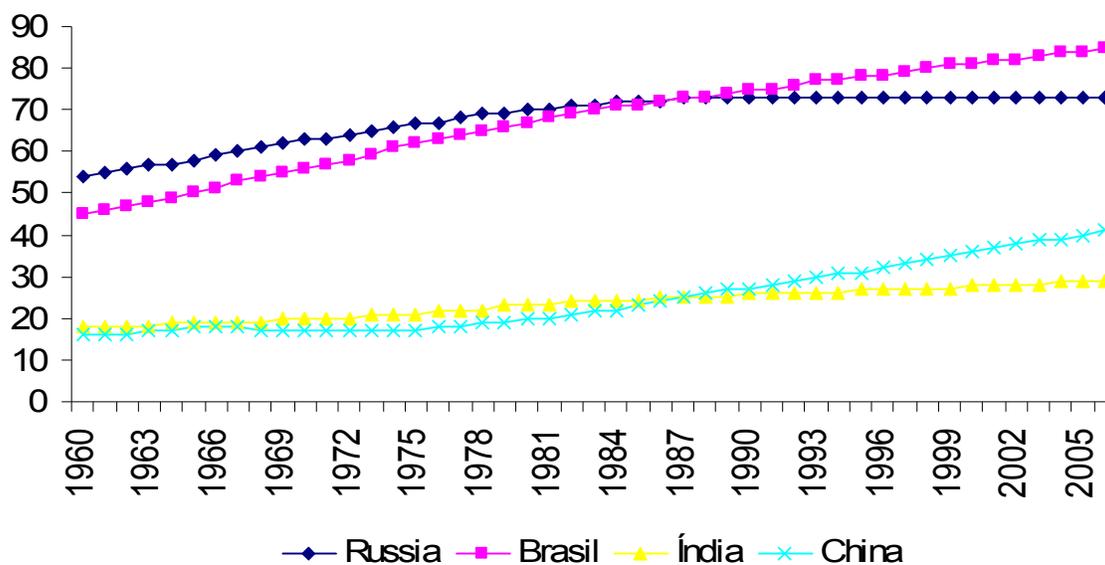
O autor finaliza lembrando um brocardo jurídico perenizado pelos antigos romanos, e que segue como princípio até hoje para nortear a decisão dos juízes: *Quod non est in acti non est in mundo*. Nesse caso, preza-se que o juiz, ao proferir uma sentença, deva ater-se fundamentalmente aos atos relatados no processo. *Para os antigos romanos, assim como*

para o juiz, o que não consta dos autos, não aconteceu no mundo dos vivos. Os autos devem substituir a própria realidade. Eles são a realidade (BUCCI, 2005). Relacionando com a televisão, o autor acredita que em nosso tempo, *a verdade é que a verdade já não está nos autos, e que aquilo que é elevado à condição de imagem eletrônica na visualidade televisiva adquire instantaneamente a chamada relevância pública* (BUCCI, 2005). Assim, a realidade de muitas pessoas passou a ser composta singularmente pelo que passa na televisão. A visão do autor é bastante instigante, principalmente se levarmos em conta que a televisão é o único bem de consumo cultural para a maioria da população, com padrões de penetração superiores ao saneamento básico, somente para ficar num exemplo crasso. Façamos agora um breve retrospecto sobre a história dos meios de comunicação de massa no Brasil, em especial da televisão, finalizando com algumas informações interessantes sobre a relação entre políticos e propriedade de meios de comunicação.

5.2.9. Histórico dos meios de comunicação de massa

Neste item pretendemos apontar a conformação de forças responsáveis pelo atual estágio dos meios de comunicação de massa em nosso país. Nosso intuito, conforme ressaltado no item sobre a metodologia de pesquisa, não será o de realizar uma análise profunda sobre este tema. Entretanto, pretendemos mostrar como a confluência de interesses entre o Estado ditatorial, as grandes corporações e os canais de TV – notadamente a Rede Globo – puderam sustentar o crescimento e a integração nacional desde meados da década de 60, ancorados principalmente nas escusas formas de concessão de canais. A expansão da televisão no Brasil coincidiu com a instalação do regime militar em 1964 e foi por ele beneficiado devido aos vultosos investimentos governamentais no setor de telecomunicações. Observe-se que estamos na década de 60, e inicia-se um forte processo de urbanização, e em nome de um projeto de integração nacional o Brasil passa por altas taxas de urbanização. O gráfico abaixo mostra a evolução do percentual da população urbana do Brasil em comparação com outros emergentes:

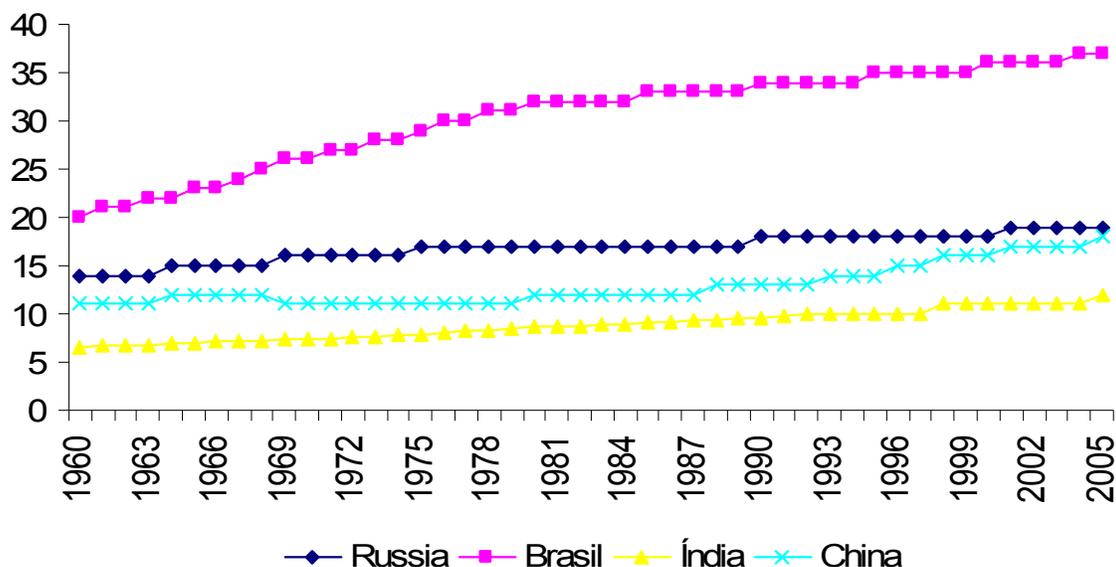
BRICs - Evolução % população urbana



Fonte: Gapminder; 2008.

Mais do que uma urbanização acentuada, o que assistimos no país tem sido a rápida concentração da população em grandes centros urbanos. Atraídos pela promessa de emprego e pela melhoria do padrão de qualidade de vida, muitas pessoas se movem do campo e das regiões menos populosas e passam a se aglomerar em precárias condições de moradia nesses grandes centros. O gráfico abaixo mostra a evolução do percentual da população total que vive em centros urbanos com mais de 1 milhão de habitantes:

BRICs - Evolução % população em aglomerações > 1 milhão habitantes



Fonte: Gapminder; 2008.

Os níveis de população urbana são um forte indício de mudanças nos hábitos de consumo, notadamente alimentação e transportes, sem falar obviamente nas moradias, uma vez que todo esse novo contingente precisava se fixar em algum local, mais ou menos perto das oportunidades de emprego nos grandes centros urbanos. Dentro dessa lógica, a espiral de consumo serve como fomento para o forte desenvolvimento da economia nacional. Esse é um ponto importante para nossa análise, pois estamos de um projeto em que o pacto de poder entre burguesia, as novas classes médias e os militares tornou possível a rápida industrialização capitalista no país. Num momento em que o mundo desenvolvido e sua base no modelo fordista de produção já começava a apresentar sinais de esgotamento, acontece um forte movimento das indústrias de bens de consumo para o nascente mercado da classe média na América Latina, tendo o Brasil como pólo central de coordenação de expansão desse processo. A necessidade de comunicação para toda uma gama de novos produtos das multinacionais era premente, e a mobilização do aparato estatal encontrou nesse sentido o empresário Roberto Marinho como um forte aliado, tanto para as idéias

nacionalistas para a integração como para a formatação de novos hábitos de consumo exigidos pelas multinacionais e seus novos produtos despejados no mercado.

Assim, em nome da integração nacional, e pela necessidade de domínio amplo da opinião pública, o regime militar investe pesadamente no sistema de telecomunicações, buscando legitimação e para fazer valer o lema “Brasil Potência”. Diante desse favorável cenário para o desenvolvimento, as empresas passaram a se mover em função de uma demanda efetiva ou real e tinham no apelo da propaganda, seu espaço de expansão na conquista de novos consumidores. Essa espiral de consumo dá novos ares para a indústria cultural no Brasil. A partir do desenvolvimento de uma forte cultura de consumo, a indústria cultural assume um papel fundamental na retro-alimentação do sistema. Os investimentos em publicidade aceleraram sobremaneira o desenvolvimento da indústria cultural, ampliando o mercado consumidor.

Apesar de a televisão brasileira ter surgido em 1950 – com a inauguração da TV TUPI de São Paulo, ligada aos Diários Associados, de propriedade do empresário Assis Chateaubriand – ainda não havia nessa época o necessário profissionalismo para o crescimento do mercado. Como lembra Alves, a televisão como empresa integrava profissionais oriundos de outros veículos de comunicação, como o rádio e a imprensa escrita, resultando na importação de fórmulas de sucesso desses outros veículos. Assim, muitas vezes as receitas tradicionais entravam em choque com a nova realidade da “fotografia em movimento” e sua infinidade de possibilidades. Faltava, portanto, quem pudesse dar tratamento diferenciado a esse novo veículo, com suas especificidades e potenciais. O mercado era marcado pelos traços predominantes do empresariado brasileiro até então: pelo clientelismo, paternalismo e fortes laços de dependência dos recursos estatais.

O autor aponta que a “grande virada” dessa situação parece começar no ano de 1962, quando se firma a sociedade entre as Organizações Globo e o grupo norte-americano Time Life, *na forma de uma sociedade por quotas, que dispensa a publicação de atos constitutivos, balanços, alterações contratuais e atos que impliquem a distribuição de*

lucros a terceiros; a Time-Life teria direito a 30% dos lucros líquidos anuais da Globo. Pensado desde o início com a visão capitalista de médio e longo prazo típica de um grupo de comunicação ávido pela mundialização das suas operações, a sociedade deveria prorrogar-se por 11 anos e depois seguir por prazo indefinido, até que uma das partes denunciasse outra (ALVES, 1992). O autor complementa que esse o contrato foi emitido ao Contel (Conselho de Telecomunicações) no dia 30 de julho de 1965 e mantido em sigilo. Apesar das denúncias e pressões principalmente da TV TUPI, a operação foi encoberta até 1969, quando o regime militar pressiona a Globo a desfazer o acordo – apesar de num primeiro momento ter ajudado a encobertar essa operação. O autor acrescenta ainda que para saldar os compromissos com o grupo Time-Life, a empresa faz uma venda fictícia do prédio no Jardim Botânico ao grupo americano, que passa a receber sua parte no faturamento sob a forma de aluguéis (ALVES, 1992).

Com o acordo, a empresa passa a ser dirigida prioritariamente para o mercado e aquilo que poderia ser do gosto do consumidor – o movimento mundial que já havia sido mobilizado pela cultura de consumo, e *deixa de ser dirigida por gente do meio jornalístico e passando a ser dirigida por homens de publicidade e marketing*. Pensada a partir da racionalidade empresarial, “profissionalizada”, *passa somente como consequência disso a ser considerada uma divulgadora da arte, cultura, entretenimento, informação*. (KHEL apud ALVES, 1992). A partir da estratégia da análise da grade de horários, e empresa se lança então numa empreitada em busca da formação *behaviourista* dos comportamentos condicionados. Para isso, se não contava mais com os recursos financeiros do acordo Time-Life, restava toda uma tecnologia e toda uma forma de fazer televisão, levadas a cabo por *consultores feitos funcionários, como o engenheiro Joe Wallach e o cientista social Homero Sanchez, o grande responsável pelas técnicas de medição da audiência e de ajuste das programações aos gostos populares cientificamente aferido* (RAMOS, 2005). O que importava, no final do processo, não era fazer o melhor programa possível, mas *produzir uma programação líder de audiência, distribuindo os recursos entre o maior número de programas possível e mantendo um padrão homogêneo entre eles – o chamado padrão Globo de qualidade* (ALVES, 1992).

Em 1969 implantou-se definitivamente a Rede Globo de Televisão, com a transmissão do primeiro Jornal Nacional, primeiro programa diário transmitido em “rede nacional” e como bem lembra Alves, curiosamente veiculava o anúncio da instalação da Junta Militar, em substituição a Costa e Silva e impedindo a posse do vice, Pedro Aleixo (ALVES, 1992). Talvez por isso o autor tenha lembrado a seguinte frase do General Médici na epígrafe de seu texto: *“Sinto-me feliz todas as noites quando ligo a televisão para assistir ao jornal. Enquanto as notícias dão conta de greves, agitações, atentados e conflitos em várias partes do mundo, o Brasil marcha em paz, rumo ao desenvolvimento. É como se eu tomasse um tranqüilizante após um dia de trabalho”*.

A importância da programação nacional é fundamental para entendermos as desigualdades regionais e a promessa de consumo que começa a se apresentar como real e efetiva para todos, nacionalizando a figura do verde-amarelismo, das benesses da urbanização, da seleção brasileira e todo os artefatos que pudessem ser utilizados para promover o sistema de consumo – ainda que já houvesse um enorme descompasso com as possibilidades efetivas para essa fruição. Os carros-chefe da hegemonia da empresa nos anos 70 foram as novelas e o Jornal Nacional. O vetor da produção era concentrado no eixo Rio-São Paulo, facilitando o controle sobre suas programações. Nas novelas, Alves lembra que *nunca apareciam dramas sociais profundos, cenas mais “pesadas” de sexo, quem infringia a lei era preso e todos os finais eram felizes* – o que, excetuando-se a banalização do sexo, podemos constatar não ter mudado muito para os tempos atuais. No caso do Jornal Nacional, para além da edição do debate presidencial de 1989, comprovado mesmo pelos agentes da empresa como tendencioso, existe uma tendência à naturalização das relações sociais⁴, interpretadas como dadas e hegemonicamente aceitas, o que pode acomodar tensões, apontando sempre para soluções de transição negociada em oposição ao desnudamento das enormes contradições entre as classes em nosso país.

⁴ A esse propósito ver a dissertação de mestrado de Vitor Fraga, *Telejornalismo, hegemonia e consenso – O Jornal Nacional e o enquadramento hegemônico*, 2005. O autor sustenta que mais que um enquadramento oficialista ou pró-governo, o JN *enquadra a realidade de modo a naturalizar, agenciar sentido e reproduzir as relações sociais estabelecidas, sendo favorável ao Estado, ou ao exercício da hegemonia estabelecida*.

Na ideologia difundida *eram consagrados os chamados “valores tradicionais”, o “Ipanema way of life” e se fazia a apologia do regime, enaltecendo os frutos do “milagre econômico brasileiro”* (ALVES, 1992). A difusão desses ideais nacionais era uma forma necessária para a dissimulação da política, concentrando-se em torno de “objetivos maiores”, como o desenvolvimento econômico e a seleção canarinho. A hegemonia da Rede Globo ainda é evidente nos dias de hoje, não somente no mercado da televisão, mas no império de mídia em que se transformou. A síntese de Khel apresentada por Alves pode clarificar a posição da empresa no mercado de comunicação e as possibilidades para o futuro, inclusive para a consideração de políticas culturais que se pretendam contra-hegemônicas:

com muita rapidez, a Globo transformou-se numa espécie de instituição que garante alguma instabilidade simbólica a um público que, justamente por não ter estabilidade quase nenhuma no que o atinge concretamente, se tornou extremamente conservador em seus gostos e costumes. Até que o brasileiro tenha condições de criar alguma cultura própria e sedimentar novos hábitos de participação e criação cultural, a Globo ainda pode contar com muitos anos de hegemonia como a emissora que implantou e fixou no inconsciente nacional a fala e as imagens do que o país gostaria de ter sido (KHEL apud ALVES, 1992; p 10).

Dentro do padrão que se instalou no cerne dessa indústria cultural, Bolaño assinala que *o público é o objeto dessa indústria; a audiência, seu capital. É ele quem determina tudo. Em última instância. Tudo se explica pelas necessidades que têm o capital individual e o Estado de comunicar-se com o público, com as massas de eleitores e consumidores, e conquistar-lhes corações e mentes* (BOLAÑO, 2005). Para o autor, essa trinca de sujeitos deveria ser considerada no modelo de regulação, mas os *interesses* de cada um desses atores são *diferentes e assimétricos*. Ao capital interessa o dinheiro; ao Estado, e ao público, diversão no sentido de Brecht. Para o autor, seriam três determinações funcionais sociais constituintes das indústrias culturais e da comunicação – e uma economia política da comunicação deve dar explicação dessas três dimensões do problema, equacionando-as em diferentes níveis de abstração (BOLAÑO, 2005).

Analisando a perspectiva do capital, o autor considera que o sistema de comunicação de massas no Brasil analisado, gestado a partir do início dos anos 60 e consolidado no período dos governos militares só vai passar por alterações mais substanciais no governo Cardoso. Com a privatização das telecomunicações,

rompe-se o tripé não somente da indústria das telecomunicações no país, distribuído entre a operadora estatal, o oligopólio das multinacionais da produção de equipamentos, em aliança com a indústria nacional produtora de partes e componentes, mas, em termos gerais, aquele, mais amplo, do conjunto do setor de comunicações: redes (estatal), equipamentos (multinacional privado) e conteúdo (nacional privado) (BOLAÑO, 2005).

Para o autor, *alienou-se não somente o capital constante do Estado*, materializado pelas instalações físicas das empresas privatizadas – que em sua grande maioria se tornaram mais lucrativas, em todos os segmentos privatizados – *mas também o conhecimento que detido pelo Estado, materializado no corpo subjetivo da empresa pública, no trabalhador coletivo que o constitui, em especial, nos laboratórios do CPqD da Telebrás* (BOLAÑO, 2005). Assim, o capital estrangeiro ibérico, italiano e espanhol reinam absolutos, o que pode ter representado alguma perda para a Rede Globo, mas que foi contornada com a eficiente estratégia da diversificação, muito utilizada pelos líderes de mercado em posição de caixa privilegiada. Atualmente, os negócios da família Marinho estenderam tentáculos para outros segmentos de atividades bastante lucrativos, como por exemplo a Net distribuidora e a Net Brasil (programação) e Net Serviços (distribuição) e a Sky Brasil (distribuição). Além de produzir todo o conteúdo para a TV segmentada (GNT, SporTV) ainda se vale da posição estratégica na distribuição do sinal para a TV por assinatura, atingindo também, mas com conteúdo diferenciado, os lares das famílias mais abastadas, possibilitando uma maior nível de penetração no ideário de toda uma classe privilegiada. O grau de concentração dos meios de produção e difusão não encontram muitos casos comparáveis, pelos menos nos ditos regimes democráticos. No contexto de profusão de valores e

ideologias, não se pode deixar de citar também as agências de notícias e a não se pode deixar também de citar a rádio CBN, além obviamente do jornal o Globo.

conforme o quadro abaixo:

Os negócios da família Marinho	
TV aberta	Rede Globo: cinco emissoras próprias, 121 afiliadas
TV segmentada	Globosat: GloboNews, Multishow, Canais SporTV, GNT, Rede Telecine, Canal Brasil, Universal Channel, Premiere Futebol Clube, Premiere Shows, Premiere Combate Globo Internacional
TV por assinatura	Net Brasil (programação), Net Serviços (distribuição), Sky Brasil (distribuição)
Jornais	O Globo, Extra, Diário de S. Paulo, Valor Econômico
Internet	Globo.com (portal e provedor)
Rádio	Sistema Globo de Rádio: Globo AM (RJ, MG e SP; rede com 27 emissoras), Globo FM (RJ), CBN (RJ, SP, BH, DF; rede com 26 emissoras), 98 FM Rio de Janeiro, BH FM Belo Horizonte
Agências de notícias	Agência Globo
Revistas	Editara Globo (Época e outros 20 títulos)
Editora	Globo Livros
Gravadora	Som Livre
Cinema	Globo Filmes (produção)
Shopping centers	São Marcos Empreendimentos Imobiliários: shopping centers Vale (São José dos Campos-SP), Interlagos (São Paulo-SP), Downtown e Botafogo Praia Shopping (Rio de Janeiro-RJ)

fonte: BIONDI, Antonio; CHARÃO, Cristina. *Terra de Gigantes*. Revista ADUSP

Apesar de ainda estar situada numa posição bastante satisfatória no mercado nacional e internacional, a Rede Globo enfrenta um concorrente de peso desde 1989, quando o Bispo Edir Macedo comprou a Rede Record, das mãos de Silvio Santos. Se Eagleton fala sobre formas de cultura que tenham o mesmo enraizamento da religião, nosso modelo de concessões de TVs produziu o estranho caso da empresa que se alimenta de parte do dízimo de seus fiéis para a manutenção do canal de TV ligado à Igreja Universal do Reino de Deus e que acaba sendo a maior preocupação dos executivos da Rede Globo para a manutenção de sua hegemonia. Em face do aumento exponencial de seu faturamento, vale ressaltar o artigo de Antonio Biondi e Cristina Charão, datado de janeiro de 2008 mostrando que as estimativas do mercado apontam que *cerca de 25% do faturamento bruto da Record têm origem em investimentos publicitários da Igreja Universal na emissora*.

A Record é hoje a maior emissora daquelas religiões pentecostais que tanto incomodam a Igreja Católica. A cultura, em nossa versão do *religare*, configura-se nesse caso então como

uma estranha imbricação de interesses entre um canal de TV, que nas mãos de um grupo de comunicação atua como empresa e como “difusor das palavras de Deus”, ampliando ainda mais os problemas em torno de uma concessão pública de um Estado supostamente laico. No mesmo artigo aponta-se que analistas estimam que a Record, com faturamento de R\$ 1 bilhão em 2006 (com estimativa de R\$ 1,36 bilhão para 2007) *pode alcançar os índices de faturamento e audiência da Rede Globo em dez anos* (a receita bruta da Globopar, holding do grupo, foi de R\$ 6,8 bilhões em 2006), *mas a Record afirma que pretende tornar-se líder em cinco anos*. Afora a ligação orgânica com a religião, a empresa segue a mesmíssima receita da líder, reificando o “mais do mesmo”, contratando a peso de ouro muitos de seus atores e diretores, *fazendo investimentos vultosos em novelas, no jornalismo e nas competições esportivas – já tendo adquirido, por exemplo, os direitos de transmissão das Olimpíadas de 2012. Já possui um canal de notícias de televisão 24 horas, nos moldes do canal da rival* (BIONDI; CHARÃO, 2008).

O sistema de concessões de canais de TV e rádio em nosso país tem certamente contribuído para a manutenção do mercado extremamente oligopolizado dos meios de comunicação de massa. Muitos autores utilizam a expressão “coronelismo eletrônico” para designar a dinâmica desse mercado. Para Capareli; Santos, a expressão

inclui a relação de clientelismo político entre os detentores do poder público e os proprietários de canais de televisão, o que configura uma barreira à diversidade representativa que caracterizaria uma televisão na qual o interesse público deveria ser priorizado em relação aos interesses particulares (SANTOS; CAPARELLI, 2005; pg. 80)

A articulação pública em nome de interesses privados é a tônica do clientelismo, inserindo-se estrategicamente como práxis na esfera política. Os autores chamam a atenção para dois tipos de comuns de patronagem: um primeiro caso, em que há o *controle direto de recursos escassos*, e um segundo tipo, em que se dá o *acesso a quem controla esses recursos* (SANTOS; CAPARELLI, 2005). O caso das concessões se encontra nesse último tipo. Como monopólio do Estado, até recentemente somente o Presidente da República podia

outorgar as concessões – o que atualmente é feito no Congresso Nacional. O modelo atual permite o chamado “coronelismo eletrônico”, em que membros da esfera estatal usam seu poder e influência para privilegiar determinadas empresas, que buscam cada vez mais expandir sua atuação para outras regiões pelo sistema de afiliadas.

Para exemplificar a concentração do mercado de televisão no Brasil, os autores chamam a atenção para os índices de audiência dos principais programas. Para o ano de 2000, do total de 10 programas com maior audiência, todos eram da Rede Globo,

sendo 4 programas de informação, 3 de ficção e 3 de shows de variedades. Entre esses 10 mais assistidos, o 1º foi uma telenovela, com share médio de 67% e 35 milhões de telespectadores, e o 10º, um telejornal, com share de 51% e 21 milhões de espectadores. (...). Caso esses relatórios sofressem um corte diacrônico, se descobriria que a hegemonia da Rede Globo no Mercado nacional existe há mais de 30 anos e ela sempre esteve numa situação de quase-monopólio (SANTOS; CAPARELLI, 2005; p. 85).

Os autores apresentam ainda a liderança da Rede Globo nas outorgas de geração e retransmissão de televisão no país:

	Globo	Bandeirantes	SBT	Record
Geradoras Próprias	5	10	10	18
Geradoras Afiliadas	96	23	37	18
Retransmissoras Próprias	19	191	1749	322
Retransmissoras Afiliadas	1405	234	639	216

Fonte: Adaptado de SANTOS; CAPARELLI, 2005; p. 85-86

Por fim, os autores mostram a predominância de algumas poucas famílias na distribuição das afiliadas das grandes redes. Nessa perspectiva, temos atores identificados tanto com

o coronelismo eletrônico quanto com as Igrejas, como é o caso da Fundação Celinauta, do Paraná, que retransmite a Rede TV!, ou da família Petrelli, que retransmite a Record. Nos Estados, alguns grupos familiares, em sua maioria

afiliados da Rede Globo, praticamente dominam todo o cenário de televisão aberta ou por assinatura, como são os seguintes casos: família Câmara, em Goiás; família Coutinho, em Minas Gerais e São Paulo; grupo Zahram, no Mato Grosso do Sul; Organizações Rômulo Maiorana, no Pará; famílias Lemanski e Cunha, no Paraná; e, com maior destaque, famílias Sirotsky, na Região Sul, e Daou, em toda a Região Norte do país (SANTOS; CAPARELLI, 2005; p. 87)

Os autores pontuam que a hegemonia da empresa se mostra em muitos dos cenários brasileiros, e que tanto o *resgate do cinema, como a publicidade e a televisão aberta e fechada mostram-se estreitamente condicionados à identidade de uma única empresa* (SANTOS; CAPARELLI, 2005). Os autores ressaltam a importância da relação entre afiliada e cabeça de rede como ferramenta de manutenção do coronelismo. No caso da Bahia, temos o emblemático caso do ex-ministro Antônio Carlos Magalhães, cuja família é proprietária da Rede Bahia, dominando todos os segmentos de comunicações no Estado, incluindo 6 geradoras de TV aberta e 311 retransmissoras do Estado, todas afiliadas da Globo (SANTOS; CAPARELLI, 2005).

Vale ressaltar duas vantagens advindas da propriedade dos meios de comunicação. Em primeiro lugar, pode ocorrer a manipulação dos conteúdos veiculados, como ocorreu em 2002, no caso da recusa da afiliada da TV Bahia em transmitir as imagens do protesto de estudantes pedindo a cassação de ACM, constringendo a própria Rede Globo. Por fim, intrinsecamente ligado à primeira vantagem, temos a questão dos recursos financeiros das cotas de publicidade – tanto privada quanto pública. No caso das verbas públicas de publicidade, os autores mostram que em 2000 *77% dos anúncios do governo do Estado foram absorvidos pelos veículos da família ACM, enquanto o jornal concorrente de maior circulação do Estado não obteve nenhum anúncio; e 67% dos anúncios em televisão aberta* (SANTOS; CAPARELLI, 2005).

A concessão de canais de TV e rádio são um instrumento fundamental da manutenção hegemônica das oligarquias em nosso país. Dentro do arcabouço legal, e com roupagem jurídica moderna, nossos deputados se tornaram despachantes desses grandes grupos no

Congresso Nacional, transformando-se em “deputados municipais” no nosso complexo sistema federativo, tendo nas concessões moeda em troca para apoio político dessas oligarquias.

6. Leis de incentivo fiscal como forma de políticas culturais

Civilization in the real sense of the term,
consists not only in multiplication, but in the
deliberate and voluntary reduction of wants

Mohandas Karamchand Gandhi

Neste capítulo pretendemos analisar os principais interesses atendidos pelas políticas públicas de cultura baseadas na renúncia fiscal como forma de incentivo para o financiamento privado das manifestações culturais da sociedade. Para isso, vamos trabalhar em duas frentes. Em primeiro lugar, vamos promover uma reflexão analítica sobre a passagem do modo de acumulação do fordismo para o modelo de acumulação flexível, relacionando o movimento com a cultura de consumo que tem novos paradigmas dentro desse modelo. Nesse momento, vamos privilegiar em nossa análise o estreitamento das fronteiras entre o público e o privado, movimento que se inicia com o advento do trabalho nas formas modernas, e que culmina com a cultura do consumo como forma primordial e transclassista de participação na sociedade pós-moderna. Pretendemos situar o processo de *branding* como âncora da cultura de consumo, apontando o novo paradigma do marketing, em que o produto é sempre secundário ao verdadeiro produto, a marca. Mostraremos ainda que a venda dessa marca adquiriu um componente adicional que só pode ser descrito como espiritual, elevando o *branding* em suas encarnações mais autênticas e avançadas a tratar de uma forma de transcendência corporativa (KLEIN, 2004), levando o consumidor a experiências de consumo que toquem cada vez mais suas almas e corações.

Num segundo momento, vamos examinar o mecanismo das leis de incentivo, analisando como se conformou a política cultural sob a forma de renúncia fiscal, apontando as principais relações dessa política com o receituário neoliberal, que fomenta a participação cada vez maior da sociedade civil na formulação e implementação das políticas públicas. Mostraremos como o novo paradigma do marketing de vender marcas transcendentais ficou bastante satisfeito com a disponibilidade de recursos públicos para promover suas marcas

corporativas em eventos que possibilitam a experimentação extra-sensorial dos atributos de uma marca.

Acreditamos que a hegemonia como sinônimo de cultura numa sociedade de classes passa necessariamente pelo viés do consumo e da busca incessante pela satisfação de desejos criados cada vez mais rápido pelo mercado, na maioria das vezes à revelia do próprio consumidor. A direção político-cultural se faz mais consistentemente quando se pode associar infantilmente uma marca de pasta de dentes ou de cerveja às conquistas sexuais da sociedade, e dessa forma pretendemos criticar uma política cultural que destina recursos públicos para suportar a difícil empreitada antropológica da busca dos desejos mais insaciáveis de toda uma sociedade.

6.1. Os modos de acumulação capitalista – do fordismo à acumulação flexível

O fordismo talvez tenha sido a mais importante alteração no sistema produtivo do capitalismo na modernidade. A data inicial simbólica do fordismo deve ser por volta de 1914, quando Henry Ford introduziu seu dia de oito horas e cinco dólares como recompensa para os trabalhadores da linha automática de montagem de carros que ele estabelecera em 1913 em Dearborn, Michigan (HARVEY, 1992). Harvey relativiza o peso dado especificamente às iniciativas do empresário, acreditando que em muitos aspectos as inovações tecnológicas e organizacionais de Ford eram mera extensão de tendências bem estabelecidas. A forma cooperativa de organização de negócios tinha sido aperfeiçoada pelas estradas de ferro ao longo do século XIX e chegou a outros setores industriais; mesmo a obra de Frederick Taylor, *Os Princípios da Administração Científica*, havia sido publicada em 1911. Nessa obra já se descrevia como a produtividade do trabalho podia ser radicalmente aumentada através da decomposição de cada processo em movimentos componentes e da organização de tarefas de trabalho fragmentadas segundo padrões rigorosos de tempo e estudo do movimento. Junto com a obra de Henry Fayol, publicada em 1916, com ênfase nas estruturas organizacionais e na ordenação hierárquica do fluxo de autoridade e de informação, continuam referências obrigatórias nas escolas de administração de todo o mundo, mesmo depois de quase cem anos de seus lançamentos.

Harvey pontua que mesmo a separação entre gerência, concepção, controle e execução – e tudo que isso significava em termos de relações sociais hierárquicas e de desabilitação dentro do processo de trabalho – também já estava bastante avançada em muitas indústrias; o que havia de especial no fordismo era

sua visão, seu reconhecimento explícito de que produção de massa significava consumo de massa, um novo sistema de reprodução da força de trabalho, uma nova política de controle e gerência do trabalho, uma nova estética e uma nova psicologia, em suma um novo tipo de sociedade democrática, racionalizada, modernista e populista (HARVEY, 1992; p.121).

Gramsci talvez tenha sido o pensador que melhor conseguiu extrair o peso das mudanças da organização dos trabalhadores nas fábricas para o desenvolvimento do capitalismo. Para ele, o aumento do controle e da autoridade nas fábricas do modelo fordista desenvolviam um impulso “regulamentador” em direção não apenas ao processo de trabalho mas a toda vida cotidiana, inclusive na vida íntima dos trabalhadores, estendendo o controle sobre a “moral” do trabalhador, premiando mediante diferenças salariais seu “bom comportamento”. A esse respeito, Harvey lembra que

em 1916 Ford enviou um exército de assistentes sociais aos lares dos seus trabalhadores “privilegiados” (em larga medida imigrantes) para ter certeza de que o “novo homem” da produção de massa tinha o tipo certo de proibição moral, de vida familiar e de capacidade de consumo prudente (isto é, não alcoólico) e “racional” para corresponder às necessidades e expectativas da corporação (HARVEY, 1992; p. 122).

Para Gramsci, o fordismo teria repercussões sobre o conjunto da organização social, e em vínculo com outros fatores deu lugar a uma formação cultural que na época se denominava “americanismo” (CAMPIONE, 2007). O americanismo e o fordismo equivaliam ao “maior esforço coletivo até então para criar, com velocidade sem precedentes, e com uma consciência de propósito sem igual na história, um novo tipo de trabalhador e um novo tipo

de homem”, e os novos métodos de trabalho “seriam inseparáveis de um modo específico de viver e de pensar e sentir a vida” (HARVEY, 1992). Na realidade, para o pensador italiano cada classe teria seus próprios intelectuais, responsáveis pela função organizadora na sociedade, criados a partir do desenvolvimento histórico de cada classe (SECCO, 2007).

O autor acreditava que a América não possuísse grandes “tradições históricas e culturais”, mas que por isso mesmo não estaria envolvida por essa camada de chumbo (GRAMSCI, 1978). Para o autor, o solo fértil para o desenvolvimento da indústria na América se dava pela inexistência dessas classes parasitárias, sedimentações de massas de mandriões e inúteis, que vivem do “patrimônio” dos “avós”, destes pensionistas da história econômica (GRAMSCI, 1978). Assim, permitiu-se uma base sadia para a indústria, e especialmente para o comércio, permitindo também a gradual redução da função econômica marginal dos transportes, promovendo a incorporação destas atividades à própria atividade produtiva. Gramsci recorda as experiências realizadas por Ford e as economias decorrentes pela gestão direta do transporte e do comércio das mercadorias produzidas, influenciando diretamente sobre o custo de produção, permitindo melhores salários e menores preços de venda (GRAMSCI, 1978). Para o autor, a existência dessas condições preliminares, racionalizadas pelo desenvolvimento histórico,

tornou fácil racionalizar a produção e o trabalho, combinando habilmente a força (destruição do sindicalismo operário de base territorial) com a persuasão (altos salários, benefícios sociais diversos, propaganda ideológica e política habilíssima) para, finalmente, basear toda a vida do país na produção. A hegemonia vem da fábrica e, para ser exercida, só necessita de uma quantidade mínima de intermediários profissionais da política e da ideologia (GRAMSCI, 1978, p. 382).

Para o autor, a americanização exigia uma determinada estrutura social e um determinado tipo de Estado, liberal por natureza, no sentido fundamental da livre iniciativa e do individualismo econômico que poderia alcançar por seus meios, pelo seu desenvolvimento histórico a partir de uma base fabril um regime de concentração industrial e de monopólio. O novo modo de produção também se baseava no pagamento de salários acima da média da

época, apontando uma nova forma de relacionamento do empresariado com a força de trabalho. Para Harvey, entretanto, o dia de oito horas de trabalho e o salário de cinco dólares era somente em parte uma forma de obrigar o trabalhador a adquirir a necessária disciplina exigida pelos padrões fordistas, pois havia também a necessidade de dar aos trabalhadores renda e tempo de lazer suficientes para consumir a produção em massa das grandes corporações (HARVEY, 1992).

Para Gramsci, as iniciativas “puritanas” dos industriais da época não se relacionavam com a “humanidade” e a “espiritualidade” do trabalhador, que são imediatamente esmagadas (GRAMSCI, 1978). A preocupação do industrial americano na manutenção da eficiência física do trabalhador reside no seu interesse em ter um quadro de trabalhadores estável, porque também o complexo humano não deve ser desmontado com frequência sob pena de perdas econômicas. Os altos salários, dessa forma, diminuam a rotatividade dos trabalhadores na empresa, que buscava desenvolver ao máximo no trabalhador as atitudes maquinais e automáticas, rompendo o velho nexos psicofísico do trabalho profissional qualificado, com seus aspectos de cognição, fantasia e iniciativa, reduzindo a atividade laborativa unicamente ao aspecto físico maquinal (GRAMSCI, 1978).

Gramsci ressalta, entretanto, que o salário elevado é uma faca de dois gumes: é preciso que o trabalhador gaste “racionalmente” a maior quantidade de dinheiro para manter, renovar e, possivelmente, aumentar essa eficiência, e não para destruí-la ou diminuí-la (GRAMSCI, 1978). Nesse caso, muitos empregados se envolviam com álcool ou com problemas sexuais (uniões desregulamentadas ou instáveis), muitas vezes como sublimação para a difícil rotina na fábrica fordista, e era função da empresa capitalista identificar esses desviantes do comportamento padrão exigido pelo novo modo de produção.

O autor italiano questiona o consumo do álcool pelas populações mais pobres, afirmando que *com o proibicionismo o álcool tornara-se uma mercadoria de luxo e nem mesmo os mais altos salários permitiam seu consumo pelas classes trabalhadoras, que trabalham pelo salário, com horário fixo e assim não teriam tempo para o álcool o esporte ou para*

eludir às leis (GRAMSCI, 1978). O autor destaca que o mesmo raciocínio pode ser usado com relação à sexualidade, e que

repetir-se-á no operário de tipo novo, de outra forma, o que ocorre nas aldeias do campo. A relativa solidez das uniões sexuais no campo liga-se estreitamente ao sistema de trabalho agrícola. O camponês que volta para casa à noite, depois de uma longa jornada de trabalho, (...) não está habituado a sair em busca de mulheres de fortuna; ama a sua, segura, infalível, que não fará rodeios e não pretenderá a comédia da sedução e do estupro para ser possuída. (...). percebe-se claramente que o novo industrialismo pretende a monogamia, exige que o homem-trabalhador não desperdice as suas energias nervosas na procura desordenada e excitante da satisfação sexual ocasional: o operário que vai ao trabalho depois de uma noite de “desvarios” não é um bom trabalhador, a exaltação passional não está de acordo com os movimentos cronometrados dos gestos produtivos ligados aos mais perfeitos processos de automação (GRAMSCI, 1978; p. 399).

Nesta passagem Gramsci revela a exata profundidade da invasão na vida privada das características exigidas ao novo tipo de operário da indústria fordista. Mostra-se sagaz também com relação ao pagamento de altos salários na indústria fordista, o que para ele seria uma forma transitória de retribuição pela “lealdade” dos trabalhadores. O autor italiano acredita que a adaptação aos novos métodos de produção não poderia ser promovida apenas pela coação social, e a coerção deveria ser combinada sabiamente com a persuasão e o consentimento, conseguidos com uma maior remuneração capaz de manter e reintegrar as forças desgastadas pelo novo tipo de trabalho, que exigem um dispêndio particular de energias musculares e nervosas (GRAMSCI, 1978). Desde o início o autor percebe que a ideologia dos altos salários na indústria fordista é resultante de uma necessidade objetiva da indústria moderna altamente desenvolvida, e não um fenômeno primário. Vislumbrando um cenário pessimista para a classe trabalhadora, ressalta que

logo que os novos métodos de trabalho e de produção se generalizarem e se difundirem, logo que o tipo novo de operário for criado universalmente e o

aparelho de produção material se aperfeiçoar mais ainda, o turnover excessivo será automaticamente limitado pelo desemprego em larga escala, e os altos salários desaparecerão. Na realidade, a indústria americana que paga altos salários desfruta ainda do monopólio que lhe foi proporcionado pela primazia na implantação dos novos métodos; aos lucros do monopólio correspondem salários de monopólio (GRAMSCI, 1978; p. 405)

O autor acredita acertadamente que o monopólio será necessariamente primeiro limitado e depois destruído pela difusão desses novos métodos para os Estados Unidos e posteriormente para outras regiões, lembrando do fenômeno japonês do baixo preço; ressalta ainda que os altos salários referem-se apenas a uma aristocracia operária e não à totalidade dos trabalhadores norte-americanos (GRAMSCI, 1978).

De acordo com Antunes, podemos sintetizar que o novo padrão de produção estruturou-se pela *produção em massa* de mercadorias, baseando-se numa produção mais *homogeneizada* e enormemente *verticalizada* (ANTUNES, 2003). O binômio *taylorismo/fordismo* aliava a produção em série do fordismo com o cronômetro do taylorismo, buscando racionalizar ao máximo as operações realizadas, combatendo o “desperdício”, reduzindo o *tempo* e aumentando o *ritmo* de trabalho. Para o autor, esse padrão de produção tinha como base o trabalho *parcelar e fragmentado*, a decomposição de tarefas, reduzindo a ação do operário a um conjunto repetitivo de atividades cuja somatória interligava-se pela *esteira* e resultava, no caso da indústria automobilística, no trabalho coletivo produtor dos veículos. Em conjunto com a perda de destreza do *labor* operário anterior, o processo de *desantropomorfização do trabalho* e sua conversão em *apêndice* da máquina ferramenta suportavam o capital com maior poder de extração do sobretrabalho (ANTUNES, 2003).

Apesar das características persuasivas do fordismo, sua difusão somente se deu mais fortemente a partir do final da Segunda Guerra. Para Harvey, houve dois principais impedimentos à disseminação do fordismo no período entre-guerras. Em primeiro lugar, o estado das relações de classe no mundo capitalista dificilmente era propício à fácil aceitação de um sistema de produção que se apoiava em longas jornadas de trabalho

rotinizado e que com a separação entre concepção e execução deixava pouca margem de atuação para o trabalhador – faceta perversa que ficou registrada comicamente para a posteridade por Charles Chaplin em *Tempos Modernos*, de 1936. O próprio Gramsci é prova dessa luta do capital com o trabalho, e como líder comunista foi trancafiado em nome da ordem pública numa das prisões de Mussolini. Em segundo lugar, não havia ainda a hegemonia do pensamento econômico que priorizasse modos e mecanismos de intervenção estatal para em conjunto com o grande capital promover o desenvolvimentismo. Somente com o choque da depressão selvagem e do quase-colapso do capitalismo na década de 30, concebeu-se uma nova etapa para a forma e o uso dos poderes do Estado (HARVEY, 1992).

O problema da configuração e uso próprios dos poderes do Estado somente foi resolvido depois de 1945, levando o fordismo à maturidade como regime de acumulação plenamente acabado e distintivo, formando a base para um longo período de expansão pós-guerra que se manteve intacto mais ou menos até 1973 (HARVEY, 1992). No pós-guerra, ascenderam uma série de indústrias baseadas em tecnologias amadurecidas no entre-guerras e levadas a novos extremos de racionalidade na Segunda Guerra Mundial. No pós-guerra, mesmo o mais cético dos anti-capitalistas sucumbia ao argumento da necessária reconstrução de uma nova etapa de industrialização. Da mesma forma, as forças de trabalho privilegiadas de regiões de concentração de grande produção formavam uma coluna de demanda efetiva em rápida expansão, e ao mesmo tempo em que essas regiões absorviam grandes quantidades de matérias-primas do resto do mundo não-comunista, buscavam também dominar um mercado mundial de massa crescentemente homogêneo com seus produtos (HARVEY, 1992).

O crescimento econômico do pós-guerra dependeu de uma série de compromissos e reposicionamentos por parte dos principais atores do modo capitalista. O Estado assumiu novos papéis de acordo com o keynesianismo, construindo novos poderes institucionais e o capital das corporações teve de se ajustar a certos aspectos para seguir com mais suavidade a trilha de lucratividade segura. O último e mais decisivo desses atores, o trabalho organizado, viu-se envolvido diretamente com o comunismo, o que acabou transformando-

se na causa necessariamente mencionada para a submissão dos sindicatos a uma disciplina legal mais estreita. Com seu principal adversário sob controle, os interesses da classe capitalista puderam resolver o que Gramsci denominara antes problema de “hegemonia” e estabelecer uma base aparentemente nova para relações de classe conducentes ao fordismo (HARVEY, 1992).

O poder corporativo tinha papel fundamental para garantir o desenvolvimento econômico através de investimentos que aumentassem a produtividade, garantissem o crescimento e elevassem o padrão de vida enquanto mantinha uma base estável para a realização de lucros. Uma das principais características do fordismo era o grande investimento em capital fixo, que destacamos será uma das principais mudanças no período de acumulação flexível – e que tem como simbólico nos dias de hoje o fato de que um adolescente com um computador e acesso à internet pode fazer fortuna em alguns meses. Uma outra característica seria a mobilização de economias de escala mediante a padronização do produto – essa uma relação biunívoca com o consumo de massa que a produção de Ford foi uma das precursoras. A administração científica, já incorporada como racionalidade corporativa burocrática, ampliava sua abrangência não mais apenas na produção como também relações pessoais, treinamento no local de trabalho, marketing, criação de produtos, estratégia de preços, obsolescência planejada de equipamentos e produtos (HARVEY, 1992). O fordismo do pós-guerra devia ser então visto como mais um modo de vida total do que como um mero sistema de produção em massa, se apoiando na e contribuindo para a estética do modernismo, notadamente na inclinação desta última para a funcionalidade e eficiência (HARVEY, 1992).

Harvey afirma que o Estado, por sua vez, assumia uma variedade de obrigações, e na medida em que se propagava a produção em massa, fazia sua parte ao controlar os ciclos econômicos com uma combinação apropriada de políticas fiscais e monetárias no pós-guerra, contribuindo com condições de demanda relativamente estáveis que mantinham atrativas as taxas de remuneração exigidas pelos pesados investimentos (HARVEY, 1992). As políticas eram orientadas para investimento público, em setores como o transporte e equipamentos públicos, que demandavam a contratação de grandes contingentes de mão-

de-obra, garantindo também o pleno emprego e evitando o desemprego estrutural – outro problema que se tornou mais crônico no capitalismo flexível e dilacerou as formas tradicionais de trabalho, provocando uma série de terceirizações e subcontratações.

Por seu turno, o Estado garantia os gastos com seguridade social, como assistência médica, educação, habitação, etc, além de exercer poder direta ou indiretamente sobre os acordos salariais e a garantia dos direitos trabalhistas, sempre como mediador legítimo em nome do crescimento econômico. O fordismo necessitava da assunção pela nação-Estado de um papel muito especial no sistema geral de regulamentação social, e governos europeus de distintas tendências ideológicas assim o fizeram. Com relação à assunção desses papéis, Antunes afirma que erigiu-se, particularmente durante o pós-guerra,

um sistema de “compromisso” e de “regulação” que, limitado a uma parcela dos países capitalistas avançados, ofereceu a ilusão de que o sistema de metabolismo social do capital pudesse ser efetiva, duradoura e definitivamente controlado, regulado e fundado num compromisso entre capital e trabalho mediado pelo Estado (ANTUNES, 2003; p. 38, grifos do autor)

Para o autor esse compromisso também seria dotado de um caráter ilusório, já que por um lado sancionava uma fase de relação de forças entre capital e trabalho, ao mesmo tempo em que não se apresentava como a consequência de discussões sobre uma pauta claramente estabelecida, e que o Estado como mediador neutro na verdade cuidava dos interesses gerais do capital (ANTUNES, 2003). Além disso, o autor ressalta que esse compromisso sustentava-se pela enorme exploração do trabalho que se dava nos países do Terceiro Mundo, por sua vez totalmente excluídos do “compromisso” social-democrata.

Antunes utiliza-se da caracterização de Alain Bihr para lembrar ainda a transformação na forma de atuação dos sindicatos, com o processo de integração do movimento operário social-democrático, particularmente dos seus organismos de representação institucional e política, convertendo-o numa espécie de engrenagem do poder capitalista (BIHR apud ANTUNES, 2003). O autor destaca que ao transformar a negociação em finalidade e ao

instrumentalizá-la como mecanismo de comando sobre o proletariado, além da necessidade crescente de profissionalização dos negociadores (em termos jurídicos, contábeis ou financeiros), promoveu-se forte burocratização dos sindicatos, com a conseqüente separação entre a base e a cúpula sindical, levando ao enfraquecimento dos sindicatos como organismos representativos da classe trabalhadora (BIHR apud ANTUNES, 2003).

Os arranjos mencionados funcionaram muito bem até praticamente meados da década de 1970, quando o modelo fordista começa a dar sinais de esgotamento em algumas regiões em que as crises fiscais se tornaram crônicas, agravando a questão do emprego e da capacidade ociosa. A legitimidade do Estado passou a ser questionada no momento em que não conseguia levar os benefícios do fordismo para todos, não atuando com a devida escala e atenção na questão social. Soma-se a isso os descontentes do Terceiro Mundo com o sistema fordista que tinha como discurso desenvolvimento e emancipação de necessidades, mas que na verdade gerava destruição das culturas locais e muita opressão e formas de dominação, gerando movimentos em prol de libertação nacional.

Harvey aponta a formação do mercado do eurodólar e a contração no crédito no período 1966-1967 como sinais precedentes da redução do poderio norte-americano de regulamentação do mercado financeiro internacional. Menciona ainda que foi mais ou menos nessa época também que muitos países do Terceiro Mundo (da América Latina em particular) passaram a aplicar políticas de substituição de importações, associadas ainda ao primeiro movimento das multinacionais na direção da manufatura no estrangeiro, no sudeste asiático em especial, gerando uma onda de industrialização fordista competitiva em ambientes inteiramente novos, nos quais o contrato de trabalho social com o trabalho era fracamente respeitado quando não existente (HARVEY, 1992).

Havia um problema de rigidez e da baixa na liquidez dos investimentos de capital fixo de larga escala e de longo prazo nos mercados, na alocação e nos contratos de trabalho, que encontrava a força aparentemente invencível do poder profundamente entrincheirado da classe trabalhadora (HARVEY, 1992). Havia rigidez também nos compromissos do Estado com os gastos com programas de assistência, que aumentavam sob a pressão para manter

legitimidade num momento em que a rigidez na produção restringia expansões da base fiscal para gastos públicos, restando como única solução a política monetária. A impressão de moeda sem lastro rapidamente levou a uma onda inflacionária que solaparia a expansão do pós-guerra.

Antunes destaca que a crise do fordismo e do keynesianismo deve ser interpretada como a *expressão fenomênica de um quadro crítico mais complexo*, como resultado de uma *crise estrutural do capital*, em que se destacava a *tendência decrescente da taxa de lucratividade*, em decorrência de alguns elementos-chaves, dentre eles *a intensificação das lutas sociais dos anos 60 que objetivavam o controle social da produção; a incapacidade de responder à retração do consumo que se acentuava (e que era na verdade a resposta ao desemprego estrutural que se iniciava); a hipertrofia da esfera financeira, que ganhava relativa autonomia em relação ao capital produtivo; a concentração de capitais devido às fusões entre empresas monopolistas e oligopolistas; a crise do welfare state, com a crise fiscal do Estado e a necessidade da retração dos gastos públicos e sua transferência para o capital privado; e por fim, um incremento acentuado das privatizações, desregulamentações e à flexibilização do processo produtivo, dos mercados e da força de trabalho* (ANTUNES, 2003; p. 29-30).

O autor sustenta ainda que a crise possa ser colocada como a manifestação tanto do sistema destrutivo da lógica do capital, presente na intensificação da *lei da tendência decrescente do valor de uso* das coisas (MÉSZÁROS apud ANTUNES, 2003), quanto da *incontrolabilidade* do sistema de metabolismo social do capital. Na medida em que o capital passa a desprezar radicalmente o valor de uso das mercadorias (aquele relacionado diretamente à necessidade), subordinando-o ao seu valor de troca, opera-se o aprofundamento da separação entre a produção com vistas ao atendimento das necessidades humanas e aquela voltada para as necessidades de auto-reprodução de si próprio (ANTUNES, 2003).

O ímpeto de expansão se deu apenas até 1973, quando uma forte deflação atingiu o mercado. O capital busca como estratégias prioritárias para a crise a mudança tecnológica,

a automação, a busca de novas linhas de produtos e nichos de mercado, a dispersão para zonas de controle do trabalho mais fácil, além de fusões e medidas para acelerar o tempo de giro do capital (HARVEY, 1992). Através das novas ferramentas tecnológicas, assistimos a uma incontrolável internacionalização das finanças para um nível jamais imaginável, com a possibilidade cada vez mais eficaz do deslocamento espacial-temporal das crises estruturais para as regiões menos desenvolvidas do globo.

Entra em cena assim uma nova era no modo de acumulação capitalista, bastante distinto do modo que o precedeu. Como resposta à sua própria crise, decorrente do seu problema estrutural, notadamente a intensificação das disputas entre os grandes grupos transnacionais e monopolistas, o capital deflagra uma série de medidas visando à recuperação do seu ciclo reprodutivo e a reposição do seu projeto de dominação societal, abalado pela confrontação e conflitualidade com o trabalho (ANTUNES, 2003). Para Harvey, a acumulação flexível é um novo modo de acumulação que

se apóia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. A acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões do desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego no chamado “setor de serviços”, bem como conjuntos industriais completamente novos em regiões até então subdesenvolvidas (HARVEY, 1992; p. 140).

O autor reforça ainda a questão de um novo movimento que considera a “compressão do espaço-tempo” no mundo capitalista, em que os horizontes temporais da tomada de decisões privadas e pública se estreitaram, ao passo que a comunicação via satélite e a queda dos custos logísticos possibilitaram cada vez mais a difusão imediata das decisões num espaço mais amplo e variado (HARVEY, 1992).

Do lado das relações de trabalho, observou-se uma radical reestruturação, em que assistimos à aparente redução do emprego regular, na verdade em favor do crescente uso do trabalho em tempo parcial, temporário ou subcontratado. A tendência de flexibilização tem sido constante, e o mercado tem conseguido realizar malabarismos para evitar aumentar os custos com sua folha de pagamentos, reduzindo o número de trabalhadores contratados formalmente e empregando cada vez mais aquela mão-de-obra que pode ser facilmente descartada quando as coisas não estão bem.

Com relação aos traços constitutivos mais gerais do padrão de acumulação flexível, Antunes acredita que existam elementos de continuidade e descontinuidade que conformam algo relativamente distinto do padrão taylorista/fordista de acumulação (ANTUNES, 2003). Para esse autor, a liofilização organizacional e do trabalho no novo modo de acumulação tem como finalidade essencial

a intensificação das condições de exploração da força de trabalho, reduzindo muito ou eliminando tanto o trabalho improdutivo, que não cria valor, quanto suas formas assemelhadas, especialmente nas atividades de manutenção, acompanhamento, e inspeção de qualidade, funções que passaram a ser diretamente incorporadas ao trabalhador produtivo. Reengenharia, lean production, team work, eliminação de postos de trabalho, aumento da produtividade, qualidade total, fazem parte do ideário (e da prática) cotidiana da “fábrica moderna” (ANTUNES, 2003; p. 53).

Antunes ressalta também a importância do florescimento do toyotismo, a via japonesa de expansão e consolidação do capitalismo monopolista industrial, a partir do Japão pós-45, que passou a servir de modelo para um Ocidente sedento de novas formas de organização que pudessem trazer de volta a rentabilidade e garantir os níveis de acumulação das décadas anteriores. O autor sintetiza as principais características do toyotismo que o diferenciam do modo de acumulação que o precedeu:

- 1) produção muito vinculada à demanda, atendendo exigências individualizadas, ao contrário da produção em massa e de série do fordismo;
- 2) fundamentada no trabalho operário em equipe, com a polivalência do operário em detrimento do caráter parcelar do fordismo;
- 3) possibilidade do operário operar simultaneamente várias máquinas (na Toyota, em média, 5 máquinas);
- 4) princípio do *just in time*, com o melhor aproveitamento possível do tempo de produção;
- 5) sistema de *kanban*, placas ou senhas de comando para reposição dos estoques, que são mínimos quando comparados ao fordismo;
- 6) estrutura horizontalizada, com apenas 25% da produção realizada no seu interior, ao contrário da verticalização do fordismo, em que aproximadamente 75% da produção se dava no interior da própria fábrica; a maior sinergia com os fornecedores fazia com que as características da empresa principal fossem também por eles absorvidos, levando-as a um espaço ampliado do processo produtivo;
- 7) organização dos Círculos de Controle de Qualidade (CCQs), grupos de trabalhadores instigados pelo capital a discutir seu trabalho e desempenho, fazendo com que o capital pudesse se apropriar do *savoir faire* intelectual e cognitivo do trabalho, aspectos desprezados pelo fordismo;
- 8) adoção do “emprego vitalício” para parte dos trabalhadores das grandes empresas – cerca de 25 a 30% da população trabalhadora, com marcada *exclusão das mulheres*), além de ganhos salariais variáveis segundo os ganhos de produtividade (ANTUNES, 2003; p. 54-55)

Uma das principais características do período de acumulação flexível e que bastante interessa ao nosso estudo de formulação de políticas culturais diz respeito a uma nova cisão organizacional, dessa vez na consolidação da estratégia de gerenciamento de marcas ao invés do trabalho cansativo e trabalhoso da produção – que com a globalização ficara cada vez mais fácil de ser executado em algum país em busca do desenvolvimentismo ainda pelo modelo fordista. A partir dessa cisão, acentua-se a sobrevalorização dos aspectos relativos à circulação das mercadorias em detrimento do local em que esses produtos são produzidos –

a racionalidade aqui é terceirizar e evitar ao máximo os custos fixos que tanto incomodam os balanços dos grandes conglomerados econômicos. No caso, não podemos ainda nos despedir para sempre do proletariado, mas com certeza ele tende a ser um ator global bastante distinto em termos de desenvolvimento dos modos de acumulação que suportam o capitalismo que o produz.

No nova fase de acumulação flexível surgem novas formas de relações trabalhistas, que caminham *pari passu* com as velhas práticas fordistas. Harvey aponta que

a subcontratação organizada abre oportunidades para a formação de pequenos negócios e, em alguns casos, permite que sistemas mais antigos de trabalho doméstico, artesanal, familiar (patriarcal) e paternalista (“padrinhos”, “patronos” e até estruturas semelhantes à da máfia) revivam e floresçam, mas agora como peças centrais, e não apêndices do sistema produtivo (HARVEY, 1992; p.145).

Em nível global, os países que comportam essas várias formas de organização do trabalho competem cada vez mais pela oportunidade de produzir os artigos das grandes transnacionais. Uma das perspectivas desse novo modo de acumulação é a própria fragilidade em que os atores estatais, as transnacionais e a classe trabalhadora se envolvem – ou são envolvidos – nesse processo econômico. Muitas vezes ancorados em acordos com os governos militares dessas regiões periféricas, as transnacionais jogam um papel privilegiado no contexto da globalização.

Nesse sentido, Naomi Klein não se surpreende que na Guatemala as fábricas na ZEP – Zona de Processamento de Exportação sejam conhecidas como “andorinhas”, e aponta que o medo permeia essas zonas econômicas. Os governos temem perder as fábricas estrangeiras; as fábricas temem perder seus compradores de marca; e os trabalhadores temem perder seus instáveis empregos. As fábricas não são construídas na terra, mas no ar (KLEIN, 2004). Os salários são os mais baixos possíveis e não existe nenhum benefício. Ligados aos sistemas de coerção do Estado, o tenso acordo com as multinacionais não

permite praticamente nenhuma forma de contestação, e as zonas de exportação seguem a máxima “sem sindicato, sem greve” (KLEIN, 2004).

Harvey cita o caso do Programa Maquiladora, que permite que administradores e a propriedade do capital norte-americano permaneçam ao norte da fronteira mexicana, enquanto se instalam as fábricas que empregam principalmente mulheres jovens, ao sul da fronteira, como exemplo dramático de uma prática que se tornou generalizada em muitos dos países menos desenvolvidos e recém-industrializados, como as Filipinas, a Coreia do Sul, o Brasil etc. (HARVEY, 1992).

A questão do trabalho nessas novas formas de organização é mascarada pela mais plena terceirização de recursos produtivos, ancorados na lógica da eficácia, com a diminuição dos custos com fábricas, e o conseqüente e necessário deslocamento espacial-temporal dos focos de tensão com a classe trabalhadora, que uma vez constrangida pelas instituições desses países (ou pela falta delas) são utilizados ao sabor do mercado. Naomi Klein pontua que

o único modo de compreender como as corporações multinacionais ricas e supostamente fieis à lei podem voltar aos níveis de exploração do século XIX (e ainda assim continuarem atraentes) é através dos próprios mecanismos da terceirização: em cada camada de contratação, subcontratação e trabalho em casa, os fabricantes brigam entre si para forçar os preços para baixo, e em cada nível o contratador e subcontratador arranca o seu pequeno lucro. No final dessa cadeia de preços baixos e terceirizações está o trabalhador – frequentemente três ou quatro níveis abaixo da empresa que fez a encomenda original – com um cheque de pagamento podado a cada elo da cadeia (KLEIN, 2004; p. 237).

Do lado da produção, os novos arranjos organizacionais baseados na pequena empresa permitiam uma maior agilidade na fabricação, com lotes menores e maior customização de produtos. As economias de escala buscadas na produção fordista de massa foram substituídas por uma crescente capacidade de manufatura de uma variedade de bens e

preços baixos em pequenos lotes. A produção em pequenos lotes e a subcontratação certamente tiveram a virtude de superar a rigidez do sistema fordista e de atender a uma gama bem mais ampla de necessidades do mercado, incluindo as rapidamente cambiáveis (HARVEY, 1992).

Acelerava-se cada vez mais o ritmo na inovação de produtos, ao lado de nichos especializados e de pequena escala. Buscava-se a todo custo o aumento do giro do capital, chave eterna da lucratividade capitalista, pela utilização da automação e da robótica, e de outras alterações organizacionais, como o gerenciamento de estoques *just-in-time* da maior integração vertical entre fornecedores proporcionada pelas novas plataformas tecnológicas. Promovia-se a todo custo a obsolescência programada, e as necessidades da pós-modernidade, como o uso do celular, por exemplo, acabaram sendo transformadas numa questão de classes, de sorte que os aparelhos vão desde aqueles que somente servem para sua função básica – conectar pessoas em movimento – até àqueles com funções de TV e outras parafernalias tecnológicas.

Harvey afirmava que o mais interessante na situação atual seria a maneira como o capitalismo estava se tornando cada vez mais organizado através da dispersão, da mobilidade geográfica e das respostas flexíveis nos mercados de trabalho, nos processos de trabalho e nos mercados de consumo, tudo isso acompanhado por pesadas doses de inovação tecnológica, de produto e institucional (HARVEY, 1992). Soma-se a isso o acesso à informação, bem como o seu controle, que aliados a uma forte capacidade de análise instantânea de dados, tornaram-se essenciais à coordenação centralizada de interesses corporativos descentralizados.

A ênfase na informação como estratégia empresarial e na marca como o maior ativo da corporação passa a demandar toda uma nova série de competências para a sobrevivência no ambiente empresarial, dotado de estratégias e visões sistêmicas de médio e longo prazo. Aumenta a demanda por profissões como a do administrador e do publicitário profissionais, arrastando para os quadros acadêmicos das ciências sociais aplicadas os princípios da administração, num momento em que a muito se necessitava da visão sistêmica para as

novas formas organizacionais e do estudo detalhado do comportamento do consumidor, de forma a incutir em sua mente a marca das corporações. Surgia também um amplo conjunto de consultorias e serviços altamente especializados capazes de fornecer informações quase minuto a minuto sobre a tendência dos de mercado e o tipo de análise de dados úteis para a corporação (HARVEY, 1992). A reificação de gostos estéticos poderia se fazer cada vez mais rapidamente, de sorte que saber o momento exato em que um produto é comprado na gôndola tem a função exata da informação estratégica. Depois de controlar as cadeias de distribuição para a sua reprodução, o giro do capital passa a ser cada vez mais acelerado. No momento em que os resultados de uma campanha publicitária podem ser medidos pelo exato momento em que o produto é consumido, a estratégia da empresa alia-se às suas ações táticas de distribuição e dispersão, promovendo cada vez mais a concentração dos mercados.

O outro desenvolvimento importante, e talvez o mais fundamental, foi a completa reorganização do sistema financeiro global e a emergência de poderes imensamente ampliados de coordenação financeira. Com a formação de um mercado de ações global, de mercados futuros de mercadorias (e até de dívidas) globais, de acordos de compensação recíproca de taxas de juros e moedas, ao lado da acelerada mobilidade geográfica de fundos significou, pela primeira vez, a criação de um único mercado mundial de dinheiro e crédito (HARVEY, 1992). O autor cita o *Financial Times* de 8 de maio de 1987, que afirma que “a atividade bancária está se tornando com rapidez indiferente às restrições de tempo, de espaço e de moeda” e assinala que

o “espantoso” mundo das finanças envolve uma variedade igualmente espantosa de atividades entrelaçadas, em que os bancos tomam empréstimos maciços de curto prazo uns dos outros, as companhias de seguro e fundos de pensão reúnem tal quantidade de fundos de investimento que terminam por funcionar como “formadores de mercado” dominantes, enquanto o capital industrial mercantil e imobiliário se integram de tal maneira às estruturas e operações financeiras que se torna cada vez mais difícil dizer onde interessam os interesses comerciais e

industriais e terminam os interesses estritamente financeiros (HARVEY, 1992; p. 154).

No Brasil da segunda década de 1990, os grandes varejistas aproveitaram suas posições na cadeia de valor e souberam utilizar muito bem o valor do crédito nos primeiros anos da nova estabilidade de preços no Plano Real. Muitos varejistas das grandes cadeias nacionais perceberam muito cedo que poderiam engordar seus caixas mais rapidamente se pudessem também vender a prazo para a nova classe de consumidores que ascendia ao consumo pelas benesses da estabilidade monetária. A geração de caixa desses grupos foi exponencial, permitindo que suas margens financeiras em alguns casos superassem a própria margem mercantil – aquela da diferença entre o preço de custo e o preço de venda, este último já bastante embaçado pela diferença entre o valor de uso e o valor de troca.

Aliados aos interesses dos grandes grupos bancários nacionais e internacionais, o sistema buscava a implantação de um sistema de crédito desregulamentado e que ficasse ao sabor do capital financeiro internacional. O pesadelo do FMI pairava sobre nossas costas, e vender um bem de consumo em 24 vezes, pagando na verdade quase duas vezes o valor a vista para o capital financeiro, a mercantilização cada vez mais aguda da própria mercadoria dinheiro. “Compre eletrodomésticos e pague em 24 vezes” ficaria melhor “prove que pode pagar, pegue meu dinheiro e devolva-o duplicado em dois anos. E pode levar de quebra esse liquidificador!”.

A velocidade das transações e a quase inexistência de fronteiras globais, aliados aos diferentes níveis de desenvolvimento dos países – e das iniquidades frente aos processos de globalização – permite cada vez mais que as forças hegemônicas localizadas nos grandes centros produzam e reproduzam seu capital de forma mais estabilizada, com toda uma gama de investimentos financeiros, que somente ajudam a reproduzir o sistema de desigualdades global que sustenta esse modelo. A frágil regulamentação dos sistemas financeiros dos países em desenvolvimento permite os ataques especulativos de toda ordem, reproduzindo de maneira acentuada as desigualdades do sistema capitalista central. Com relação a esse sistema financeiro global, Harvey afirma que sua estrutura

alcançou tal grau de complexidade que ultrapassa a compreensão da maioria das pessoas. As fronteiras entre funções distintas como bancos, corretoras, serviços financeiros, financiamento habitacional crédito ao consumidor, etc. tornaram-se cada vez mais porosas, ao mesmo tempo em que novos mercados futuros de mercadorias, de ações, de moedas ou de dívidas surgiram em toda parte, introduzindo o tempo futuro no tempo presente de maneiras estarrecedoras. O uso de computadores e as comunicações eletrônicas e acentuaram a significação da coordenação internacional instantânea de fluxos financeiros (HARVEY, 1992; p. 154)

A expansão internacional das marcas de produtos e serviços pelo sistema de *franchising* também se acentua na nova forma de acumulação, promovendo a internacionalização das grandes marcas americanas e européias para outras localidades do globo. A estratégia de *franchising*, uma poderosa ferramenta de expansão de negócios, ajudou na difusão dessas marcas para localidades cada vez mais distantes. Com o controle da marca e a vantagem competitiva advinda da utilização de capital financeiro e humano dos próprios franqueados de cada região, o sistema de *franchising* também protagoniza a disseminação do modelo baseado na marca pré-concebida e do conhecimento patentado por regiões cada vez mais distantes da matriz dessas corporações. Pelo sistema de franquias, estabelece-se uma nova fronteira para o relacionamento entre o franqueador e o franqueado, com a minimização de riscos pela utilização da marca e dos métodos e procedimentos já padronizados pelo detentor da marca – que obviamente recebe por isso via *royalties*, taxa de marketing ou mesmo pela venda de produtos exclusivos.

O sistema de franquias foi um dos pilares da expansão econômica norte-americana do pós-guerra, e a partir da década de 70, dada à saturação dos mercados europeus e norte-americanos, passou a buscar também nos países em desenvolvimento novos espaços para o deslocamento de suas bandeiras e produtos formatados e padronizados. Pela utilização de manuais de atuação – na verdade uma lista de coisas que o franqueado pode ou não fazer no ponto-de-venda e com a marca em cessão. A partir dessa estratégia, possibilitou-se a

padronização não somente dos produtos como também da forma de interação com o consumidor, de forma que os atendentes de toda a rede devem falar boa-noite assim que o cliente entra na loja, atitude que pode identificar aquela marca em todas as suas unidades do globo. Numa interessante releitura da mecanização fordista e do cronômetro de Taylor, o capital apropria-se diretamente das mentes dos trabalhadores e faz com que este se revista de um comportamento cada vez mais exógeno ao seu modo de vida particular. Dessa forma, o sistema de franchising possibilitou a expansão das grandes marcas por todo o globo, levando a promessa de desenvolvimento, mas exportando um modelo de negócio que necessitava de alto nível de comprometimento em troca de baixos salários e empregos temporários.

A acumulação flexível somente corrobora mais rapidamente para a diminuição das fronteiras em que o grande capital promove a busca cada vez mais frenética do capital produtivo – e em grande medida do capital especulativo – da sua maior remuneração em qualquer localidade do planeta, prática que se torna bastante mais confortável com a disseminação das ferramentas tecnológicas, permitindo que as crises conjunturais sejam rapidamente diluídas nos tentáculos dos grandes oligopólios pelo globo. Para Harvey, a “mania de fusões e incorporações” dos anos 80 foi parte integrante de um movimento que o autor chama de “empreendimentismo com papéis”, com o sentido para além de uma *simples necessidade de racionalização ou diversificação dos interesses corporativos, apontando principalmente para a motivação da busca de lucros estritamente financeiros sem dar importância à produção real* (HARVEY, 1992).

No momento em que os braços financeiros dos grandes conglomerados utilizam-se de suas privilegiadas posições de caixa para a manutenção de sua hegemonia, deslocando espacial e temporalmente os resultados dessas crises, acomoda-se de tal forma os interesses em níveis cada vez mais interdependentes, com o policentrismo de seus nódulos, cada vez mais dispersos pelo globo, mas ainda refletindo as classes privilegiadas pela modernidade ocidental.

Em 1992 Harvey nos aponta duas conclusões básicas (mas provisórias) para que possamos entender melhor os efeitos do novo modo de acumulação: primeiro, devemos manter o foco nos aspectos financeiros da organização capitalista e no papel do crédito, cada vez mais internacionalizado, e em segundo, e consideramos como um corolário da primeira, atentarmos para os domínios das novas rodadas e formas de reparo temporal e espacial. Suportados hoje pelos olhos da história, podemos verificar o quanto o autor estava correto. O grande capital caminhou para as privatizações nos países do Terceiro Mundo, aumentando a rentabilidade de seus investimentos em mercados que trocaram o monopólio estatal pelo oligopólio privado. O crédito também se tornou realmente global, de sorte que com a estabilidade podemos comprar automóveis em 100 meses – não importando que com isso paguemos o valor correspondente a quase dois carros e que, o mais irracional de tudo, não tenhamos ruas para tantos novos automóveis. Na verdade, toda a financeirização do mundo fica visível não somente pelos prazos dilatados, mas no aumento do uso do dinheiro plástico, no aumento e na concentração dos recursos promovido pelo papel do crédito direto ao consumidor, muitas vezes por intermédio do caixa do próprio fabricante, embaralhando os ganhos referentes à margem mercantil e à margem financeira.

Com a privatização de empresas dos setores estratégicos realizadas na década de 90, as grandes empresas de energia, telecomunicações, bancos estatais, passaram rapidamente de um monopólio estatal a um oligopólio internacionalizado, demandando uma ação de marketing cada vez mais acentuada em sua marca. Empresas de telefonia, por exemplo, ao receber uma concessão que por décadas foi privilégio estatal conseguiu inegáveis avanços em termos de barateamento de custos e conseqüente ampliação do acesso, estratégias de expansão que poderiam ser delineadas mesmo por um economista liberal, mas que ficaram amarradas pela ineficiência do mercado fechado.

Por outro lado, esses grandes grupos, mesmo atuando em setores oligopolizados, não conseguem atender corretamente os interesses dos consumidores, passando a ser alvos de problemas envolvendo consumidores, principalmente com relação a cobranças indevidas e pelo *telemarketing* passivo e ativo, essa na verdade uma generalização pela problemática do

atendimento via URA – unidades de respostas audíveis, que também vem substituindo mesmo a mão-de-obra desse setor, com a maquinização levada ao extremo.

A estratégia de gerenciamento de marca passa então a ser visto como uma arma para incutir na cabeça dos consumidores a relevância daquela organização, não importando muito a opinião de alguns poucos clientes insatisfeitos. A estratégia de *branding*, na verdade, passa a ser uma necessidade vital para uma série de empresas que atuam em setores oligopolizados legitimarem sua atuação, alçando as características de suas marcas a níveis transcendentais. Como estratégia de marketing, o *branding* facilita o posicionamento da marca na cabeça dos consumidores, pelas mãos de talentosos produtores artísticos e estudos antropológicos apurados, fazendo com que a onipresença dessas grandes organizações em nossas vidas cotidianas pareça mesmo uma imposição quase inquestionável.

Harvey considera que toda a redução do tempo de giro na produção que analisamos seria inútil sem a redução no tempo de giro do consumo. A produção precisava cada vez mais buscar no insaciável consumidor a forma de consumo voraz com que as inovações em produtos e serviços estavam acontecendo. Para o autor, a acumulação flexível

foi acompanhada na ponta de consumo, portanto, por uma atenção muito maior às modas fugazes, e pela mobilização de todos os artifícios de indução de necessidades e transformação cultural que isso implica. A estética relativamente estável do modernismo fordista cedeu lugar a todo o fermento, instabilidade e qualidades fugidias de uma estética pós-moderna que celebra a diferença, a efemeridade, o espetáculo, a moda e a mercadificação de formas culturais (HARVEY, 1992; p. 160).

Na medida em que a necessidade de giro do capital se tornava cada vez mais premente, as grandes corporações precisavam aproximar-se cada vez mais e mais rapidamente das necessidades dos consumidores, e mesmo promover uma série de necessidades que se incutiam de forma praticamente passiva na cabeça do consumidor moderno. Com a ênfase no gerenciamento de marcas ao invés da produção de produtos, a partir de detalhados

estudos antropológicos, os departamentos de marketing das grandes corporações buscavam a todo custo inculcar os princípios de suas marcas nas almas e mentes dos consumidores. A cultura corporativa das grandes corporações era tão enclausurada que de fora parecia ser um cruzamento entre uma fraternidade universitária, um culto religioso e um sanatório (KLEIN, 2004).

Para nossos propósitos, mostraremos que é exatamente na necessidade das corporações ligarem suas marcas aos espectros transcendentais possibilitados pelas experiências culturais que reside a lógica da formulação de uma política cultural que libere recursos públicos para interesses privados. Assim, pretendemos sustentar que mesmo que as políticas culturais baseadas no incentivo fiscal pudessem ter sido formuladas com vistas a atuar como um mecanismo facilitador da liberação de recursos públicos para a área cultural via direcionamento pelas grandes empresas, sua implementação acabou privilegiando uma minoria de produtores e atores que sempre transitaram nos círculos mais restritos de um mercado cultural consolidado. Fazemos um breve retrospecto sobre as formas de consumo no século XX, para mostrar como se instalou uma cultura de consumo exacerbado e como esse consumo se relaciona com o modo de acumulação flexível.

6.2. Cultura de consumo e *branding*

De acordo com Isleide Fontenelle, o marketing não possui uma origem e uma definição clara e compartilhada universalmente. A gênese da palavra estaria relacionada a duas versões: uma primeira que considera o nascimento do marketing um campo de conhecimento próprio a partir de sua separação da Ciência Econômica, da qual era subdisciplina. O ponto fundamental para essa cisão foi a incapacidade da teoria econômica hegemônica na virada do século XX, a teoria neoclássica, de entender a nova realidade dos mercados e propor uma explicação sobre o “consumidor real”, contraponto ao consumidor que era entendido como dotado de racionalidade que o faria adquirir bens somente em face de sua utilidade. Numa segunda versão, o marketing seria oriundo da propaganda, que passou a se basear em estudos “científicos” em busca de um melhor entendimento do

comportamento do consumidor e assim aumentar a efetividade dos anúncios em despertar seu interesse (FONTENELLE, 2007).

A autora aponta ainda que em qualquer que seja a versão adotada, a função do marketing tem como foco principal a racionalização das práticas comerciais em função do mercado, e assinala que o marketing pode ser mais bem compreendido se analisarmos as três fases históricas do seu desenvolvimento: um primeiro momento relativo ao período de produção – final do século XIX, início do século XX, em que o foco do marketing era basicamente o processo de distribuição; um período de venda – com auge no período pós segunda guerra – em que o foco era vender o que a organização produzia e o período da orientação para o consumidor – que inicia seus contornos a partir da década de 60 e vigora até os dias de hoje – em que o processo produtivo ficou subordinado ao “desejo do mercado”, com a produção ditada pelo estudo prévio e cuidadoso do comportamento do consumidor (FONTENELLE, 2007).

Nesse momento, estaríamos diante do “moderno conceito de marketing”, em que se faz cada vez mais presente uma forma de consumo para além da mera utilidade do produto, característica principal da “cultura de consumo”. De acordo com André Gorz, o trabalho de formatação desse novo tipo de consumidor iniciou-se como campo de estudo de uma nova disciplina, as “relações com o público” (*public relations*), proposta por um sobrinho de Freud, Edward Barnays, no início dos anos 1920 (GORZ, 2003). Barnays havia se instalado nos Estados Unidos num momento em que os industriais procuravam saídas civis para as enormes capacidades de produção de que a indústria se havia dotado durante a Primeira Guerra Mundial, e para ele, se as *necessidades* das pessoas eram limitadas por natureza, seus desejos eram essencialmente *ilimitados* (GORZ, 2003). Assim, para aumentar as vendas, se fazia necessário aumentar os desejos dos consumidores,

desfazendo-se da idéia, falsa, de que as compras dos indivíduos respondem à necessidades práticas e a considerações racionais. É às instâncias inconscientes, às motivações irracionais, aos fantasmas e aos desejos inconfessáveis das pessoas que era preciso apelas. Em vez de se dirigir, como se havia feito até então, ao senso

prático dos compradores, a publicidade deveria conter uma mensagem que transforma os produtos, mesmo os mais triviais, em vetores de um sentido simbólico. Era preciso (...) produzir o consumidor-tipo que procura e encontra, no consumo, um meio de exprimir seu innermost self (seu “eu mais íntimo) ou – como afirmava uma publicidade dos anos 1920 – “o que você tem de único e de mais precioso, mas que resta escondido (GORZ, 2003, grifo do autor)

Entretanto, converter os americanos da psicologia da parcimônia para a de perdulário provou ser uma tarefa desanimadora, principalmente pelo forte enraizamento da ética protestante do trabalho, que até então havia marcado a fronteira do *ethos* americano. Para essa tarefa, os anunciantes então passaram a desviar rapidamente seus apelos de venda baseados em informações descritivas do produto para apelos emocionais por *status* e diferenciação social (RIFKIN, 1995). Os indivíduos comuns eram estimulados a seguir o exemplo dos mais abastados, adotando a aparência de riqueza e prosperidade até então restrita à aristocracia empresarial e à elite social.

Rifkin aponta algumas características que contribuíram para o florescimento dessa nova fase: o mote da época se tornou denegrir os produtos “caseiros” e exaltar os itens “comprados na loja” e fabricados, contrapondo o antiquado ao moderno, baseando o status não na capacidade de confeccionar coisas, mas de comprá-las, o que condizia com o estilo de vida urbano, atendendo àqueles que buscavam comodidade. As empresas procuravam também novas formas de redirecionar seus produtos, como no caso da Coca-Cola, que no início era vendida como xarope para dor de cabeça e depois passou a atender um “mal” de recorrência muito maior: a sede (RIFKIN, 1995).

O autor pontua que nada foi mais bem sucedido para transformar toda uma nação de americanos esforçados e frugais numa cultura hedonista do que o crédito ao consumidor, que se tornou um vício para muitos indivíduos. Por fim, a mudança mais duradoura daquela década de transição foi o surgimento do subúrbio, em que novos tipos de moradia foram projetados para imitar a tranqüila vida campestre dos ricos e famosos. A residência suburbana tornou-se assim tanto uma exibição quanto uma moradia, e os anunciantes

concentravam seus esforços nos novos “aristocratas” suburbanos, determinados a encher seus castelos com uma coleção interminável de novos produtos e serviços (RIFKIN, 1995).

Estava aberto o caminho para o novo modo da propaganda, que funcionava para produzir desejos e vontades de imagens de si e dos estilos de vida que, adotados e interiorizados pelos indivíduos, transformam-nos numa nova espécie de consumidores que “não necessitam daquilo que desejam, e não desejam aquilo de que necessitam” (GORZ, 2003). Ao se aproximarem cada vez mais do consumidor, as modernas técnicas de marketing acabaram por reificar desejos insatisfeitos e criar novos produtos de acordo com a demanda dos sujeitos, promovendo uma estranha alteração nas tradicionais relações entre oferta e demanda. Os trabalhos de Freud sobre a existência do inconsciente e de desejos secretos acabaram por atuar inesperadamente como um instrumento a favor da crença da sociedade de que a busca da satisfação e da felicidade seria o principal objetivo do indivíduo.

Com essa mudança sistêmica, a idéia de tempo como padrão de valor perdeu grande parte de sua funcionalidade. A base do valor econômico de um produto passa então a considerar os valores imateriais, muitas vezes superiores ao seu custo de produção, aquele que na teoria marxista clássica reflete diretamente a exploração da mais-valia pelos capitalistas. Nesse novo paradigma, os gastos publicitários podem atingir mais de 40% do valor de negócios da firma (GORZ, 2003). Na medida em que o valor simbólico do produto se tornou fonte principal de sua rentabilidade, e a produção propriamente dita ficou cada vez mais globalizada na busca de localidades com isenções tributárias e mão-de-obra abundante e não-sindicalizada, mais nos aproximamos da perspectiva marxista de que o valor econômico de um produto consubstancia-se a partir do seu valor de troca, predominando os custos relacionados com o sistema de circulação em detrimento do sistema produtivo.

Assim, o novo paradigma das corporações apregoa que a publicidade de marca deve induzir no consumidor uma produção de si que valoriza as mercadorias de marca como emblemas de sua própria valorização (GORZ, 2003), de sorte que o custo total de um tênis ou camiseta de grife passou a incorporar de forma cada vez mais acentuada os salários de antropólogos, atletas patrocinados e *designers* de toda ordem. O capital fixo imaterial da

corporação engendra agora sua notoriedade, seu prestígio, constitutivos de um capital simbólico; e o talento, a competência, a criatividade das pessoas que produzem a dimensão quase artística dos artigos (GORZ, 2003). Estamos na fase que Ladislav Dowbor chama de “capitalismo de pedágio”, estágio em que o capitalismo engendra uma série de custos relacionados com o simbólico, com a criação de uma “alma” para a marca de seus produtos. Nessa perspectiva, o objetivo da arte na publicidade é antes de tudo vender mercadorias transfiguradas em obras de arte pela propagação de normas estéticas, simbólicas e sociais, que devem ser voláteis, efêmeras, destinadas a ser substituídas rapidamente por novas normas (GORZ, 2003).

O consumidor, individual por definição, foi concebido desde a origem como o contrário do cidadão; como o antídoto da expressão coletiva de necessidades coletivas, contrário ao desejo de mudança social, à preocupação com o bem comum. A indústria publicitária oferece a procura de soluções individuais para problemas coletivos, trazendo a alienação e o fetichismo pelas mercadorias, prometendo a cada um escapar à condição comum tornando-o um “feliz privilegiado” que pôde oferecer a si mesmo um novo bem, mais raro, melhor, distinto (GORZ, 2003). O mercado, considerado então ente universal, tem o poder de resolver problemas coletivos sem usurpar a soberania e o interesse individual de cada um. A cultura de consumo passou a ser compreendida, então, como “segunda natureza”, formatadora de uma subjetividade na qual estar na imagem é existir, capitalizada pelo marketing orientado para as marcas (FONTENELLE, 2007).

Gorz ressalta que podemos encontrar no terreno do consumo a mesma submissão de si que constatamos no domínio do trabalho. A incitação feita ao consumidor para que se produza segundo a imagem de si mesmo proposta pela publicidade, para mudar sua identidade ao sabor das mudanças dos gostos e da moda prepara-o enfim para se produzir em seu trabalho de acordo com o modelo que o tornará empregável e vendável. O aumento pela procura dos cursos de MBA e a necessidade de se tornar um “Você S.A.” são na verdade a forma mais difundida para se tornar um ativo interessante aos olhos dos *head-hunters* internacionais. Para o autor, *tanto no caso do consumo como no caso do trabalho, a atividade de se produzir é a chave que dá acesso ao mundo social* (GORZ, 2003).

Na medida em que o indivíduo deve se produzir tanto para existir na esfera da vida quanto na esfera do trabalho, mais nos afastamos da possibilidade de se conformar arenas de luta política baseadas na atividade profissional, de tal sorte que tratar individualmente cada sujeito como um ativo, que deve por si só buscar sua inserção nas regras do mercado, acaba sendo um poderoso instrumento para impedir a luta dos empregados por melhores condições de trabalho. O “empreenditismo”, conforme ressaltou Harvey, atingiu a todas as esferas de nossas vidas, e cada vez mais nos esforçamos para fugir de contratos de trabalho dos tempos do fordismo, mas apenas o que encontramos são empregos temporários para as classes mais baixas e empresas de prestação de serviços exclusivos para os profissionais liberais, que na linguagem do politicamente correto não é evasão, mas elisão fiscal.

Naomi Klein pretende diferenciar a nova fase do *branding* com relação à publicidade e patrocínios tradicionais, com acordos para o uso da imagem em busca da conjunção entre produtos e experiências culturais e sociais positivas. No caso do paradigma do *branding* dos anos 90 a essência foi *retirar essas associações do reino da representação e transformá-las em uma realidade de vida*, em que o objetivo *não é apenas ter atores mirins bebendo Coca-Cola em comerciais de TV, mas que os estudantes debatam conceitos para a próxima campanha publicitária da Coca-Cola nas aulas de inglês* (KLEIN, 2004).

A autora situa a chamada sexta-feira de Marlboro, um 2 de abril de 1993, em que a publicidade foi colocada em cheque pelas próprias marcas que o setor havia construído, em alguns casos, por mais de dois séculos. A data refere-se ao súbito anúncio da *Phillip Morris* de cortar o preço dos cigarros Marlboro em 20 por cento como uma tentativa de concorrer com as marcas baratas que devoravam seus mercados (KLEIN, 2004) A partir de então, após o imediato pandemônio instaurado entre os gurus de marketing, em que muitos apregoavam a morte das marcas – e com ela os rios de dinheiro que valoravam o valor imaterial de suas empresas, surge um novo movimento que diagnostica que o ideal seria um investimento maior em publicidade, mas agora de uma forma diferenciada.

Para a autora, salta aos olhos a simbologia do patrocínio de esportistas que são feitos para a promoção, muitas vezes considerados os novos Deuses da contemporaneidade, o que pode ser explicado pela transcendência exercitada por esses ícones mundiais – ainda que na maioria das vezes essa transcendência seja meramente física. Mas a estratégia sempre se mostrou rentável para as grandes organizações – o que seria de nosso vôlei sem o incentivo mais do que explícito do Banco do Brasil? Com relação à transcendência do esporte, a autora é categórica:

as Spice Girls podem fazer filmes, em as estrelas de cinema podem correr desembestadas, mas nenhuma delas vai ganhar uma medalha olímpica. Seria mais prático o Dennis Rodman escrever dois livros, estrelar dois filmes e ter o seu próprio programa de televisão do que Martin Amis ou Seinfeld jogarem como pivôs no Bulls. (...). Somente personagens de desenho animado – outra sinergia favorita – são mais versáteis do que os astros do esporte no jogo da sinergia (KLEIN, 2004; p. 89).

Para a autora havia ainda o caso das empresas que sempre compreenderam que vendiam marcas e não produtos como Coca-Cola, Pepsi, McDonald's, Burger e King que não se abalaram com a propalada crise das marcas e que preferiram intensificar a guerra de marcas, com vistas à expansão global. Alerta ainda que antes que o negócio do *branding* seja desprezado como o playground de *artigos de consumo da moda como tênis, jeans e bebidas da Nova Era, lembra-nos que praticamente tudo pode se tornar marca, seja o chip da Intel que ninguém vê seja a Cat, nova linha de botas, mochilas e bonés da Caterpillar*, mais conhecida como fabricante de máquinas agrícolas. Assim, a estratégia de *branding* não deve ser considerada apenas como uma forma da marca comunicar os atributos, mas um poderoso instrumento para a expansão das marcas para áreas de atuação antes tida como impossíveis. Uma marca, vários produtos, é o lema do moderno *branding* (KLEIN, 2004). A autora ressalta que o surto de crescimento do modelo de negócios baseado nas grandes redes foi causado pela conjunção de três tendências do setor varejista, favorecendo prioritariamente as grandes cadeias de lojas que possuíam enormes reservas de dinheiro.

A primeira tendência diz respeito à guerra de preços, utilizada principalmente pelas megacadeias para sistematicamente derrubar toda a concorrência – e dos quais o Wal-Mart talvez seja o representante mais conhecido. Esses gigantes varejistas tendem a utilizar-se de sua posição estratégica como varejista para aumentar exponencialmente a quantidade de categorias disponíveis aos clientes, promovendo conveniência e preços baixos, seguindo o modelo de poder de negociação com fornecedores, marcas próprias e salários baixos. A fórmula do “preço baixo todo dia” disseminou-se por todo o mundo e o modelo de integração verticalizada, aliada à logística detalhadamente planejada, tornou-se uma das bíblias para as grandes corporações.

Uma segunda tendência apontada pela autora diz respeito à concentração de unidades em grandes regiões urbanas, ao invés dos colossais caixotões nas periferias. A política da *Starbucks*, por exemplo, é montar “aglomerados” de lojas em áreas urbanas que já possuem cafeterias e bares com café expresso, explicitando que deve se tornar o maior varejista e a maior marca de café nos mercados em que atua. Assim, lança mão de uma estratégia que depende tanto da economia de escala quanto a da Wal-Mart, e os efeitos sobre a concorrência podem ser tão destrutivos quanto. A estratégia de concentração baseia-se na canibalização, ou seja, a idéia é saturar uma área com lojas até que a concorrência seja tão feroz que as vendas caiam inclusive nas lojas da rede.

A questão da saturação de mercados também resvalou na estratégia da rede McDonald’s no Brasil, em que a franqueadora é proprietária de mais da metade da rede. Essa canibalização, que afetou principalmente as lojas de franqueados, tem sido uma das principais causas de litígio dos franqueados no país. Além disso, reclamam ainda dos aluguéis acima do mercado cobrados pela franqueadora – que subloca o ponto para o franqueado, diminuindo suas margens aumentando a rentabilidade da franqueadora no país. A marca afirma ser uma estratégia mundial a propriedade dos pontos – uma vez que o franqueado poderia se voltar contra a marca a qualquer momento e ser “converter” numa loja da concorrência – mas nesse caso o poder de barganha da rede mundial também acaba favorecendo sua lucratividade a partir uma atividade imobiliária. Ainda na questão da especulação imobiliária, Klein aponta que a *Starbucks*, depois da estratégia de *cercar uma cafeteria*

independente em um local movimentado e moderno e simplesmente tomar seu ponto, passou a ser acusada publicamente por alguns proprietários independentes de procurar diretamente seus senhorios e se propor a pagar aluguéis mais altos pelo mesmo espaço ou por locais adjacentes (KLEIN, 2004).

A terceira tendência apontada pela autora deriva da segunda, aquela que se utilizava de lojas gigantes com uma enormidade de itens com “preço baixo todo dia”. Ao promover um “novo ambiente público” para o encontro dos indivíduos, as grandes marcas rapidamente perceberam que haveria espaço também para grandes lojas temáticas, em que o intimismo fosse cimentado pela cumplicidade de consumidores em torno da “alma da marca”. *Em outras palavras, lançaram os fundamentos para a Starbucks, a Virgin Megastore e a Nike Town.. Se as grandes lojas usavam seu tamanho colossal para movimentar quantidades inimagináveis de itens, as grandes grifes usariam seu porte para fetichizar ainda mais seus bens, colocando-os em pedestais tão altos quanto eram baixos os descontos da loja de Sam. Onde as grandes lojas trocaram uma noção de valores comunitários pelo desconto, as cadeias de grife o recriariam e o venderiam outra vez – por um preço (KLEIN, 2004).*

As mais agressivas batalhas de mercado não se faziam entre produtos rivais, mas entre campos “marcados” rivais que sistematicamente redesenhavam as fronteiras em torno de seu enclave, a fim de incluir pacotes de vida cada vez mais completos, apesar de artificialmente sinérgicos. Em nome desse expansionismo, as questões estratégicas para as grandes marcas eram fundamentais para a solução que foi endereçada:

se faço música, por que não comida, pergunta Puff Dady. Se produzo roupas, por que não vendo no varejo, pergunta a Tommy Hilfiger. Se vendo no varejo, por que não faço música, pergunta a Gap. Se tenho cafeterias, por que não editoras, pergunta a Starbucks. Se construo parques temáticos, por que não cidades, pergunta a Disney (KLEIN, 2004; p. 173).

A autora acredita que existe algo de inegavelmente sedutor nesses mundos de marca, possivelmente a genuína emoção da utopia, ou com a ilusão de uma utopia. Abaixo

reproduzimos uma síntese bastante interessante sobre o processo de criação de valor por intermédio do *branding*, para tentar entender o porquê dessa sedução. O processo começa com

um grupo de pessoas sentando-se em torno de uma mesa para tentar invocar uma imagem ideal; soltam palavras como “livre”, “independente”, “resistente”, “confortável”, “inteligente”, “moderno”. Depois elas tentam descobrir formas do mundo real que incorporem esses conceitos e características, primeiro através do marketing, depois de ambientes de varejo como superlojas, cadeias de lojas e cafeterias, e depois – se forem realmente moderninhos – por meio de experiências de estilo de vida total, como parques temáticos, hotéis, barcos de cruzeiros e cidades (KLEIN, 2004; p. 181).

A autora salienta que, *pela primeira vez em décadas, grupos de pessoas estão construindo suas comunidades locais e erguendo monumentos reais* – ainda que ditados pelos devaneios de uma casta de marqueteiros e antropólogos. *Apesar de parecerem criações fantasmagóricas e de ficção científica, a autora não acredita que devemos repudiá-las como apenas mais um comercialismo crasso pelas massas estouvadas e que, bem ou mal, são utopias públicas privatizadas (KLEIN, 2004).* Essa observação da autora nos suscita duas questões fundamentais para nosso trabalho sobre políticas culturais. A primeira é que, de fato, o consumismo desenfreado tem levado ao que muitos estudiosos já alertavam há tempos – **o mercado passa a ser equivocadamente entendido como o único meio universal**, substituindo os reais significados políticos da universalidade. Segundo, a questão se torna mais complexa politicamente **quando esse processo de *branding* passa a ser consubstanciado pelo grande capital com recursos públicos**, como no caso das leis de incentivo fiscal em nosso país.

Nesse caso, a partir do mercado, quebram-se os vínculos orgânicos que existem entre política e cultura, e a primeira se reifica a partir de qualquer cultura que se possa mercantilizar. A pretensa universalidade construída a ferro e fogo pelo Estado passa a ser considerada agora pelo seu viés do mercado, sendo o consumo o momento máximo de sua

materialização. Passadas três ou quatro gerações já plena e consensualmente guiadas pelo referencial ocidental da fruição e do consumo, a incorporação das subjetividades e das questões mais universalizantes pelas mercadorias é apenas uma das confirmações dos escritos marxistas mais clássicos. Se pelo trabalho a mercadoria pôde incorporar toda a mais-valia explorada pelos capitalistas, certamente poderia também conter outros elementos mais subjetivos dos indivíduos.

Tentaremos a partir de agora fazer um breve retrospecto histórico sobre como se deu essa invasão de marcas em nosso território. Apontaremos brevemente como se deu o desenvolvimento econômico nacional, sempre aos saltos, sem resolver os problemas dos ciclos anteriores e ao sabor do grande capital, resultando na extrema desigualdade social em nosso país. Relacionaremos também as principais formas de políticas culturais desenhadas até a década de 90 – que não são muitas. Estamos num momento em que o grande capital finalmente parece ter conseguido uma forma de alocar recursos públicos para catalisar suas marcas, favorecendo a desenfreada cultura de consumo e mudando radicalmente a forma de relacionamento que mantemos como nossas pastas de dentes e condicionadores. Nesse momento assistimos, entre chocados e indignados, à multidão emocionada com a dança das águas no Parque do Ibirapuera na época natalina, espetáculo de luzes, cores e sons proporcionado de forma subliminar – ou não – por um dos maiores grupos varejistas do país.

6.3. Leis de incentivo como política cultural

Nesse item pretendemos abordar como funcionam os mecanismos que regem as políticas culturais baseadas na isenção fiscal. Porém, antes de entrarmos especificamente na formulação do mecanismo em si, faremos um breve retrospecto histórico sobre as políticas culturais em nosso país, para entender as formas de intervenção estatal que precederam à formulação dos incentivos fiscais como políticas culturais e o novo patamar de relacionamento com a cultura.

Para Durand, apesar da reconhecida importância da questão cultural, existem até hoje poucos estudos a respeito de administração cultural no Brasil. A rigor, muito poucos foram, na era republicana, os períodos de governo que mereceram atenção nessa área. O caso mais conhecido é o da gestão de Gustavo Capanema como Ministro da Educação e Saúde Pública de Getúlio Vargas, entre 1934 e 1945 (DURAND, 2001). A construção de instituições novas em espaços onde o governo não estava presente, em termos de Educação e Cultura, foi a tônica maior da gestão Capanema. Ele conduziu uma grande reforma do ensino e criou a Universidade do Brasil, agindo profundamente na área da educação, sob um clima de forte confronto ideológico entre católicos, fascistas e socialistas, e da vigência de severa censura (DURAND, 2001). Capanema foi quase sempre mediado por seu chefe de gabinete, Carlos Drummond de Andrade, em suas relações com artistas. Não nos esqueçamos também que o foco central do ministério era a educação, seguida da saúde pública. O Ministério da Educação e Saúde Pública foi desmembrado em 1953, com a criação do Ministério da Saúde; educação e cultura continuaram juntas até o final da década de 90, no que se chamou Ministério da Educação e Cultura/MEC.

O período do regime militar foi próspero em termos não só de construção institucional, com a criação, fusão e separação de entidades na área cultural do MEC, como também em termos de aumento no valor dos recursos financeiros disponibilizados, analisado por alguns autores como uma forma de apaziguamento de relações entre o governo e as camadas intelectuais e artísticas, movimento comandado por Geisel, que passava pela necessidade de ampliar os recursos à disposição da cultura.

A abordagem para a área cultural durante o regime refletia a necessidade da prática nacionalista embasada nas relações de identidade brasileira, sendo a cultura o “cimento” necessário para construir um projeto integrado de nação (DOMINGUES, 2007). Merecem menção a criação da Empresa Brasileira de Filmes – Embrafilme, em 1969, sob a gestão de Jarbas Passarinho no MEC; a criação do Conselho Nacional de Cinema/Concine e o I Encontro de Secretários Estaduais de Cultura- Brasília, em 1976. Em 1978, foi criada a Secretaria de Assuntos Culturais/SEAC – MEC.

A idéia de criação do Ministério da Cultura surgiu no terceiro encontro de Secretários Estaduais de Cultura, em 1985, partindo de uma estrutura leve, com atividades descentralizadas e os conselhos – Federal de Cultura, Nacional de Direitos Autorais/CNDA, Nacional de Cinema/Concine e Consultivo do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – reestruturados com a participação dos Estados e do Fórum (DURAND, 2001).

A primeira investida do então criado MinC foi a Lei nº 7.505, de 02 de julho de 1986, popularmente conhecida como Lei Sarney, que previa concessão de benefícios fiscais federais para as empresas que investissem em cultura, numa modalidade que foi denominada mecenato, que já no ano seguinte apresentava valor mobilizado quase igual ao total do orçamento do MinC (DURAND, 2001). Nessa modalidade, o patrocinador que disponibilizava recursos aos produtores recebia incentivos que garantiam a possibilidade de descontar até 70% do total aplicado do seu imposto de renda.

A lei inseria assim a figura do intermediário, privilegiando um grupo restrito de produtores culturais aptos a “captar” recursos dentre as diversas empresas em busca do mecenato. Nesse momento inicia-se um processo que culmina na transformação das grandes corporações transnacionais nos grandes mecenas da pós-modernidade. A Lei Sarney vigorou pelo período de 1986 a 1990, tendo sido revogada quando da posse do governo Collor em março de 1990, juntamente com todos os demais incentivos fiscais federais existentes (OLIVIERI, 2004).

No final da Era Collor houve uma forte confluência de interesses entre a classe artística que ficara órfã da Embrafilmes e as forças de mercado ávidas por novas formas de criação de necessidades e de apresentação de seus produtos para o consumo da sociedade. Em conjunto, puderam trabalhar na formulação de leis de incentivo fiscal, na forma de renúncia fiscal do Estado em nome de uma pequena casta hegemônica. Cabe ressaltar que, em face da recente redemocratização do país e da onda neoliberal que se espalhava a partir das ações ditas bem-sucedidas da Grã-Bretanha e EUA, o discurso do maior afastamento do

Estado da concepção e implementação de uma política pública de cultura encontrou grande aderência no Brasil.

6.3.1. Funcionamento do mecanismo

A Constituição Federal ressalta o papel central do Estado na garantia dos direitos culturais e nas manifestações culturais das diversas culturas e dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira. Reproduzimos a seguir os artigos 215 e 216 que tratam da relação do Estado com a cultura e do conceito abrangente de cultura:

Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I - as formas de expressão;

II - os modos de criar, fazer e viver;

III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

As leis de incentivo fiscal surgiram no Brasil na segunda metade da década de 80, a fim de estabelecer formas alternativas de financiamento cultural no âmbito da cooperação entre Estado e iniciativa privada, com a intenção de disponibilizar mais recursos para a área cultural. Nesse contexto, permitia-se que o próprio mercado selecionasse a atividade cultural a ser financiada, sem que se tenha nenhum julgamento do Estado sobre o mérito do “valor cultural” do projeto (DOMINGUES, 2007).

Com a revogação da Lei Sarney, inicia-se um movimento da classe cultural paulistana em favor de uma nova lei de financiamento à cultura, sendo então elaborada a Lei Mendonça, em 1990, restrita ao município de São Paulo e para tributos municipais. Depois da edição da Lei Mendonça, e com base na nova forma de aprovação e controle que ela instituiria, foram criados mecanismos similares para outras cidades, como Belo Horizonte, Rio de Janeiro, Curitiba, Salvador, Brasília, etc. (OLIVIERI, 2004).

Em 1991, o secretário Sérgio Paulo Rouanet apresentou uma nova lei de incentivos fiscais à cultura (lei 8.313/1991), baseada no modelo da Lei Mendonça. A lei criava um sistema de estímulo ao investimento na área cultural, permitindo à empresa lançar o valor investido como despesa operacional e também deduzir 30% desse valor no Imposto de Renda, até o limite de 4% do valor total do IR a ser recolhido (BRANT, 2002). Brant cita, dentre outros exemplos, o caso do Teatro Alfa, em São Paulo, que teve autorização para captar R\$ 7.110.278,28 provenientes de renúncia fiscal em 2001 sem que lhe fosse exigida qualquer contrapartida social. O teatro pratica um dos preços mais altos de bilheteria na cidade e restringe suas apresentações para a elite econômica paulistana, possibilitando assim que valores referentes ao erário sejam utilizados em nome de interesses de classe (BRANT, 2002).

A nova lei criava a aprovação prévia de projetos por parte de uma comissão com representação do governo e de entidades culturais, criava o Fundo Nacional de Cultura (FNC), que destinaria recursos à área cultural por intermédio de recursos reembolsáveis ou a fundo perdido; o Fundo de Investimento Cultural e Artístico (Ficart) e, finalmente, o Incentivo a Projetos Culturais, que criava benefícios fiscais para contribuintes do imposto de renda que apoiassem projetos culturais na forma de doação ou patrocínio. A Lei Rouanet (Lei nº 8.313) foi modernizada em 1995, tendo os descontos sido aumentados de 2% para 5% do imposto de renda das empresas que investem em cultura.

Em 1993 foi publicada a Lei do Audiovisual, possibilitando ao investidor deduzir o investimento aplicado em audiovisual como despesa operacional, reduzindo sua base de lucros e, conseqüentemente, o valor a ser recolhido como IR, adicional do IR e contribuição

social. Dessa forma, o “patrocinador” passou a ter um ganho operacional médio de 34% sobre o valor investido, além do direito de descontar 100% desse valor diretamente no IR a ser pago (até o limite de 3% do IR). Ou seja, de cada R\$ 100 mil que seriam recolhidos pela Receita Federal o patrocinador receberia de volta do erário R\$ 134 mil (BRANDT, 2002). Vale ressaltar que a soma dos valores aplicados na Lei Rouanet e na Lei do Audiovisual não podem ultrapassar 4% do IR devido, o que faz com que a Lei do Audiovisual represente certa concorrência à Lei Rouanet.

O mecenato, como ficou conhecido o mecanismo de incentivo fiscal, certamente inspirou-se nos protetores da arte do período renascentista; entretanto, à época não havia contrapartida tributária e sim uma doação à cultura (OLIVIERI, 2004). A autora ressalta que o termo mais adequado seria parceria, já que com a renúncia fiscal o Estado entra com a maior parte da verba, com o complemento de 30% a 40% pela iniciativa privada, ficando para a empresa o bem a ser patrocinado e a retribuição publicitária (OLIVIERI, 2004). Apesar de trazer em sua estrutura a previsão da prestação de contas pelo produtor cultural, a lei não estabeleceu qualquer procedimento para sua realização e controle, sendo criticada profundamente em função de eventuais crimes fiscais.

De acordo com o *Caderno de Política Cultural no Brasil, 2002-2006: acompanhamento e análise*, do Ministério da Cultura,

o incentivo a projetos culturais se dá por isenções ou deduções tributárias para contribuintes do Imposto de Renda que apoiem projetos culturais sob a forma de doação ou patrocínio. Ressalta ainda que o incentivo está vinculado a recursos não orçamentários, isto é, não transitam pelo orçamento federal. O incentivador é o doador ou o patrocinador. O doador faz transferência gratuita (doação), em caráter definitivo, à pessoa física ou jurídica de natureza cultural, sem fins lucrativos, de numerário, bens ou serviços para a realização de projetos culturais, sendo vedado o uso de publicidade paga para divulgação desse ato. O patrocinador faz transferência gratuita (patrocínio), em caráter definitivo, a pessoa física ou jurídica de natureza cultural, com ou sem fins lucrativos, de numerário para a

realização de projetos culturais com finalidade promocional e institucional de publicidade. O Fundo Nacional de Cultura pode receber recursos passíveis de dedução tributária com destinação prévia ou livre, a critério do contribuinte (BRASIL, 2007; p.43).

De acordo com as instruções do mecanismo de apoio, a proposta cultural deve ser analisada pelo Ministério da Cultura, e, caso aprovada, o titular poderá buscar recursos para a execução junto a pessoas físicas ou empresas tributadas com base no lucro real, que terão total ou parte do valor apoiado deduzido no Imposto de Renda (IR), dentro de percentuais permitidos pela legislação. De acordo com a legislação do imposto de renda vigente, os valores atualmente são de 4% para pessoa jurídica e 6% para pessoa física. A empresa pode ainda lançar o valor incentivado como despesa operacional.

Nessa modalidade de financiamento, as pessoas ou empresas que apóiam projetos culturais com benefícios fiscais são chamadas incentivadoras. O Ministério da Cultura deixa claro que nesta modalidade não há o repasse de recursos para a proposta cultural. Após a publicação da aprovação do projeto no Diário Oficial da União, o proponente passa à condição de beneficiário, e a proposta, à condição de projeto. Depois disso, o projeto pode iniciar a fase de captação, junto a empresas ou pessoas físicas, dos recursos para a execução do projeto.

Vale ressaltar que somente pessoas físicas pagadoras de Imposto de Renda e empresas tributadas com base no lucro real podem ter incentivo fiscal apoiando projetos culturais. O Ministério adverte que nada impede que, antes da aprovação, ou mesmo de apresentar a proposta, já se inicie o contato com doadores ou patrocinadores em potencial, desde que se tenha em mente, no entanto, que a captação só poderá ser efetuada após a autorização oficial. Na verdade, essa é uma das questões mais controversas da lei, pois a maioria dos projetos aprovados subverte essa ordem no processo de financiamento.

O Ministério relaciona ainda algumas personalidades jurídicas que não podem apoiar por intermédio dos mecanismos de incentivo fiscal: microempresas e empresas de pequeno

porte que optem pelo Simples Nacional e empresas com regime de tributação baseada em lucro presumido ou arbitrado (contra a necessidade da tributação baseada no lucro real mencionada acima) e por fim, o doador ou patrocinador vinculado à pessoa, instituição ou empresa titular da proposta, **exceto** quando se tratar de instituição sem fins lucrativos, criada pelo incentivador. Aqui encontra-se um outro alvo de fortes críticas pelos oponentes da lei, uma vez que permite o patrocínio pela renúncia fiscal através das fundações e institutos vinculados aos seus mantenedores empresariais.

A lógica das leis de incentivo parte do princípio que o empresariado que apoiar a cultura deve pagar menos impostos. Em alguns casos, além do abatimento do IR também é permitida a dedução do incentivo das despesas operacionais, reduzindo a base de tributação da Contribuição Sobre o Lucro Líquido e até a devolução de impostos pela Receita Federal (a lei do audiovisual faculta essa possibilidade). Em qualquer caso, o mecanismo dificulta o controle da aplicação de recursos e dos montantes que o poder público deixa de arrecadar. O apoio a projetos via incentivo deveria significar que o incentivador coloca recursos próprios adicionais, sendo esse, aliás, o objetivo dessas leis (BRASIL, 2007). A renúncia fiscal não deveria ser integral, mas o poder público abriu essa possibilidade, através da Medida Provisória 2229-1, publicada em 10 de setembro de 2001, que dentre outras mudanças estendeu em 100% o incentivo fiscal para as atividades artísticas (OLIVEIRI, 2004).

A aprovação das propostas da Lei Rouanet também é tema de muitas controvérsias, e no item sobre a opinião de especialistas retratamos as colocações de Px Silveira, ex-membro da comissão que atua como uma das instâncias de aprovação de propostas. No âmbito da promulgação da lei, em 1992, foi criada a CNIC – Comissão Nacional de Incentivo à Cultura, órgão colegiado do Ministério da Cultura, responsável por analisar e opinar sobre as propostas culturais encaminhadas ao Ministério a fim de obter apoio pelo mecanismo de incentivos fiscais previsto na Lei Rouanet. Com a função de órgão deliberativo, a CNIC reúne-se uma vez ao mês com este propósito, sendo uma das instâncias de análise da proposta (BRASIL, 2008) De acordo com o Decreto 5.761/2006 (art. 39), são membros da CNIC:

- o Ministro de Estado da Cultura, que a preside;
- os presidentes de cada uma das entidades vinculadas ao Ministério da Cultura;
- o presidente de entidade nacional que congrega os Secretários de Cultura das unidades federadas;
- um representante do empresariado nacional;
- seis representantes de entidades associativas de setores culturais e artísticos, de âmbito nacional.

Na promulgação da Lei Rouanet, a CNIC foi instituída com a competência de aprovar os projetos culturais apresentados ao Ministério da Cultura, além de definir os programas de trabalhos do Fundo Nacional de Cultura e as regras de orientação do PRONAC (OLIVIERI, 2004). Não obstante, pela Medida Provisória nº 1.589/97, que após varias reedições se transformou na Lei nº 9.874/99, a CNIC acabou sendo transformada em um órgão apenas consultivo no processo de aprovação dos projetos. Com esta modificação de competência, a aprovação passou a ser prerrogativa do Ministério da Cultura (OLIVIERI, 2004). A autora ressalta que, apesar de não se confirmarem os temores da diminuição na transparência do processo de aprovação, o julgamento por colegiado garantia uma imparcialidade maior do que no caso da decisão ficar nas mãos de uma só pessoa.

De acordo com o relatório do Ministério da Cultura, o uso dos incentivos não se constituiu, pelo menos nas etapas iniciais de vigência das legislações de incentivo, no aspecto central do financiamento. Sua importância foi se estabelecendo ao longo do processo e adquirindo forte importância ao longo dos anos que se seguiram às reformas naquela legislação. À medida que os benefícios iam ficando mais atraentes, os retornos de imagem evidenciados e o conhecimento das leis mais disseminado. O que acentuou essa tendência foi exatamente a possibilidade de dedução de 100% dos recursos investidos em cultura pelas corporações, alcançando conseqüências contrárias aos seus objetivos, diminuindo a parte do empresário e mitigando seus efeitos educativos na formação de disposições empresariais no tocante às atividades de mecenato, independentemente do uso da renúncia (BRASIL, 2007).

6.3.2. Dados relevantes sobre as leis de incentivo

O quadro abaixo apresenta os maiores incentivadores da cultura pelo mecanismo do mecenato em 2007:

	Incentivador	VI. Incentivado R\$
1	Petróleo Brasileiro S. A – Petrobrás	172.253.666,67
2	Companhia Vale do Rio Doce	33.114.840,30
3	Telecomunicações de São Paulo S.A	21.915.810,34
4	Banco do Brasil S.A	20.539.139,16
5	Banco Bradesco S/A	20.271.329,90
6	Eletrobrás – Centrais Elétricas Brasileiras	14.341.185,48
7	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES	12.646.501,46
8	CSN – Companhia Siderúrgica Nacional	11.915.609,77
9	Cemig Distribuição S.A	11.047.480,63
10	Bradesco Vida e Previdência S/A	10.894.295,00

A composição dos setores das empresas é bastante homogênea. Temos empresas de economia mista, bancos, seguradoras, siderúrgicas e uma empresa de telecomunicações. Além de serem grandes corporações, a lista apresenta corporações de setores estratégicos, com empresas que há não muito tempo ainda faziam parte do Estado brasileiro. O processo de privatizações nos setores estratégicos em países em desenvolvimento foi bastante atraente para o capital internacional, que poderia atender a uma grande demanda reprimida baseado num momento político bastante favorável, apoiados na criação de agências de regulação que nunca atenderam realmente aos anseios dos consumidores. São empresas que atualmente se utilizam de recursos públicos para melhorar sua imagem institucional, de forma a incutir nos seus mercados-alvo os predicados de uma marca que há muito tempo era considerada relativa a bens públicos. Resta-nos lembrar ainda que o próprio contrato com operadoras é de concessão, e a disponibilização de mais recursos públicos ao setor privado, agora na forma das leis de incentivo, acaba por ser uma ótima ferramenta para a manutenção de sua estratégia concorrencial em mercados extremamente competitivos como a telefonia celular, por exemplo.

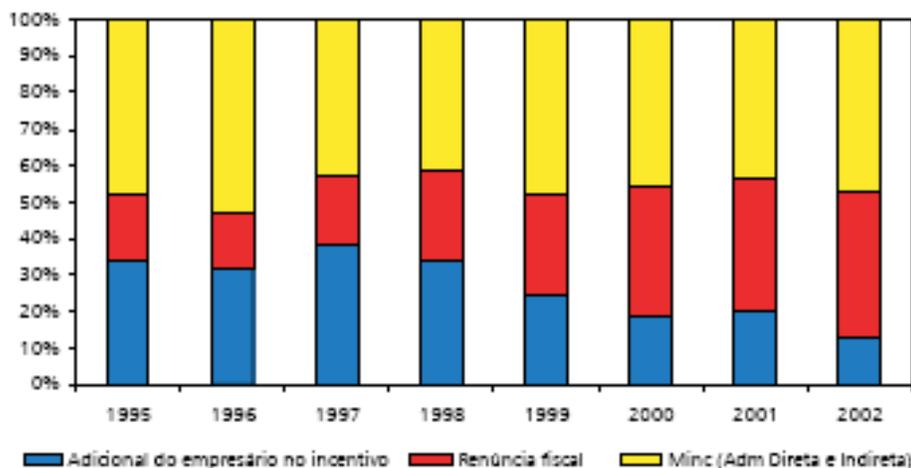
De acordo com o Ministério da Cultura, o valor total dos incentivos em 2007 foi de pouco mais de R\$ 962 milhões. As **10 maiores corporações** incentivadoras responderam por aproximadamente R\$ 329 milhões, cerca de **34%** desse total. A lista expandida para os **50**

maiores incentivadores está no anexo 2, e a composição também não se altera significativamente. Em conjunto, responderam por mais de R\$ 546 milhões, cerca de **57%** do total incentivado. Do total de **1500 empresas** que se utilizaram das leis de incentivo, apenas 50, pouco mais de 3%, respondem por mais da metade dos valores incentivados.

O relatório sobre as políticas culturais do Ministério da Cultura aponta que muito do que foi a cultura, a exemplo da retomada da produção cinematográfica brasileira, foi reflexo do apoio fornecido em grande parte por algumas estatais. Os principais exemplos, a BR Distribuidora e a Petrobras, que investiram, respectivamente, R\$ 50,1 milhões e R\$ 44,2 milhões na área cultural em 2002. Esses valores correspondem a um quarto dos recursos orçamentários do MinC em 2002 e o total do aporte pelas estatais está próximo da metade desse orçamento. Fica claro que a utilização de recursos incentivados pelas empresas estatais é um problema político e que esses recursos poderiam ser utilizados para setores e segmentos a partir de critérios e prioridades definidos conjuntamente com o Ministério.

O gráfico abaixo mostra a evolução da paridade entre os valores totais aportados na temática cultural. O que se pode perceber é que no período analisado os recursos adicionados pela iniciativa privada, conhecido por especialistas como “dinheiro novo”, apresenta tendência decrescente:

Evolução dos dispêndios culturais, 1995-2002



Fonte: Siafi/Sidor/Ipea; Ministério da Cultura.

De acordo com o relatório do IBGE, esse “dinheiro novo”

correspondia a 66% dos recursos incentivados em 1995 e declinou para uma participação de 23,7% em 2002, sendo que a taxa média anual de crescimento foi de 0,9% no período. Em 1995, o adicional do empresário estava na ordem de R\$ 283,6 milhões e em 2002 caiu para R\$ 99,8 milhões. Em comparação com os recursos totais (incentivados + orçamentários), chega a 2002 com participação de 12,6%, em contraste com a participação de 34,2% em 1995 (BRASIL, 2007).

Podemos perceber que houve aumento da parcela de renúncia fiscal e diminuição do aporte do adicional de recursos das empresas. De acordo com o relatório, devemos enfatizar que os incentivos fiscais são ligados ao lucro e minguam no caso de crises econômicas, fatos que pontuaram a década de 1990. O relatório ressalta que, no entanto, dos R\$ 4.121,6 bilhões aportados à cultura pelo mecanismo do incentivo fiscal, R\$ 2,06 bilhões foram de renúncia (50%) e a outra metade é representada pelo adicional do empresário, como mostra a tabela abaixo:

**Dispêndios públicos culturais – incentivos fiscais, renúncia e adicional do empresário,
1995-2002
(R\$ mil)**

Ano	Incentivos	Var. 1995 = 100	Tx. cresc. anual	Renúncia	Var. 1995 = 100	Tx. cresc. anual	Adicional do empresário no incentivo	Var. 1995 = 100	Tx. cresc. anual	Partic. nos recursos incentivados	Partic. nos recursos totais (incentivos + orçamentais)
1995	429.110	100	-	145.443	100	-	283.667	100	-	66,1	34,2
1996	404.844	94	0,9	133.503	91,8	0,9	271.341	95,7	1,0	67,0	31,8
1997	636.152	148	1,6	208.680	143,5	1,6	427.472	150,7	1,6	67,2	39,3
1998	579.637	135	0,9	242.575	166,8	1,2	337.063	118,8	0,8	58,2	34,0
1999	481.649	112	0,8	252.229	173,4	1,0	229.420	80,9	0,7	47,6	25,0
2000	536.329	125	1,1	350.551	241,0	1,4	185.777	65,5	0,8	34,6	18,7
2001	632.200	147	1,2	406.911	279,8	1,2	225.289	79,4	1,2	35,6	20,2
2002	421.716	98	0,7	321.840	221,3	0,8	99.876	35,2	0,4	23,7	12,6
Total	4.121.636	-	1,0	2.061.732	-	1,1	2.059.904	-	0,9	50,0	27,2

Fonte: Siafi/Sidor; Ministério da Cultura.

Elaboração: Ipea.

Obs.: Valores deflacionados para dezembro 2004.

Uma das maiores críticas às leis de incentivo fiscal diz respeito à aderência da concentração de recursos aos centros mais desenvolvidos do Brasil. A próxima tabela contém os valores dos projetos apresentados e aprovados pelo mecenato em 2003, agrupando os dados por municípios.

Mecenato: projetos e valores apresentados e aprovados em 2003

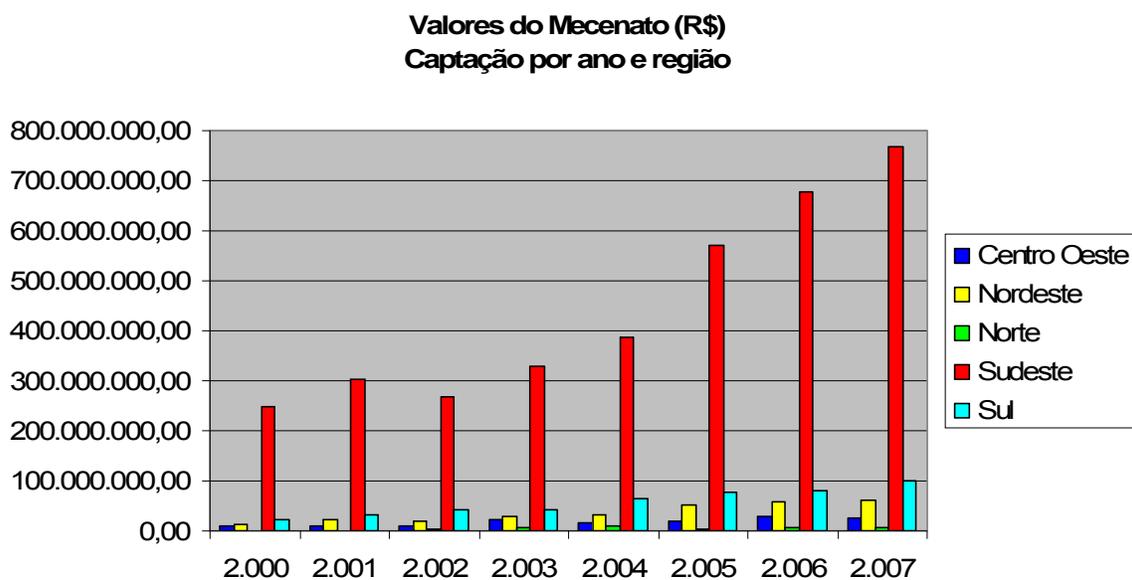
Referência	Projetos apresentados	% no total	Projetos aprovados	% no total	% aprovados	Valor do total de projetos apresentados	% no total	Valor total aprovado	% no total	% aprovados	Valor médio
Brasil	4.846	100,0	3.875	100,0	80,0	3.394.570,147	100,0	1.784.096,871	100,0	52,6	460,412
São Paulo	1.140	23,5	941	24,3	82,5	1.004.779,819	29,6	544.287,125	30,5	54,2	578,414
Rio de Janeiro	1.007	20,8	834	21,5	82,8	828.101,777	24,4	456.093,447	25,6	55,1	546,875
Curitiba	281	5,8	235	6,1	83,6	86.354,235	2,5	59.835,036	3,4	69,3	254,617
Belo Horizonte	246	5,1	205	5,3	83,3	116.968,997	3,4	67.541,311	3,8	57,7	329,470
Brasília	229	4,7	169	4,4	73,8	154.277,032	4,5	64.222,007	3,6	41,6	380,012
Florianópolis	175	3,6	134	3,5	76,6	154.601,073	4,6	67.081,861	3,8	43,4	500,611
Porto Alegre	126	2,6	112	2,9	88,9	90.014,989	2,7	50.296,504	2,8	55,9	449,076
Salvador	103	2,1	80	2,1	77,7	104.472,697	3,1	61.334,390	3,4	58,7	766,680
Recife	96	2,0	69	1,8	71,9	129.907,293	3,8	49.619,813	2,8	38,2	719,128
Goiania	72	1,5	51	1,3	70,8	31.455,272	0,9	13.217,268	0,7	42,0	259,162
Fortaleza	65	1,3	50	1,3	76,9	50.222,163	1,5	18.065,210	1,0	36,0	361,304
Campinas	58	1,2	50	1,3	86,2	15.657,835	0,5	11.868,046	0,7	75,8	237,361
Londrina	48	1,0	42	1,1	87,5	13.543,000	0,4	9.919,292	0,6	73,2	236,174
Uberlândia	44	0,9	38	1,0	86,4	9.268,842	0,3	7.186,425	0,4	77,5	189,116
Niterói	40	0,8	29	0,7	72,5	38.114,510	1,1	19.415,846	1,1	50,9	669,512
Vitória	34	0,7	26	0,7	76,5	12.608,626	0,4	4.123,765	0,2	32,7	158,606
Campo Grande	29	0,6	20	0,5	69,0	24.960,334	0,7	11.935,857	0,7	47,8	596,793
Belém	24	0,5	20	0,5	83,3	29.572,013	0,9	29.372,180	1,6	99,3	1.468,609
Cuiabá	22	0,5	12	0,3	54,5	12.749,982	0,4	5.596,265	0,3	43,9	466,355
Palmas	21	0,4	12	0,3	57,1	4.619,550	0,1	2.977,419	0,2	64,5	248,118
20 Maiores	3.860	-	3.129	-	-	2.912.250,039	-	1.553.989,066	-	-	-
% participação	79,7	-	80,7	-	-	85,8	-	87,1	-	-	-

Fonte: Ministério da Cultura.

Os dados e as análises a seguir são do próprio Ministério da Cultura e revelam que:

- Em 2003, foram apresentados 4.855 projetos com o valor total de R\$ 3,394 bilhões. Dos projetos apresentados na década de 1990 foram aprovados perto de 80%; e 30% desses conseguiram incentivos, o que revela uma demanda reprimida.
- Desses projetos, foram aprovados 3.875 (79%) no valor de R\$ 1,784 bilhões (53%).
- Poucos foram os municípios com projetos aprovados (aproximadamente 330 entre os 5.560 municípios brasileiros).
- Os municípios que mais apresentaram projetos são os das capitais e da região Sudeste.
- Dos projetos apresentados, 3.053 (64%) são da região Sudeste, sendo que 1.104 (23,5%) são do Estado do Rio Janeiro e 1.478 (30,9%) de São Paulo.
- 70% do valor aprovado é da região Sudeste. As capitais apresentaram 3.650 projetos (75,2%), aprovaram 76,3% e R\$ 1,472 bilhões (75,2%).
- Vinte municípios concentraram a demanda ao MinC, 16 deles capitais de estado. Esses 20 apresentaram 3.860 projetos (79,7%) e 87,1% dos valores aprovados.
- São Paulo apresentou 1.140 projetos (23,5%), aprovou 941 (24,3%), um percentual de 82,5% dos projetos aprovados. Propôs mais de R\$ 1 bilhão (29,6%) e aprovou 54,2% dos valores (R\$ 544 milhões) e, ainda assim, os valores aprovados correspondem a 30,5% do total. O valor médio é de R\$ 578,4 mil, um pouco superior ao valor médio total.
- Rio Janeiro vem logo a seguir na demanda. Aprovou 1.007 projetos e 456 milhões em recursos (25,6%). Teve 55,1% dos recursos aprovados. Juntas, as duas capitais demandaram 56% dos recursos totais.
- Chama a atenção que apenas oito capitais apresentaram mais de 100 projetos.
- Quanto à demanda por segmento, ressaltamos a concentração mais uma vez na região Sudeste. Seja qual for o segmento, o maior demandante é a aquela região (BRASIL, 2003).

Por fim, o gráfico abaixo ilustra exatamente a abissal iniquidade na repartição dos recursos entre as cinco regiões geográficas brasileiras desde os primeiros anos da consolidação do mecanismo. Tanto a diferença da região sudeste para todas as outras quanto da região sul para as outras três restantes somente ilustra aquilo que os críticos das leis combatem desde o seu princípio: a tendência praticamente irreversível da reprodução pelo mecanismo do incentivo fiscal das mesmas desigualdades sócio-econômicas encontradas em nosso país. O anexo 2 aponta os dados de origem do gráfico a seguir, apresentando também os dados por unidades da federação.



Fonte: Ministério da Cultura – gráfico montado pelo aluno

6.3.3. Perspectivas sobre leis de incentivo como forma de políticas culturais

As leis de incentivo têm promovido um amplo debate na sociedade ao promover a seleção dos conteúdos culturais ao sabor do mercado. A partir de agora vamos apontar as críticas mais gerais sobre o mecanismo, e logo em seguida apontaremos alguns aspectos relativos à opinião de alguns especialistas em políticas culturais. De acordo com o próprio relatório do Ministério da Cultura, as principais críticas às leis de incentivo dizem respeito a:

- 1- apesar do aumento da captação de recursos, a contrapartida do empresário diminuiu. A reversão dessa tendência é possível e desejável e requer revisão dos critérios definidos pela legislação.*
- 2. a concentração regional dos benefícios no Sudeste é um problema e as leis devem se preocupar com a realocação equitativa de recursos e de mecanismos que incentivem a circulação de obras e espetáculos entre as regiões, ou seja, com a chamada contrapartida social.*
- 3. a legislação permitiu que as empresas utilizassem a renúncia fiscal para o financiamento de suas fundações e institutos culturais. Aqui são apresentados dois tipos de questões: a concorrência por recursos limitados entre produtores culturais (sem recursos próprios) e fundações e institutos (que poderiam ser financiados pelas empresas-matriz), e a formação de patrimônio privado sem controle público dos usos e da destinação cultural desse patrimônio.*
- 4. baixa produtividade – a cada mil projetos aprovados pelo MinC, apenas vinte captam recursos nas empresas.*
- 5. Uso de grande soma de recursos em projetos de artistas consagrados e capazes de financiar sua produção por outros meios (BRASIL, 2007).*

A opinião da maioria dos especialistas em política cultural é que o mecanismo não tem se mostrado eficaz em sua finalidade, ou seja, uma alternativa para viabilizar o financiamento para as manifestações culturais de todos os tipos em nosso país. Na medida em que ficou a cargo do mercado, as manifestações culturais de menor relevância e com menor visibilidade continuam nesse estado, enquanto os artistas consagrados, reconhecidos do grande público – e capazes, como o próprio relatório aponta, de buscar recursos em outras fontes, continuam sendo cooptados pelo mercado para a divulgação das grandes marcas, num ciclo vicioso de gigantescas proporções na temática do financiamento da cultura em nosso país.

Para além da discussão acerca do dirigismo ou do liberalismo no mecanismo das leis de incentivo, a questão de fundo é que a concentração dos recursos em grandes corporações mostra que a temática da cultura passa a ser intermediada pelo mercado, que tem como

racionalidade econômica sua práxis, atuando de forma utilitária à temática social. Nessa medida, escancaram-se as portas para projetos culturais que, dentro dessa racionalidade, acabam se transformando em adorno para a festa das marcas das grandes corporações, deixando de lado outras manifestações culturais que não se enquadrem na classificação estética do mercado. O mecanismo acaba atuando então como uma forma eficaz de manter a hegemonia dessas corporações, dessa vez pelo fértil e aparentemente neutro terreno da cultura.

Dória ressalta que para os liberais o Estado deve ser uma "ferramenta neutra" com relação ao mercado, o que lhes faz parecer absurdo a discussão sobre critérios de alocação de verbas públicas (renúncia fiscal) pautados pela idéia de "contrapartida social", que rapidamente acaba sendo considerada uma forma de dirigismo ou de censura estatal. Entretanto, o autor ressalta que

o Estado é um complexo sistema de alocação dos recursos provenientes de impostos naqueles que são os objetivos coletivos. Quando mais explícitos os critérios de alocação, quanto mais amplos os mecanismos de definição dos objetivos, mais democrática a sociedade e o seu governo. Portanto, a explicitação de critérios de alocação de recursos só serve à democracia. Ainda que possamos deles divergir, é preciso contrapor outros critérios aos do governo, e não negar a necessidade de dirigir a alocação em políticas públicas com objetivos e metas mensuráveis. Nesse sentido, quanto mais dirigismo, melhor. Recursos públicos sem destino certo acabam em perigosos desvios éticos e políticos (DÓRIA, 2007; p. 19).

O autor complementa que o debate sobre o dirigismo mostra, além do pensamento neoliberal, a transformação dogmática da cultura a partir dos recursos públicos. Dessa forma,

algo que exija uma "contrapartida" social tem, já de "partida", um (verdadeiro) caráter anti-social que é preciso explicitar: produtos culturais patrocinados pela Lei Rouanet se expressam em platéias vazias; no filme "na lata" que não chega às

telas; nos “coffe-table books” que circulam nas salas de estar dos lares burgueses ou nas ante-salas das repartições públicas; na produção blockbuster que ocupa os “halls” construídos com dinheiro público, mas só acessíveis a poucos, e assim por diante (DÓRIA, 2007; p. 19).

O autor acredita que para se estabelecer políticas públicas que favoreçam o desenvolvimento cultural é bastante diferente de *repartir recursos entre demandas de balcão que expressam, sempre e inevitavelmente, o ponto de vista de produtores culturais organizados em grupos de pressão*. Para ele, conta o extremo poder de articulação política dessa classe, que evita que se mude por exemplo a *Lei Rouanet – apesar das constantes e sempre renovadas promessas dos dirigentes públicos*. Dória acredita que *para mudá-la seria necessário desfazer alianças que dão sustentação política aos agentes públicos devotados à administração cultural; mas como não existe uma “demanda popular” por cultura, essa equação não muda (DÓRIA, 2007).*

Leonardo Brant é um dos que acredita não ser possível alterar profundamente um mecanismo criado há tempos – como portador de *status* de lei depende de uma série de procedimentos para que possa ser alterado. Mesmo as empresas que já se beneficiam do mecanismo como ele tem sido aplicado vão se agarrar firmemente a esse posicionamento, invocando o estado democrático de direito – e nesse caso com bastante razão. Por outro lado, como um mecanismo de incentivo, poderia ser mais bem utilizado pelas empresas que dele se beneficia. Para ele,

As corporações precisam criar novas perspectivas e dimensões capazes de ampliar suas capacidades de relacionamento com a sociedade e com os mercados que ela pode constituir. A cultura, a ética e a sustentabilidade precisam ser dissecadas muito além das visões departamentais e dos discursos prontos, porém vazios (BRANT, 2008).

Podemos complementar lembrando que na maioria das vezes, além do discurso pronto, a empresa também já tem a proposta a ser apresentada ao Ministério da Cultura muito bem

formatada, trabalhando nessa consecução em conjunto com produtores renomados bastante tempo antes de o projeto ser apresentado ao governo. Ou seja, a própria lógica do incentivo se corrompe, na medida em que na maioria das vezes a empresa vai buscar um produtor já com uma idéia pré-concebida e que possa aderir à sua chamada cultura corporativa.

Não pretendemos entrar no mérito dos discursos serem vazios ou não, mas a utilização do incentivo contraria a sua própria lógica interna, em que produtores deveriam apresentar seus projetos a uma gama de empresas interessadas no mecenato. Na medida em que o incentivo foi capturado pela racionalidade do mercado, aquelas manifestações culturais de interesse das corporações têm muito mais chance de alcançar o patrocínio do que um produtor cultural independente, subvertendo a lógica da lei de incentivo como política cultural, que deveria ser universal no acesso por natureza.

Px Silveira, vice-presidente do Instituto Pensarte e ex-membro conselheiro da CNIC, é um dos que acha que temos que mudar parâmetros e evoluir na área do incentivo à cultura. Com relação à lei Rouanet, acredita que temos hoje um novo contexto cultural que ela própria ajudou a formatar. Entretanto, acredita que não precisamos começar do partir do zero e negar o muito que nela existe de positivo, demonizando um instrumento pioneiro de fomento à cultura brasileira. O autor cita o exemplo do caso da França,

em que o orçamento anual concedido ao incentivo fiscal da cultura não pode ultrapassar 20% do orçamento de seu respectivo ministério. No caso do Brasil, seria positivo observar também certo limite, mas seria este nosso ministério capaz de ter um orçamento 80% maior que o limite de captação outorgado à lei Rouanet, que no ano passado ficou na casa do R\$1,2 bilhão? (SILVEIRA, 2008).

O orçamento do Ministério da Cultura, para o mesmo período, foi algo em torno de R\$ 569 milhões, sequer a metade do valor mencionado (de acordo com a página do Ministério, dos R\$ 699 milhões liberados, apenas R\$ 569 milhões estavam disponíveis para empenho. Destes, foram gastos R\$ 567 milhões), para distribuir entre as suas muitas iniciativas. Para Silveira,

enquanto essa relação extramente (desigual) de orçamento (minguado) durar, ainda será a lei Rouanet e, por extensão, os 1.500 empresários, em média, que a usam anualmente, quem darão as cartas na definição da maioria dos projetos culturais no nosso país. Nada mais democrático, poderíamos dizer. (SILVEIRA, 2008).

Silveira foi um dos conselheiros da CNIC, a comissão exerce papel fundamental na aprovação das propostas para os mecanismos de incentivo fiscal. A experiência é por ele assim relatada:

Nos mais de 12 meses em que participei da CNIC, na qualidade de 2o suplente do audiovisual, pude constatar aberrações administrativas que, ao que parece, continuam acontecendo de maneira ainda mais grave. (...) Uma delas é o fato de um único conselheiro, no caso este que vos escreve, ter que dar parecer em cerca de 120 processos somente em um dia de trabalho, de maneira a que estes pudessem constar da plenária do dia seguinte. (...) O fato é que no transcorrer deste tempo em que estive conselheiro, pude testemunhar as contradições inerentes a uma Comissão da complexidade da CNIC, bem como, por vezes, a total ausência de critérios que pudessem nortear os conselheiros de uma forma mais clara quanto ao delicado trabalho que devem realizar (SILVEIRA, 2008)

Brant, em 2003, apresentava uma visão mais radical sobre as formas de intervenção do Estado na temática cultura, afirmando que

O governo teria de exercer sua função constitucional de planejador, regulador e fiscalizador da sociedade, implementando uma política capaz de separar o joio do trigo, listando ações e projetos considerados de interesse público. No entanto, a recente história das leis mostra um quadro completamente diferente disso, (...). Permite-se, por meio desses dispositivos, que toda sorte de projetos sem qualquer

vínculo com o interesse público receba o “aval” do Ministério da Cultura, prontos para seguir seu caminho de acasalamento com o setor privado (BRANT, 2003).

O autor considera que nesse espetáculo viabilizado com dinheiro público não há lugar para todos. Com relação ao Estado,

o governo lava as mãos em relação ao setor, “fazendo a sua parte” no processo, ou seja, aprovando inúmeros projetos sem nenhum critério, levando o setor à condição de esmoleiro incompetente, pois menos de 20% dos proponentes de projetos efetivam o patrocínio. À empresa, o governo reserva o camarote. Normalmente, esta consegue reaver 100% (com resgate além do valor aplicado de 9% a 25%) do valor “investido” em artes e espetáculos (na sua maior parte, eventos reservados ao seu público-alvo, voltados para a promoção de suas marcas). Ao contribuinte, que pagou a farra, resta a oportunidade de comprar ingressos ou produtos a preços extorsivos (BRANT, 2003).

Cristiane Olivieri, por sua vez, analisa que a concessão de 100% de incentivos não modificou o processo de escolha e divulgação do projeto contemplado. Para a autora,

A empresa escolhe o projeto que pretende patrocinar, assina todo o material de comunicação e divulgação com sua logomarca, por vezes interfere no plano de mídia do projeto, realiza ações de merchandising, de marketing, de relacionamento, e usufrui até 25% do produto final. Todo o custo acaba sendo suportado pelos cofres públicos através da renúncia de Imposto de Renda (OLIVIERI, 2004).

Hamilton Faria nos chama a atenção para o beneficiamento de determinados grupos e o aumento do mercado de recursos e empregos com as leis de incentivo, mas que nem por isso a cultura se democratizou,

os recursos ficaram centralizados, não houve o fortalecimento das dinâmicas culturais emergentes, principalmente na periferia da cidade. Praticamente ignorou-se a multiplicação de grupos e movimentos culturais que circulam e dão dinamismo à vida cultural nos bairros da cidade. Por outro lado, o texto das leis culturais define que não se avaliará o mérito do projeto, mas sua viabilidade técnica e financeira; logo, um projeto bem realizado, mesmo que não seja importante para a cidade, concorre a recursos, mesmo sem estar sintonizado com políticas culturais democráticas (FARIA, 2003).

Vale ressaltar as alterações mais recentes com relação às leis de incentivo, promovidas pela Lei nº 11.646, de 10 de março de 2008. Pela nova redação da lei, considera-se que

§ 1º Os incentivos criados por esta Lei somente serão concedidos a projetos culturais cuja exibição, utilização e circulação dos bens culturais deles resultantes sejam abertas, sem distinção, a qualquer pessoa, se gratuitas, e a público pagante, se cobrado ingresso.

§ 2º É vedada a concessão de incentivo a obras, produtos, eventos ou outros decorrentes, destinados ou circunscritos a coleções particulares ou circuitos privados que estabeleçam limitações de acesso."

Apesar de não mencionar os instrumentos para a garantia da nova regulamentação, a nova redação da lei promove mudanças na questão da relevância da manifestação cultural para a sociedade, uma das questões mais controversas com relação às leis de incentivo.

João Domingues, em um dos poucos artigos acadêmicos que tratam do Programa Cultura Viva, contempla as leis de incentivo como forma de hegemonia neoliberal e pontua que se caracteriza nessa lógica

a prevalência do capital econômico sobre o simbólico. Tema que, de costume, vem sendo tratado nos círculos da produção cultural segundo um conjunto prático de normas e ações que, na realidade, mantém as empresas como principais

beneficiadas, as elites como consumidores ativos e reafirma a hegemonia do capital na vida contemporânea. Na medida em que se torna “produto”, a expressão subjetiva abandona a dinâmica simbólica própria da cultura, para, a partir da mediação da indústria cultural, aderir à esfera do espetáculo (DOMINGUES, 2007).

Um outro importante aspecto a ser ressaltado sobre as leis de incentivo diz respeito aos artistas que são privilegiados com a lei de incentivo. Na medida em que as empresas utilizam-se do mecanismo de forma utilitária à sua marca, via de regra são patrocinados aqueles artistas que já “caíram no gosto do público” – justamente aqueles com espaço garantido na mídia e que teoricamente não precisariam do apoio estatal a fim de executar seus projetos. Vale ressaltar o caso da turnê da consagrada cantora Maria Bethânia, que pedia para o Ministério 1,8 milhão de reais em recursos para serem captados no mercado, para a turnê com a também renomada cantora cubana Omara Portuondo. De acordo com o jornal Folha de São Paulo⁵, o argumento para a rejeição inicial foi que *o projeto prevê uma receita de bilheteria equivalente ao valor [de patrocínio] pleiteado, o que tornaria desnecessária a utilização de incentivo fiscal na realização do evento*, foi o argumento para a rejeição. Ainda de acordo com a mesma reportagem, *os preços dos ingressos do show de Bethânia e Omara Portuondo (de R\$ 20 a R\$ 160, no Rio; de R\$ 60 a R\$ 200, em São Paulo) foram determinantes para a negativa do patrocínio decidida na reunião da CNIC*. Entretanto, após recurso apresentado pela empresária da cantora, o MinC reviu sua posição e decidiu aprovar o projeto com um valor reduzido para 1,5 milhão de reais.

Destarte, mesmo dentro dos marcos do liberalismo, o mecanismo das leis de incentivo acaba privilegiando uma pequena minoria, consagrando “mais do mesmo”, que em geral já se encontra absorvida pela indústria cultural, em detrimento de outras manifestações marginais de nossa cultura. Não se pretende com isso deslegitimar o mecanismo como forma de incentivo à cultura, mas apenas mostrar que devem existir outras alternativas para

⁵ *MinC derruba veto a turnê de Bethânia*. Reportagem da seção Ilustrada de 14/04/2008. A matéria completa pode ser acessada em <http://www1.folha.uol.com.br/folha/ilustrada/ult90u391826.shtml>

aqueles artistas que não dominam técnicas burocráticas para a apresentação de projetos para o poder estatal.

Para Ventura, seria papel das agências públicas do Estado atuar junto aos vários segmentos da sociedade e do mercado, de forma a intermediar valores e modos de produção cultural (VENTURA, 2005). O Estado assume então papel fundamental no tocante à legitimação dos valores materiais e imateriais dos diversos grupos da sociedade civil, bem como a apropriação desses valores em nome de interesses privados. A autora ressalta, entretanto, que a dinâmica da administração pública se mostra bastante complexa, pelo *projeto de desativar as instituições do Estado, as elites que lá se estabeleceram e a integração dos setores de mercado na produção decisória*. A autora mostra os aspectos relativos às leis de incentivo como analisamos até aqui, como a exata imbricação de interesses privados acasalados com o setor estatal que se privilegiam de uma visão neoliberal hegemônica baseado no Estado mínimo.

Por mais bem intencionados que pudessem estar os formuladores do mecanismo de incentivo fiscal, a falta de formas de controle e de decisão sobre as temáticas apoiadas, fez com que durante sua implementação a atuação de uma classe artística organizada e com poder de intervenção tanto na área cultural como nos seus meandros ministeriais passa a ser visto pelas empresas como uma ótima forma para dar sustância às suas marcas, de forma ainda mais subliminar do que as até então concebidas, e agora com recursos públicos! Que pai de família não se sente “recompensado” pelo mercado quando recebe o “privilégio” de fazer parte do seletto grupo que pode comprar em primeira mão os ingressos e levar toda a família para ver a disputadíssima turnê do *Cirque de Soleil*?

Para a autora, *a política fiscal como foi institucionalizada não atende uma demanda de menor visibilidade numa economia de mercado*. Com relação às formas culturais a que se destinam esses recursos, a autora pontua que *se agenciam duas instâncias da cultura: a erudita e a do entretenimento*. Lembra ainda que Fundações culturais, construídas com recursos fiscais, poderiam destinar e ampliar os recursos no atendimento às demandas das

comunidades, mas que a gestão anterior (no caso a do presidente Fernando Henrique Cardoso),

ampliou o poder decisório das empresas públicas sobre o setor cultural. Empresas como a Petrobrás, Embratel, Telecom, BNDES e Banco do Brasil destinam recursos fiscais e decidem grande parte da produção cultural do país. Essas empresas detêm um orçamento maior que o Ministério. Esses recursos, contudo, são recursos públicos tratados como investimentos institucionais privados (VENTURA, 2005; p.86).

Existe uma forma tal de relacionamento do Estado com a sociedade civil, no caso da disponibilização de recursos públicos para o financiamento da cultura na sociedade, que privilegia interesses privados organizados. Para autora, enquanto a prática multicultural avançava, nossa política cultural dos anos 1990 baseava-se numa relação entre o Ministério e a clientela fixa de produtores culturais (VENTURA, 2005) e o Programa Cultura Viva tenta marcar uma nova fase de relacionamento do Estado com a cultura no Brasil.

7. PROGRAMA CULTURA VIVA

“O ponto de cultura já é”

Preto Ghoetz⁶ – rapper

Neste capítulo vamos proceder à análise do Programa Cultura Viva como forma de política cultural democrática. Primeiro, vamos analisar o contexto da formulação do programa. Num segundo momento, vamos apresentar o programa de acordo com a cartilha do Ministério e, por último, apresentaremos a entrevista de Célio Turino, secretário do Ministério da Cultura, com as bases para a formulação do Programa, além de ressaltar as inovações na formulação do Programa.

7.1. Contexto de elaboração do Programa Cultura Viva

Mais uma vez auxiliados pelos olhos da história, podemos confirmar as apostas de Harvey em 1992 sobre os aspectos realmente novos do modo de acumulação flexível, notadamente os aspectos financeiros da organização capitalista e no papel do crédito, além da importância vital das novas rodadas e formas de reparo temporal e espacial. Podemos analisar como se deu o total expansionismo do capital financeiro e a perda de qualquer noção de valor criado a partir das margens auferidas pelas tradicionais operações de troca mercantil entre pessoas jurídicas.

Na época em que a expansão do capital financeiro se torna cada vez mais acentuada, o dinheiro se torna a principal mercadoria e seu custo de oportunidade a nova moeda de troca, um analista financeiro de um fundo privado de investidores brasileiros pode escolher confortavelmente em seu escritório no corredor nobre da Marginal Pinheiros de São Paulo suas opções de investimento. Assim, pode ficar entre a rentabilidade e a segurança dos papéis públicos brasileiros ou de qualquer outro BRIC (sigla mundialmente usada para

⁶ De acordo com a cartilha do programa, a afirmação é do rapper Preto Ghoetz, um dos colaboradores iniciais do programa. Um dos organizadores do MHHOB – Movimento do Hip Hop organizado do Brasil, militou por oito anos, a partir de 1993, no Quilombo Urbano, de São Luís (MA), uma das organizações mais politizadas e atuantes do movimento, e fez parte de vários outros grupos, como o Skina e o Milícia Neopalmarina. Infelizmente, faleceu com apenas 32 anos, num acidente de automóvel em Santa Catarina, em 10/09/2004.

designar o conjunto de Brasil, Rússia, Índia e China) e a especulação com juros de juros de países centrais sólidos, ao invés de se arriscar em qualquer empreitada nos moldes de produção industrial padrão aqui no Brasil.

Com esse brutal poder de deslocamento, os novos fluxos financeiros se tornam praticamente incontroláveis nos arquétipos burocráticos e hegemônicos do Estado-Nação, resultando num fulminante poder (re)concentrador de renda, excluindo grande parte da população mundial do consumo de itens básicos, como comida e vestuário. Na verdade, o que se dissemina cada vez mais é um modelo hegemônico de expansão, baseado no poder do grande capital de se organizar a partir de todo lugar e de lugar nenhum.

Para os tantos países do sudeste asiático apontados por Naomi Klein e que se aventuram na busca do capital internacional das grandes marcas transnacionais em busca do baixo custo de produção como corolário do “frágil” sistema de contratação, existem algumas poucas cidades no mundo que se tornaram chave para a expansão desse modelo de desenvolvimento financeiro pós-fordismo, redesenhando por completo o mapa da hegemonia dos diversos Estado-Nações, que agora se concentra nas competências presentes em pequenos “guetos” dos grandes centros pós-modernos mundiais. A partir de uma complexa rede de contatos mundializada, a hegemonia se configura pela presença e ação das matrizes de grandes empresas em cidades nódulos estratégicas para esse novo sistema mundializado.

Nesses grandes aglomerados urbanos, que apresentam as modernas competências necessárias para a gestão do grande capital, caminham *pari passu* dois mundos isolados por um imenso muro ideológico. Wagner Iglesias, tomando como exemplo a cidade de São Paulo e apoiado no referencial de território de Milton Santos, mostra como a metrópole paulista passou por um processo de mundialização

incompleto, seletivo e desigual. Nela se justapõem e se superpõem traços de opulência, devido à pujança da vida econômica, bem como suas expressões materiais e sinais de desfalecimento, graças ao atraso das estruturas sociais e

políticas. Tudo o que há de mais moderno pode aí ser encontrado, ao lado das carências mais gritantes (SANTOS apud IGLECIAS, 2002; p. 49).

Iglecias sustenta que está em rumo um processo de redefinição das relações clássicas entre o centro e a periferia do sistema, de tal forma que se consubstancia uma articulação entre um grupo de cidades dispersas espacialmente pelo mundo que possibilita a organização e a otimização das funções de valorização do capital em escala global (IGLECIAS, 2002). Para ele, muitos centros urbanos são mundializados ou desnacionalizados, e apesar de cada um deles apresentar particularidades históricas próprias e assim existam impactos específicos em cada campo da vida social para cada um deles, a dinâmica comum a todos é a mobilidade crescente do capital (IGLECIAS, 2002).

Para o autor, estaria em processo a formação de uma rede de cidades nódulos vitais para a manutenção e expansão dessa desenfreada mobilidade do capital pelo globo. Ainda que cada um desses grandes conglomerados urbanos possa sentir os efeitos dessa mundialização à sua maneira, de acordo com suas particularidades históricas, os lugares específicos que essas metrópoles representam na economia global são afetados pela dinâmica comum da necessidade de suporte para a crescente mobilidade do capital. O autor levanta a possibilidade da formação de um enorme sistema urbano, de caráter transnacional, por meio do qual se expressaria material e territorialmente a mundialização do capital (IGLECIAS, 2002).

Embora o autor ressalte que seja arriscada a comparação entre cidades tão distintas quanto Tóquio, Londres e Nova York, ou São Paulo, Seul e México, tais aglomerações urbanas apresentam uma perceptível série de características econômicas, sociais, culturais e políticas comuns. Para o autor essas metrópoles deixaram de ser centros industriais e tiveram parte de sua economia urbana transformada pelo desempenho de novas competências, sobretudo àquelas relacionadas ao comando e controle dos processos de valorização do capital que se difundem territorialmente pelo mundo (IGLECIAS, 2002).

As seguintes características seriam consideradas relevantes pelo autor nessas cidades “pós-fordistas”: a predominância do setor de serviços, a utilização de recursos tecnológicos avançados em grande parte dos processos produtivos; são sede do capital global, principalmente os grandes conglomerados financeiros e administrações das corporações transnacionais e os serviços altamente qualificados demandados pela presença dessas organizações (IGLECIAS, 2002). Para ele, esse seria o exemplo de São Paulo, que nos últimos anos tem *adquirido características de metrópole informacional, deixando de ser uma economia baseada na produção de bens para ser uma economia baseada no desempenho de funções* (IGLECIAS, 2002).

A pujante economia dessas metrópoles informacionais atrai toda uma gama de moderníssimas empresas voltadas para a manutenção e aceleração do metabolismo do capital e de sua hegemonia, o chamado setor quaternário. Numa relação perversa, a ideologia dominante – e conseqüentemente as ações do Estado – passam a privilegiar políticas que busquem acolher cada vez mais confortavelmente as demandas dessas grandes corporações transnacionais. Numa versão moderna do “fazer o bolo crescer”, o desenvolvimentismo pregado nesse caso alimenta-se da mentalidade fiscal que acredita no enorme poder de criação de riquezas dessas corporações, que se reverteria num maior fluxo de recursos para as cidades via aumento da arrecadação. Entretanto, mesmo dentro dos marcos do liberalismo o projeto é falacioso: em termos de empregos, as atividades praticadas e demandadas pelas grandes corporações exigem um rol de competências exibidas apenas por uma pequeníssima parcela de nossa população. Iglecias ressalta que a realização daquilo que se chama genericamente de globalização é produto exatamente da ação desses altos executivos, imensurável capital humano em contato quase que instantâneo com seus pares ao redor do mundo.

Além disso, merece destaque a frágil capacidade de aplicação de recursos por parte de nossas administrações públicas, fato que se torna mais grave com os recorrentes casos de desvios milionários de recursos. Por fim, para fechar o círculo vicioso, o ideário neoliberal tem pregado ações focalizadas e pontuais como bússola para as ações do Estado, na maioria das vezes de caráter reparatório, fazendo com que na temática social os recursos sejam no

máximo utilizados de forma a reduzir as pressões do sistema sobre as classes subalternizadas, mas nunca atentando para as reais causas da desigualdade social em nosso país.

Iglecias aponta que essas forças econômicas, além de incidirem sobre a funcionalidade econômica das cidades acabam por definir também suas estruturas socioespaciais. Com a desindustrialização, abandonam-se áreas geográficas inteiras que não conseguiram superar o paradigma do modo de produção fordista. Ao lado de um fraco sistema educacional, que mesmo dentro da lógica do saber utilitário apresenta suas disparidades quantitativas e qualitativas, essas áreas enfrentam o desemprego estrutural crônico, conduzindo à

informalização e à precarização das relações de trabalho, com a proliferação de atividades desenvolvidas à margem da economia formal, bem como à deterioração urbana de modo geral, expressa na decadência dos padrões de qualidade de vida, no aumento da criminalidade violenta, na degradação ambiental, etc. (IGLECIAS, 2002; p. 50)

Nesses territórios, passam a conviver lado-a-lado grupos com enormes diferenças sócio-econômicas. Com a propagação de um sistema de consumo supostamente igualitário, coloca-se em contato cada vez mais intenso uma pequena casta que tem o consumo como realidade diária e grande parte da população, que corre atrás de sua sobrevivência, num sistema pernicioso que não pode se sustentar por muito tempo. “Um dia o caldo entorna”⁷.

A extrema desigualdade social em nosso país, que embaça nossas visões quando se fala em consumo consciente, suscita melhor discussão acerca da apropriação de recursos públicos para políticas culturais que se desejem públicas. Como tentamos mostrar, os grandes grupos empresariais que se usam do incentivo não praticam nenhum crime. Juridicamente, os mecanismos de renúncia fiscal são lícitos, mas sua apropriação em nome de um sistema que

⁷ Expressão usada por Ferréz na entrevista intitulada com a mesma expressão à Revista do Brasil. Ferréz é escritor e *rapper* da região do Capão Redondo, e atuou como cronista na revista Caros Amigos, sendo um dos poucos que consegue dar voz e tratar da periferia pela periferia com a periferia. A entrevista trata, dentre outros assuntos, da instigante polêmica criada em torno da entrevista do apresentador Luciano Huck após o episódio do roubo do seu *Rolex* nos Jardins, em São Paulo e da resposta do *rapper* pelos olhos do criminoso. A matéria pode ser acessada em <http://www.revistado brasil.net/downloads/rdb18.pdf>

propala formas de consumo cada vez mais desiguais pode ser um atentado às bases de nossa já frágil democracia. Num processo de blindagem contra uma sociedade civil mais propositiva e combativa, o Estado passa a privilegiar a disponibilização de recursos públicos para aqueles grupos transnacionais hegemônicos, negligenciando outros grupos menos representados institucionalmente exatamente pela sua posição antitética ao capitalismo. Dessa forma, deslegitima sua ação no intuito de promover a superação dos interesses privados antagônicos da sociedade civil, servindo de cimento para amalgamar visões retrogradadas por toda a sociedade.

Nesse sentido, as antíteses do capitalismo passaram a ser tratadas como questão de polícia, com ênfase na manutenção da propriedade privada a base de sustentação do modelo atual (ainda que ela seja realidade apenas para uma pequena minoria da população mundial). Além do processo de criminalização da pobreza apontado por Boaventura Santos, essas mesmas contradições, quando muito afloradas, necessitam justamente da coerção do Estado para sua “ressocialização”. Quando a questão da criminalidade passa sorrateiramente do domínio da justiça social para uma questão da segurança pública, como um fim em si mesmo, perdemos gradativamente a chance de compreender a realidade dos problemas sociais brasileiros, fazendo com que também nas políticas de segurança pública a maldição lampedusiana feche o cerco sobre nós, com a necessidade da mudança para que as coisas permaneçam as mesmas (MINHOTO, 2006). Em texto que trata sobre a regressão penal, o autor nos lembra que

é preciso desmascarar o segredo de polichinelo, ventilado por certa sociologia reducionista, de que crime é uma coisa, pobreza e miséria, outra. Quantos de nossos pobres (os melhores?) não constituem trabalhadores ordeiros que se resignam pacificamente aos efeitos deletérios da desindustrialização e da precarização generalizada das relações de trabalho? O que dizer então se levarmos em conta que país não cresce decentemente há quase trinta anos? (MINHOTO, 2006; p. 33)

O autor prossegue numa interessante perspectiva psicossocial sobre a criminalidade, informalidade e caridade. Ao criticar a regressão penal, os argumentos do autor podem jogar luzes ao complexo pacote de soluções liberais para a criminalidade, seja a pena de morte seja suspensão dos direitos dos presos – que há muito já deixaram de ser integralmente atendidos.

E se os novos sujeitos a empoderar pela última geração do negócio da caridade partem para a livre iniciativa da pirataria, da sonegação fiscal, dos bicos e incontáveis quebra-galhos ilícitos? Pelo menos, em sua grande maioria, são todos da paz. Dessa perspectiva, o problema só pode estar na escumalha recalcitrante de predadores irrecuperáveis, que anda em bandos, fala ao celular e se reproduz em cativeiros (MINHOTO, 2006; p. 34)⁸

Em nome da ideologia da “tolerância zero” acaba legitimando-se nessas próprias comunidades a visão de que a presença do Estado se faça pela ação do “Caveirão”⁹. Em verdade, na maioria das vezes o ponto de contato mais comum da periferia pobre e negra com o Estado se dá pela truculenta ação de rondas ostensivas nas comunidades, e o discurso pode facilmente descambar para formas de fascismo social – agravado pelo fato de que aqueles que sentirão mais pesadamente as conseqüências dessa ideologia repressivo-coercitiva são exatamente os das classes mais baixas. Assim, tensiona-se a já truculenta presença do Estado de forma coerciva, sem nenhuma legitimidade para suas ações, e a conseqüente proposição de soluções exógenas, vindas de cima para baixo, sem nenhuma participação efetiva da comunidade em sua formulação. Exatamente por tratar um aspecto como um problema em si, distorcido pela classe dominante – e não como um sintoma, como bem lembra Zizek, é que a ideologia pode funcionar efetivamente.

⁸ Os trechos referem-se ao curto porém seminal texto do autor publicado na Revista Margem Esquerda de novembro de 2006, alguns meses após os ataques do PCC em São Paulo. A edição traz também um importante estudo de Wacquant intitulado *West Side story: um bairro de alta insegurança em Chicago* e pode ser um indicativo sobre os recortes espaciais das cidades nódulos do sistema hegemônico a que se refere Iglecias, 2002.

⁹ Referência ao veículo blindado da polícia que promove freqüentes incursões nos morros e favelas cariocas. Adaptado sobre o chassi de outro veículo, o blindado apresentou problemas em mecânicos em algumas das incursões, levando embaraço e perigo aos representantes do Estado nas comunidades. Curioso que o mesmo veículo seja chamado pela polícia de “pacificador”, o que pode suscitar, dentre outras reflexões, a existência ou não de uma “guerra urbana”.

Ainda com relação à criminalidade, se vista num contexto histórico, podemos admitir que a história da sociedade burguesa nasce exatamente do pecado original – a lei da propriedade privada. A partir da acumulação primitiva, em paralelo à falaciosa libertação política propolada pelo liberalismo, assistimos a um *movimento vivo e muito violento que expropriou e transformou produtores diretos em uma intensa massa de indivíduos lançados à mais absoluta pobreza e à dependência exclusiva do mercado de trabalho* (PINASSI, 2006). A história da sociedade burguesa então nada mais é do que a história da propriedade e de sua negação – o crime. O impulso inicial de concentração de riquezas necessitava de instrumentos legítimos para seguir seu caminho de extração da mais-valia, o que foi comodamente encontrado dentro do Estado liberal e de sua gênese na manutenção dos direitos individuais, assentados primordialmente na questão da propriedade privada e naquele momento confundidos com a liberdade dos espoliados em “vender livremente” sua força de trabalho. Por isso, prossegue Pinassi, *as primeiras leis converteram o pecado original na mais sagrada das virtudes na Terra. Toda concepção de direito haveria de regular e vigiar a relação de dominação do capital sobre o trabalho, de tal sorte que os sem propriedade tiveram de ser criminalizados na história do capital, por que a miséria que os reveste transformou-se na mais transparente prova da desigualdade material e do enriquecimento sempre ilícito dos proprietários privados; essa criminalização seria imprescindível diante de uma possível manifestação da consciência de classe alienada, sobretudo da riqueza por ela criada* (PINASSI, 2006; p. 44).

Nesse contexto, uma política cultural que seja realmente pública cumpre o papel fundamental de frear essa ideologia dominante, promovendo alternativas de apresentação e representação dos grupos renegados pelo Estado e pelo mercado, apertando os elos das forças que acorrentam nosso país na transição negociada ao invés da revolução, deixando sempre para traz os problemas dos ciclos anteriores. Para Ventura,

a política cultural cumpre um papel fundamental na construção de um processo institucional e discursivo, no qual membros de culturas marginalizadas sejam capazes de deliberar suas demandas e necessidades, bem como manter as práticas dentro dos quais se tecem e emergem suas aspirações (VENTURA, 2005; p. 86)

Ressurge contemporaneamente a idéia da inserção da mesma subjetividade que tenta ser formatada a fórceps pelas forças do mercado, notadamente as grandes transnacionais, inclusive com o aporte de recursos públicos como vimos no caso da Lei Rouanet. Neste ponto estaria o cerne da relação entre política cultural e cultura política. Ao se afastar da mercantilização e da profusão de sentidos deslocados nos conceitos fundamentais da democracia pelo projeto neoliberal, uma política pública cultural pode fomentar novas formas de manifestações artísticas, símbolos que são portadores de valores, crenças, ideologias, formas de ver e viver o mundo que são especificidades daqueles sujeitos, que em conjunto com seus pares, podem ajudar a ampliar o frágil terreno da democracia atual. A práxis política, a visão crítica sobre a totalidade dos processos sociais e suas determinações e antíteses, em outras palavras, um imiscuir-se na consciência de cada um e de todos que somente na socialização e na comunhão de valores se forma o sujeito coletivo contra-hegemônico.

Obviamente que deva existir uma preocupação com a dimensão econômica para todas as formas de manifestação cultural – e como ressaltamos, muitas dessas manifestações acontecem exatamente à margem do mercado, dotadas de outra racionalidade que não a meramente utilitária. O Estado precisa reconhecer essa dimensão econômica, e partir para formas de articulação com e da sociedade civil com seus órgãos coletivizados que possam estabelecer novos parâmetros para a produção, criação, circulação, fruição e acesso à totalidade de bens culturais de nossa sincrética sociedade, com suas particularidades históricas sendo respeitadas a partir de uma lógica pública. Assim, busca-se reconhecer grupos que fazem parte organicamente do território e representam todo o *modus vivendi* dos grupos de indivíduos, afastando a cultura de ornamento a ser usado para a fruição de uma elite econômica.

Dito de outra maneira, uma política cultural progressista deve se basear numa forma específica de buscar o reconhecimento justamente daqueles grupos que são a antítese do sistema dominante, aquela sociedade civil que Boaventura prefere acertadamente conceber como “sociedade civil incivil”, alijada de seus direitos mais básicos. Cumprindo seu papel

estratégico, a política cultural deve buscar a articulação desses movimentos em constante tensão com o Estado e com a “sociedade civil plenamente organizada” – exatamente aquela que vive da relação orgânica com a sociedade política, promovendo a hegemonia nos termos gramscianos. Nesse sentido, colocaríamos uma semente que poderia permitir a gestação de um novo projeto político, em que a cidadania não estaria mais restrita *aos limites das relações com o Estado, ou entre Estado e indivíduo, mas deveria ser estabelecida no interior da própria sociedade, como parâmetros das relações sociais que nela se travam* (DAGNINO, 2005).

O projeto passa necessariamente pela práxis política, que não deve se limitar ao ambiente político-estatal, mas num imiscuir-se com a consciência coletiva, para que se faça criar um novo projeto contra-hegemônico, diferentemente dos moldes da consensualidade criada artificialmente pelo mercado. Para a autora, isso implica na conformação de *uma dimensão pública da sociedade, em que os direitos possam consolidar-se como parâmetros públicos para a interlocução, o debate e a negociação de conflitos, tornando possível a reconfiguração de uma dimensão ética da vida social* (DAGNINO, 2005).

A construção da nova cidadania passa necessariamente pela alteração da ética que nove nossas relações sociais, da eleição para nossos representantes ao respeito ao farol vermelho nas ruas das grandes cidades como São Paulo. A cidadania guiada pela práxis política caminha no sentido da *redefinição de uma referência central da sua contrapartida liberal: a reivindicação ao acesso, inclusão, participação e pertencimento a um sistema político já dado*. Nesse sentido, o que está em jogo, de fato,

é o direito de participar na própria definição desse sistema, para definir de que queremos ser membros, isto é, a invenção de um nova sociedade. O reconhecimento dos direitos de cidadania, tal como é definido por aqueles que são excluídos dela no Brasil de hoje, aponta para transformações radicais em nossa sociedade e em sua estrutura de relações de poder (DAGNINO, 2005; p. 57).

Mais do que o reconhecimento pelo Estado das comunidades em questão, uma política cultural deve buscar a rearticulação do sentido da política em nossa sociedade, ampliando o seu sentido, significados e espaços, o que justifica a vital importância da disponibilização de recursos financeiros e institucionais para um assentamento na área rural, um terreiro de candomblé ou uma oficina de *hip-hop*. Em contraponto à ideologia dominante, o Programa Cultura Viva, como uma política cultural, tem na sua formulação o que pode ser a semente para a criação de um novo bloco histórico ligado “culturalmente”, apesar de todos os constrangimentos provocados pela poderosa esfera da circulação hegemônica dos meios de comunicação de massa em nosso país. Em contraponto à abordagem das leis de incentivo, que marcaram a política cultural com o “pontual” e o imediato, com a cultura “mediada” pelas grandes corporações e os grandes produtores que sempre se relacionaram com nossa sociedade política, o programa aposta num processo de médio e longo prazo. De acordo com a descrição do programa,

Nos últimos vinte anos, políticas públicas pensadas nos marcos do ideário neoliberal, têm se apropriado do vocabulário usado pelos movimentos sociais de resistência e combate ao autoritarismo de governo e propõem a autonomia como uma simples transferência de responsabilidades. Autonomia não se dá. Adquire-se no processo, na relação entre os pares (os outros Pontos de Cultura), na interação com a autoridade (sociedade-Estado) e na aquisição do conhecimento, incorporado ao patrimônio cultural (BRASIL, 2004; p. 35).

7.2. Descrição do Programa

O Programa Cultura Viva, ancorado no discurso do “*do-in* antropológico”, busca uma *linha de ação que possa partir do que já existe e já atua*, com legitimidade comunitária – diversos movimentos sociais que já trabalham com a temática da cultura e que *podem ser fortalecidos, aperfeiçoados e continuamente avaliados*. Como o próprio nome define, o programa se comporta como um organismo vivo; ao invés de impor ou dirigir as ações dos grupos, o programa visa estimular a criatividade local. De acordo com Juca Ferreira, o Programa traz implicitamente um

movimento estratégico de interação e repactuação social e política. O programa promove e possibilita, em larga escala, o encontro entre a população de baixa renda e outra parcela que, acuada pela insegurança, filha da enorme desigualdade social, tem hoje mais acesso à Universidade, a serviços e bens culturais (BRASIL, 2004; p. 11).

O Programa Cultura Viva inova ao inserir na discussão da cultura outras duas dimensões além da econômica: a representação simbólica e a participação e cidadania. A formulação leva em conta os aspectos mercadológicos da cultura, mas sabe que mesmo como atividade econômica o superávit cultural não se redistribui de forma igualitária. Da mesma forma como outra mercadoria qualquer, existe uma concentração na circulação de bens que atendem apenas às variáveis de racionalidade econômica. Ao identificar e reconhecer a pluridimensionalidade da cultura, o Programa tenta resgatar as raízes de um país que *não seja integrado apenas pela circulação – ainda que precária e não universal – de mercadorias, mas também pela circulação de valores, produções simbólicas e diálogo, acentuando o trânsito da cultura popular nos mercados de massa e a estrangeira (CULTURA VIVA, 2004; p. 11).*

De acordo com a cartilha, são objetivos do Programa Cultura Viva:

- *ampliar e garantir o acesso aos meios de fruição, produção e difusão cultural;*
- *identificar parceiros e promover pactos com diversos atores sociais governamentais e não-governamentais, nacionais e estrangeiros;*
- *incorporar referências simbólicas e linguagens artísticas no processo de construção da cidadania;*
- *potencializar energias sociais e culturais, dando vazão à dinâmica própria das comunidades e entrelaçando ações e suportes dirigidos ao desenvolvimento de uma cultura cooperativa, solidária e transformadora*
- *fomentar uma rede horizontal de “transformação, de invenção, de fazer e refazer, no sentido de geração de uma teia de significações que nos envolve a todos”;*

- *estimular a exploração, o uso e a apropriação dos códigos de diferentes meios e linguagens artísticas e lúdicas nos processos educacionais;*
- *promover a cultura enquanto expressão e representação simbólica, direitos e economia* (CULTURA VIVA, 2004; p. 18-19)

Para dar conta de seus objetivos, o programa se articula através de cinco ações interdependentes: o Ponto de Cultura, o Agente Cultura Viva, o Cultura Digital, e Escola Digital e Griôs – Mestres dos Saberes. A seguir, vamos fazer uma breve descrição de cada uma dessas ações e apresentar as correlações existentes entre o Programa e outras organizações envolvidas com o programa.

O **Ponto de Cultura** é a principal ação do programa e serve como o eixo central para todas as demais ações, sendo a referência de uma rede horizontal de articulação, produção, recepção e disseminação de iniciativas criadoras. Distanciando-se de padrões dirigistas, o Ponto de Cultura é um organismo vivo que se articula com atores pré-existentes em cada comunidade. Não existe modelo definido para ser um ponto de cultura, seja relativo às instalações físicas, seja de programação ou atividades, que podem variar da capoeira ao hip-hop, do balé moderno ao clássico, da oficina de produção de textos ao cineclube. A idéia é que os Pontos de Cultura se desenvolvam organicamente e se articulem com novos agentes e parceiros, sejam escolas, igrejas ou associações de bairro.

Para ser proponente do projeto, de acordo com o edital publicado pelo MinC em julho de 2004, devem ser consideradas organizações/instituições que desenvolvam ações de caráter social e cultural, sem fins lucrativos e legalmente constituídas. A abrangência de organizações favorecidas pelo edital nos parece ser mais um dos diferenciais desse programa, na medida em que não restringe o acesso a algumas poucas fundações e institutos com estruturas burocratizadas que levam imensas vantagens na submissão de projetos a outros programas do MinC.

Os projetos enviados passam então pela Comissão Nacional de Avaliação, composta por autoridades governamentais e personalidades culturais. Caso aprovado, um convênio é

celebrado e o Ponto recebe: 185 mil reais, em parcelas semestrais, para investir no prazo de dois anos e meio, conforme projeto definido pelo próprio Ponto. Parte do incentivo recebido na primeira parcela, no valor mínimo de 25 mil reais, deverá ser utilizada para aquisição de equipamento multimídia em software livre, composto por microcomputador mini-estúdio para gravar CD, câmera digital, ilha de imagem e o que mais for importante para cada Ponto. Estão previstas também algumas ações interministeriais: convênio com o Ministério das Comunicações, para promover acesso em banda larga à Internet para cada Ponto; convênio com o Ministério do Trabalho e Emprego, que oferecerá 50 bolsas para jovens de 14 a 25 anos, no valor de 150 reais por seis meses, no âmbito do Programa Primeiro Emprego.

Para localidades com grandes concentrações de Pontos, está prevista uma outra ação, denominada Pontões. A iniciativa de criação desses espaços é função do Ministério da Cultura, mas conjuntos de Pontos e governos locais também poderão fazê-lo. Serão espaços culturais aproveitados ou construídos, com a função de articulação regional, geridos em consórcio pelos Pontos, e que receberão recursos de até 500 mil reais para o desenvolvimento de ações integradas. Os recursos serão captados junto a empresas públicas e privadas e governos locais.

O programa prevê ainda a instalação de Pontos de Cultura no exterior, nos países do Mercosul e na Comunidade de Países de Língua Portuguesa (Portugal, África e Ásia). Cada Ponto estará ligado diretamente à rede do território nacional e receberá 30 mil dólares por ano que serão captados junto a empresas, organismos multilaterais e governos amigos, formando uma rede compartilhada de produção e troca de produtos simbólicos.

Com relação à **participação dos governos estaduais e prefeituras**, os governos locais podem participar do programa de três formas: sendo proponente de um ou mais Pontos, submetidos então ao edital específico para instituições governamentais; como parceiro do projeto via entidade proponente, oferecendo apoio no âmbito de sua comunidade; por último atuando como co-gestor junto ao Ministério da Cultura, inclusive na seleção de

projetos, sendo assim concedente e disponibilizando parte dos recursos para a implementação dos projetos.

O **Agente Cultura Viva** é uma ação do programa que visa incitar o interesse dos jovens da comunidade para o tema da cultura. Vale ressaltar a relação entre Ministérios para essa ação, que faz parte do Programa Nacional do Primeiro Emprego, do Ministério do Trabalho e Emprego. O objetivo dessa ação se dá em torno de duas dimensões: formar multiplicadores para as iniciativas culturais dentro da própria comunidade e fortalecer o eixo econômico do programa, fomentando a geração de renda e em prol de uma cultura de economia solidária entre os envolvidos.

O **Cultura Digital** é a ação do programa que permitirá a apreensão do que existe de mais valioso em nossa cultura: nosso patrimônio imaterial. Além disso, vai possibilitar a articulação em rede de todos os envolvidos e conseqüentemente fomentar a disseminação e o fortalecimento de uma rede simbólica mais solidária e mais representativa das iniciativas das comunidades. Com o programa, cada Ponto vai receber uma mesa em dois canais de áudio, filmadora, gravador e dois computadores que funcionam como ilha de edição. Apesar de pouca sofisticação, permite a gravação de CDs, a produção de vídeos, colocação de rádio no ar e de páginas na internet. Uma importante mudança de paradigma se observa no programa: a utilização do *software* livre em todos os equipamentos da rede. Além de significar uma redução de custos, a utilização de software livre se mostra uma opção estratégica do programa, pois o usuário não aprende apenas a “mexer” no computador. Ao invés disso, todos da comunidade têm acesso ao código fonte dos programas e passam a atuar em outra dimensão, podendo alterar e melhorar suas bases, customizando-as para suas necessidades reais e específicas, tornando-os sujeitos de sua transformação, promovendo maior autonomia e poder.

Vale ressaltar também o programa de metarreciclagem de computadores, que prevê o conserto de equipamentos danificados, segundo uma leitura diferente da convencional: para que os beneficiários se sintam cada vez mais sujeitos das mudanças, os computadores são

pintados e montados de acordo com a interpretação de cada um, promovendo maior identificação do que com um computador com padronização definida por outros processos.

A **Escola Viva** é o programa considerado um dos eixos mais importantes do projeto, promovendo a integração dos Pontos de Cultura às escolas e colaborando para a construção do conhecimento reflexivo e sensível por meio da cultura. Infelizmente, até o momento a ação ainda não aconteceu efetivamente em nenhum dos pontos implantados.

O programa **Griôs – Mestres dos Saberes** foi criado para fortalecer a oralidade histórica nas comunidades. Griô é a criação brasileira para *griot*, usada por jovens africanos que foram estudar em universidades francesas e eram movidos pela preocupação com a preservação de seus contadores de histórias, que carregam consigo a tradição oral. O uso do termo no Cultura Viva se aproxima do Programa *Living Human Treasures*, da UNESCO, e representa, literalmente, “tesouros humanos vivos”. A idéia é potencializar essa ação com convênios com o Ministério do Trabalho, da Previdência Social e da Educação, para conseguir apoio financeiro e material para os Mestres dos Saberes.

Por fim, merece destaque a **Gestão Cultural Compartilhada e Transformadora**, em que comportando-se como uma rede horizontal de produção, articulação e disseminação de iniciativas culturais, o Programa Cultura Viva, como o próprio nome incita, é um organismo vivo, e sua definição metodológica e conceitual irá se desenvolver no processo de sua aplicação, a partir da observação dos fenômenos e da interação com a realidade. O programa aposta na potencialização do que já existe, apresentando inclusive uma perspectiva de repensar o Estado e suas definições e funções, permitindo que por suas portas entrem novos e tradicionais sujeitos sociais, dividindo espaços e possibilidades, partilhando poder e conhecimento.

A gestão do Programa articula-se na concepção da promoção da autonomia, do protagonismo e do empoderamento dos sujeitos sociais. O início do caminho já se mostra mais favorável, com o Ministério da Cultura dizendo quanto pode oferecer e os movimentos sociais, no sentido de terem nascido na sociedade, dizem como e em que

poderão utilizar tais recursos. Depois de assinado o convênio, o Ponto de Cultura deve continuar respeitando a própria dinâmica local, independentemente de haver ou não um Ponto, se tem ou não investimento do Estado. A questão da autonomia é um ponto fundamental na relação Ponto de Cultura – comunidade e vai se fortalecer no processo relacional com seus pares, sejam outros Pontos de Cultura, na interação com a autoridade sociedade-Estado e na aquisição do conhecimento, incorporado ao patrimônio cultural.

O posicionamento do Estado com relação à sociedade civil também se altera profundamente com esse tipo de gestão compartilhada. A coordenação do Programa precisa definir um modelo de gestão que seja *flexível e moldável, respeitando a dinâmica própria do movimento social, que continuará existindo independente de ser ou não um Ponto de Cultura*. E nessa forma de “subversão estatal”, de compartilhar poderes com novos sujeitos sociais, o Estado *ouve quem nunca foi ouvido, conversa com quem nunca conversou; e não se enfraquece (quando acontece quando da transferência de atribuições para o mercado), pelo contrário, se fortalece, se engrandece ao permitir que a sociedade civil penetre em seu aparato* (BRASIL, 2004; p. 33).

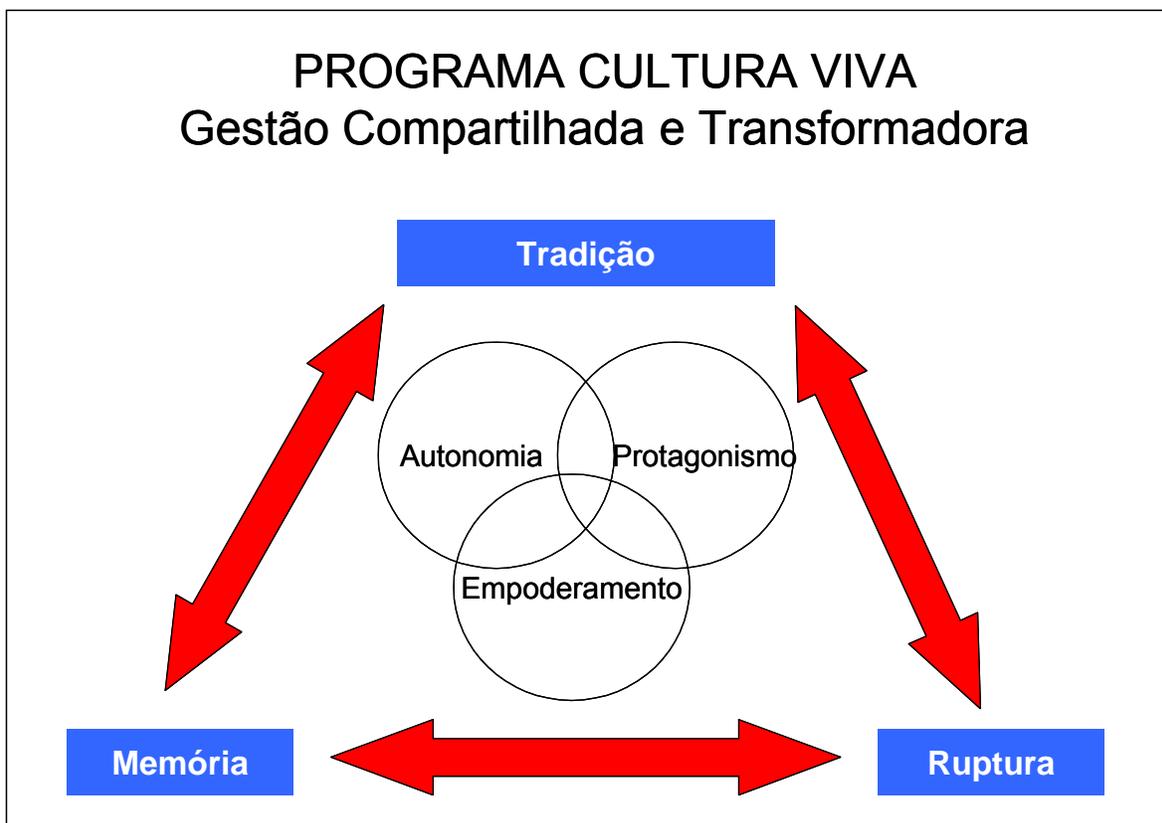
Diferentemente dos marcos do liberalismo, que entende “cultura como bom negócio”, e do iluminismo, em que se deve “levar luzes à inculta massa”, o programa busca o protagonismo das organizações sociais, na medida em que essas são reconhecidas como sujeitos de suas práticas, interventoras de suas realidades sociais e que devem influenciar as políticas públicas. Por outro lado, o protagonismo é abafado quando *as políticas não reconhecem a criação cultural da paneleira de Goiabeira do Espírito Santo ou do mestre dos brinquedos do Vale do Jequitinhonha, excluindo-os de pronto de seus objetivos ou, no máximo, tratando-os como folclore ou como expressões “simples” da cultura*.

Nessa ótica, que tem a matriz da cultura vinculada ao conceito de civilização, a cultura passa a ser pensada como *o meio pelo qual se mede o “desenvolvimento” e o “progresso”, com parâmetros de reconhecimento e validade para algumas manifestações culturais e não para outras, deixando incompleto o patrimônio cultural da sociedade*. Dessa forma, quando apenas uma pequena elite é apresentada como única detentora de um padrão

estético respeitável, as comunidades acabam sucumbindo ao poder dessas elites, sendo que o processo se torna uma *forma de assegurar a sobrevivência de regimes sociais e formas de dominação, de legitimação de classes* (BRASIL, 2004; p. 35).

O empoderamento social é entendido como um processo e deve permear todas as ações do Programa, sendo entendido como o instrumento pelo qual se poderão se modificar as relações econômicas e de poder. Ao respeitar e fomentar iniciativas culturais que já existem, de segmentos sociais em geral marginalizados da sociedade e das políticas públicas, cria-se condições de desenvolvimento econômico alternativo e autônomo para a sustentabilidade da comunidade. Assim, promover o empoderamento desses atores sociais é uma das mais importantes motivações do Programa.

Autonomia, protagonismo e empoderamento não podem ser entendidos separadamente, de maneira estática ou como modelos prontos a serem seguidos. No seu inter-relacionamento e no relacionamento com as comunidades é que se supera o paradigma da participação e da cidadania e se promove a gestão compartilhada e transformadora do programa. A quebra desse paradigma se dá no início de um novo processo, expresso na relação dialética pressuposta entre tradição, memória e ruptura. Enquanto processos em construção nas relações ocorridas no âmbito do programa, autonomia, protagonismo e empoderamento devem ter como eixo orientador tal relação dialética entre tradição enquanto ponto de partida, memória como re-interpretação do passado e ruptura enquanto invenção do futuro. A figura abaixo é uma adaptação para o esquema analisado.



Fonte: cartilha do Programa Cultura Viva, adaptado pelo pesquisador

7.3. As bases para a formulação do programa

Certamente o nome mais lembrado quando se fala do Programa Cultura Viva seja o de Célio Turino. Historiador pela UNICAMP, atual Secretário de Programas e Projetos Culturais do Ministério da Cultura, lembra a expressão de Paulo Freire que se tornou símbolo do programa: “Onde há vida, há inacabamento”. De acordo com Turino, esse foi o pressuposto para a criação em junho de 2004, do Programa Nacional de Cultura, Educação e Cidadania – Cultura Viva. A partir dessa premissa, o modelo de construção do programa é

flexível, orgânico, menos preocupado com a estrutura e mais com o fluxo, a permanência e as ações continuadas. A própria definição conceitual e metodológica da ação vai sendo construída no processo, a partir da observação dos fenômenos e da interação com a realidade. Neste caminho, experiências são

incorporadas e modificações são feitas, como em um organismo vivo, que vai ganhando musculatura e estrutura óssea na medida em que se desenvolve (TURINO, 2006; p. 1).

Da forma como foi formulado, o programa buscou manter a dialética afastamento/aproximação de forma a privilegiar as ações latentes da sociedade civil. Longe de dirigismos ou da busca de uma cultura monolítica, o programa nasce exatamente da premissa de que nada está acabado, mas tudo acontece em todo momento. Articular aquilo que já existe e que está em constante transformação, independente da ação ou inação das forças estatais e de mercado.

Se partirmos do pressuposto humanístico de que um adolescente de 15 anos que pratica um roubo a mão armada – guardados alguns casos desviantes de comportamento – é de fato uma construção da própria história de sua vida, talvez fique mais fácil entender a desconstrução proposta pelo programa. As ações de violência que pululam nos grandes centros na verdade são sintomas da perda de identidade, intimamente ligada ao território em que as populações se localizam, e da existência ou não dos laços de pertença às instituições que poderiam “cuidar” das crianças e adolescente – a família, a escola, a Igreja, a mídia, e que hoje estão cada vez menos ausentes ou atuando com a racionalidade mercantilista de nossa era, indo de encontro aos anseios desses indivíduos. Além disso, o aumento da violência e da criminalidade também é uma das facetas perversas do sistema de consumo que se apresenta em todas as suas formas de propaganda falaciosamente como um sistema aberto para todos – mas que na verdade só é realidade para uma pequena parte de nossa população.

Acreditar nessa premissa pode, ainda que timidamente, reforçar os laços de confiança da maioria das comunidades para com o Estado. O reconhecimento da cultura de um grupo de rap, de um assentamento rural ou de uma comunidade indígena que tenha suas especificidades históricas e muitas vezes negligenciadas pelo mercado pode ser um avanço na construção de uma política cultural progressista e a semente para a formação de um

novo tipo de Estado, mais democraticamente aberto para as demandas das classes menos favorecidas pelo processo de mundialização.

De acordo com a cartilha do Programa os seguintes públicos seriam prioritários no Cultura Viva:

- *populações de baixa renda, habitando áreas com precária oferta de serviços públicos, tanto nos grandes centros urbanos como nos pequenos municípios;*
- *adolescentes e jovens adultos em situação de vulnerabilidade social;*
- *estudantes da rede básica de ensino público;*
- *habitantes de regiões e municípios com grande relevância para a preservação do patrimônio histórico, cultural e ambiental brasileiro*
- *comunidades indígenas, rurais e remanescentes de quilombos;*
- *agentes culturais, artistas e produtores, professores e coordenadores pedagógicos da educação básica e militantes sociais que desenvolvem ações de combate à exclusão social e cultural;*
- *e todo brasileiro que sonha com uma cultura viva (CULTURA VIVA, 2004; p. 19)*

A visão de Célio Turino a respeito da cultura e da exclusão pode ser bastante reveladora e apontar algumas bases para a formulação do Programa Cultura Viva. Em contraponto à visão que tradicionalmente guia as ações do Estado, o secretário cita em entrevista à Revista Mercado e Consumo o caso do Ponto de Cultura Religare, que trabalha com adolescentes egressos da antiga Febem (Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor, atual Fundação CASA – Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente), e que tem como única fonte regular de recursos o repasse do MinC:

Com esse dinheiro mais a ação de muitos voluntários e alguns financiamentos esporádicos, eles trabalham com 140 adolescentes, que, entre outras criações, acabaram de montar uma bela peça de teatro que está sendo encenada no Centro Cultura São Paulo, escrita, dirigida e representada por esse jovens. Só para dar um parâmetro, o custo da Febem é de 1.700 reais por mês por jovem. Com um custo de

quatro jovens apenas, o Ponto de Cultura Religare está atendendo de uma forma muito mais humana, muito mais ampla, 140. A Febem arrebenta com a vida desses adolescentes. Essa é a diferença do conceito, quando eu falei do Estado que impõe do que dispõe. Um dos pilares para um novo paradigma na relação entre Estado e Sociedade tem que ser o da autonomia, do protagonismo. Essa política governamental que tem sido praticada no Brasil está esgotada. É preciso fomentar o sentido do sujeito histórico, essa é a diferença (TURINO, 2008; p. 9)

O Programa explicita a visão de Terry Eagleton em *A Ideologia da Estética* sobre poder: *"Quando os todo-poderosos governam com a irrazão e sem limites, só os que possuem nenhum poder são capazes de imaginar uma humanidade que um dia terá poder e, com isto, mudará o próprio significado desta palavra"* (BRASIL, 2004). Juca Ferreira, Secretário-Executivo do Ministério da Cultura também apresenta essa visão crítica sobre o Programa e a questão da exclusão social. O Secretário ressalta que muitos dos jovens que serão beneficiados pelo Programa hoje se encontram

fora dos ambientes da educação pública ou privada, apartados do mundo do trabalho e, em muitos casos, já excluídos do tecido familiar. As linguagens artísticas podem desempenhar papel fundamental nesse processo de reintegração crítica, de recuperação da auto-estima e do sentimento de pertencimento comunitário dessas crianças e adolescentes, proporcionando um reordenamento pessoal capaz de fazer frente à experiência desagregadora da rua (FERREIRA, 2004; p. 11).

Com relação ao potencial da cultura, Turino considera que por si só a cultura não é emancipatória, podendo servir também como forma de escravizar os indivíduos. Ressalta, entretanto, que

é na cultura e na arte que encontramos frestas que permitem à sociedade buscar sua emancipação e se reconhecerem como sujeitos em si e não para si. Essa visão de cultura é que tem orientado a minha intervenção enquanto gestor público de

cultura. Tanto no MinC (Ministério da Cultura), como no departamento de lazer na prefeitura de São Paulo, ou na Secretaria de Cultura em Campinas; essa visão foi sendo construída ao longo do tempo, de forma que a nossa busca tem sido a de fomentar e potencializar os sujeitos históricos, o reconhecimento de que todos são produtores de cultura, de que ela não deve estar subordinada a uma hierarquização entre alta e baixa cultura, cultura erudita, popular ou de massa. (TURINO, 2006).

Turino ressalta que esse é um processo em constante integração, em que ocorrem sínteses entre as diferentes formas de cultura. A visão proposta se aproxima bastante da abordagem gramsciana, em que um projeto político emancipatório deveria ser encabeçado pelas classes subalternas, a partir da síntese de suas percepções com a cultura a que se tem contato em todo momento. Para ele,

esse movimento de incorporar a língua do povo, a língua chamada vulgar, ocorre até hoje. O jeito de andar, a cultura da rua, o linguajar, sofrem um processo de reprodução e imitação nas sociedades de massa. Eu coloco isso para mostrar como essa distinção não é tão clara apesar de vários teóricos trabalharem de forma muito compartimentada, com modelos muito rígidos, ela não acontece desta forma. Portanto é melhor buscarmos uma plataforma mais ampla de produção de cultura, entendendo as várias manifestações como legítimas, aproximando esses pontos para que se comuniquem e se enriqueçam neste processo de troca (TURINO, 2006).

Com relação às políticas culturais, o secretário mostra uma visão bastante peculiar, bastante afastada daquelas que se apresentaram até então na maioria de nossos governantes. Quando questionado sobre as políticas culturais no cenário nacional, Turino é enfático:

Penso que o país nunca teve política pública de cultura, entendendo política pública enquanto a construção de um valor socialmente apropriado. Confunde-se muito política pública com política de Estado. Considero ser até um avanço essa aproximação. Mas mesmo enquanto política do Estado - este representando a

hegemonia de um grupo social sobre outra – ela ainda é restrita. (...) O que tem ocorrido no Brasil é, no máximo, a construção de algumas políticas de governo, e muitas vezes menos que isso – a ação pública vai se desenvolvendo a partir de quem ocupa determinado cargo (TURINO, 2006).

Na mesma entrevista, Turino levanta uma possível relação entre cultura e política, relacionando as bases para formulação do programa. Para ele, enquanto experiência de política pública, os Pontos de Cultura

se aproximam da teoria da ação comunicativa do Habermas, promovendo a aproximação entre mundos, mas essa não é a nossa única matriz de pensamento. Temos Gramsci, Marx, um pouco fora de “moda” na última década, mas que volta com grande vigor e é fundamental para a discussão sobre mercado, alienação e emancipação. Há também uma forte influência no campo da psicologia social, da psicanálise, Lacan, Vigotskij, os frankfurtianos, Eric Fromm. Outro autor que gosto muito é Norbert Elias, sociólogo conceituado que só foi reconhecido no fim de sua vida, nos anos 80, no seu livro Processo Civilizador ele demonstra de que forma ações mais sutis de aproximação, de comportamentos de longo prazo que são biológicos e irracionais, influenciam a cultura e a vida social. Também Milton Santos (“a solução dos problemas do Brasil virá da escassez... e dos de baixo... olhando o território, porque é no território que a vida acontece”), Anísio Teixeira, Paulo Freire, Mario de Andrade, eles estão muito presentes na construção do programa Cultura Viva (TURINO, 2006).

Por fim, com relação à horizontalidade da rede, aspecto fundamental para a questão Estado ampliado, abordagem fundamental do programa, Turino afirma que a rede pretende ser

horizontal, vertical e transversal. Talvez uma boa definição de rede fosse a de um cipóal, com ranhuras, entrelaçamentos, redes intermediárias, estabelecidas por afinidades regionais, temáticas. Para isso precisamos promover algumas ações impulsionadoras. A Teia foi realizada com este objetivo e reuniu todos os pontos de cultura, assim como outras

iniciativas assemelhadas, como núcleos de economia solidária. A partir desse encontro aparentemente caótico, as partes se estabelecem, e vão surgindo novas redes; uma rede de mocambos, ou de terreiros do nordeste, ou de dança e experimentalismo em linguagem, e por aí vai. Os grupos vão se aproximando por afinidades. O desenho do Cultura Viva poderia ser definido da seguinte forma: o Ponto de Cultura seria uma micro rede, de âmbito local. O Cultura Viva, uma macro rede, com estímulo governamental. Nesse meio, redes vão sendo estabelecidas, desenvolvendo-se por afinidades temáticas, regionais, etc. Vai se estabelecendo um processo de compartilhamento efetivo entre Estado e sociedade, o que chamamos de Estado ampliado (TURINO, 2006).

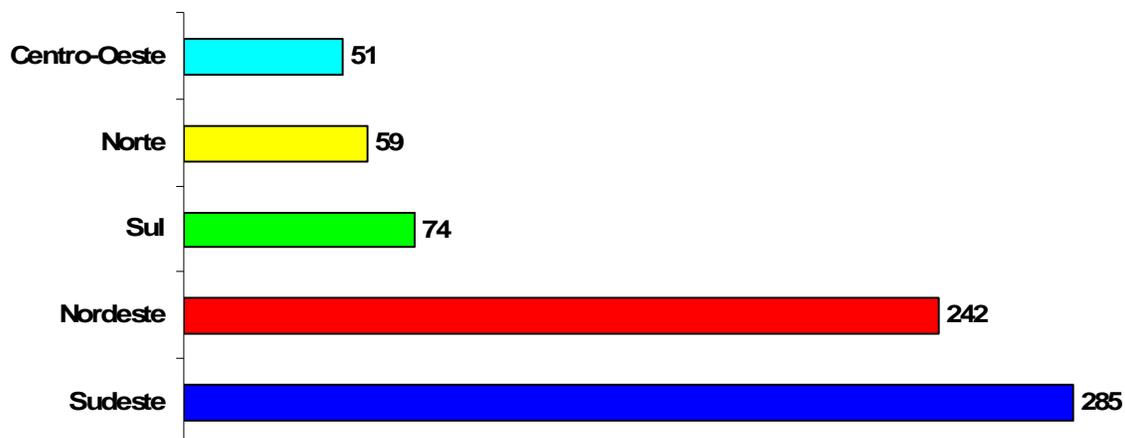
7.4. A implementação do Programa Cultura Viva

O processo de seleção é uma das formas mais inovadoras de relacionamento com um tipo bastante específico de sociedade civil, alijada de seus direitos mais básicos e sem nenhuma forma de relacionamento com o Estado, e condenadas assim às posições sociais que lhe são impostas pela história. Com relação ao processo seletivo,

Foram quarenta dias entre formulação conceitual do programa e o lançamento da nossa primeira ação, pois a idéia de movimento é fundamental para a construção do programa Cultura Viva. Do contrário a gente vai se fossilizando, burocratizando. Pois a cultura não é abstrata e se revela em cada uma de nossas atitudes, inclusive na de gestores. No primeiro edital (julho de 2004) recebemos 850 propostas e no segundo (2005), mais de 2000; e cada proposta apresentava uma solução diferente desde capacitação de indígenas para o audiovisual (Vídeo nas Aldeias), até ações voltadas para comunidades quilombolas, assentamentos rurais, favelas, até grupos de pesquisa e experimentação em teatro, dança, música erudita (TURINO, 2006).

Com relação à localização dos Pontos, temos atualmente a seguinte distribuição pelas cinco regiões geográficas brasileiras (a divergência dos números dos Pontos de Cultura refere-se à consideração ou não dos Pontões):

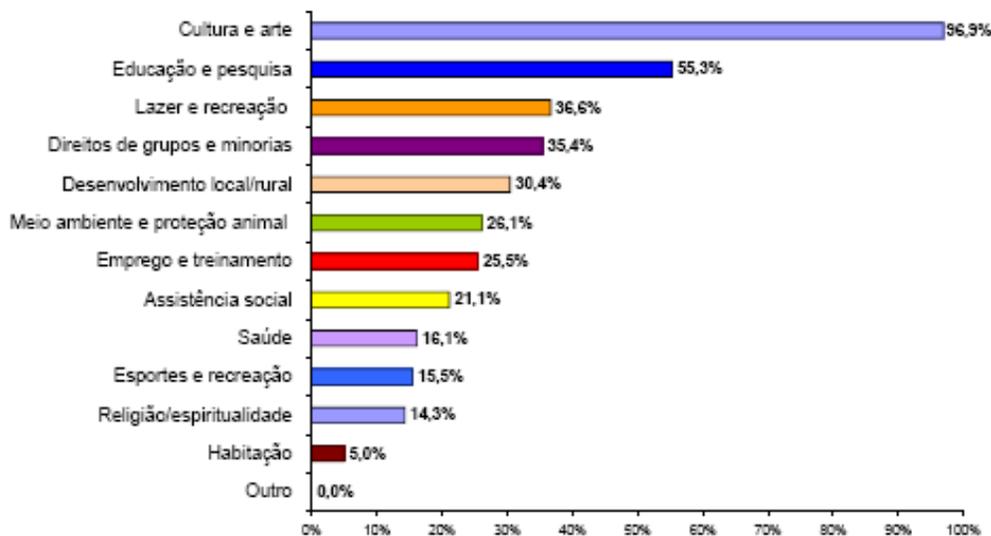
Distribuição dos Pontos de Cultura por Região



Fonte: Ministério da Cultura. Gráfico montado pelo pesquisador

Ainda são poucas as informações estatísticas acerca do Programa e dos Pontos de Cultura que compõem a rede. Um estudo realizado pelo Pontão “Mapas da Rede” do IPSO, disponível na página do Ministério, mostra algumas estatísticas interessantes sobre o programa. Cabe entretanto ressaltar o universo de amostragem da pesquisa: *do total de Pontos, 161 responderam à pesquisa (data de tabulação: 28 de setembro de 2007, 16hs), o que representa uma taxa de respostas de 29,1%, sobre o total de 553 Pontos registrados em nossa base* (IPSO, 2008). Com relação aos temas trabalhados pelos Pontos, a pesquisa mostra o seguinte resultado:

Temas trabalhados pelos Pontos de Cultura



A diversidade de temáticas trabalhadas a partir dos Pontos mostra exatamente a transversalidade do tema da cultura na vida das comunidades. A partir da cultura e da arte, desenvolvem-se outros temas relevantes para as comunidades, como educação, lazer e desenvolvimento local.

Com relação aos públicos atendidos pelos Pontos, a pesquisa apresentou os seguintes resultados:



Outra informação importante diz respeito à linguagem utilizada pelos Pontos. De acordo com a pesquisa, temos a seguinte distribuição para as linguagens utilizadas na rede:



Vale ressaltar nesse caso as considerações dos pesquisadores sobre as linguagens trabalhadas pelos Pontos: *Vemos um grupo de linguagens que são trabalhadas por mais de 50% dos Pontos: Música (68,3%), Cultura Digital (67,7%), Audiovisual (66,5%), Dança (57,1%) e Artes Cênicas (57,1%). Nesse grupo chama a atenção a presença de atividades relacionadas a Cultura Digital, tema relativamente novo nas discussões de políticas públicas, mas bastante enfatizado pelos Pontos* (IPSO, 2008; p. 4)

Com relação ao formato das atividades nos Pontos, a pesquisa mostra os seguintes resultados:



O formato das atividades pode nos dar algumas pistas sobre a sustentabilidade dos Pontos de Cultura. Os números nos permitem assuntar uma forma mais horizontalizada de difusão e circulação dos bens culturais. Assim, além de fomentar manifestações culturais marginalizadas pelo mercado, o Programa busca também mecanismos e articulações que possam trazer visibilidade para as temáticas desenvolvidas, principalmente voltadas para a comunidade local.

Por fim, a pesquisa mostra as atividades voltadas para o Programa já realizadas pelos Pontos:

Atividades	% de Pontos
Prêmio Cultura Viva	58,4%
Cultura Digital	51,6%
Agente Cultura Viva	44,1%
Ação Griô	19,9%
Escola Viva	12,4%

Para os pesquisadores, *a maioria dos Pontos (58,4%) já participou do Prêmio “Cultura Viva”, o que reforça a iniciativa como uma porta de entrada dos Pontos ao Programa. Também vemos que a maioria dos Pontos desenvolve atividades de “Cultura Digital”, o*

que reforça novamente a tendência dos Pontos a trabalharem com a temática (IPSO, 2008; p. 5-6).

7.5. As inovações do Programa Cultura Viva

Analisemos agora os principais aspectos inovadores do programa. Em primeiro lugar, vale mencionar a inversão da lógica da política cultural. Ao invés de se transformar num balcão de seleção e concessão de financiamentos para grandiosas obras espetacularizadas, o Estado diz quanto pode disponibilizar em recursos financeiros e humanos. Essa alteração na forma de submissão de projetos diminui a assimetria de poderes entre as pequenas comunidades e as grandes produções culturais, patrocinadas por corporações multinacionais interessadas em atrelar sua marca aos grandes acontecimentos do cotidiano nacional.

O uso da tecnologia não como mera ferramenta, mas como um instrumento que pode ser modificado e adaptado pelos próprios usuários às necessidades específicas de cada comunidade é outro ponto interessante. A utilização de software livre é uma opção louvável do projeto e nesse contexto, é fundamental realçar duas conseqüências diretas dessa opção: seu caráter contra-hegemônico e as possíveis reações das forças que são atingidas, notadamente empresas de software que utilizam o *copyright* como forma de proteger o conhecimento desenvolvido. Apesar de ainda ser um volume irrisório frente ao total de organizações que usam os softwares tradicionais, a apresentação de outras opções tecnológicas para usuários que estão iniciando seu contato com as ferramentas de tecnologia da informação é fundamental para a formação de multiplicadores e especialistas dessas novas alternativas.

A formação de uma rede horizontal de Pontos também é outro aspecto relevante do Programa. Na medida em que se colocam como sujeitos da mudança e se identificam em torno de uma rede com mais parceiros com objetivos similares aos seus, toda a comunidade do entorno dos Pontos acaba se beneficiando. O poder de formação e desenvolvimento de sinergias em rede se torna fundamental para a luta política por seus direitos. A própria horizontalidade do Programa facilita a articulação dos atores e uma maior simetria nos

fluxos de informações, facilitando a tomada de decisões mais democrática sobre os caminhos que a rede pode tomar para se tornar mais sustentável no médio e longo prazo, notadamente para enfrentar o poder dos tradicionais grupos de mídia que são em larga medida os grandes responsáveis pela produção e disseminação das iniciativas culturais atualmente.

O Programa busca uma forma de relacionamento mais equilibrada entre o Estado e a sociedade civil. A metáfora do cipó utilizada por Célio Turino exemplifica bem como se pretende o novo relacionamento do governo com os diversos Pontos de Cultura que já foram conveniados com o Ministério. A partir de encontros como a TEIA, realizados em 2006 e 2007, o Ministério fomenta a articulação em rede dessas organizações, que por intermédio de movimentos regionalizados permite a criação de novos espaços deliberativos para a temática da cultura e da cidadania em geral. O grupo de Pontos de Cultura de São Paulo é um dos mais ativos de todo o país. Através de ferramentas tecnológicas, como os grupos de e-mails, a diversidade das manifestações culturais buscam identidades de interesses, consolidando uma rede horizontal e plural de Pontos de Cultura.

No Fórum Paulista de Pontos de Cultura, realizado entre os dias 18 e 21 de abril de 2008 em Diadema, representantes dos pontos de São Paulo elaboraram propostas de articulação do movimento no estado, que foram posteriormente encaminhadas e servem de base para a melhoria do relacionamento da rede com o Estado. As demandas levantadas pelo Fórum foram divididas em cinco blocos: formação e capacitação, implantação de sistema digital de comunicação, troca de experiências, legislação e gestão compartilhada. Uma das demandas acerca da legislação sobre as políticas culturais é *articular a Comissão Estadual com a Comissão Nacional de Pontos de Cultura para construir Frente Parlamentar em defesa das necessidades dos Pontos, propondo emendas na Lei de Diretrizes Orçamentárias, que atendam a diversidade cultural do País na realidade de cada Ponto de Cultura* (BRASIL, 2008; p. 2). Demandas como essa mostram a preocupação da rede de Pontos e sua relação com o Estado, sempre tensa e sujeita à ingerência do poder estatal nos movimentos da sociedade civil. Mostra também a preocupação com a perenidade do programa, para que se

articule uma real política de Estado, que tenha continuidade independentemente da bandeira partidária de cada governo.

A transversalidade do tema da cultura também propicia que o tema possa ser tratado em conjunto por vários Ministérios. No caso do Primeiro Emprego, do Ministério do Trabalho e Emprego, fica clara a possibilidade de inserção dos jovens de 15 a 24 anos através do Cultura Viva. Mais do que um primeiro emprego nos moldes tradicionais, o Programa vai inserir o jovem num ambiente de trabalho mais democrático e que vai formar multiplicadores dentro das comunidades. O eixo participativo é uma importante dimensão do programa, ao criar um ambiente mais democrático de convivência. Por outro lado, muitos dos Pontos criticam essa ação do programa, devido à demora e à burocracia para o repasse, que em alguns casos acabou minando o relacionamento entre alguns Pontos e a comunidade local.

Com o Programa Cultura Viva, o Estado se aproxima de uma fórmula que consegue se afastar dos interesses privados meramente mercadológicos das grandes corporações, ao mesmo tempo em que mantém o devido distanciamento da ingerência na produção cultural, distanciando-se do dirigismo e da “elevação das massas”, dando asas ao que já existe na sociedade. Numa sociedade cindida em classes, a questão cultural se torna primordial tanto para a consecução de um projeto hegemônico, pelas mãos das corporações que pretendem uma atitude “politicamente correta” quanto para uma possível contra-hegemonia das classes subalternizadas, que podem por intermédio da manifestação coletiva de suas demandas buscar interesses comuns e histórias compartilhadas na interação com os sujeitos de outros Pontos de Cultura. Ao se afastar dos valores mercadológicos, a política cultural reconhece os indivíduos como sujeitos de suas práticas, promovendo suas identidades e viabilizando novas formas de participação na sociedade, com a conseqüente ampliação do espectro da cidadania para fronteiras além do mercado e do espaço público estatal.

8. CONCLUSÃO

O quadro abaixo é uma síntese comparativa sobre as duas políticas culturais analisadas:

	Leis de incentivo	Programa Cultura Viva
macro enquadramento	neoliberal, Estado Mínimo, incentivo ao mercado, sociedade civil decide forma e conteúdo	progressista, importância da subjetividade, busca do reconhecimento e da identidade
forma de financiamento	incentivos a partir da renúncia fiscal	financiamento direto, assinatura de convênio com cada Ponto de Cultura
público atendido	majoritariamente grandes corporações, empresas de serviços, energia, finanças e telecomunicações	populações e grupos marginalizados, vínculos orgânicos com território
recursos disponibilizados em 2007	962 milhões	60 milhões*
equidade na distribuição de recursos	lógica econômica, reflete poder de investimento na marca	todos os Pontos de Cultura recebem o mesmo valor financeiro
forma de repasse	instantânea, liberada quando da captação no mercado	sistemática, durante 2 anos
gestão da política	momentânea, baseada no relacionamento de indivíduos	redes horizontais, compartilhamento da gestão
controle social dos conteúdos vinculados	tímido movimento para maior controle das produções	Resultado da organicidade dos proponentes com o território
acesso e fruição	privilegiado, altos custos dos ingressos	na comunidade, na troca com pares, horizontalização dos processos de criação e fruição
circulação	lucros privados, poder institucional da marca	equalização dos processos sociais, políticos e econômicos
concentração regional dos recursos	Sul e Sudeste, refletindo a concentração econômica	especialmente distribuída por todo o território
transversalidade da política	Inexistente	busca reconciliar a cultura com a educação, tecnologia, além dos contatos com governos locais

* refere-se a 1 ano de recursos no valor de 92,5 mil reais (metade do valor total referente a dois anos) para cada ponto, no total de 650 que atualmente compõem a rede

Como tentamos mostrar no capítulo sobre o conceito de cultura, trata-se de uma temática extremamente complexa, e que deixou de ser um mero adereço nas relações humanas e que pode estar sendo usado como grande trunfo para a expansão do neoliberalismo por todo o planeta. Dessa forma, o esquema de forças que atuam sobre as políticas culturais apresenta outras facetas que não são apresentadas explicitamente.

Analisemos por exemplo o volume de recursos disponibilizados nas políticas culturais em questão. O valor de 60 milhões refere-se ao valor que é disponibilizado para um ano de funcionamento dos 650 pontos conveniados até agora. Numa projeção bastante utópica, caso os recursos governamentais aos quais se renuncia pelas leis de incentivo fossem totalmente deslocados para o Programa Cultura Viva, seria possível atender anualmente quase 10.500 Pontos de Cultura, multiplicando o tamanho da rede atual em 20 quase vezes. Analisando os investimentos feitos na cultura pelas empresas de economia mista, como o Banco do Brasil, por exemplo, chegamos de acordo com o Ministério da Cultura a quase 60 milhões de reais (dados de 2005) – o total investido com o Programa Cultura Viva. No caso da Caixa Econômica, para o mesmo ano o valor foi de 23,5 milhões. Nesses dois casos, também considerados os recursos públicos, os volumes de recursos disponibilizados pelas empresas é bastante elevado quando comparados com o orçamento do Programa Cultura Viva. Nesse contexto, o programa se diferencia das outras políticas culturais, principalmente pelo fato de privilegiar a participação de segmentos marginalizados da sociedade, colocando-os em contato com outros atores relevantes e dando identidade, voz e participação às comunidades marginalizadas. Atuando como uma política cultural redistributiva, afasta-se da visão liberal de igualdade, tratando os desiguais como desiguais.

A análise mais detalhada do perfil das empresas que se aproveitam das leis de incentivo pode também ser bastante reveladora. Em todos os casos, são empresas prestadoras de serviços chamados essenciais, tanto para os indivíduos quanto para as empresas poderem realizar seus objetivos. Esses grandes grupos são exatamente aqueles que herdaram todo o patrimônio financeiro, de capacidade instalada, de capital humano e de conhecimento, há pouco estatal – o que pode e foi um ótimo investimento em termos econômicos para os grupos italianos, espanhóis e portugueses que aqui se instalaram. São empresas com o perfil

de receita recorrente, ou seja, aquelas que são remuneradas mensalmente, através de um contrato de prestação muitas vezes obscuro e ao qual indivíduos e empresas muitas vezes aderem pela falta de opção apesar do fim do monopólio estatal – que na verdade foi trocado pelo oligopólio privado.

Mesmo dentro da lógica econômica liberal acredita-se que, pela necessidade de altos investimentos – e portanto como uma imensa barreira de entrada, seja necessário uma maior regulação estatal, ou em outras palavras, uma presença menos forte da mão invisível, mão que em alguns desses casos nem mesmo existiria, afastando-se do ótimo econômico, e prejudicando no final o pobre consumidor, com altas taxas recorrentes a cada mês. Vale ressaltar, aliás, que a conta telefônica durante muito tempo tem sido uma das maiores vilãs da inflação e apresenta um peso relevante no consumo das pessoas. De acordo com dados do IBGE, em 2003 as famílias brasileiras gastaram, em média, cerca de 7% do seu orçamento em produtos culturais, quando são considerados os gastos com telefonia. Excluindo os gastos com telefonia os gastos representaram 4,4% do total de despesas, cerca de R\$ 64,53, ou seja, os gastos com telefonia representam em média 37% dos gastos com produtos culturais (IBGE, 2003).

Em alguns casos de capitalismo mais avançado, conforme apontado por Klein, a necessidade de *branding* é meio para capturar a mente dos consumidores, e, em suma, vender mais. Em mercados oligopolizados, como no caso brasileiro, entretanto, pode-se assuntar se essa “colonização” de nossas mentes, não seja guiada também ou principalmente para uma boa “lustrada” na marca, desviando nossos olhos dos reais problemas do capitalismo. A aceleração dos processos simbólicos, baseados na representação, pode singelamente nos fazer esquecer cada vez mais o real e o verdadeiro problema da concentração das propriedades dessas empresas em mãos dos grandes grupos transnacionais – que se fazem cada vez mais anônimos, suportando o grande capital na cruzada universal pela reprodução exponencial.

Da forma como foram apropriadas pelo mercado, acreditamos que as políticas culturais de renúncia fiscal como forma de financiamento indireto das diversas manifestações culturais

da sincrética sociedade brasileira funcionam como um eficiente fator da manutenção de hegemonia da classe dominante, na medida em que impede o florescimento de qualquer forma de manifestação que tenha um corte de classes, demonstrando visões de mundo alternativas ao projeto funcionalista e da busca do prazer e felicidade a todo custo propostos pela modernidade. Ao utilizar-se de recursos públicos para esconder a existência das classes numa determinada sociedade, acreditamos estar diante de uma forma de hegemonia nos termos gramscianos, em que as classes dominantes apóiam-se num mecanismo de interpenetração entre a sociedade civil e a sociedade política para promover visões de mundo e conteúdos ideológicos do interesse dessa mesma classe.

Se acreditamos como Zizek que *a luta pela hegemonia político-ideológica seria sempre uma luta pela apropriação de termos que são “espontaneamente” vivenciados como apolíticos, transcendendo as fronteiras do político e recolocados também de forma “quase espontânea” nos termos desejados*, precisamos entender a forma como se engendram os interesses econômicos, via recursos públicos, na conformação de uma visão de consumismo, baseado cada vez mais na alienação do trabalhador que ainda resta, alienação que se faz pela criação de uma identidade baseada no consumo e na conseqüente miríade de “formas culturais” que por exemplo uma refeição pode adquirir, da marmita do bóia-fria cortador de cana ao almoço de um produtor de cinema com um funcionário do governo no Ritz em Nova York.

Num dos momentos mais críticos da existência do capitalismo, vivemos em um país que tem desigualdade social que beira a insanidade. Ao lado daqueles poucos privilegiados que vivem nos centros urbanos das grandes cidades e podem desfrutar dos benefícios da modernidade e do consumo, temos uma imensa massa de população subalternizada por anos de dominação do capitalismo. Se no modo de acumulação fordista a grande maioria ainda podia viver a esperança de encontrar uma posição no mercado, na era do capitalismo flexível uma parte considerável desse contingente não aparece nem mesmo como mão-de-obra barata aos olhos do grande capital, cada vez mais sem fronteiras por todo o globo. Sem trabalho, sem uma perspectiva política progressista pela maioria dos governos, esse contingente populacional acaba vivendo do fornecimento de bolsas do governo e

“migalhas” da população mais abastada. Mesmo aqueles que teriam acesso ao crédito, mas que se tornaram inadimplentes sofrem as conseqüências legais para aqueles que ousam desafiar a ordem jurídica capitalista.

A percepção da dimensão econômica gerada pela atividade cultural pode ser o início da busca de um novo espaço de circulação para os bens culturais na sociedade, principalmente daquelas que vivem à margem da sociedade de consumo tradicional. A cultura tem na sua ontologia uma forma de conciliação para a manifestação cultural como apresentação simbólica, que está intrinsecamente ligada aos indivíduos de um determinado território, tendo exatamente nessa organicidade o seu referencial legítimo para um projeto político, e que deve ser levado em consideração na geração de renda para toda uma comunidade.

Assim, se faz necessário um novo paradigma no reconhecimento de atores coletivos que reivindicam há décadas novas formas de participação na sociedade política estatal. Certamente esse novo ator coletivo poderá construir uma nova simetria de forças no relacionamento Estado/sociedade civil. Entretanto, para cada mestre de capoeira do sertão nordestino existe uma centena de retransmissoras das grandes empresas de mídia, atuando como aparelho privado de hegemonia, demonstrando suas boas intenções pelas ações sociais como parte de uma “sociedade civil civilizada”, mas em verdade atuando subrepticamente no contato com os tentáculos do poder estatal para a manutenção da hegemonia.

Como tentamos mostrar, o esquema de forças que atuam sobre a cultura atualmente é extremamente articulado, desde grandes grupos de mídia até elites locais dos rincões mais afastados dos grandes centros urbanos, que têm na propriedade dos meios de comunicação local a forma de perpetuar sua hegemonia política, econômica e social. Dessa forma, cabe ao Estado, como legítimo representante da sociedade, fomentar ações que modifiquem esse esquema e promova maior diversidade estética. Nesse novo contexto, a criação dos Pontos de Cultura facilitará a criação e a difusão das representações simbólicas das comunidades marginalizadas. Por outro lado, seria ingênuo de nossa parte acreditar que o esquema de forças analisado ao longo de nosso trabalho não promoverá nenhuma reação a essa

mudança de paradigma. Cabe ao Estado promover outras ações que fortaleçam as atividades econômicas das localidades como um todo, promovendo ações que possam levar as comunidades a buscar cada vez mais sua sustentabilidade institucional e financeira.

Ainda estamos há anos-luz de uma verdadeira economia política da cultura. Os grandes interesses corporativos ainda se dão em torno do poder aglutinador da televisão, onde se concentram os grandes investimentos em publicidade e que são na maioria dos casos feitos pelas mesmas grandes corporações que se utilizam dos mecanismos de incentivo fiscal. A televisão, como bem mostrou Bucci, ainda é a instância hegemônica para grande parte da população, e através dela se formatam ideologias, costumes e, principalmente, a visão do consumismo como ação universal.

O programa pode ser contra-hegemônico somente na medida em que alterar a assimétrica relação de forças existentes na produção, distribuição e fruição dos bens culturais capitaneada pela indústria cultural através das grandes corporações de mídia. Em outras palavras, devemos analisar como fica a cadeia produtiva da indústria cultural como um todo, mas principalmente a questão da propriedade dos meios de comunicação, grandemente concentrada nas mãos das elites econômicas regionais. A indústria cultural, capitaneada pelo poder aglutinador da televisão, ainda vai precisar de milhares de pontos de cultura para sentir os efeitos de uma nova cadeia para a circulação dos bens culturais.

Nesse sentido, é louvável principalmente a aposta do Programa na coletivização dos meios de produção, numa área extremamente sensível e complexa como a cultura. Certamente pode parecer piegas, mas um adolescente que consegue participar da concepção de um vídeo nunca mais vai assistir à televisão com os mesmo olhos. Uma nova etapa pode se abrir para as atividades culturais, a partir do momento em que uma coletividade, com suas particularidades e necessidades, pode criar e fruir dos meios de comunicação – à sua maneira, a partir de sua própria lógica, sem a ação de nenhum *media* estranho ao processo.

Cabe ressaltar que, de imediato, o potencial desse processo apresenta-se mais como possibilidade de ampliação do poder político do que realmente a consolidação de uma nova

fase nas relações da economia política da cultura. Como existe em toda discussão sobre as formas de economia solidária, a questão aqui é que se pode formar toda uma cadeia alternativa de produção e fruição cultural que ficaria à margem da indústria cultural, que continuaria sua cruzada através das *medias* hegemônicas. Por outro lado, de nada adianta todo um trabalho de reconhecimento das especificidades culturais de um grupo para que essas manifestações sejam utilizadas de forma utilitária à estratégia de marketing das grandes corporações.

Nessa lógica estaria a vanguarda da gestão cultural de um país – o afastamento e a aproximação necessários para a construção de uma nova forma de relação estatal com tudo o que ocorre a todo o momento, dentro de cada lógica específica, em cada canto da Nação. Fomentar a dimensão política para a práxis da sociedade deveria ser a busca essencial de um governo progressista. Nessa lógica, um parque nacional é patrimônio público e deve ser protegido pela lógica do bem público, e não pela lógica de uma Fundação de um grande grupo transnacional. Da mesma forma, um mestre de capoeira angolana que esteja há décadas em nosso país divulgando os preceitos de sua arte milenar africana merece igualmente as condições institucionais e materiais suficientes para continuar seu trabalho com jovens. Através da disciplina e da hierarquia mestre-aluno pode-se ajudar a construir outras visões de mundo que não aquelas meramente utilitaristas que guiam nossa sociedade como norma. Dessa forma, ao privilegiar um ator coletivo ligado horizontal e organicamente ao território, que serve mesmo como um “colchão” para amortecer a verticalidade e a perversidade das forças de mercado, a política cultural pode iniciar um processo contra-hegemônico a partir do que já existe em nossa sociedade.

A formulação do Programa Cultura Viva pode ser entendida dessa forma como contraponto às políticas sociais neoliberais compensatórias, que funcionam como uma atadura num dique de dimensões globais. Ao se propor atuar de forma diferente na cultura, colocando-a acima da existente e constitutiva luta social, política e econômica para engendrar seus vários significados, pode-se reconhecer também a assimetria de forças do social diante do poder do grande capital, atuando de forma a atenuar os efeitos dessa relação de forças. Dessa forma, podemos assuntar se o programa significaria uma nova forma de cultura

política, em que se promova a criação nos próprios indivíduos, pelos próprios indivíduos, das condições materiais e subjetivas para que se fortaleçam e possam articular-se em torno de suas demandas coletivas, vivendo a filosofia da práxis em toda a sua essência, na tessitura de todas as suas relações sociais.

O programa abre caminho para a formação de uma rede de atores coletivos que estejam voltados para as políticas culturais e, de forma processual, no médio e longo prazo, transformar-se numa teia de diversos atores e produtores culturais que interfiram de alguma forma em espaços democráticos mais amplos. Dos processos de mimetização, hibridização, e trocas de experiências, formam-se como sujeitos ativos no mundo das relações materiais aos quais muitas vezes se critica, muitas vezes se complementa, e algumas vezes pode sintetizar um novo projeto político. Muitas oportunidades podem surgir a partir da horizontalização dos debates para transformar demandas comuns em instrumento político para a melhoria de vida de suas comunidades, e a cultura poderá então servir para adensar as brechas existentes na sociedade, permitindo a reafirmação dos indivíduos como sujeitos em si e não sujeitos para si.

BIBLIOGRAFIA

ALVES, Mário A. **Terceiro Setor: o dialogismo polêmico**. Tese de Doutorado São Paulo: FGV-EAESP. 2002.

_____. **A evolução da TV brasileira**. Mimeo, 1992.

ALVES, Mario A.; GOMES, Marcos V. P. **O programa oportunidade solidária e a emancipação: uma visão crítica**. NESOL – Publicações - III Encontro, 2003.

ARELLANO-LOPEZ Sonia; PETRAS, James. **La ambigua ayuda de las ONGs en Bolívia**. Nueva Sociedad – Mayo/Junio 1994.

BIONDI, Antonio; CHARÃO, Cristina. **Terra de Gigantes**. Revista ADUSP, janeiro de 2008.

BATISTA, Paulo Nogueira. **O Consenso de Washington – A visão neoliberal dos problemas latino-americanos**. PEDEX – Programa Educativo Dívida Externa, 1994.

BOBBIO, Norberto. **Ensaio sobre Gramsci e o conceito de sociedade civil – 2ª edição** – São Paulo – Editora Paz e Terra, 2002.

BOLAÑO, César Ricardo Siqueira. **Mercado brasileiro de televisão, 40 anos depois**. In: Rede Globo – 40 anos de poder e hegemonia. BOLAÑO, César Ricardo Siqueira; BRITTO, Valério Cruz (orgs). – São Paulo: Paulus, 2005.

BRANDÃO, Gildo Marçal. **Hegel: o Estado como realização histórica da liberdade**. In: WEFFORT, Francisco (org). Os Clássicos da Política – vol. 2. São Paulo – Ática, 2006.

BRANT, Leonardo. **Consumidores e cidadãos**. Cultura e Mercado. 2008. Disponível em <http://www.culturaemercado.com.br/setor.php?setor=3&pid=3849>

_____. **Políticas Culturais – Vol. 1 Leonardo Brant (org.)** Barueri, SP; Manole, 2003

BRASIL. **Ministério da Cultura. Política Cultural no Brasil, 2002-2006: acompanhamento e análise**. Frederico A. Barbosa da Silva, autor. Brasília: Ministério da Cultura, 2007. 220 p. – (Coleção Cadernos de Políticas Culturais; v. 2)

_____. **Ministério da Cultura. Economia e Política Cultural: acesso, emprego e financiamento**. Frederico A. Barbosa da Silva, autor – Brasília: Ministério da Cultura, 2007. 308 p. – (Coleção Cadernos de Políticas Culturais; v. 3)

_____. **Ministério da Cultura. Cartilha do Programa Cultura Viva. 2004**. Disponível em http://www.cultura.gov.br/cultura_viva/catalogo/. Acessado em 20/08/2006

_____, 2008. **Ministério da Cultura. Encaminhamento ao MinC.** Disponível em <http://www.cultura.gov.br/site/wp-content/uploads/2008/04/encaminhamento-ao-minc-pontos-de-cultura.pdf> . Acessado em 20/06/2008.

BUCCI, Eugênio. **Hegemonia de significado e hegemonia de significante.** Revista Rio de Janeiro, n.15, jan.-abr. 2005

COHEN, Jean L.; ARATO, Andrew. **Civil Society and Political Theory.** The MIT Press, Cambridge, Massachusetts, and London, England, 1999.

COUTINHO, Carlos Néson. **Gramsci: Um estudo sobre seu pensamento político.** – 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

COSTA, Fernando Braga da. **Garis, um estudo de psicologia sobre invisibilidade pública.** São Paulo. EDUSP, 2006.

CHAUI, Marilena. **Cidadania Cultural: o Direito à Cultura.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.

_____. **Cultura política e política cultura.** Estudos Avançados 9 (23), 2005.

DAGNINO, Evelina. **Políticas culturais, democracia e projeto neoliberal.** In: Revista do Rio de Janeiro nº 15. Fórum do Rio de Janeiro, UERJ, 2005.

DIAS, Márcia Tosta. **A grande indústria fonográfica em xeque.** In: Revista Margem Esquerda número 8, novembro de 2006. São Paulo: Boitempo Editorial.

DOMINGUES, João Luiz Pereira. **Programa Cultura Viva: considerações sobre identidade e classe, 2007.** Disponível em http://www.sociologia.ufsc.br/npms/joao_domingues.pdf . Acessado em 19 de junho de 2008.

DÓRIA, Carlos Alberto. **Algumas teses (equivocadas ou não) sobre o Estado e a cultura brasileira.** Disponível em <http://www.fundaj.gov.br/geral/ascom/economia/algumas%20teses.pdf> . Acessado em 10 de maio de 2008.

DURAND, José Carlos. **Cultura como objeto de política pública.** São Paulo, Perspectiva, 15 (2) 2001.

_____. **Política e gestão cultural no Brasil, EUA e Europa.** EAESP/FGV/NPP – Núcleo de Pesquisas e Publicações. São Paulo, 2000.

EAGLETON, Terry. **A idéia de cultura.** São Paulo: Editora Unesp, 2005.

FEATHERSTONE, Mike. **Cultura de Consumo e Pós-Modernismo.** 1995. São Paulo: Nobel, pp. 31-50.

FARIA, Hamilton. **Políticas Públicas de Cultura e Desenvolvimento Humano nas Cidades**. In Políticas Culturais, volume I. Leonardo Brant (org.) – Barueri, São Paulo: Manole

FONTENELLE, Isleide Arruda. In: Williams, Raymond. **Palavras-chave: um vocabulário de cultura e sociedade**. São Paulo: Editora Boitempo, 2007.

FRAGA, Vitor. **Telejornalismo, hegemonia e consenso – O Jornal Nacional e o enquadramento hegemônico**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2005.

GIL, Gilberto. **Uma nova política cultural para o Brasil**. Conferência proferida pelo Ministro em 09/05/2005, na UERJ. In: Revista do Rio de Janeiro nº 15. Fórum do Rio de Janeiro, UERJ, 2005.

GODOY, Arilda Schmidt. **Estudo de caso qualitativo**. In Pesquisa Qualitativa em Estudos Organizacionais – Paradigmas, Estratégias e Métodos. São Paulo: Saraiva, 2006.

GORZ, André. **O imaterial**. São Paulo: Annablume, 2005, pp. 48-53

GRAMSCI, Antonio. **Concepção dialética da história** – Rio de Janeiro – Ed. Civilização Brasileira, 1981.

_____. **Os intelectuais e a organização da cultura** – Rio de Janeiro – Ed. Civilização Brasileira, 1978.

GRUPPI, Luciano. **O conceito de hegemonia em Gramsci**. Rio de Janeiro – Edições Graal, 1978.

_____. **Tudo começou com Maquiavel – As concepções de Estado em Marx, Engles, Lênin e Gramsci**. Porto Alegre: L&PM Editores, 1987.

HARVEY, David. **A Condição Pós-Moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

IBGE. **Sistema de informações e indicadores culturais, 2003**. disponível em http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/indic_culturais/2003/default.shtm, acessado em 15/04/2008.

IGLECIAS, Wagner Tadeu. **Os impactos da mundialização sobre uma metrópole periférica**. RBCS Vol. 17 nº 50 outubro/2002.

IPSO. Pontão “Mapas da Rede”. **Pesquisa p004**. Disponível em http://culturaviva.utopia.com.br/questionarios/p004/IPSO_relatorio_final_p004.pdf. Acessado em 15 de julho de 2008.

KLEIN, Naomi. **Sem logo: a tirania das marcas**. Rio de Janeiro: Record, 2002.

MARGLIN, Stephen. **Origens e funções do parcelamento das tarefas**. RAE – Revista de Administração de Empresas – out./dez. 1978 – Rio de Janeiro, 18(4): 7-23.

MATO, Daniel. **Las políticas públicas de cultura frente a los desafíos políticos y enseñanzas comunicacionales de las redes transnacionales de producción de sentido común (neo) liberal**. In: Revista Rio de Janeiro, n.15. Rio de Janeiro: UERJ, 2005.

MELLO, Leonel Itaussu Almeida. **John Locke e o individualismo liberal**. In: WEFFORT, Francisco (org). Os Clássicos da Política – vol. 1. São Paulo – Ática, 2006

MONDAINI, Marco. **Gramsci e a "subida ao sótão" da filosofia da práxis**. 1999. www.gramsci.org – acessado em 20/05/2007.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia política: uma introdução crítica**. São Paulo, Cortez, 2006.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. **Sociedade Civil, entre o político-estatal e o universo gerencial**. RBCS. Vol. 18 n° 52/junho2003.

_____. **Um Estado para a sociedade civil: temas éticos e políticos da gestão democrática** – São Paulo: Cortez, 2004.

OLIVIERI, Cristiane G. **Cultura Neoliberal – Leis de Incentivo como política pública de cultura**. Ed. Escrituras, 2001.

PINASSI, Maria Orlanda. **No mundo do capital, a ocasião faz o ladrão**. In: Revista Margem Esquerda número 8, novembro de 2006. São Paulo: Boitempo Editorial.

RAMOS, Murilo César. **A força de um aparelho privado de hegemonia**. In: Rede Globo – 40 anos de poder e hegemonia. BOLAÑO, César Ricardo Siqueira; BRITTOS, Valério Cruz (orgs). – São Paulo: Paulus, 2005.

RIBEIRO, Renato Janine. **Hobbes: o medo e a esperança**. In: WEFFORT, Francisco (org). Os Clássicos da Política – vol. 1. São Paulo – Ática, 2006

RIFKIN, Jeremy. **O fim dos empregos**. São Paulo: Makron Books, 1995, pp. 19-26.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Entrevista à Margem Esquerda** – ensaios marxistas n° 8. Boitempo Editorial. São Paulo, 2006.

_____. **Pela mão de Alice : o social e o político na pós-modernidade**. São Paulo: Cortez, 1995.

_____. **Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitismo cultural.** Boaventura de Souza Santos, org. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização – do pensamento único à consciência universal** – 5º ed. – Rio de Janeiro – Editora Record, 2001.

SEMERARO, Giovanni. **Da sociedade de massa à sociedade civil: A concepção da subjetividade em Gramsci.** Educação e Sociedade, ano XX, N°66, Abril/99.

SIMIONATTO, Ivete. **O social e o político no pensamento de Gramsci.** <http://www.artnet.com.br/gramsci/arquiv41.htm> - acessado em 20/03/2007.

_____. **Reforma do Estado ou modernização Conservadora?** 2000. www.gramsci.org – acessado em 20/05/2007.

SPINK, Peter K. **Redes Solidárias, Autogestão e Solidariedade** (Apresentação para o XII Encontro Nacional da Associação Brasileira de Psicologia Social – ABRAPSO, Porto Alegre, 2003).

_____. **O Lugar do Lugar na Análise Organizacional.** RAC, Edição Especial 2001:11-34.

SILVEIRA, Px. **Os anjinhos da imprensa e a demonização do incentivo à cultura.** Cultura e Mercado. 2008. Disponível em <http://www.culturaemercado.com.br/setor.php?setor=3&pid=3902>

_____. **A carta jamais respondida.** Cultura e Mercado. 2008. Disponível em <http://www.culturaemercado.com.br/setor.php?setor=3&pid=3864>

TIERRA, Pedro. **Notas para um debate sobre políticas públicas de cultura e projeto nacional.** In: Revista Rio de Janeiro, n.15. Rio de Janeiro: UERJ, 2005.

TURINO, Célio. **Gestão Cultural Compartilhada e Transformadora.** 2006. Disponível em <http://www.interblogs.com.br/celioturino/post.kmf?cod=4831733> acessado em 10/04/2008.

_____. **O Estado que impõe e o Estado que dispõe.** Entrevista ao site Cultura e Mercado, em outubro de 2006. Disponível em <http://www.culturaemercado.com.br/post/o-estado-que-impoe-e-o-estado-que-dispoe/> Acessado em 10/03/2008.

VENTURA, Tereza. **Notas sobre política cultural contemporânea.** In: Revista do Rio de Janeiro n° 15. Rio de Janeiro: UERJ, 2005.

WEFFORT, Francisco. **Marx: política e revolução.** In: WEFFORT, Francisco (org). Os Clássicos da Política – vol. 2. São Paulo – Ática, 2006.

WILLIAMS, Raymond. **Palavras-chave: um vocabulário de cultura e sociedade.** São Paulo: Boitempo, 2007.

ZIZEK, Slavoj. **Multiculturalism, or the cultural logic of multinational capitalism.** New Left Review, 225, September/October (1997), pp. 28-51.

ANEXOS

- Anexo 1

50 maiores incentivadores da Lei Rouanet em 2007

Mecenato		
Maiores Incentivadores por Ano – 2007		
	Incentivador	VI. Incentivado R\$
1	Petróleo Brasileiro S. A – Petrobrás	172.253.666,67
2	Companhia Vale do Rio Doce	33.114.840,30
3	Telecomunicações de São Paulo S.A	21.915.810,34
4	Banco do Brasil S.A	20.539.139,16
5	Banco Bradesco S/A	20.271.329,90
6	Eletrobrás – Centrais Elétricas Brasileiras	14.341.185,48
7	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES	12.646.501,46
8	CSN – Companhia Siderúrgica Nacional	11.915.609,77
9	Cemig Distribuição S.A	11.047.480,63
10	Bradesco Vida e Previdência S/A	10.894.295,00
11	FIAT Automóveis S/A	10.313.086,44
12	Banco Banestado S.A.	10.163.053,27
13	Banco Itaú S.A	9.175.446,58
14	Telemar Norte Leste S.A	8.759.938,01
15	Companhia Siderúrgica Paulista S.A – COSIPA	8.536.986,81
16	Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A (USIMINAS)	8.511.252,02
17	Banco ABN AMRO REAL S/A	7.859.482,87
18	Companhia Brasileira de Meios de Pagamento	7.790.511,76
19	Gerdau Aços Longos S/A	7.038.200,00
20	Souza Cruz S.A	6.649.457,80
21	Mineração Brasileiras Reunidas S/A – MBR	6.232.555,21
22	Companhia de Bebidas das Américas – AMBEV	6.203.360,00
23	Cemig Geração e Transmissão S.A	6.144.095,00
24	Votorantim Metais Níquel S.A	5.958.361,21
25	Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A.	5.868.990,34
26	Redecard S/A	5.486.871,21
27	COPESUL – Companhia Petroquímica do Sul	5.464.222,42
28	Gerdau Açominas S.A	5.434.611,42
29	Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) S/A	5.180.000,00
30	Itaú Previdência e Seguros S.A	5.100.000,00
31	Companhia Paulista de Força e Luz	4.941.247,67
32	AES Tietê S.A.	4.680.826,00
33	Transportes Aéreos Meridionais Ltda.	4.428.446,10
34	V & M do Brasil S.A	4.183.488,26
35	HSBC Bank Brasil S.A – Banco Múltiplo	4.112.055,56
36	Porto Seguro Cia de Seguros Gerais	4.047.999,12
37	Votorantim Metais e Zinco S.A.	3.967.477,70
38	Volvo do Brasil Veículos Ltda	3.822.286,12

39	Volkswagen do Brasil Ltda	3.803.905,95
40	Petrobrás Distribuidora S.A	3.698.100,00
41	Acesita SA	3.692.400,00
42	Banco Votorantim S.A.	3.644.500,00
43	ARCELORMITTAL BRASIL S.A.	3.568.602,00
44	Volkswagen do Brasil – Indústria de Veículos Automotores LTDA	3.442.923,15
45	Miramar Holding S.A	3.426.581,69
46	Mercedes-Benz do Brasil Ltda.	3.405.322,81
47	BANCO ITAUCARD S.A	3.400.000,00
48	Banco Alvorada S.A.	3.250.000,00
49	Banco BBM S.A	3.107.460,00
50	Banco Itáú BBA S.A	3.105.000,00
	TOTAL	546.538.963,21

- Anexo 2

Mecenato – captação por ano e unidade da federação – valores em R\$

	2.000	2.001	2.002	2.003	2.004	2.005	2.006	2.007
Centro Oeste	8.787.614,28	10.715.288,93	10.629.280,62	22.613.547,44	16.641.767,40	18.455.274,05	28.257.745,36	26.343.760,11
Distrito Federal	6.240.258,17	8.334.336,62	6.966.460,89	16.612.977,06	9.728.327,11	11.007.726,27	18.740.534,28	17.739.810,53
Goiás	1.419.719,97	2.216.482,31	2.994.904,18	4.377.431,97	4.573.416,55	3.275.424,82	4.780.833,52	3.926.784,00
Mato Grosso	765.040,00	65.470,00	19.915,55	255.064,16	1.191.249,90	1.335.000,00	2.147.255,43	2.035.588,34
Mato Grosso do Sul	362.596,14	99.000,00	648.000,00	1.368.074,25	1.148.773,84	2.837.122,96	2.589.122,13	2.641.577,24
Nordeste	12.772.099,53	21.180.467,29	20.225.906,47	30.113.827,94	32.304.580,58	51.812.860,53	56.512.546,11	60.335.653,31
Alagoas		235.817,00	191.687,00	162.224,00	849.715,14	682.648,75	1.859.770,66	1.438.906,36
Bahia	5.082.894,95	11.953.866,26	11.303.537,95	10.662.327,93	9.241.517,68	19.039.820,22	18.272.046,36	24.783.547,16
Ceará	899.832,19	1.118.596,43	1.735.746,58	5.515.775,24	6.336.549,15	7.566.351,20	10.882.555,85	8.178.044,57
Maranhão	900.000,00	1.328.995,44	321.434,87	893.896,00	825.104,50	4.775.917,45	1.710.100,20	2.321.826,05
Paraíba	223.683,48	578.579,64	132.229,25	20.000,00	184.400,00	488.625,00	456.131,62	671.050,00
Pernambuco	4.045.971,88	4.498.198,51	4.603.019,88	9.616.399,59	7.934.762,76	12.087.635,36	19.017.851,82	17.170.549,90
Piauí	414.833,51	879.405,00	955.550,00	1.173.000,00	1.805.000,00	1.268.950,00	2.447.963,20	524.825,00
Rio Grande do Norte	91.544,12		342.441,37	193.091,87	897.143,88	1.451.363,86	289.226,40	1.051.344,27
Sergipe	1.113.339,40	587.009,01	640.259,57	1.877.113,31	4.230.387,47	4.451.548,69	1.576.900,00	4.195.560,00
Norte	144.416,73	470.232,33	1.928.199,00	6.508.138,00	9.827.900,26	4.521.473,00	6.308.307,21	7.792.757,93
Acre			35.000,00		112.041,19	1.113.391,72	1.089.745,25	593.448,29
Amapá							20.000,00	160.000,00
Amazonas	125,00	150.000,00		300.000,00	3.400.000,00	738.033,73	1.592.331,11	1.622.230,39
Pará	9.541,73	228.557,33	1.631.307,00	5.842.618,00	5.224.465,71	2.119.008,44	2.869.393,83	3.613.069,51
Rondônia	4.500,00	1.600,00	81.892,00	254.300,00	394.799,48	249.039,11	177.412,02	446.508,00
Roraima	250,00			30.000,00			25.000,00	95.000,00
Tocantins	130.000,00	90.075,00	180.000,00	81.220,00	696.593,88	302.000,00	534.425,00	1.262.501,74
Sudeste	246.923.353,31	302.433.383,15	268.792.960,21	328.286.885,03	388.112.341,73	569.821.909,59	676.333.973,89	769.343.005,00
Espírito Santo	641.136,35	345.249,00	770.170,50	704.472,83	2.545.503,23	5.347.821,52	9.736.238,82	7.638.096,86
Minas Gerais	18.399.887,80	23.791.489,51	20.748.450,90	44.139.927,77	51.121.666,67	79.657.234,36	103.598.269,01	110.981.326,87
Rio de Janeiro	86.616.918,23	123.141.227,90	112.877.542,42	114.285.695,10	120.194.957,91	195.864.377,78	205.895.388,01	220.366.702,85
São Paulo	141.265.410,93	155.155.416,74	134.396.796,39	169.156.789,33	214.250.213,92	288.952.475,93	357.104.078,05	430.356.878,41
Sul	21.183.488,00	33.172.874,33	42.944.781,96	42.994.024,19	62.998.905,37	78.028.578,46	80.914.577,29	98.595.828,09
Paraná	6.920.196,74	14.238.735,33	20.738.593,67	10.980.798,70	14.852.656,07	17.080.250,92	21.040.051,26	21.504.569,75
Rio Grande do Sul	9.523.406,86	10.014.243,94	14.247.834,93	24.520.989,14	39.709.566,98	49.686.518,06	48.895.746,65	58.272.376,24
Santa Catarina	4.739.884,40	8.919.895,06	7.958.353,36	7.492.236,35	8.436.682,32	11.261.809,48	10.978.779,38	18.818.882,10